


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MARCOS LUIZ CUMPRI

**CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA
AMBIGUIDADE DA LINGUAGEM: UMA
PROPOSTA LINGUÍSTICO-EDUCACIONAL**



ARARAQUARA – SP.
2012

MARCOS LUIZ CUMPRI

**CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA
AMBIGUIDADE DA LINGUAGEM: UMA
PROPOSTA LINGUÍSTICO-EDUCACIONAL**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Dra. Leticia Marcondes Rezende

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – SP.
2012

Cumpri, Marcos Luiz

Contribuições ao estudo da ambiguidade da linguagem: uma proposta linguístico-educacional / Marcos Luiz Cumpri. – 2012
250 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Letícia Marcondes Rezende

1. Linguística. 2. Linguagem e educação. I. Título.

MARCOS LUIZ CUMPRI

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA AMBIGUIDADE DA LINGUAGEM: UMA PROPOSTA LINGÜÍSTICO-EDUCACIONAL

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Dra. Letícia Marcondes Rezende
Bolsa: CAPES

Data da defesa: 14 / 05 / 2012.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Dra. Letícia Marcondes Rezende

Membro Titular: Dra. Marília Blundi Onofre

Membro Titular: Dra. Maria Isabel de Moura Brito

Membro Titular: Dra. Luzmara Curcino Ferreira

Membro Titular: Dra. Marina Celia Mendonça

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos que veem na linguística algo a se fazer pela educação brasileira, que
tanto necessita.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Dra. Letícia Marcondes Rezende, por me ensinar sempre.

À Capes, por permitir a clausura necessária.

À Dra. Márcia Cristina Romero Lopes, à Dra. Maria Isabel de Moura Brito, à Dra. Marília Blundi Onofre, à Dra. Luzmara Curcino Ferreira e à Dra. Marina Celia Mendonça, pelos desafios e correções.

Aos professores do PPGLLP, por reafirmarem o meu papel dentro do que faço.

Aos funcionários da FCL, pelo suporte técnico.

Aos meus amigos, por serem amigos.

Aos que amo, por me deixarem amar.

Descobri aos 13 anos que o que me dava prazer nas leituras não era a beleza das frases, mas a doença delas. Comuniquei ao Padre Ezequiel, um meu Preceptor, esse gosto esquisito. Eu pensava que fosse um sujeito escaleno.

- Gostar de fazer defeitos na frase é muito saudável, o Padre me disse. Ele fez um limpamento em meus receios.

O Padre falou ainda: Manoel, isso não é doença, pode muito que você carregue para o resto da vida um certo gosto por nada...

E se riu.

Você não é de bugre? - ele continuou.

Que sim, eu respondi.

Veja que bugre só pega por desvios, não anda em estradas - Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os arituncos maduros. Há que apenas saber errar bem o seu idioma.

Esse Padre Ezequiel foi o meu primeiro professor de gramática.

(Manuel de Barros)

In.: Mundo Pequeno, de "O Livro das Ignorâncias", p. 89

RESUMO

Nossa pesquisa se insere no âmbito das discussões acerca da significação linguística com aporte especial da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), a qual tem como égide os pensamentos do linguista francês Antoine Culioli. Entre nossas escolhas, a primeira e principal foi termos elegido a ambiguidade da linguagem o foco de investigação, sobretudo a constituição do sentido.

Outrossim, a tese demonstra que há uma força dinâmica (a linguagem e toda sua atividade constitutiva) que torna a enunciação um espaço movediço e híbrido em que sentido, referência, valor, significado não assumem materialidade num ambiente que não articule, fundamentalmente, léxico e gramática. De modo que a atribuição de sentido lexical depende do movimento gramatical e a atribuição de sentido na gramática depende do deslocamento do léxico.

Para a realização de nossa meta, a pesquisa subdividiu-se em dez seções em que se discute (nem sempre harmonicamente) a ciência semântica (pressupostos clássicos, conceitos, categorizações e expansões) sob a ótica da produção linguística (as operações constitutivas do enunciado como: modalização, aspectualidade, quantificação, localização, etc.) e gera uma tensão fecunda em toda predicação que é a própria maravilha da linguagem.

Tudo isso nos permitiu pensar numa contribuição efetiva ao ensino de língua, sobretudo porque o trabalho focado na indeterminação da linguagem coloca o sujeito (e toda sua atividade) no centro da questão, o que faz com que se concilie e articule desenvolvimento subjetivo e ensino formal e, como isso, se desenvolva a capacidade de autorregulação e de processamento de informações.

Nossa investigação, em suma, nos deu material para constatar que a ambiguidade, além de ser inerente à linguagem e além de estabelecer uma zona fronteira entre o intra e o extralinguístico, reforça a emergência de um modelo de análise que comprove que é no âmbito das ocorrências que se pode falar num significado sempre provisório e relativo graças à flexibilidade da linguagem. Essa plasticidade que nos permite movimentar as categorias gramaticais e mostrar nuances que só são visíveis na e pela enunciação.

Palavras-chave: Linguagem. Ambiguidade. Sentido. Linguística. Ensino.

ABSTRACT

Our research is inserted in the scope of the discussions about meaning with special support of the Theory of Predicative and Enunciative Operations mainly represented by the French linguist Antoine Culioli. We have made lots of choices, and the first and most important was to elect language ambiguity as our focus of investigation, mainly the constitution of meaning.

Otherwise, this thesis demonstrates there is a dynamic power (that is, language and all its constitutive activity) that makes enunciation a mobile and hybrid space in which one meaning, reference, value don't assume materiality without the articulation between lexicon and grammar. In this way, lexical meaning depends on the grammatical movement and grammatical meaning depends on lexical movement.

In order to carry out our goal, the research was shared in ten sections that discusses (not always in a harmonic way) semantics (classic issues, concepts, categorizations and expansions) under the view of the linguistic production (constitutive operations of utterance like: modal values, aspect, quantification, localization, etc.) and generates rentable tension in the predication, which one is the wonder of language.

All of it allowed us to think of an effective contribution to language teaching, especially because a work focused on language indetermination sets subject (and all his activity) in the center of the matter, what makes one combine and articulate subjective development and formal teaching and one develop the capacity of self balance and information processing.

In summary, our investigation gave us material to conclude ambiguity, besides being inherent to language and besides establishing a boundary between intra and extra linguistics, reinforces the emergency of a model of analysis that prove one may only consider meaning which is, by the way, provisional and relative thanks to the flexibility of language in the scope of the occurrences. This plasticity that allows us move grammatical categories and show nuances only visible in the enunciation and by the enunciation.

Keywords: Language. Ambiguity. Meaning. Linguistics. Teaching.

RÉSUMÉ

Notre recherche s'inscrit dans le contexte des discussions de la contribution de la signification linguistique de la Théorie des Opérations Prédicatives et Énonciatives (TOPE) dont le principal représentant est le linguiste français Antoine Culioli. Comme notre premier choix, nous avons choisi l'ambiguïté du langage comme le noyau de la recherche, en particulier la constitution du sens.

En outre, la thèse montre qu'il ya une force dynamique (le langage et son activité constitutive) qui fait de l'énonciation un complexe espace hybride où le sens, de référence, valeur, signification, ne se matérialisent pas dans un environnement qui n'articule pas fondamentalement le lexique et la grammaire. Ainsi, l'attribution de sens lexical dépend de la grammaire et l'attribution de sens dans la grammaire dépend du mouvement du lexique.

Pour accomplir notre objectif, la recherche a été divisée en dix chapitres dans lesquelles on discute (pas toujours harmonieusement) la sémantique des sciences (principes classiques, les concepts, les classifications et les extensions) à partir de la perspective de la production du langage (les opérations qui constituent l'énoncé: modalité, aspectualité, quantification, localisation, etc.) et génère une tension productive pour la prédication qui est la merveille du langage.

Tout cela nous a permis de penser à une contribution efficace à l'enseignement des langues, en particulier parce que le travail sur l'indétermination du langage met le sujet (et toute son activité) dans le centre de la question, ce qui rend concilier et articuler le développement subjective et l'éducation formelle, et ainsi, à développer la capacité d'auto-régulation et de traitement de l'information.

Notre recherche nous a donné matière à vérifier que l'ambiguïté est inhérent au langage, établit une frontière entre intra et extra-linguistique et renforce l'émergence d'un modèle d'analyse que montre que est dans le contexte des événements qu'on peut parler d'un sens toujours provisoire et relative grâce à la flexibilité du langage. Cette plasticité que nous permet changer les catégories grammaticales et montrer les nuances que ne sont visibles que dans l'énonciation et par l'énonciation.

Mots-clés: Language. Ambiguïté. Sens. Linguistique. Enseignement.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1 – A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: uma aposta na indeterminação da linguagem.....	24
1.1 Um panorama.....	24
1.2 O modelo metodológico de Culioli.....	27
1.3 Culioli e Benveniste	29
1.4 Sobre a formalização.....	32
1.4.1. Observáveis e modelos	32
1.4.2 Conceitos, termos e símbolos	34
1.4.3 Sintaxe e semântica.....	35
1.5 Línguas e Linguagem	38
1.6 Frase e enunciado	39
1.7 Representações metalinguísticas e sintaxe.....	39
1.8 O problema da referência	41
1.9 As operações metalinguísticas	42
1.10 O conceito de invariância.....	43
2 - Alguns pressupostos teórico-metodológicos.....	47
2.1. A modalidade	47
2.2. O aspecto.....	47
2.2.1 Algumas considerações sobre a formalização da noção de aspecto	49
2.3. Noção: fronteira, interior e exterior de seu domínio.....	49
2.4. Operações de quantificação.....	51
2.5 A operação de localização.....	52
3 – Algumas questões semânticas	54
3.1 Algumas considerações sobre a ciência do significado.....	54
3.2 Sobre o significado: a visão de Löbner	58
3.3 Contatos e conflitos entre sintaxe e semântica	62
3.4 O sentido em Aristóteles: uma primeira concepção de ambiguidade.....	63
3.4.1 Enfim, a contribuição	66
4 – A visão enunciativa de Le Goffic sobre a ambiguidade.....	67
4.1 Ambiguidade e interpretação	69

4.2 A ambiguidade como uma marca universal da linguagem	71
4.3 Ambiguidade e sentido	72
4.5 A intenção de significação.....	73
4.6 A significação do enunciado: autonomia, dependência e paradoxos.....	75
5 - A ambiguidade: conceituações clássicas.....	81
5.1 Definindo o território	81
5.2 Um problema clássico em semântica: homonímia x polissemia.....	83
5.2.1 A polissemia	85
5.2.2 A homonímia	87
5.3 Um ponto de vista discursivo da ambiguidade	88
6 - Os sete tipos de ambiguidade de Empson: a visão literária	95
7 – Revendo as taxonomias da ambiguidade.....	101
7.1 Introdução	101
7.2 Lista classificatória dos tipos de ambiguidade: uma releitura da tradição	102
7.3. Explorando as ambiguidades	103
7.3.1 Ambiguidade de Âmbito	104
7.3.2 Ambiguidade Sintática	105
7.3.3 Ambiguidade Sistemática.....	107
7.3.4 Ambiguidade lexical	108
7.3.5 Ambiguidade Interlingual.....	110
7.3.6 Ambiguidade Linguística	113
7.3.7 Ambiguidade Morfológica.....	115
7.3.8 Ambiguidade Poética	117
7.3.9 Ambiguidade Pragmática	119
7.3.10. Ambiguidade Predicativa	120
7.3.11 Ambiguidade Semântica.....	122
7.3.12 Ambiguidade Referencial	124
7.3.13 Ambiguidade Transfrástica.....	126
7.3.14 Ambiguidade Virtual.....	128
7.3.15 Ambiguidades não exploradas e uma conclusão	129
8 Enfim, de qual ambiguidade trata a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas?.....	131
8.1 Introdução	131
8.2 A ambiguidade culioliana	135
8.3 Desambiguação e paráfrase: o processo de interpretação	140

8.4 Duas propriedades fundamentais da linguagem: a estabilidade e a deformidade	145
8.5 Conclusão	149
9 – Dois modelos de análise da ambiguidade linguística: um formal e outro empírico	150
9.1. Introdução	150
9.2. Do instável ao estável	152
9.2.1 Enunciado 1	152
9.2.2 Enunciado 2	159
9.2.3 Enunciado 3	163
9.3 Do estável ao instável	167
9.3.1 Enunciado 4	167
9.3.2 Enunciado 5	169
9.4. Alguns espaços que privilegiam a indeterminação referencial no português brasileiro	172
9.4.1 O problema em se distinguir agente e paciente.	172
9.4.2 O problema da coordenação aditiva.	174
9.4.3 O problema do predicativo.	175
9.4.4 O problema em se distinguir pronome relativo de conjunção integrante.	177
9.4.5 O problema da referencialidade de complementos verbais.....	179
9.4.6 O problema da referencialidade das formas nominais	180
9.4.7. O problema dos possessivos.	181
9.5 Três casos que chamam a atenção	182
9.5.1 O caso da marca já	182
9.5.2 O caso do adjetivo vazio.....	183
9.5.3 O caso de bem e bom.....	184
9.6 Conclusão	185
10 – Ambiguidade e educação	187
10.1 Introdução: um pouco de história.....	187
10.2 A contramão da história: uma abordagem focada no sujeito	189
10.3 O construtivismo piagetiano	192
10.4 Em defesa da abordagem construtivista para o ensino de língua: assumindo Piaget.....	197
10.5 O papel da linguagem.....	200
10.6 A assunção da plurissignificação	202
10.7 A função reguladora da linguagem: eu x outro.....	207
10.8 As propostas curriculares de língua portuguesa: novas e velhas ideias	212
10.8.1 A proposta de 2008	215

10.8.2 A proposta da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) de 1994	218
10. 9 Dois exercícios: um sobre o sujeito e outro sobre modalização	220
10.10 Sobre a necessidade de uma gramática operatória para o ensino.....	224
10.11 Porque se ensina a língua materna	228
10.12 Conclusão	234
Considerações finais.....	236
Referências.....	247

Introdução

“Contribuições ao estudo da ambiguidade da linguagem: uma proposta linguístico-educacional” é o título da tese de doutorado em Linguística e Língua Portuguesa desenvolvida junto à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, sob a orientação da professora titular Letícia Marcondes Rezende e sob o fomento da CAPES, entre os anos de 2008 e 2012.

O compêndio é composto por dez seções que, articuladas entre si, visam a defender nosso ponto de vista subsidiado por duas hipóteses (uma central e outra secundária) que foram investigadas ao longo dos quatro anos de pesquisa dentro dos contornos da ciência linguística. O conteúdo das seções será esmiuçado na parte final dessa apresentação. Começemos por expor as duas hipóteses:

- i. A hipótese central, focada na linguística, é a de que toda a ambiguidade localizável nas crostas das línguas naturais é garantida por uma indeterminação que está na gênese da atividade da linguagem e que a constitui como tal. Daí, falar em tipologias de ambiguidade seria o mesmo que abordar a indeterminação da linguagem em níveis mais rasos e mais distantes de uma orientação e de uma determinação que só a enunciação e um cenário sociopsicológico são capazes de fornecer. Principalmente, quando é da lacuna criada pela ausência de valores referenciais que se está falando.
- ii. A hipótese secundária, focada no ensino de língua materna, é a de que a ambiguidade da linguagem é uma porta de entrada para um ensino construtivista por colocar o sujeito e tudo o que o constitui (inclusive sua indeterminação) no centro dos processos formativos e por lhe dar ferramentas valiosas para se construir (desenvolvimento da identidade) e para se posicionar (desenvolvimento da alteridade). Daí, toda construção de significados seria uma conquista oriunda de uma ordenação também de ordem sociopsicológica.

Para comprovarmos as duas hipóteses acima, ancoramos a tese sobre uma tríade que sustenta e garante, ao mesmo tempo, autonomia e dependência entre seções que compõem a tese: (i) a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, (ii) o legado da ciência do significado acerca da ambiguidade e (iii) o que é produtivamente produzível em ensino de língua portuguesa (como língua materna), a partir da assunção de que a indeterminação conduz a uma (re)discussão antropológica da educação.

O nosso projeto inicial se motivava pelo o que Culioli (1990) diz sobre o papel da análise linguística, que é a (re)construção de sentidos por meio da busca dos traços do sujeito enunciativo numa situação enunciativa. Em outros termos, críamos (e ainda cremos!) que ao linguista fica o papel de levantar os vestígios deixados entre a passagem da noção à representação linguística e encontrar neles os mecanismos (isto é, o lado formal e visível) da linguagem que possibilitam a construção do sentido.

Do lado educacional, esses traços seriam recuperados por atividade epilinguística e serviriam para conscientizar os alunos acerca da variação linguística, o que por si só já salvaria a ambiguidade da condenação à má comunicação ou à má estruturação da frase. Algo que a colocaria como retentora e mediadora de uma discussão sociopsicológica nas aulas de língua portuguesa por viabilizar avaliação do processo de construção referencial.

Isso porque, antes mesmo de iniciarmos a pesquisa em 2008, já havia surgido um grande interesse pela investigação pelo o que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) entendia por sentido e por valores referenciais. Assim, perguntas como o que é o sentido para a TOPE? Como se constroem os valores referenciais? Como da plasticidade linguística gera-se estabilidade? E o contrário? serviram de norte para a nossa investigação.

Mesmo que Antoine Culioli¹, o principal articulador da TOPE, já tenha iniciado o desbravamento do enigma da linguagem a partir da variação das línguas naturais, isto é, sobre o movimento linguístico para chegar àquilo que não se movimenta na linguagem (sua invariância); ainda somos poucos os que investem (aqui me refiro, com destaque, aos estudiosos da TOPE) a fim de compreender o que é a ambiguidade culioliana e o que sustenta a afirmação: “*essas contradições fundam a*

¹ Antoine Culioli – anglicista de formação, fundador do princípio enunciativista e catedrático aposentado da Universidade Paris VII.

*dialética da atividade linguageira. Elas dão à linguagem sua instabilidade e sua estabilidade...*² (CULIOLI, 1999a, p. 43).

Apesar de nossa meta ser a de contribuir ao estudo da ambiguidade da linguagem (e isto está bem marcado desde o título dessa tese), pinçamos uma única língua (o português brasileiro) para a realização dessa meta; o que é justificado pelo fato das línguas naturais tanto terem (cada qual) qualquer coisa de singular, quanto terem qualquer coisa de plural recuperável a partir de operações que suportam a generalização gramatical. E só uma abordagem universalista da ambiguidade, como é a de Culioli, nos permite dar, efetivamente, esse tipo de contribuição.

Assim, boa parte dos caminhos trilhados neste trabalho foi em direção a investigar essa ambiguidade que está no gene da linguagem, que coincide com a própria atividade significativa do homem e que é esteio das ambiguidades localizáveis em estratos da língua que tanto incomodam alguns segmentos da linguística.

Mais do que reduzir a definição de ambiguidade ao fenômeno do duplo (do múltiplo) sentido, apostamos numa concepção de indeterminação que considere as diferenças de sentidos respaldadas pela enunciação sem termos que separar léxico e gramática, de um lado, e sentido e valores referenciais de outro. Isso para defendermos que falar em sentido x ou y é, primeiro, ter que estabelecer uma relação enunciativa determinada e definida por um conjunto de parâmetros que formam um pacote de relações entre enunciado e sujeito enunciadador de um lado e o momento ao qual se refere o enunciado e o momento da enunciação, do outro.

Por trás do estudo da ambiguidade havia um objetivo secundário de construir um plano linguístico acerca de um sistema dinâmico fundamentado em conceitos que garantem uma estabilidade teórica plástica ancorada nos ajustes linguísticos, que é o que propusemos nas seções teóricas da tese, sobretudo nas seções 1, 4 e 8, as quais terão seus conteúdos minimamente expostos mais adiante. E foi esse objetivo que nos motivou a não determinar um corpus de análise tal qual se costuma fazer em pesquisas linguísticas.

Ademais, uma assunção mais radical da TOPE já nos conduz a estudar enunciados e ocorrências diversas de língua pinçados de discursos ambientes em que os valores estão ligados à enunciação (e aqui incluímos tempo, espaço,

² «Ces contradictions fondent la dialectique de l'activité langagière. Elles donnent au langage sa labilité e sa stabilité»

modalidade, aspecto) e não só ao léxico ou à gramática. Em verdade, é a tomada de posição de que uma verdadeira análise linguística deve ser feita sobre ocorrências espontâneas em que os valores e os sentidos estejam dotados de uma imprevisibilidade da qual o linguista não pode abrir mão.

Com isso, optamos por abrir mão de um estudo prático exclusivamente confinado numa única seção contornada por métodos de análise bem definidos. Ao contrário, propomos um trabalho que concilie, harmonicamente, teoria e prática à medida que se faz necessária a comprovação daquilo que a tese defende.

Ainda sobre as nossas preocupações pedagógicas inserimos que além de termos nos esforçado a expressá-las desde o título até a última seção (a qual, aliás, é exclusivamente dedicada a essas preocupações), complementamos que elas se concentram num espaço privilegiado de nosso amadurecimento e de nossa vocação para com a pesquisa linguística. Tanto isso é fato que o projeto que deu vida à essa tese nasceu exatamente dessa ânsia de darmos visibilidade à preponderância e à pertinência em trabalhar, sempre como um meio de desenvolvimento da linguagem e do sujeito, com a imprevisibilidade de sentidos e valores no ensino de línguas.

Enfim, passemos a expor o que está no núcleo duro de cada uma das dez seções que, além dessa introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas, constituem a nossa tese.

A seção 1 - **A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: uma aposta na indeterminação da linguagem** - sumariza a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas exclusivamente pelo viés dos pensamentos de Antoine Culioli. A intenção era dupla: apresentar o fundamental do pensamento culioliano e garantir base teórica para o que se desenvolve, criticamente, nas discussões das seções seguintes, mesmo porque a TOPE é o modelo teórico norteador das nossas crenças defendidas.

O conteúdo é a síntese de uma linguística focada numa abordagem gramatical em que o enunciado é o centro da atividade da linguagem, uma atividade estruturante por representar, referenciar e regular a atividade linguística que também é estruturante, mas também estruturada por depender da articulação entre léxico e gramática.

Basicamente a seção se desenvolve, a partir de fichamentos das principais obras que compõem o legado de Culioli, para mostrar que o seu modelo prima pela

criação de um sistema de operações metalinguístico a fim de apreender o fenômeno da linguagem por meio da diversidade da língua. De modo que toda análise deva partir, prioritariamente, do processo de produção do enunciado.

A seção 2 - **Alguns pressupostos teórico-metodológicos** - pode ser compreendida como um anexo à primeira seção por ela ter se composto de modo a elencar as principais operações que são ativadas, pelos sujeitos enunciadore, durante o processo de construção dos enunciados.

Em suma, trata-se da explanação das operações enunciativas de modalidade, aspectualidade, organização do domínio nocional, quantificação e localização responsáveis pela constituição do sentido no enunciado e pela universalidade da linguagem. Essas operações viabilizam a formalização de um problema em linguística e as deformidades da linguagem a fim de que se consiga representar tanto as regularidades (as invariáveis), quanto as irregularidades (as variáveis) da linguagem.

A seção 3 - **Algumas questões semânticas** - destinada a revisar os pressupostos semânticos que circundam as teorias acerca da ambiguidade, dá bases nocionais de como o fenômeno da variação de significados é vista desde o precursor Aristóteles até pesquisadores mais recentes como Löbner (2002).

O foco era mostrar que apesar da relutância de Aristóteles em admitir que a significação é movediça e depende de fatores outros além daquilo que a palavra encerra e dos ranços tradicionalistas de que a concepção de significado está atrelada às formas da língua, já encontramos teorias semânticas (como é o caso da contribuição de Kempson) que admitem, embora ainda sutilmente, que léxico e enunciado têm significados relacionados com os significados de outro léxico e de outros enunciados.

A seção 4 - **A visão enunciativa de Le Goffic sobre a ambiguidade** - é dedicada a pontuar algumas contribuições ao estudo da ambiguidade por meio de um dos trabalhos mais importantes, e provavelmente o de maior fôlego, versados sobre a ambiguidade da linguagem com aplicações na língua francesa nos moldes da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

Aqui, o enfoque é o levantamento da problemática geral da ambiguidade da linguagem levando em conta a dimensão da linguagem e todas suas formas de generalização. Nesse sentido, os itens, que compõem essa seção, destinam-se, por meio de um pinçamento da tese que sumariza a perspectiva teórica de Le Goffic, a expor os problemas que rondam a definição e a caracterização da ambiguidade, de um lado, e os problemas relacionados à atividade significativa dos sujeitos (tais como intenção, interpretação, autonomia e dependência dos sentidos), de outro. Tudo isso para mostrar que não há como emparelhar intenção significativa de quem produz e intenção interpretativa de quem recebe um enunciado.

A seção 5 - **A ambiguidade nos tratados linguísticos** – se propõe a pinçar o clássico duelo entre homonímia e polissemia que é o que resume a abordagem da ambiguidade no âmbito da semântica formal, como é o caso dos estudos de Ullmann e vários linguistas mais presos à gramática prescritiva (como Bechara e Lyons).

Na parte final dessa seção trazemos o ponto de vista discursivo (nas égides de Haroche (1992)) que já dá uma primeira luz de que outras abordagens linguísticas que não as da produção como a TOPE vêm assumindo. Resumidamente, que a ambiguidade extrapola os níveis discursivo (intralinguístico) e pragmático (extralinguístico) e recai na constituição da própria linguagem.

A seção 6 – **Os sete tipos de ambiguidade de Empson: a visão literária** – vem reafirmar, por meio de um prisma diferente do da linguística, que todo enunciado é potencialmente ambíguo. Principalmente porque Empson, ao expor sete tipos de ambiguidade que ele identificou em textos literários, defende que qualquer enunciado pode ser traduzido por outros enunciados, mediante a um trabalho com marcas e operações.

Para nós, esse pensamento assume relevância ímpar porque destaca a plasticidade da significação e da dependência entre enunciado e situação na atribuição de sentidos, mesmo que o foco de Empson seja o de expor a beleza da indeterminação para a poesia. E é isso o que ele faz.

A seção 7 - **Revedo as taxonomias da ambiguidade** – provavelmente a seção mais densa da tese, nos é peculiar porque é a que diretamente comprova a primeira hipótese da tese.

Por meio da releitura dos 14 tipos de ambiguidade levantados por Silva (2006), fomos apontando os problemas em fixar o fenômeno da ambiguidade nos contornos da língua ao invés de remetê-lo à indeterminação inevitável da linguagem. E a análise de cada tipo de ambiguidade reafirmou que analisar a ambiguidade em função das regras gramaticais e categorizá-la em diferentes níveis (o que alimenta o surgimento de taxonomias que a remetem a problemas tencionáveis nos âmbitos semântico, lexical, sintático, morfológico, etc.) é uma atitude pouco produtiva em linguística porque reduz a visão do todo da linguagem e retarda qualquer tentativa de representação do caráter universalista da linguagem.

A seção 8 - **Enfim, de qual ambiguidade trata a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas?** – é um apanhado do pensamento culioliano sobre o que, de fato, constitui o sentido. O esteio dessa seção fica por conta de textos de discípulos diretos de Culioli que também vêm pesquisando a identidade das línguas naturais por meio da variação do sentido.

Uma abordagem construtivista como é a TOPE coloca como questão central a relação entre unidades da língua (sempre pelo amparo do enunciado) e situação enunciativa no âmbito da variação e da constituição do sentido.

Assim, essa seção busca exatamente expor a seguinte trama: a dependência do sentido para com a materialidade discursiva que vai desde as regras sintáticas à entonação. Em outras palavras, o foco está em mostrar que na relação entre a construção do texto (e todos seus arranjos) e aquilo que esse texto significa não existem reproduções de sentidos anteriores, mas de sentidos que brotam nessa e por essa relação.

A seção 9 - **Dois modelos de análise da ambiguidade linguística: um formal e outro empírico** – é o que se costuma chamar momento de análise de corpus de uma tese.

Embora, como já dissemos antes, tenhamos optado por apresentar análise de ocorrências de língua ao longo de todo trabalho e sempre que se fez necessário para explicar algum fenômeno ou para demonstrar algum conceito, essa seção, como seu próprio título faz o prelúdio, destina-se a realizar dois tipos de exercício com a língua: um mais rígido e que recupera boa parte das ideias expostas nas

seções 1 e 2 e outro empírico, direcionado a investigar mais intuitivamente alguns tipos de construções que geram indeterminação referencial no português brasileiro.

O modelo de análise formal se aplica em dois tipos de enunciados: um em que a ambiguidade está explícita e estabilizada e outro em que a ambiguidade emerge durante a realização de uma atividade metalinguística controlada por nós.

O modelo de análise empírico visita sete casos gramaticais e demonstra como a indeterminação fez deles espaços privilegiados para a indeterminação referencial. Ainda com base nesse modelo, nos arriscamos a chamar a atenção para três problemas do português quando é de referencialidade que se está falando: o caso da marca já (em oposição a já já), do qualificador vazio (enquanto fronteira ou enquanto complementar de cheio) e da oposição entre bem e bom.

A seção 10 - **Ambiguidade e educação** – encerra a tese e objetiva, além de defender a nossa segunda hipótese, fornecer uma abordagem construtivista para a indeterminação da linguagem no ensino.

A tarefa não foi curta. Começamos com uma revisão das principais abordagens que exerceram (e ainda exercem) poder no ensino de língua materna no Brasil, o que nos fez assumir um posicionamento construtivista e remeter a discussão ao desenvolvimento da linguagem (sobretudo no que tange sua função constituinte e reguladora) justamente por defendermos que o sujeito deve estar em posição central em qualquer discussão linguístico-educacional.

A nossa grata surpresa foi termos encontrado amparo legítimo dentro da filosofia de nomes como Merleau Ponty e Husserl e dentro da linguística de Franchi, a qual claramente tem um olhar direcionado ao ensino. Porém, infelizmente, no momento em que trilhamos duas propostas de ensino do estado de São Paulo (a vigente, de 2008, e a antiga, a de 1994), pouco respaldo encontramos para a inserção da ambiguidade como uma ferramenta construtivista para o ensino.

Para fechar, expusemos, mais livremente, algumas questões de língua que podem ser pertinentes para comprovar a nossa hipótese e para, em última instância, defender uma concepção de gramática operatória para o ensino que vislumbramos: um ensino que coloca o sujeito no centro, portanto, de base antropológica.

Numa última palavra sobre a apresentação deste trabalho, diríamos que ele versa sobre a indeterminação da linguagem apreendida através do fenômeno da

ambiguidade linguística em sentido amplo: constituição, relações, formas, lugar na formação dos sentidos e lugar na formação dos sujeitos.

Na prática, priorizamos as categorias de linguagem (sobretudo a atividade de parafrase), que julgamos serem essenciais porque instauram um processo de conscientização da variação da língua (daí termos uma proposta linguística) que corrobora a própria conscientização da constituição do homem (daí termos uma proposta educacional).

1 – A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: UMA APOSTA NA INDETERMINAÇÃO DA LINGUAGEM

1.1 Um panorama

O linguista Antoine Culioli, a quem as pesquisas dentro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) devem mesura, tem insistido há mais de quatro décadas que a linguística que ele almeja é aquela que coloca o enigma da linguagem no bojo de seus estudos. Ele tem defendido ao longo desses anos que o espaço de sua linguística está nos estudos da linguagem: aquela atividade simbólica de ordem cognitiva e afetiva apreendida através das línguas naturais, dos textos e das situações.

Sua inquietação metodológica constantemente tenta responder a seguinte pergunta: como construir um sistema de representação metalinguístico que satisfaça as exigências de linguistas e não linguistas?

Numa primeira instância, a resposta seria a construção de uma teoria dos observáveis que fosse sustentada por hipóteses válidas e pela instauração de um sistema metalinguístico que sustentasse a teoria em questão.

Se o principal meio para refletir sobre a linguagem é atribuído ao enunciado, isso se dá por Culioli colocar em dúvida o conceito estruturalista do que seria uma sequência morfossintática. Brevemente, coloca no bojo de suas discussões sequências como “ele partiu” e elabora, com isso, uma teoria acerca do enunciado e descobre os princípios organizadores da boa formação enunciativa que não se confundem com as regras da boa formação frásica.

Culioli (1999a, p. 11) ressalta que descobrir o enunciado é fazer vir à tona o problema das relações intersubjetivas e o problema fundamental da dissimetria entre produção e reconhecimento. Ademais, ele (i) refuta a concepção simplista da linguagem que se confina num invólucro que contenha um emissor e um receptor. Ao contrário, ele se apoia numa filosofia que corrobora a ideia de uma atividade de

comunicação que pressupõe ajustes e percursos sinuosos, a saber o que um sujeito produz de ajustamentos textuais reconhecíveis e interpretáveis por um outro sujeito de maneiras distintas e (ii) rejeita um modelo em que a comunicação se reduziria à transmissão de informações pré-estabelecidas, sem modulações, sem adaptações e geradas por sujeitos numa situação harmônica igualmente preestabelecida.

Resumidamente, Culioli (1999a):

1. Introduz sistematicamente a distinção entre linguagístico, linguístico e metalinguístico, bem como a diferença entre o transindividual e o intersubjetivo, pois se só houvesse o transindividual, as variações e os ajustes seriam suprimidos e se só houvesse o intersubjetivo, a comunicação seria impossível. Nesse contexto, ele sente a necessidade de introduzir o conceito de lexis (adaptado de *lekton* dos estoicos) para fundar essa estabilidade deformável e essa plasticidade estável do jogo enunciativo e para transpor o problema da troca enunciativa à construção e reconstrução de formas abstratas e materiais, pois o trabalho linguístico se dá em condições que tornam um enunciado interpretável. Dito de outra forma, uma teoria da lexis vai ao encontro do problema das equivalências, pois de uma lexis emerge uma família parafrástica e de glosas com modulações que nos fornecem condições de verificar o que é a mesma coisa, o que é diferente e porque é igual ou diferente.

2. Estabelece que a relação entre língua e linguagem e o conceito de enunciado remetem ao problema central das invariâncias e da deformidade em linguística, isto é, à construção de um sistema dinâmico dos fenômenos complexos, sendo que a refutação dessa construção implicaria em termos que nos contentar com dados simplistas e idealizados e sem critérios de idealização. Assim, Culioli posiciona-se em favor de estudar todas as ocorrências encontradas sem excluir nenhuma e sem se recusar a construir um modelo dinâmico e consciente do risco de fracassar e de ter que por em pauta se a falta de resultado é consequência de uma insuficiência teórica (ou metodológica) ou se se trata de um problema sem solução (considerando a heterogeneidade linguística). Em suma, faz-se necessário dar os critérios teóricos justificadores, sejam da idealização, sejam dos agenciamentos metalinguísticos, sejam do abandono da problemática.

3. Busca, de modo ímpar, explicar como os linguistas constroem os objetos sobre os quais eles operam, isto é, como se constroem os espaços em que colocamos esses objetos de forma que possamos construir os enunciados. Culioli destaca a relação primitiva, a lexis, o domínio nocional, os jogos de marcas que

remetem às categorias gramaticais e lexicais, o espaço de referência como os objetos metalinguísticos (construtos teóricos). Dentre as operações possíveis, Culioli destaca a que insere uma lexis num espaço de referência. Assim, os enunciados seriam o produto oriundo da instanciação de um esquema de lexis onde a construção do enunciado se daria pela relação estabelecida entre uma noção e uma ocorrência dessa noção e pela localização dessa ocorrência em referência a um sistema de operação.

Culioli sustenta seus estudos por meio de uma teoria dos observáveis e de uma observação a outra chega a generalizações e a representações metalinguísticas de fenômenos analisáveis. Dito de outra maneira, ele busca na relação entre a linguagem e a cognição o aparato para saber construir problemas, saber construir raciocínios, saber controlar e construir (simultaneamente) procedimentos de validação que permitam verificar se os problemas linguísticos estão bem formulados, se os raciocínios são pertinentes.

Para a realização de seu trabalho o linguista parte de uma hipótese fundadora que é a de que a atividade enunciativa é uma atividade de produção e de reconhecimento interpretativo de formas abstratas; de um modelo epistemológico tridimensional onde se tem (i) as noções³ (representações mentais inacessíveis diretamente oriundas das experiências dos sujeitos ligados a um universo cultural), (ii) as representações linguísticas e (iii) o sistema de representações metalinguísticas; de uma hipótese condicional em que as representações linguísticas são os traços materiais e textuais das representações e das operações de passagem das noções para as representações linguísticas e, finalmente, de um princípio metodológico em que a formalização entre as relações de representações metalinguísticas e representações linguísticas permitam construir uma simulação das relações entre as noções e as representações linguísticas.

O esquema de relações pode ser denominado como um verdadeiro esquema semiológico integral segundo um princípio de continuidade semiótica, esquemas mentais, realidade psíquica, lógica discursiva, subjetividade e intersubjetividade, esquemas linguísticos, sistemas linguísticos, instituições sociais, técnicas e culturas.

Culioli (2005, p. 182) combina a elaboração teórica à produção subjetiva e descobre a linguagem ao mesmo tempo em que organiza o que virá a ser um texto

³ Abordaremos o conceito de noção mais detalhadamente na parte 2.3.

numa língua. O que ele faz, em verdade, é usar a razão conjectural em função de uma forma de interpretação que dá acesso ao inconsciente.

Se noutro momento (CUMPRI, 2008) distanciamos Culioli de Saussure pelo primeiro romper com as dicotomias estruturalistas, sobretudo a de língua e fala, aqui entendemos que Culioli estende a visão de Saussure que admitia que o estudo da linguagem está quase inteiramente contido no estudo da língua. Um estudo que seria improdutivo e desprovido de método e princípio gerador se não fosse direcionado a ilustrar o problema geral da linguagem e se não se procurasse identificar cada fato particular em que se observam o significado e o proveito visíveis resultantes do conhecimento instintivo que o homem tem de operar a língua.

Assim, o projeto de Culioli se situa na compreensão da atividade da linguagem nas margens da linguística (o indizível, o afeto, a empatia, a percepção, etc.). Isto é, estamos falando de um programa de trabalho que parte da crença de que uma ciência que se faz sobre suas fronteiras cujo centro seja móvel a fim de que se passe de uma linguística de operações predicativas e enunciativas a uma morfogênese semântica e a uma antropologia do fazer humano e social que são a própria ciência da linguagem.

1.2 O modelo metodológico de Culioli

Três perguntas são constantes: O que se entende aqui por linguagem? Onde se situam as línguas em relação à linguagem? A lógica é a arte da razão ou um *corpus* de técnicas destinadas a demonstrar fenômenos?

Primeiramente, vejamos como Culioli entende lógica e linguística. Linguística enquanto a ciência que tem por objeto a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais e a lógica enquanto a ciência do formal, isto é, da forma e do encadeamento das regras de escrita.

Em suas discussões Culioli (1999a, p.53) costuma ter bem definidas e não confundidas as noções de linguagístico, linguístico e metalinguístico. Por procedimento linguagístico, compreende a atividade da linguagem, por linguístico ele entende as operações complexas cujos traços são as configurações textuais e por atividade metalinguística ele compreende a atividade do linguista de descrever,

representar e simular os fenômenos observáveis (produção e produto) resultantes das atividades linguagística e linguística.

Os fenômenos observados, por sua vez, se dão dentro de um quadro teórico descrito enquanto um conjunto coerente de hipóteses sujeito à verificação. Assim, ao linguista cabe (i) relatar de forma explícita as hipóteses formuladas, as categorias e bem como a origem e o estatuto teórico dessas categorias, além de definir as operações e justificar as representações simbólicas dos estados metalinguísticos que ele constrói, (ii) obedecer às exigências de coerência de toda escrita formal, (iii) submeter-se à regra imprescindível da verificação empírica a fim de explicar como se passa de uma fórmula a um enunciado e qual é o grau de aproximação aceitável.

Resumidamente, construir um modelo teórico é:

- (i) Dar conta das representações desarticuladas às quais esforços de aproximação têm sido feitos graças a um discurso gramatical que se desvia dos princípios da analogia gramatical.
- (ii) Construir, empiricamente, um sistema lógico do qual descenda uma ou várias línguas.
- (iii) Descrever as línguas e estudar, por meio das operações predicativas, as propriedades gerais dos sistemas operatórios em função da diversidade dessas línguas naturais.

Em crítica às relações tênues entre a linguística descritiva e a linguística teórica e às práticas aproximativas e confusas, Culioli (1999a, p. 64) afirma que só é possível construir um modelo linguístico a partir de um trabalho em conjunto, organizado e consciente. Para ele fazem-se necessários lógicos que aceitem as fantasias e os meandros do linguístico; linguistas que não tenham uma crença ingênua ao fazer uma observação direta ou fiel ao que é formal, informáticos que se despojem de seu sentimento de hegemonia, que não confundam “codificado” e “formalizado” e que não pensem que os textos em linguagem de programação são um subconjunto da linguagem humana; psicolinguistas que se interessem pelas relações entre a organização de enunciados e as operações de referenciação.

Importa aprender definir os domínios e ligar a argumentação de modo que se possa comparar duas teorias e demonstrar, sempre que possível, a equivalência. Para tal, não se pode (i) confundir os conceitos de linguagístico, linguístico e

metalinguístico; (ii) confundir as noções de formal, cognitivo, código e lógica, (iii) deixar de atribuir, por meio de regras operatórias, um estatuto teórico ao que se define. Ainda há de se considerar não bem parametrado o problema entre sintaxe e semântica no qual a segunda seja interpretativa ou generativa. O essencial é formular o que se quer representar: a atividade da linguagem? Uma língua? Várias línguas? As operações predicativas? As operações enunciativas?

Das ambições de Culioli (1999a), a que de longa data tem sido trabalhada por ele é a de que uma discussão deve se consagrar à análise de um único enunciado, o que implica levar em consideração uma família parafrástica desse enunciado a fim de forçar a sua explicitação. Dessa forma, ao invés de trabalhar com uma metalíngua aproximativa sobre enunciados normatizados, o linguista procura construir (a partir de observações bem detalhadas) uma metalíngua (explícita e unívoca) que permite apreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais sem que se deixe de levar em conta a ambivalência, a aproximação, a falha e o mal entendido.

1.3 Culioli e Benveniste

Se o próprio Culioli considera que toda releitura é uma forma de reapropriação, um tipo de elaboração secundária, ele, ao falar do legado de Benveniste, atribui ao autor de “Problemas de Linguística Geral” (PLG) o papel daquele que explicou e teorizou o objeto da linguística como o estudo da relação entre a linguagem e as línguas. Ademais, algumas outras constatações são feitas por ele. Elencaremos as que mais julgamos pertinentes à aproximação técnica desses dois linguistas que têm a enunciação como pano de fundo dos atos de língua e linguagem.

Culioli (1999a, p. 117) encontra no PLG que (i) o estudo das línguas (organismos empíricos e históricos) contém o único acesso possível à compreensão dos mecanismos e funcionamento da linguagem, o que para ele é a exposição do problema fundamental da teoria dos observáveis e que (ii) a noção de estrutura e sua função são o objeto das experiências que incidem, sucessivamente, sobre as variações de estrutura nas línguas e sobre as manifestações intralinguísticas de

algumas funções. Para ele, isso é a exposição do problema da generalização e da invariância por trás da variação.

Culioli (1999a) destaca o uso do termo “intralinguístico” em Benveniste, que tanto se refere às manifestações intralinguísticas de algumas funções, quanto (junto com a linguagem) às relações entre o biológico e cultural, entre a subjetividade e a socialização, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento.

Benveniste, em PLG, afirma o duplo objeto da linguística (como já dissemos, o estudo da língua e da linguagem) ao mesmo tempo em que coloca, talvez, sua visão mais inovadora que é a de que a linguagem não é um objeto teórico acessível à observação e coextensiva às realizações particulares que são as línguas. Constatação que dialoga com a premissa culioliana de que a linguagem não pode ser apreendida senão pela diversidade das línguas naturais com o suporte de uma teorização da observação e da generalização. Isto é, temos aqui a coincidência, mesmo que jamais exata, dos posicionamentos de Benveniste e Culioli ao admitirem que todos os aspectos da linguagem são resultado de operações lógicas praticadas inconscientemente. E ainda para Benveniste (PLG), explicitar as operações que praticamos inconscientemente e reconstruir as operações subjacentes graças a operações de abstração e de generalização é o que caracteriza a demarcação teórica.

Na verdade, estamos esmiuçando uma abordagem enunciativa da linguística que parte do pressuposto de que não existe teoria sem técnicas de observação, de representação e de manipulação. Tanto que, por formal, Benveniste compreende a totalidade das formas observáveis em que a linguagem consiste e defende que a linguística é uma ciência de relações de dedução e que cabe a ela definir a natureza própria dos símbolos linguísticos por meio da formalização rigorosa e de uma metalíngua distinta. Em suas próprias palavras:

Se a ciência da linguagem deve escolher os seus modelos, será nas disciplinas matemáticas ou dedutivas que racionalizam completamente o seu objeto, reduzindo-o a um conjunto de propriedades objetivas munidas de definições constantes. (BENVENISTE, 2005, p. 08)

Apesar de Culioli (1990, 1999a, 1999b) insistir no problema da articulação entre uma teoria da linguagem e uma teoria da língua, Benveniste não faz menção a primeira e nem sempre distingue com afinco os termos língua e linguagem. Prova disso é que ora ele fala de uma linguagem como um sistema de signos (o que é um conceito prototípico de língua) e ora enquanto uma atividade humana (que é o próprio conceito de linguagem dentro da abordagem enunciativa de Culioli). De forma análoga, o mesmo ocorre quando ele conceitua língua, pois ele se refere a ela tanto como um repertório de signos e de sistema de combinação de signos, quanto como uma atividade manifestada nas instâncias discursivas que são caracterizadas como tais por índices próprios.

Culioli (1999a, p.120) atribui o problema de Benveniste ao conflito de duas atitudes: a sua ânsia em introduzir o dinamismo e a atividade dos sujeitos (representação simbólica, ação intersubjetiva) e sua estagnação diante de paradigmas. Benveniste mantém uma concepção hierárquica da estrutura ao invés de defini-la pela invariância, o que corrobora o fato de Culioli considerar falha a sua elaboração teórica acerca das línguas e da linguagem. Por essa razão, Benveniste também adentra o termo língua em seu postulado sem que relações estáveis sejam explicitadas de forma clara.

Culioli estende o problema da falta de teorização da relação língua-linguagem aos tratados de Benveniste sobre a subjetividade por julgar que esse multiplica os termos sujeito e ego, usando um pelo outro de forma aleatória, além de deixar de lado o conceito de enunciador, que é fundamental para a reflexão da TOPE. Ademais, Benveniste não rompe com a dicotomização e deixa do lado de fora de suas discussões conceitos como fronteira, valores transitórios, representações especulares e regulações complexas para privilegiar o locutor e a produção e para defender uma de suas mais conhecidas afirmações: a de que não existe pensamento sem linguagem.

Numa última e, talvez, mais frugal comparação, diríamos que enquanto Benveniste resguarda à enunciação o papel de responsável por certas classes de signos que ela promove à existência, Culioli atribui a essa mesma enunciação o papel de mantenedora do sentido e dos valores.

1.4 Sobre a formalização

Por formalização Culioli (1999a, p. 18) entende a necessidade de firmar a relação dialética entre a linguagem e as línguas naturais sem correr o risco de condicionar a linguagem a um reducionismo nocivo e sem se fechar em reescrituras inférteis e sem rigor e sem se limitar a descrições de línguas particulares. Para ele só é possível construir sistemas formais a partir das propriedades do objeto que é uma propriedade do próprio modelo.

Culioli abdica de um formalismo usuário de um sistema gerador sintático radicalmente separado da semântica em função de um problema metodológico que fabrique as ferramentas lógico-matemáticas que permitirão a descrição da atividade linguagística apreendida através das línguas.

Enumeraremos, a seguir, alguns problemas levantados por Culioli (1999a, p. 19 -29):

1.4.1. Observáveis e modelos

O problema da relação entre um modelo, o objeto e o observador não é propriamente da linguística apesar de ter uma importância fundamental, pois:

- a.) A metalíngua é a língua de uso.
- b.) A linguagem é uma atividade que supõe, ela mesma, uma constante atividade epilinguística (definida como atividade metalinguística não-consciente), ao ponto em que a relação entre um modelo e sua realização nos dá o traço fônico ou gráfico dos textos.
- c.) A atividade linguagística é significativa porque há, na comunicação, operações nos dois extremos em que os enunciados assumem sentido (operações complexas, pois todo emissor é, ao mesmo tempo, receptor, do mesmo modo que todo receptor é um emissor em potencial). Contudo não se pode afirmar que as palavras têm um sentido sem estarem ligadas a uma concepção aparelhada da linguagem, conhecida como um instrumento cuja

finalidade explícita é a comunicação entre sujeitos que compartilham do bom senso. Mostra-se, com isso, que a linguagem não está exterior ao sujeito, mas numa relação complexa de exterioridade e interioridade. O código necessita de um suporte para que seja capaz de codificar qualquer coisa, mas sem ser capaz de estabelecer uma relação biunívoca, pois se assim o fosse, não seríamos capazes de explicar os mal-entendidos. Nesse sentido, uma concepção instrumental da linguagem eliminaria o lapso e a modulação do discurso e correria o risco de tornar-se um invólucro do pensamento. De fato, a linguagem funciona em diferentes níveis, sejam eles: o denotativo/conotativo; extrínseco/intrínseco; unívoco/equívoco; cognitivo/afetivo; sistema de signos discretos/sistema simbólico; etc.

d.) A recondução dos problemas de categorização às simples generalizações fundamentadas na frequência não permite explicar, por exemplo, o estatuto de gênero em tantas línguas.

Conclui-se, por meio dessa enumeração, que não se pode estabelecer o problema dos observáveis sem uma teoria da observação, em particular sem se perguntar onde se colocam os observadores. Estudar os processos de produção significa deixar de lado o domínio de observação instantânea para operar abstratamente sem decidir, de antemão, pela existência de apenas dois níveis (superficial e profundo). Em seguida, é necessário reconhecer os enunciados possíveis, mesmo porque a linguística formal não se finca somente na tarefa de estudar as línguas em suas generalidades, mas de prestar contas do que se descobre em sua diversidade, sem exceção.

Se construir uma teoria da observação implica fazer mais do que classificar os modelos de acordo com questões às quais eles respondem, é fundamental ter uma teoria das representações: os modelos são equivalentes, compatíveis? As representações são isomorfas? Tal modo de representação é operatório? Aqui deveria se implantar uma teoria da aproximação que permitiria julgar a força e a regionalidade de um modelo. Nesse sentido, formalizar deveria levar ao conhecimento de que os modelos não são exaustivos e de que uma teoria da aproximação não deve se confundir com uma teoria das aproximações, da mesma forma que, numa atividade linguagística, a análise de enunciados ambíguos não deve se confundir com o estudo da ambiguidade inerente da linguagem.

1.4.2 Conceitos, termos e símbolos

Culioli propõe uma explicação em função de elucidar a confusão sustentada pela labilidade da linguagem entre operadores e metaoperadores. De início ele aponta duas problemáticas: a susceptibilidade de formalização a que qualquer coisa está condicionada e a ausência de rigor fomentador de produção de um sistema de reescritura que se firma sobre si próprio.

Do mesmo modo, o estudo da língua materna acarretaria uma ilusão de que as unidades, as operações e os valores descritos são primitivos, quando na verdade são direcionados a uma concepção morfológica e distribucional da gramática, haja vista que toda unidade da linguagem é engajada e ambivalente. Assim:

[...] todo sistema algébrico de operadores (e de metaoperadores) se imbrica num sistema de variáveis sobre os quais ele incide. Esse segundo sistema tem suas estruturas próprias e suas variáveis são, por sua vez, inseridas numa rede referencial que está em correspondência com as situações vivas, a organização de nossas condutas perceptivas e pragmáticas, até de nossas elaborações fantasmáticas. (CULIOLI, 1999a, p.22, tradução nossa)⁴

Culioli ainda rejeita (i) a apreensão dos universais única e exclusivamente através das variações de superfície da língua; (ii) a cientificidade de conceitualizações falsamente objetivas em que se misturam teorizações implícitas e explícitas; (iii) as categorias mal definidas e muitas vezes herdeiras de relações não formuladas e (iv) a utilização esquemática de classes binárias que demarcam a fonologia do gênero sem que os pressupostos teóricos desses procedimentos sejam vistos claramente. Ele acredita na busca das estruturas na própria língua, na fuga da ilusão terminológica e desconsidera o excesso de superficialidade que arrasta toda conceitualização sobre a linguagem em função de uma teoria de análise que esteja

⁴ [...] tout système algébrique d'opérateurs (et de méta-opérateurs) vient s'imbriquer dans un système de variables sur lesquelles il porte. Ce second système a ses structures propres, et ces variables sont, à leur tour, insérées dans un réseau référentiel qui est en correspondance avec les situations vécues, l'organisation de nos conduites perceptives et pragmatiques, voire nos élaborations fantasmatiques.

ligada a uma teoria da linguagem. Assim, deve-se, a partir das línguas, estabelecer uma metalíngua com regras próprias para depois retornar à língua.

1.4.3 Sintaxe e semântica

Culioli (1999a, p.23-24) elucida que:

a) Nada conduz a semântica das línguas naturais à semântica interpretativa dos sistemas formais.

b) Todo signo e todos os operadores sintáticos podem ser utilizados como símbolos: toda mudança sintática ocasiona uma mudança semântica. Nesse sentido, tudo reside na força da equivalência, podendo-se estabelecer uma distância crescente entre a transformação idêntica e uma frase profundamente remodelada, mas é difícil garantir que a estrutura profunda receba uma interpretação semântica e que as transformações não mudem nada.

c) É possível formular a existência de uma gramática de relações primitivas num nível muito profundo (verdadeiramente pré-lexical) onde a distinção entre sintaxe e semântica não tenha qualquer sentido. Com isso, tem-se um filtro lexical com certo número de regras, sintaxes e semânticas, incluindo modulações retóricas (entre elas a metáfora) que não saberiam estar limitadas à sintaxe. Trata-se do contínuo e não do descontínuo e nenhuma representação do tipo sintática dá conta, por exemplo, da linguagem poética, a menos que se tenha como argumentos o desvio e a anomalia.

Para Culioli, a lexis é pré-assertiva e a passagem à asserção, isto, é a uma situação de enunciação realizada por um sujeito, implica uma modalização. Modalizar é afetar uma modalidade, a qual é compreendida por quatro sentidos diversos. São eles: (i) afirmativo ou negativo, injuntivo, etc.; (ii) certo, provável, necessário, etc.; (iii) apreciativo e (iv) pragmático. Além da modalização, a passagem à asserção implica num outro tipo de modulação denominada estilística que se diferencia da primeira por aquela ser de ordem retórica. Assim, a asserção seria uma ponderação de elementos, uma sequência pré-terminal cujos elementos são parcialmente ordenados e ponderados. A projeção dessa ordem parcial

culminará num conjunto sequencial de termos, sobre o qual está definida uma relação de ordem total não absoluta.

Na realidade, o que Culioli faz é mostrar que a separação entre sintaxe e semântica é menos frutífera do que mostrar que existem enunciados com boa formação semântica e má formação sintática, o que demonstra que a dificuldade central da formalização em linguística não reside na formalização de sistemas algébricos sintáticos, nem no estudo distribucional de combinações de palavras-objetos em correspondência pontual com o extralinguístico, mas no domínio intermediário específico das línguas naturais.

Assim, Culioli (1999a, p. 25-29) aponta algumas concepções que julga pertinentes:

1. Conduzir todas as operações em estado de unidade de predicação a uma aplicação acrescentando-lhe uma teoria do predicado. Como resultado, ter-se-á uma tipologia dos processos, uma classificação de operações que podem ser efetuadas sobre o conjunto de partida e / ou sobre o conjunto de chegada, sobre a seta que simboliza o operador. Trata-se da necessidade de analisar formalmente as situações empiricamente encontradas nas línguas.

2. Dar valores de um sistema verbal (definido como uma rede de valores), uma representação topológica que permite explicitar melhor certos problemas concernentes aos sistemas de modalidades e de religar os sistemas modais, aspectuais e temporais.

3. Conduzir as operações sobre as unidades num conjunto de partida e num conjunto de chegada a uma lista finita de operadores combináveis.

4. Buscar as relações de dualidade que existem entre as expressões, mas considerando que na linguagem (onde tudo é orientado) se encontram áreas nas quais o princípio de dualidade age de modo estrito e áreas em que os fenômenos são mais complexos.

5. Representar certas categorias por vetores de propriedades de modo que se poderá ter vetores de vetores. Nesse sentido, numa teoria dos complementos, o sujeito em línguas cuja presença é obrigatória é necessário como elemento do conjunto de partida a fim de que o enunciado seja canonicamente bem formado. Assim, qualquer termo de um enunciado pode receber um valor nulo, com exceção desse sujeito. Tal observação permite-nos eliminar as ambiguidades e os incômodos na metalíngua, de conduzir certas análises linguísticas e psicológicas que, de outro

modo, acabariam rapidamente. Na verdade, o que se está tratando aqui é de uma combinatória muito mais complexa que a análise tida como estrutural.

6. Construir sistemas lógicos particulares que fazem com que se reencontre o conceito de marca e que se compreenda que só uma decisão teórica (teoria da linguagem) permite atribuir a tal unidade o estatuto de origem, o estatuto de sucessor, etc.

7. Ter em mente que numerosos sistemas são munidos de uma estrutura mecânica, de um esquema em espiral não dimensional importante nas línguas naturais por permitir conservar melhor certos problemas relacionados à ambiguidade, à ambivalência; além de trazer à tona uma propriedade fundamental da linguagem.

Das aplicações que Culioli (1999a, p. 29) fornece, nos é fundamental seu conceito acerca da asserção, pois se a asserção positiva (afirmação) tem a mesma forma da lexis, e a diferença entre a lexis e a asserção negativa (negação) se assinala pela adjunção de uma marca, fica demonstrada a tese de que não existe lexis negativa, nem afirmativa. Ela é, de fato, pré-assertiva.

Assim, o modelo da TOPE permite a resolução de problemas acerca das línguas e da linguagem, com destaque para a ambiguidade da lexis; sua construção implica numa recusa de reduzir a linguagem e de conduzir a linguística a um estado de coleta de fenômenos individuais. Isto é, esse projeto permite a colocação de problemas teóricos, a fixação a uma metalíngua comum e a modos razoavelmente rigorosos. Em outros termos, axiomatizar a linguística e possivelmente a formalizar.

A exigência teórica de tratar as línguas formalmente, isto é: (i) não aceitar o reducionismo da linguagem, (ii) não aceitar o condicionamento da linguística a fenômenos individuais, (iii) permitir a colocação de problemas teóricos, (iv) prender-se a uma metalíngua comum e a modelos rigorosos, associada ao rigor técnico e à ânsia em respeitar os fenômenos observáveis, leva Culioli (1999a, p. 32-33) a apontar algumas direções fundamentais que permitem a construção de um conjunto de hipóteses de estados metalinguísticos e operações. São elas:

1. Na medida em que o campo da pesquisa se amplia e que se estuda um número crescente de fenômenos nas línguas diferentes, deve-se verificar a validade da teoria e a adequação da metalíngua. Em muitos casos, há de se dar várias soluções não contraditórias, e caso surja uma contradição faz-se necessária a mudança de teoria, de metalíngua ou de ambas. Vale considerar que não existem

procedimentos de descrição que garantam a exaustividade, isto é, a explicação do porquê de certos enunciados serem inaceitáveis numa família parafrástica. Da mesma forma, ser exaustivo é considerar a tradução como um caso particular de paráfrase, além de se dedicar a dar conta, na mesma teoria, de fenômenos aparentemente heterogêneos.

2. Nada permite ao linguista delimitar seu campo teórico por simples critérios de conveniência e confundir, gratuitamente, o linguístico, o metalinguístico e o linguagístico. Caberá a ele, portanto, formular suas hipóteses e construir sua metalíngua de modo que a psicologia possa fazer aflorar fenômenos frequentemente fugazes por serem retomados de modo imediato.

3. O linguista não pode imitar o matemático. Seu trabalho é o de construir uma teoria pré-formalizada que comporte expressões primitivas e regras explícitas de construção, seja por descoberta gradual das relações profundas entre unidades de superfície (as invariantes serão descobertas por aproximações sucessivas), seja pela construção de uma metalíngua perfectível, mas eficaz, a partir de experimentos (observações teorizadas).

1.5 Línguas e Linguagem

A fim de estudar a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais, é necessário efetuar observações sistemáticas e minuciosas numa dada língua com o amparo de um quadro teórico, (doravante, um conjunto coerente de hipóteses explicitamente construídas sujeitas à verificação). Essas observações se dão num sistema metalinguístico de representação e se colocam sobre um mesmo domínio, no qual não se pode definir, numa primeira etapa, mais do que um modo aproximado: divisão tradicional (a comparação, por exemplo), delimitação de ordem teórica (voz e aspecto, por exemplo), análise de enunciados equivalentes em duas ou várias línguas. A partir dessas observações, tratadas de acordo com as regras de representação compatíveis, constrói-se um conjunto coerente de hipóteses ao qual se associa um sistema metalinguístico de representações. O objetivo dessa construção é poder formular problemas e propor soluções graças a procedimentos de raciocínio, o qual implica modalidades de escrita de encadeamento regulares.

Mais precisamente, o objetivo da pesquisa é o de elucidar conceitos (categorias, operações) generalizáveis, além de verificar suas configurações que são irredutivelmente específicas, o mesmo modo que as propriedades universais. Mas não se trata de uma gramática universal e tão pouco de um jogo de etiquetas que facilitariam a classificação dos fenômenos.

1.6 Frase e enunciado

Culioli não confunde frase e enunciado e não assimila as regras de boa formação da relação predicativa às regras de boa formação da relação enunciativa. Enquanto a frase é definida por regras de boa formação que gerem essencialmente a relação predicativa, o enunciado é uma relação predicativa recuperada em relação a um sistema de coordenadas enunciativas. Ressaltando que as regras de boa formação enunciativa não são, necessariamente, as mesmas regras da boa formação frasal, Culioli (1999a, p. 129) aponta uma sequência como “O gato come bolos”⁵ como uma frase bem formada, a qual para ser um enunciado igualmente bem formado, necessitaria possuir um localizador, uma marca que recuperasse uma situação singular, como em: “Mamãe, veja, o gato está comendo os bolos”.

1.7 Representações metalinguísticas e sintaxe

Culioli (1999a, p.95) pretende:

1. Definir o campo da sintaxe dentro da pesquisa linguística. Para tal, fazem-se necessários a explicitação de objetivos do linguista e a colocação dos fundamentos teóricos da pesquisa.

2. Mostrar sucintamente como se constroem as ferramentas técnicas (entre elas as categorias e as operações) com as quais se trabalha e descreve algumas dessas ferramentas.

⁵ Tradução do original em francês “Le chat mange des gâteaux”

3. Trabalhar sobre um domínio preciso e sobre um problema restrito, de modo a colocar à prova a construção teórica e, através de procedimentos técnicos, a metodologia empregada.

Nesse sentido, a clássica definição de Culioli a propósito da linguística como uma ciência que tem por objeto a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais tem um objetivo que exerce influência tanto sobre a teorização quanto sobre a metodologia.

A linguagem é uma atividade significativa, de representação inacessível a não ser através dos textos, isto é, através de agenciamentos de marcas que são os traços das operações. A observação e as classificações, mesmo rudimentares, mostram que existem, pela diversidade de realizações e de categorias, propriedades analógicas estáveis. Assim, as línguas não são irredutivelmente específicas.

Apesar de a referência à linguagem, por vezes, conduzir à ideia de que se poderia utilizar uma metalinguagem de porte universal, o objetivo não é o de construir uma gramática universal. A intenção é a de reconstruir, por uma demarcação teórica e formal do tipo fundamental, as noções primitivas, as operações elementares, as regras de esquemas que engendram as categorias gramaticais e os agenciamentos específicos a cada língua, isto é, buscar as invariantes que fundamentam e regem a atividade da linguagem de forma que ela apareça através da configuração de diferentes línguas.

Faz-se necessário que deixemos para trás as propriedades classificatórias e a etiquetagem, que nos libertemos do discurso intuitivo graças à construção de um sistema de representação metalinguística (que incluirá a língua usual), que construamos uma teoria dos observáveis e, a partir das classes de fenômenos (sobretudo pela constituição de famílias de enunciados em relação parafrástica), formulemos problemas e construamos procedimentos de raciocínio. Todo investimento é sempre um investimento complexo em que se passa das observações a uma problemática para poder retornar aos fenômenos.

Adotar esses objetivos, não é o mesmo que distinguir as delimitações entre prosódia, sintaxe, semântica e pragmática. A demarcação está entre aquilo que é representável e regular de um lado, e aquilo que é heterogêneo no que concerne às regras metalinguísticas construídas, de outro.

Se se fazem agenciamentos de marcas, tem-se uma forma que é produto das operações e se torna necessário simular a relação operação-marcas graças a uma

construção metalinguística. Não se trata de reduzir a sintaxe a um núcleo arbitrariamente condicionado, mas de tratar tudo que está no domínio metodologicamente homogêneo, ou em domínios localmente homogêneos que se pode articular entre si. Assim, Culioli (1999a, p. 96) conclui que se pode fornecer uma teoria unificada integrante de fenômenos repartidos em setores separados. Ele ainda considera que um objetivo exige que se multipliquem precauções, mas que não se restrinja um domínio de pesquisa sem se dar explicitamente as justificativas teóricas ou técnicas de iguais decisões. O que ele faz na verdade é partir em defesa de uma sintaxe definida como hipersintaxe.

Em suma, Culioli defende estudos minuciosos numa dada língua, pois, para realizar os procedimentos formalizados, pesquisa do generalizável; tem-se que: se recusar a confundir frase e enunciado, trabalhar a entonação constante e considerar as glosas dos locutores quando for preciso construir um contexto explícito; rejeitar toda a confusão entre os problemas lógico-filosóficos da referência (valor de verdade, referência externa, estatuto ontológico dos indivíduos) e a construção (não simétrica) para os interlocutores de valores referenciais atribuídos a enunciados através da produção e do reconhecimento de formas; de onde a necessidade de não se restringir a um universo rígido, estritamente extensivo, no qual se tenha eliminado a atividade dos sujeitos enunciadore e a deformidade característica dos fenômenos linguísticos.

Assim, a autonomia da sintaxe é compreendida por existir formas engendradas por sistemas estruturados de operações em que se pode fornecer uma representação e um tratamento. Isso quer dizer que é possível trabalhar sobre a atividade da produção e do reconhecimento de enunciadores sobre o cálculo de valores referenciais de enunciados sem se engajar na semântica da referência.

1.8 O problema da referência

O trabalho linguístico com um enunciado ambíguo pressupõe, de acordo com Culioli (1995, p. 117), quatro estágios fundamentais. São eles:

- (i) Especificar / relatar o que é ambíguo.
- (ii) Explicar porque é ambíguo.

(iii) Explicar como, por meio de adições prosódicas ou contextuais, a ambiguidade pode ser removida.

(iv) Especificar porque uma adição deve ser feita para prover sua desambiguação.

Desambiguar suscita a construção de formas abstratas sem que se façam necessárias regras formais de interpretação. Somos dotados de uma capacidade incessante de construir significações por termos valores referenciais (culturais, psicológicos, afetivos, etc.) que nos habilitam a construir tais significados.

Culioli (1995, p. 117) assim define a significação como a referência global reduzida ao problema da referência e dos valores referenciais. Ele desprende-se da referência por crer que a relação entre enunciado e evento é sempre mediata ao invés de imediata, mesmo porque, constantemente, lidamos com eventos construídos e representados. Ainda para ele, o problema da referência é um dos que sempre é tomado entre problemas de valores verdadeiros compreendidos a partir de um ponto de vista formal. Tal problema se dá pelo fato de não conseguirmos saber se há correspondência entre valores de verdade subjetivos e valores de mundo, o que seria catastrófico para o linguista, pois o problema da referenciação com o mundo não é sua preocupação. É nesse contexto que Culioli introduz o termo “valores referenciais” e vê o problema da construção da significação como sendo de ordem sócio-semiótica.

No tocante ao conceito de mal-entendido, Culioli (1976, p. 20) afirma que não se pode considerar que exista um tipo de teoria acerca dele, pois isso seria o mesmo que dizer que a produção ou o reconhecimento de enunciados pode se assimilar à comunicação informativa clara e que se a comunicação não se estabelece é por causa de fatores como ruído, acento, etc. Na verdade, ele defende que o que tem que ser levado em conta é a atividade de linguagem com todos seus ajustes de um enunciadador a outro.

1.9 As operações metalinguísticas

De acordo com Desclés (2005), uma das características da linguística culioliana é a análise clara de operações constitutivas do enunciado sendo que tais operações têm os traços linguísticos (as marcas), cujas identificações permitem o linguista reconstruir as operações subjacentes. A identificação das operações elementares e abstratas, assim como a descrição detalhada de modos de composição que os organiza em operações mais complexas inseridas em macro operações, conduz a construção de representações cognitivas que fornecem dados preciosos sobre o funcionamento da linguagem.

Ainda para Desclés (2005), ao aceitar o programa de Culioli convém (i) caracterizar diferentes níveis de representação, (ii) integrar esses níveis numa mesma arquitetura ao mesmo tempo computacional e cognitiva, (iii) precisar, após as observações linguísticas, os mecanismos de mudança de representação quando se passa de um nível a outro, (iv) determinar diferentes subsistemas metalinguísticos fazendo aparecer suas propriedades estruturais.

As configurações linguísticas (fônicas, gráficas, prosódicas, gestuais, etc.) são as diretamente mais observáveis. As representações metalinguísticas, na TOPE, não constituem um só nível homogêneo visto que cada nível explicita mecanismos específicos. A partir das configurações morfossintáticas pode-se conjecturar um primeiro nível metalinguístico encarregado de descrever, independentemente das posições sintagmáticas, as operações que são responsáveis tanto pelas organizações linguísticas observáveis (os traços de seus operadores), quanto permitir extrair operações generalizáveis de uma língua natural.

1.10 O conceito de invariância

Para Vogué (2005) o conceito de invariância, nos domínios da TOPE, fornece meios para repensar aquilo que pode fazer a unidade da linguagem além da diversidade das línguas naturais e para repensar as próprias modalidades da atividade linguística além da expressão de conteúdos compreendidos e estabilizados.

Mostrar a invariância da linguagem é captar nela o que é mais generalizável. Assim, tal conceito é feito para pensar as relações do particular ao geral, das línguas

à linguagem. O que permite supor que existem várias invariâncias: invariâncias particulares, invariâncias gerais, invariâncias de língua e invariâncias de linguagem.

Apesar de a invariância ser uma ferramenta para se pensar a diversidade das línguas naturais, ela não é um dado universal, mesmo que ela seja encontrada de língua a língua. Dessa forma, uma categoria ao ser invariante, não implica em ser universal, mesmo porque o projeto de Culioli não busca minimizar a diferença. Ao contrário, ele pretende se fundar sobre tais diferenças para chegar a reconstruir, em toda sua extensão, o campo de funcionamento de uma categoria.

A grande problemática da invariância, que é a de articular o particular ao geral, refere-se ao programa geral que Culioli dá à linguística, o de apreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais, visto que os sujeitos com suas línguas realizam uma única e mesma atividade. Uma atividade de representação, de referenciação e de regulação das relações intersubjetivas. E as línguas, assim diversas, condicionam o pensamento e sua expressão, mas não são prisões para o pensamento e a expressão.

As línguas são singulares e mesmo assim é sempre a mesma linguagem que permite compreender a organização de qualquer língua em sua singularidade.

Culioli não almeja apenas reconstruir as categorias invariantes das línguas naturais, mas também determinar os fatos da invariância no âmago de uma língua.

Nesse sentido, o projeto de Culioli também é o estudo da invariância entre as línguas e a invariância em cada língua, ou seja: trata-se de uma abordagem que visa a pesquisar as invariantes linguagísticas no cerne das línguas particulares. Para tal, essa abordagem não consiste, apenas, em determinar uma forma qualquer de ponto comum, de princípio, de parâmetro ou de esquema geral de fazer abstração do que é variável, mas em exercer a variação em toda sua amplitude. Culioli faz proliferar as paráfrases com o intuito de descrever, a partir dessa proliferação, as modalidades e os contornos do que é variável (VOGUÉ, 2005).

A TOPE demonstra a importância do fenômeno da invariância tanto por meio da variação de língua a língua, quanto pelas variações intralíngua que são as próprias paráfrases. Nas palavras de Vogué (2005, p. 313):

Em particular é um uso do conceito que é bem desenvolvido no campo das pesquisas sobre a identidade das unidades morfolexicais, uso segundo o qual a pesquisa de invariantes é

feita de modo em que organiza a variação de uma unidade morfolexical singular, seja na diversidade de seus empregos e de suas construções, seja na variedade de seus valores⁶.

Dada uma unidade, explora-se o campo de sua variação, mostra-se que essa variação é, pelo menos, parcialmente organizada para, a partir disso, poder reportá-la a uma invariante; a saber, a forma apreendida por essa organização, forma que define a variação e que se mantém na linha dessa variação. E o que mais importa é que essa forma seja sustentada por uma invariante até que ela (a forma) determine o funcionamento de uma unidade estritamente singular e própria de uma determinada língua sem a menor pertinência para outra língua que não a em questão. Trata-se de um conceito chave para se compreender a singularidade das línguas naturais.

A paráfrase é uma possibilidade de equivalência local e supõe que qualquer forma pode ter valores localmente variáveis e que esses podem se relacionar com aqueles de outras formas. (VOGUÉ, 2005, p. 319)

Estudar a variação implica em ter que estudar os princípios gerais de variação e determinar a natureza e o fundamento desses princípios é objeto de estudo de pesquisas sobre a linguagem. A hipótese desses princípios é fonte de estudo da TOPE.

Quando o valor de uma unidade deriva sem que essa variação possa ser levada em conta por princípios regulares ou pelo campo que define a unidade, instaura-se a ambiguidade, pois não se saberá mais se trata da mesma unidade ou de outra. (VOGUÉ, 2005, p. 326)

Considerando a relação de uma língua com ela mesma, a TOPE apreende e molda os fatores de estabilidade e os fatores de variação tanto no cerne de qualquer língua, quanto de uma língua a outra. É um projeto que legitima os fenômenos da parafraseagem, da polissemia e da deformidade controlada do sentido. Designa como ponto nodal da teoria a dupla contradição fundamental da enunciação por assumir que não há enunciado isolado, que todo enunciado está em relação com outros e preso (pelo enunciador) entre os enunciados equivalentemente possíveis, que não

⁶ En particulier Il est un usage du concept qui est bien développé dans les champ des recherches sur l'identité des unités morpholexicales, usage selon lequel la recherche d' invariants est recherche de la façon dont s'organise la variation d'une unité morpholexicale singulière, que ce soit dans la diversité de ses emplois et de ses constructions ou dans la variété de ses valeurs.

existe enunciado que não seja modulado, que não existe enunciado que não suporte uma gama de interpretações.

Tomando a relação de uma língua com outra, a TOPE impõe questões acerca da constituição do que viria a ser uma teoria geral das operações predicativas e enunciativas sem reduzir a singularidades das línguas, acerca de uma elaboração de três níveis de representação (nocional, linguístico e metalinguístico) e, finalmente a questão que dá alimento à nossa pesquisa: aquela acerca da dupla contradição fundamental da enunciação. A que dá à linguagem todo seu poder de se mover e de se estagnar e às línguas uma singularidade que se ampara por operações universais.

2 - ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

2.1. A modalidade

Dos tipos de modalidade que Culioli (1990, 1999a, 1999b) propõe, neste trabalho, nos ateremos às da asserção (afirmação e negação), da interrogação e da hipótese por serem as que julgamos mais significativas para validar e referenciar nosso estudo.

Resumidamente, a modalidade assertiva se dá quando o conteúdo da relação predicativa é validado como verdadeiro ou como falso, por meio da afirmação ou da negação. A modalidade será afirmativa, quando o enunciador afirmar positivamente, e será negativa quando ele entender que não há nenhuma relação entre sujeito e predicado. A modalidade interrogativa emerge quando o sujeito enunciador não se sente capaz de validar por si só aquilo que ele enuncia, isto é, quando ele não assume seu texto nem como verdadeiro nem como falso. E a modalidade hipotética se dá quando há uma hipótese que é colocada pelo enunciador de uma forma não absoluta.

2.2. O aspecto

O aspecto, em linhas gerais, é o resultado da articulação de vários domínios, (entre eles, o da temporalidade e o da transitividade). É notório que toda interação verbal subentende a (re) construção da referenciação, a qual necessita de modulações de tempo e espaço; e essas modulações são realizadas pelas operações aspectuais.

O jogo dos valores aspectuais vai, de um lado, se situar no plano do que é construído, quer dizer, daquilo que é predicado no enunciado, marcando assim

fronteiras (o que não é predicado), e, por outro lado, essas operações projetam esse espaço sobre um eixo, localizando-o no tempo (tempo da enunciação, lugar do sujeito em relação ao que ele enuncia, coordenadas que fixam os instantes e a amplitude do processo). Essa localização do espaço no tempo fixa o tipo de representação visada (CULIOLI, A., 1978, apud VIGNAUX, 1995, p. 581).

Nas palavras de Culioli (1999a, p. 130): “uma categoria gramatical se define pela correspondência entre um conjunto de operações sobre um domínio nocional complexo e as marcas dessas operações”.⁷

Culioli (1999a) lista algumas operações e domínios acerca da concepção de aspecto:

1. O primeiro domínio se refere à noção ou à noção predicativa. Um conjunto estruturado de propriedades físico-culturais, munido de uma topologia que Culioli descreve da seguinte forma: A partir de uma propriedade p , constrói-se uma classe de ocorrências p' , p'' de p . Toda ocorrência p' de p tem, por construção, uma vizinhança, por exemplo, a ocorrência p'' de p . Vê-se, assim, que p é representável por um aberto e já que p é um aberto, p' é um fechado e pode ser definido como a fronteira do interior construída a partir de um complementar.

2. O segundo domínio, frequentemente associado ao primeiro, se refere às operações de determinação quantitativa / qualitativa, como a avaliação do grau de intensidade ou de extensidade. O que é denominado como modo de processo se constitui a partir da topologia sobre o primeiro domínio e a topologia sobre o segundo domínio.

3. O terceiro domínio é o da modalidade, isto é, o eventual, a interrogação, etc. Segundo as línguas, a categoria de aspecto aparece de modo privilegiado em subdomínios, mas Culioli ressalta que não é uma categoria pura, pois a rede de noções implicadas tem configurações variáveis e a correspondência com um jogo de marcas está longe de ser regular.

4. O quarto domínio é o da categoria de instantes, o qual é de difícil abordagem pelo fato de qualquer instante poder ser um intervalo entre qualquer coisa que termina e qualquer coisa que começa, daí seu caráter impreciso. Mesmo que não consigamos manter o limite inferior à passagem de um estado a outro, o mais importante, para Culioli, é construir um sistema de representações que esteja

⁷ Une catégorie grammaticale se définit comme la correspondance entre un ensemble d'opérations sur un domaine notionnel complexe et les marqueurs de ces opérations.

em correspondência com o sistema de representações e de operações dos sujeitos enunciadorees.

2.2.1 Algumas considerações sobre a formalização da noção de aspecto

O aspecto revela-se ser uma categoria gramatical: uma categoria pela qual o linguista estabelece uma correspondência entre uma noção gramatical e um jogo de marcas (específico a uma dada língua). A organização dessa correspondência define a categoria.

As marcas aspectuais não são consideradas como etiquetas que estabilizam o estatuto de um termo, mas como traços de operações. Faz-se necessário reconstruir as operações que permitem esses agenciamentos de marcas funcionarem como eles funcionam na atividade da linguagem. É uma reconstrução metalinguística do linguista e não de operações que se passam no cérebro quando se fala. Todo esforço psicobiológico dessa ordem está fadado ao fracasso, por não reconhecer o caráter específico da linguística no interior da atividade simbólica humana.

Pode-se estabelecer um inventário de problemas que se reencontra com essa noção. Esse inventário se baseia nos trabalhos existentes no domínio de observação das línguas e dos estudos da psicolinguística de ordem genética, mostrando que um sistema aspectual, reportando-se a certo número de operações elementares, é constituído antes que um sistema temporal. Contudo, não há línguas sem um sistema aspectual.

2.3. Noção: fronteira, interior e exterior de seu domínio

A noção é definida, na TOPE, como um eixo de propriedades que são identificáveis e relacionáveis nas relações enunciativas por se prenderem ora ao domínio da cultura, ora ao domínio da experiência de mundo, ora ao domínio da

cognição. E esses domínios são as fontes que caracterizam os objetos e os fenômenos de mundo.

A noção pode ser assim descrita enquanto um conceito que se refere ao nível das representações mentais, isto é, ao nível das representações que não são acessíveis diretamente. Trata-se também de uma propriedade situada na articulação do linguístico (do metalinguístico) e do extralinguístico em um nível de representação híbrida.

O que está sendo enfatizado aqui é o fato de que cada termo dentro de uma língua natural refere-se a um número de propriedades físico-culturais não necessariamente universais; portanto, elas variam de uma cultura para outra, de uma matéria para outra. Isso fica mais evidente ainda no domínio das categorias gramaticais (gênero e número, por exemplo) nas quais certas operações são encontradas em todas as línguas por serem ou de ordem extralinguística ou por estarem associadas à linguagem.

Uma noção não tem nada a ver com um rótulo lexical, ela é predicável e, como tal, não tem propriedades extensionais. Contudo, as operações de qualificação e qualificação dão à noção uma fragmentação representacional, ou seja, a torna extensional.

O conceito de fronteira, aqui entendido como fronteira de um domínio nocional, é o intervalo ou mesmo o campo vazio entre duas propriedades (p e p' , p e não p , verdadeiro e falso, etc.). Nesse sentido, enquanto o interior dessa fronteira é tudo aquilo que é construído ao redor do alto grau da noção (o prototípico, o tipificado), o exterior é um domínio cujo centro é tudo aquilo que o interior não é (o contrário, o antônimo, etc.), igualmente prototípico e tipificado.

As palavras de Culioli (1990, p. 181- 182) bem resumem o exposto sobre a noção:

Quando se constroem ocorrências abstratas, fazem-se três coisas simultaneamente: (1) constroem-se ocorrências abstratas e individuais, (2) constrói-se um centro organizador, em relação ao qual qualquer ocorrência da noção é definida (o centro organizador é dual: um tipo e um atrator). (3), Daí, a construção de um gradiente (o domínio nocional) então representada como um recipiente de

atração; o valor absoluto é central, e o valor relativo de P diminui à medida que se distancia do centro.

Disso tudo, segue que as ocorrências são distribuídas num domínio (chamado domínio nocional) com uma topologia, baseada na identificação e na diferenciação. O resultado é um domínio de quatro zonas (Centro; Interior; Fronteira; Exterior). [...] ⁸

2.4. Operações de quantificação

Finda a quantifiabilização (qualificação + quantificação) de uma noção, fazem-se fulcrais três operações sucessivas e ordenadas de quantificação. São elas: a extração, a flechagem e a varredura. E para falarmos dessas operações, recorreremos a Culioli (1990, p. 182):

A primeira delas é a extração que consiste na individualização de uma ocorrência por meio de sua localização em relação a um sistema situacional. Assim, isola-se um ou mais elementos de uma classe de ocorrências ou isola-se uma quantidade de uma classe de quantidades e se atribui um estatuto a uma ocorrência situada de uma noção que não tem nenhum outro traço distintivo além de ter sido singularizada. O que antes era uma ocorrência de uma classe abstrata torna-se uma ocorrência singular, delimitada, com propriedades situacionais.

A seguinte é flechagem, a qual marca uma estabilidade existencial, haja vista que claramente indica uma identificação total entre duas ocorrências. Uma extraída e outra reidentificada. Assim, dada uma primeira ocorrência extraída de p, haverá flechagem se uma segunda ocorrência de p for idêntica à ocorrência anterior.

⁸ When you construct abstract individual occurrences, you do three things simultaneously: (1) you construct abstract individual occurrences, (2) you construct an organizing centre, with respect to which any occurrence of the notion is defined (the organizing centre is dual: a type and an attractor). (3) Hence, the construction of a gradient (the notional domain is then represented as a basin of attraction; the absolute value is central, and the relative value of P decreases as you move away from the centre).

From all this, it follows that the occurrences are distributed in a domain (called a *notional domain*) with a topology, based on identification and differentiation. The result is a four-zone domains (Centre; Interior; Boundary; Exterior). [...]

A varredura, terceira e última, diferentemente das duas operações anteriores que pinçam uma ou outra ocorrência, percorre todos os valores observáveis de classe de ocorrências abstratas no interior de um domínio sem se ater a um valor específico em relação a uma situação particular. Nesse sentido, essa operação não possibilita uma estabilização de sentido, pois com ela escaneia-se a totalidade abstrata dos sentidos possíveis.

2.5 A operação de localização

A operação de identificação é uma operação primitiva e dá suporte à representação e a toda sua complexidade.

Numa teoria como a TOPE em que a relação indissociável entre a representação mental, os processos de referenciação e a regulação sustentam as atividades simbólicas do homem mediadas pelas sequências dotadas de sentido (os textos), o conceito de localização se faz fundamental, o qual, em linhas gerais, é o de que todo termo localiza-se em relação a outro. Assim, se um termo x localiza-se em relação a um termo y , quer dizer que x situa-se em referência a y , esteja y localizado por outro termo (z , por exemplo), esteja y em posição de termo de origem.

Em suma, trata-se de uma operação binária que subentende, sempre, a existência de um localizador e de um localizado, de modo que um mesmo termo pode se autolocalizar.

Toda ocorrência (x , por exemplo) possui um eixo de propriedades (p , p' , p'' , etc.) que a caracteriza e a define (a partir do confronto com tudo aquilo que x não é). Essas propriedades, por meio de operações de localização (onde o localizador é o próprio centro organizador da noção x), identificação e diferenciação estabelecerão o seu domínio nocional.

Nesse viés, para que se deem os processos de referenciação, faz-se necessária a construção de um espaço referencial e de objetos linguísticos localizáveis em referência ao centro organizador de um domínio nocional. Essa

eminência é garantidora de uma teoria acerca da ambiguidade da linguagem, pois considera que as formas linguísticas não são rigidamente representantes de objetos estáveis. O que garante a estabilização são os sistemas de representação que fazem com que um sujeito produza formas dotadas de sentido reconhecíveis e interpretáveis por outro sujeito.

3 – ALGUMAS QUESTÕES SEMÂNTICAS

3.1 Algumas considerações sobre a ciência do significado

Construir uma teoria acerca da semântica enquanto parte de uma linguística geral tem sido desafiador por duas razões:

1. Porque o maior legado da ciência do significado é dado por filósofos e lógicos e não por linguistas.
2. Porque não é tarefa fácil agrupar propriedades da linguagem que satisfaçam aos linguistas.

A linguística, como qualquer outra ciência, constrói um sistema de conceitos abstratos a fim de explicar propriedades concretas, no caso, propriedades oriundas da atividade da linguagem apreensível por meio das línguas naturais.

Para o filósofo Karl Popper (1963), faz-se ciência desde que:

(i) Construa-se um sistema abstrato para explicar a estrutura. No nosso caso, o sistema seria a própria atividade metalinguística e a estrutura, a linguagem.

(ii) Investiguem-se as consequências da criação desse sistema. No nosso caso, como se transpõem as representações mentais às linguísticas.

(iii) Rejeite-se o sistema ao predicar certos fatos que não ocorrem na realidade. No nosso caso, forçar uma transformação do aceitável no inaceitável e vice-versa.

(iv) Substitua-se esse sistema por um alternativo e compatível. No nosso caso, ter-se-ia a própria atividade epilinguística dos sujeitos como ferramenta de acesso à linguagem.

O que parece inegável é que a tradição linguística confere à semântica o estudo do significado. Isso tanto é verdade que essa área é definida nos manuais como a ciência do significado.

À luz da filosofia, a ciência que preconizou inquietações acerca do que vem a ser o significado, aqui falaremos um pouco da difícil definição desse conceito ao mesmo tempo fulcral e movediço.

Pensamos que uma resposta bem contornada a um questionamento do que vem a ser o significado não é possível porque o que se espera é um parecer concreto para um conceito abstrato. Não se trata apenas de não conseguirmos encontrar definições que pressuponham algum tipo de existência, as quais só corroborariam um reducionismo do conceito de linguagem enquanto uma articulação entre som e significado. O que daria a ela (à linguagem) uma concretude na qual não acreditamos. Ao contrário, nossa tomada de posição é claramente aquela em que a linguagem é uma energia humana que só ganha contorno na e pela atividade linguística.

Lyons resume bem a concepção tradicionalista de significado:

De acordo como o que foi durante muito tempo a teoria semântica mais difundida, os significados são idéias ou conceitos que se podem transferir da mente do falante para a do ouvinte por encarnar-se, por assim dizer, nas formas de uma ou outra língua. (1981, p. 133).

Identificar o significado com o conceito para resolver o problema só será eficiente desde que a definição de conceito seja bem torneada sem que se aproxime, ingenuamente, conceito de imagem visual, pois tal concepção só se validaria defronte a alguns nomes. Uma simples marca linguística (como um conectivo, por exemplo) tornaria tal concepção falsa.

Mesmo os nomes não dão uma estabilidade confortável para o caso, pois a imagem de qualquer termo passa, irrefutavelmente, por um filtro subjetivo, o que faz com que uma imagem não se equipare a outra. Sempre haverá determinadas propriedades que só são ressaltáveis à pertinência que cada sujeito dá (ou não) a elas.

Kempson (1980) aponta que uma teoria semântica deve não apenas apreender a natureza exata da relação entre o significado lexical e o significado do enunciado, mas também dar conta de explicar como essa relação depende de outros aspectos da estrutura gramatical do enunciado.

Em adição, a linguista admite que a ambiguidade é um conceito obscuro e incide de várias maneiras e sua explicação cabe a uma teoria semântica de forma que a construção dessa teoria implica em admitir que léxico e enunciado têm significados relacionados com os significados de outro léxico e de outros enunciados. Em verdade é um pensamento que dialoga com a premissa culioliana de que não existe um enunciado isolado em língua. Cada enunciado seria uma resposta (mesmo que virtual) a outros enunciados.

A análise componencial, apesar de ser um método de análise consagrado entre semanticistas e considerar que os significados das palavras são analisáveis como complexos feitos de componentes semânticos, não é de todo profícua, sobretudo quando se pretende compreender mais profundamente a relação dialética entre sentido e referência.

Das inúmeras críticas que cabem a esse tipo de análise, merece destaque a de que ela não dá conta de casos como os termos /solteira/ e /solteirona/, haja vista que apesar de ambos abarcarem propriedades em comum (humano, sexo feminino, não casado), não recuperam o mesmo sentido. Em outros termos, uma análise componencial não dá conta de determinados ajustes e de determinadas sutilezas das línguas.

Vejam como o termo /solteirona/ pode assumir sentidos quase que opostos, dependendo da enunciação:

(1) “Maria está solteirona, ficou para titia, coitada”.

(2) “Maria está solteirona de novo, que maravilha, hein?”

Fazendo uma análise componencial simplista, enquanto na ocorrência (1) teríamos: humano; feminino; adulto; não casado; não cobiçado, na (2), teríamos: humano; feminino; adulto; não casado; cobiçado.

Note-se que só a enunciação é capaz de determinar o sentido (e as diferenças possíveis) entre diferentes ocorrências de um mesmo termo. Assim, enquanto a ocorrência (1) é aquela que mais se aproxima da acepção cristalizada, a (2) seria uma espécie de contraleitura que atribui ao termo outras propriedades, assim por dizer, nada pejorativas como as observadas em (1).

Também não podemos deixar de considerar uma terceira possibilidade que remeteria o termo a uma análise componencial focada em propriedades prioritariamente físicas.

(3) Maria é grande em tudo: altona, bonitona, fanfarrona e solteirona!

Aqui, em verdade, o termo /solteirona/ mantém as propriedades triviais: (humano, feminino, adulto, não casado) e deixa indeterminadas propriedades oriundas dos acordos e percepções de ordem sociopsicológica do termo. Com isso, tanto podemos entender que solteirona é um atributo positivo (sobretudo se o associarmos à ideia de que Maria é bonita, e interessante) ou que é um atributo negativo (sobretudo se o associarmos à ideia de que Maria é extravagante).

Sem intenção de esgotarmos o assunto, o que quisemos demonstrar é que postular e explicar o significado lexical não nos dá bases consistentes para levantar qualquer discussão acerca de uma teoria do significado, pois se faz necessária (como já vimos insistindo ao longo desse trabalho) traçar a relação entre léxico e enunciado como meio mínimo para qualquer pretensão de compreensão do problema.

Ademais, a análise componencial tem sua aplicabilidade restrita a uma determinada língua sem que nos sejam dadas condições de estabelecer um paralelo entre duas ou mais línguas, pois esse tipo de análise trata de postulados de significados inerentes à linguagem. Do outro lado, a inserção de mecanismos que relacionem léxico e sintaxe numa análise que visa à explicitação de sentidos por meio dos fenômenos da linguagem, a partir de línguas individuais, nos dá aparatos investigativos mais firmes e seguros.

Kempson (1980) resume bem a diferença do que seria uma análise componencial (postulação de significado formal) de uma representação semântica (articulação entre léxico e sentenças):

Relacionar a interpretação dos itens lexicais com a interpretação de sentenças para mostrar a natureza composta do significado de sentenças envolve uma formulação da inter-relação entre a estrutura sintática da sentença e os significados dos itens lexicais dessa sentença, tal como faz uma regra de projeção. Por outro lado, isolar o que é comum aos postulados

de significado através das linguagens exige enunciar esse elemento comum, tendo, portanto o efeito equivalente de identificar os conceitos ou componentes do significado universais e independentes da linguagem. (1985, p. 187)

Em outras palavras, o que a linguista faz é assumir uma posição intermediária ao expor o que já é do nosso conhecimento: que uma análise componencial formal nos permite somente uma explicação parcial e reducionista do significado lexical.

A nosso ver, tal partição é mais grave por separar, constante e radicalmente, sentido e referência. Afinal, também é sabido que qualquer teoria acerca do significado requer subsídios colhidos do universo extralinguísticos (sobretudo na relação homem-mundo) que constituem, sobretudo, o que entendemos pelo sentido de um determinado termo. O termo /solteirona/ registra muito bem esse processo.

3.2 Sobre o significado: a visão de Löbner

O termo significado encapsula noções tão amplas quanto as considerações que vimos encontrando em compêndios que tratam das discussões sobre o que é o significado. Assim, palavra, enunciado, gramática são entidades linguísticas porque se dotam de alguma espécie de significado, principalmente se considerarmos que são os arranjos estabelecidos entre eles (e entre outras entidades) que estabelecem a ponte entre a língua e o universo ao qual ela recupera por meio dos atos enunciativos.

Quando falamos que sentido não pode ser definido independentemente da enunciação, não se trata de um modelo novo e exclusivo da teoria na qual nossas crenças estão arraigadas, ao contrário, trata-se uma premissa básica da semântica. A fala de Löbner corrobora o dito: “Os significados das palavras e enunciados não podem ser estudados independentemente de como eles são tomados no discurso⁹.” (2002, p.03)

⁹ The meanings of words and sentences cannot be studied independently of how they are actually used in speech.

Assim, a máxima de que é a língua em uso que determina os significados é um dos nortes da semântica.

Apesar dos pontos de encontro entre as teorias linguísticas, as abordagens não tardam a se distanciar em algum momento. Demonstração disso está na forma com que cada teoria expressa o sentido. Löbner (2002), por meio de um enunciado como *I don't need your bicycle* (Eu não preciso de sua bicicleta, em português) e a partir da ideia de que o objetivo central da semântica é descobrir o conhecimento dos significados das palavras e revelar sua natureza, o linguista traça uma análise a fim de determinar o sentido desse enunciado. Ele começa por meio do levantamento das propriedades inerentes a cada termo (por exemplo, bicicleta: substantivo que designa um veículo de duas rodas e sem motor) para, num segundo momento, abrir espaço para os arranjos e dizer, por exemplo, que os termos /precisar/ e /bicicleta/ são os dois principais condutores de informação no enunciado.

O que fica aquém de uma perspectiva enunciativa é o fato de Löbner não colocar a relação entre cada termo como fundamental para que o referido enunciado tenha um ou vários significados. Ao recebermos esse enunciado, várias ativações são feitas: cenários são estabelecidos, situações são estabelecidas, relações são definidas e redefinidas, etc.

Em verdade, toda análise que separa o eixo paradigmático do sintagmático (que é o que Löbner faz) deixa de considerar que não há comutação lexical que não garanta uma mudança de sentido. Prova disso é que mesmo que /bicicleta/ e /patinete/ façam parte de um mesmo domínio nocional (aquele dos veículos em duas rodas sem motor), um não pode ser usado em detrimento do outro sem prejuízo ou acréscimo de sentido. Se digo “Eu não preciso de sua bicicleta, eu vou de moto, a cidade fica mais longe que eu imaginava”, o termo /patinete/, no lugar de /bicicleta/ geraria um sentido bem diferente, pois o consenso dificulta um cenário onde alguém viajaria, por quilômetros, sobre um patinete.

O problema clássico da separação entre sentido e referência é tomado por Löbner no trato dos dêiticos em primeira pessoa ao indagar qual o significado do pronome /Eu/. Para a nossa pesquisa, essa ambiguidade intransponível é produtiva no sentido de que traz à tona aquilo que temos discutido ao longo do trajeto: a plasticidade da linguagem, pois esse termo só tem sentido desde que devidamente referenciado, tanto que é na enunciação que definimos e estabelecemos as relações dêiticas, sobretudo em enunciados como o analisado nesse item em que tanto

enunciador, quanto coenunciador só são identificáveis diante de uma situação concreta.

Em outros termos, é um *sine qua non* do sentido. Por exemplo, o termo /bicicleta/ pode se referir tanto àquele veículo de duas rodas não motorizado quanto a um referente que represente o objeto. Vejamos dois cenários que demonstram isso:

Situação 1: O irmão de Maria todas as manhãs costumava lhe emprestar sua bicicleta para que ela fosse até a escola, mas toda vez que brigavam ele ameaçava tirar a bicicleta da menina como uma forma de represália, isso aconteceu por vezes até que um dia Maria se cansou e disse: “Eu não preciso de sua bicicleta”.

Situação 2: Maria e seu irmão estão montando um jogo de quebra-cabeças cujo objetivo era unir as peças a fim de ter um quadro cheio de tipos de veículos. A menina está tentando preencher uma lacuna em que falta um patinete, mas o seu irmão lhe dá a peça correspondente à bicicleta. Maria olha para ele brava e diz: “Eu não preciso de sua bicicleta”.

Uma das máximas do sentido do enunciado é que ele pressupõe uma ocasião, um contexto ou cenário e o contexto do enunciado engloba alguém que enuncia, alguém a quem é enunciado, tempo, lugar e fatos.

Para Löbner (2002, p.09) o significado do enunciado é definido como o significado resultante do uso de uma expressão num dado contexto de enunciado. Em outros termos, ele deriva da expressão do significado baseado em situações originadas pelo contexto do enunciado.

Assim, quando um enunciado é produzido, inferências (experiência linguística, experiência de mundo, etc.) são feitas pelo coenunciador, as quais são responsáveis por sua interpretação.

Dentre os pontos de peculiar interesse aos semanticistas no tocante ao estudo do enunciado, destacam-se dois:

- (i) Como referência e verdade dependem do contexto do enunciado?
- (ii) Como se opera a intenção do enunciador para com o coenunciador?

O pecado de Löbner (2002) foi o de estipular um significado lexical distinto de um significado gramatical. Fato que contradiz suas explicações acerca do significado do enunciado.

Num primeiro momento ele determina que o significado lexical seriam estoques de significados de todos os termos arquivados na mente, para, num segundo momento, admitir haver tanto palavras que só têm sentido se combinadas com outras, quanto palavras que só têm sentido determinado pelo uso.

Ao estipular que o significado gramatical é a relação entre termos numa forma gramatical particular, com o exemplo “O cão comeu as meias amarelas”, o linguista se limita a afirmar que o termo /comeu/ está no pretérito, o termo /meias/ está no plural e assim por diante.

O que, infelizmente, fica de fora é a demonstração que o grau de incidência do qualificador /amarelas/ sobre o termo /meias/ só pode ser determinado pela enunciação. Afinal, todas as meias são amarelas e o cão as comeu ou o animal, dentre as meias existentes, só comeu as de cor amarela?

Löbner bem poderia ter se valido de sua premissa de que o sentido é dado pelo contexto e demonstrado que a flexão marca a relação fisiológica entre os termos, mas não garante o sentido.

Eis o problema clássico da fragmentação que deixa de fora o nível mais profundo que é o da abstração linguística, a qual nos dá condições de, por exemplo, reconhecer se o termo /amarelas/ atribui quantificação ou qualificação ao termo /meias/. Vejamos dois exemplos do que estamos dizendo:

- (i) “O cão comeu as meias amarelas. Pelo menos as verdes e as brancas se salvaram.”
- (ii) “O cão comeu as meias amarelas. Como vou usar tênis agora?”

Em (i) o termo /amarelas/ exerce função quantitativa, pois dentre as meias existentes, ele encapsula uma parte delas.

Em (ii), a função é qualitativa, pois as meias foram comidas e eram amarelas.

Assim, apesar de Löbner (2002) assumir que a “forma gramatical de uma palavra, desde que não determinada pela gramática, contribui ao significado composicional” (p.13), ele ainda se restringe a dizer que “as formas das palavras são

relevantes para os seus significados e para o significado da frase como um todo”. (p.12). Além de se contradizer em alguns momentos: deve-se considerar que nem todas as diferenças nas formas gramaticais das palavras são relevantes para seus significados. (ibidem)

O exemplo a seguir não contribui muito a nenhuma de suas afirmações que elencamos acima. Para ele, a palavra /cachorro/ que teria sentidos diferentes no singular (referência a uma única criatura do tipo) e no plural (referência a mais de uma). O que não diz muito para um estudo semântico focado na articulação, como o nosso.

Observando os enunciados a seguir:

- (i) Todo cachorro é fiel a seu dono.
- (ii) Os cachorros se diferenciam dos lobos por serem domésticos.

Podemos constatar que enquanto em (i) a articulação entre os termos /todo/ e /cachorro/ remete ao conjunto de animais da espécie e engloba a ideia do todo, do plural, mesmo que o termo referente esteja no singular; em (ii), a comparação entre os termos /cachorros/ e /lobos/, que apesar de estarem no plural, remete à espécie, que também engloba a ideia da parte, do singular.

Apesar de algumas críticas ao modelo de Löbner (2002), cremos que há um caminho em comum entre nossas crenças e as dele, sobretudo no que se refere à admissão de que léxico depende de gramática e vice-versa. A diferença é que para ele é esporadicamente, para nós é inevitavelmente.

3.3 Contatos e conflitos entre sintaxe e semântica

Estabelecer uma zona de toque entre semântica e sintaxe nunca foi uma tarefa simples para os linguistas por duas principais razões. Uma é a falta de formulações mais profundas das representações semânticas no âmbito do enunciado e a outra é a pouca atenção que se dá aos aspectos das propriedades semânticas dele.

Nesse meandro, o problema central a ser resolvido é o da relação entre generalizações sintáticas e generalizações semânticas de uma mesma língua.

Em outros termos, importa chegarmos à real relação entre sintaxe e semântica por meio da superação das simples tautologias que justificam a defesa de uma hipersintaxe cujo papel principal seria o de mediadora entre as reflexões sobre os significados dos termos (o léxico), da sintaxe (a gramática).

Com isso, falar em abstração linguística não é apenas defender um abandono de uma análise da crosta em função de estudos de estruturas mais profundas da língua. Trata-se de estabelecer a relação entre esses dois níveis de análise de modo que o sujeito (e todo o universo fenomenológico que ele faz representar na língua por meio da linguagem) seja identificado como o ponto fulcral de todo o processo.

Dito de outra forma, o fundamental seria qualquer coisa que articulasse sentido e ordem a fim de que se estude o funcionamento da linguagem. E é disso que a linguística deveria tratar prioritariamente: do funcionamento da linguagem por meio das línguas naturais.

3.4 O sentido em Aristóteles: uma primeira concepção de ambiguidade

Aristóteles, observador atento e minucioso de sua língua, foi um dos poucos pensadores de sua época a se debruçarem sobre aquilo que seria a ambiguidade constitutiva da linguagem. O filósofo postula a ideia de que a linguagem permite o conhecimento desde que ela não seja contraditória e sim unívoca. Seus estudos acerca da ambiguidade das palavras prefiguraram a oposição moderna entre homonímia e polissemia.

Para ele, o fundamento de toda a ambiguidade se encontra na ambiguidade do “ser”, tanto a entidade metafísica, quanto a unidade verbal. Assim, a homonímia está ligada à ambiguidade de toda predicação e a proposição é, por sua vez, o uno e o múltiplo, o ambíguo e o não ambíguo.

Os esforços de Aristóteles fundamentam tanto ciência quanto filosofia e essa empreitada pressupõe que a linguagem permita o conhecimento.

Resumidamente, Aristóteles argumenta que para que o homem possa pensar, é necessário que as palavras tenham uma significação. E ter uma significação

implica que ela seja não-contraditória e unívoca. Assim, ter uma significação não contraditória é uma exigência lógica, uma condição do pensamento repousada sobre o princípio da não contradição da própria realidade.

Do mesmo modo, a mesma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo e a não-contradição da linguagem é uma condição necessária do exercício do pensamento e da comunicação. Ela procede diretamente do princípio da não-contradição da realidade.

Do mais, Aristóteles assimila a não-contradição à univocidade. Pensar é pensar uma só coisa, determinada, à qual corresponde uma única palavra, e por uma única palavra, significar qualquer coisa, é significar uma só coisa. Logo, a infinidade de significações ou a indeterminação dos sentidos torna impossíveis o raciocínio e a comunicação. Assim:

Se não se coloca um limite é porque se pretende que haja uma infinidade de significados (a uma palavra). Isso é um sinal de que não pode haver qualquer forma de raciocínio.

Com efeito, não significar uma coisa única, é significar nada do todo, e se os nomes não significam nada, arruína-se qualquer troca de pensamentos entre os homens, e, em verdade, também consigo próprio; porque não se pode pensar se não se pensa uma coisa única; e, se o puder, só um nome poderá ser atribuído a esta coisa.

Que, por conseguinte, seja entendido, assim como dissemos ao início, que o nome possui um sentido definido e um significado único. (LE GOFFIC, 1981, p. 17-18)

O que se resume até aqui é que a não-contradição e a univocidade são as características da significação para Aristóteles. Para ele, ter um sentido é ter um único e determinado sentido.

Esse ponto de vista supõe um domínio de referência feito de entidades discretas¹⁰, colocadas num sistema de oposições e de valores bem definidos, como um domínio científico dado. Para Aristóteles, a realidade é, geralmente, instruída

¹⁰ As entidades discretas representam o mundo como objetos que possuem limites bem definidos num espaço vazio.

pelos princípios de identidade e não-contradição, e estruturada pelo agenciamento de gêneros e de categorias.

Para ele uma ambiguidade verdadeira seria algo como a polivalência referencial¹¹ das palavras, pois as palavras estabilizadas pelo uso são comuns a todos os membros da classe que elas designam.

E ainda, em *Refutações Sofistas* (apud LE GOFFIC, 1981, p.19) ele diz que “os nomes são em número limitado, ainda que haja a pluralidade das frases, tanto que as coisas são infinitas em número. Por conseguinte, é inevitável que a mesma frase e que uma única palavra signifiquem várias coisas”.

Le Goffic (1981, p. 19-20) interpreta o texto de Aristóteles como sendo ambíguo pelo fato de ele não distinguir satisfatoriamente homonímia de polivalência referencial. O linguista ainda destaca que Aristóteles foi o primeiro a romper a ligação entre a palavra e a coisa e a ter verdadeiramente elaborado uma teoria da significação.

Apesar de Aristóteles não se prender radicalmente a uma exploração sistemática das ambiguidades da linguagem, deve-se a ele a primeira teoria completa e precisa das ambiguidades, sendo que o estudo mais metódico das ambiguidades se encontra na obra *Refutações Sofistas*. Tal estudo transcende o interesse meramente histórico e assume singular importância nos estudos linguísticos e lógicos contemporâneos.

Por fim, Aristóteles distingue, basicamente, dois grandes tipos de ambiguidades: de um lado as ligados à expressão e, de outro, as independentes da expressão.

As ambiguidades ligadas à expressão se dividem, de acordo com ele, em: homonímia, anfíbolia¹², frases oriundas de sentidos diferentes, o caso da acentuação, o caso que aborda a forma do discurso. Já as independentes da expressão são: atribuir ao sujeito às afirmações do predicado; não distinguir expressão no sentido absoluto de expressão no sentido específico; ignorar uma verdadeira refutação; tirar uma falsa consequência; atribuir uma falsa causa; fazer uma petição de princípio; confundir várias questões numa única.

¹¹ Aubenque diz que a polivalência referencial é a “contrapartida inevitável da universalidade das palavras, a própria consequência da desproporção entre o infinito das coisas singulares e a característica necessariamente finita dos recursos da linguagem” (apud LE GOFFIC, p.21)

¹² A anfíbolia é um termo da lógica que se refere a qualquer locução ou proposição de duplo sentido.

3.4.1 Enfim, a contribuição

Aristóteles conduziu seus esforços no sentido de demonstrar que todas as ambiguidades na linguagem não nascem de uma ambiguidade inerente aos próprios elementos linguísticos. (KOOIJ, 1971, p.03 apud HAROCHE, 1992, p. 37). Destarte, o filósofo preconizou (além de ter esboçado) a distinção entre ambiguidade inerente à linguagem e outros tipos de ambiguidade. Essa distinção tem se arrastado por séculos e se feito presente nas discussões acerca da resolução dos problemas da significação, de interpretação na linguagem e da explicação de fatos ambíguos.

4 – A VISÃO ENUNCIATIVA DE LE GOFFIC SOBRE A AMBIGUIDADE

Le Goffic (1981), um dos que se debruçaram com maior afinco sobre a questão da ambiguidade da linguagem, tem com uma de suas grandes preocupações a definição do que viria a ser um enunciado ambíguo, fato que o levou a considerar dois modos para enxergar a ambiguidade: como uma propriedade específica de um enunciado ou como um momento da interpretação de um enunciado.

Assim, Le Goffic (1981, p. 181) aponta a existência de dois grandes tipos de definição de ambiguidade. Um de origem semântica e outro de origem formal, como veremos a seguir:

O de origem semântica considera que um enunciado é ambíguo quando for susceptível de duas ou mais interpretações: é a dúvida sobre a intenção de significação do emissor e uma variante lógica, ou seja, aqui, a ambiguidade de um enunciado se dá quando ele corresponder a várias proposições diante de valores de verdade diferentes.

O de origem formal diz que um enunciado será ambíguo quando ele possuir uma descrição (representação) a um dado nível e duas ou mais descrições (representações) a outro nível.

Se de um lado não existe consenso nos julgamentos da ambiguidade relativos aos enunciados e um enunciado ambíguo não é apreendido linguisticamente fora de um quadro teórico, por ser a ambiguidade o resultado de uma análise, de uma construção teórica; de outro, as teorias linguísticas não ignoram e nem podem ignorar a ambiguidade como um dado imediato da consciência linguística.

Apesar das teorias linguísticas oscilarem seus olhares para ambiguidade ora por meio de uma lente semântica, ora por meio de uma lente formalista, o ponto de vista gerativista é o de que ambiguidade existe quando há mais de uma derivação para uma dada sentença. (RUWET, 1968 apud LE GOFFIC 1981).

Uma das preocupações de Le Goffic é a de verificar a “indeterminabilidade” enunciativa, isto é saber se um enunciado é ou não ambíguo. Vejamos como ele procede:

A partir de um enunciado como: “Eu não serei o primeiro presidente a perder uma guerra”¹³ destacam-se, ao menos, duas interpretações:

(A) “Eu não perderei a guerra, o que faria de mim o primeiro presidente a fazer isso”.

(B) “Se eu perder a guerra, não serei o primeiro presidente a ter passado por isso, pois outros já perderam antes.”

Daí ao inserir uma paráfrase desambiguizadora como “Não é verdade que eu seria o primeiro presidente a perder uma guerra” coloca-se que a questão fundamental da ambiguidade não é ter que escolher entre A e B, mas a de saber se esse enunciado é ambíguo.

O autor ainda aponta que a ambiguidade pode ser conservada tanto como uma propriedade específica de certos enunciados (concepção que se inscreve no quadro da oposição língua/fala¹⁴), quanto como um momento de interpretação do enunciado (concepção que põe em questão a oposição língua/fala).

Em relação à primeira concepção, cabe frisar que a ambiguidade, enquanto uma propriedade inerente de determinados enunciados, é um fato da língua e não da fala, pois é parte integrante da competência linguística dos sujeitos e se manifesta pelo desempenho. E as manifestações na performance seriam definidas como equívoco, embora um enunciado possa ser ambíguo sem que haja qualquer tipo de equívoco, de forma que ele possa ser interpretado diferentemente em cada ocorrência.

Do lado oposto, um equívoco pode ter, mas não obrigatoriamente, uma ambiguidade. Prova disso são os desvios dos interlocutores, os quais são um causa típica de equívoco sem ambiguidade: a troca de uma palavra por outra, por parte do enunciador pode gerar uma interpretação ambígua. Dessa forma, a responsabilidade do equívoco é atribuída, segundo Le Goffic (1981, p. 190), aos protagonistas do

¹³ Do francês "Je ne serai pas le premier président à perdre une guerre" (LE GOFFIC, 1981, p. 186)

¹⁴ Le Goffic usa o termo “discurso” em detrimento do termo “fala”. Nesse trabalho, priorizaremos o uso desse último apenas para mantermo-nos dentro da dicotomia saussuriana, porém sem maiores acarretamentos.

discurso, tanto que a responsabilidade do equívoco pode ser atribuída tanto ao enunciador quanto ao interlocutor.

A ambiguidade de um enunciado não se confunde com o que o linguista define como equívoco. Para ele, um enunciado ou é ou não é ambíguo e a competência (fala) não pode permanecer na indecisão. E quando um enunciado é ambíguo, sua desambiguação suscita um contexto dado.

Retomando o enunciado em questão “Eu não serei o primeiro presidente a perder uma guerra”, Le Goffic (1981, p. 191) explica que uma interpretação dada, A ou B, pode perfeitamente se impor por certa ocorrência do enunciado, pois é sabido que esse enunciado é uma tradução de uma declaração famosa do presidente Johnson; nessas condições somos condicionados a designar a interpretação A e a declaração em questão passa a não ser ambígua, mas é possível imaginar outros contextos e pressuposições diferentes que conduzem a atribuir a interpretação B.

4.1 Ambiguidade e interpretação

As reflexões acima expostas de Le Goffic o permitem constatar que não há ambiguidade insolúvel diante de um contexto adequado. Para ele, um enunciado é ambíguo quando, num dado momento da compreensão, persistem problemas não resolvidos, de modo que a solução é o trabalho de interpretação do enunciado, com a atividade de desambiguação que ele comporta.

As ambiguidades reconhecidas são dificuldades de interpretação, a priori, da mesma ordem de todas aquelas que foram resolvidas inconscientemente e imediatamente eliminadas da memória e da consciência do sujeito interpretante. A diferença está na explicação do funcionamento dos mecanismos da interpretação.

Todo enunciado interpretado supõe uma atividade complexa de desambiguação inconsciente e quando a ambiguidade é reconhecida é porque a consciência é aflorada. O reconhecimento (conscientização) da ambiguidade é um fenômeno excepcional do discurso, pois a interpretação, comumente, é espontânea e não nos dá a sensação de termos resolvido um possível equívoco.

Mesmo que haja enunciados que podem ser reconhecidos como ambíguos aos olhos do linguista, podem passar despercebidos justamente porque o problema da interpretação já foi resolvido inconscientemente.

Assim, a verdadeira questão que inquieta Le Goffic nesse sentido é a de saber por que certos problemas são rotulados de ambiguidades e outros não.

Não há, por consequência, definição possível, em termos linguísticos, do fenômeno da ambiguidade reconhecida. As diferenças entre aquilo que se chama de ambiguidade e os outros problemas de interpretação de enunciados são:

a) As ambiguidades são problemas não resolvidos ou não completamente resolvidos.

b) As ambiguidades são conscientes, portanto, os outros problemas seriam inconscientes.

A problemática da ambiguidade se funda, de acordo com Le Goffic (1981, p. 199) na interpretação dos enunciados em geral. Assim, a seu ver, a gramática gerativa tem razão em postular sobre os sujeitos os mecanismos de desambiguação, mas os mecanismos desse gênero, não se sustentam somente sobre um conjunto circunscrito de problemas (certo número de tipos de ambiguidades sintáticas), eles têm toda uma outra sustentação e desempenham um papel muito mais fundamental na interpretação de todo enunciado que aquele reconhecido como ambíguo ou não pela gramática. Nesse sentido, opor estritamente uma interpretação teórica atemporal, em competência (língua) e uma interpretação relevante da prática *hic e nunc*, em desempenho (fala) é um erro.

Manter a concepção de ambiguidade mais usual em linguística é ver que ela dá um estatuto de “fato” a um número selecionado desses problemas residuais e tende a fazer uma partição entre os enunciados.

A concepção clássica de ambiguidade (ambiguidade como propriedade específica) separa radicalmente língua e fala e não permite abordar os problemas da ambiguidade ligados à interpretação dos textos. Ela se limita estritamente a uma zona muito delimitada de ambiguidades linguísticas.

Já a concepção de ambiguidade como momento de interpretação, que coloca num contínuo a língua e a fala, se abre sobre o problema dos textos, pois não há solução de continuidade entre os problemas linguísticos intimamente ligados aos mecanismos fundadores da língua e os problemas textuais ligados à fala. O

movimento de interpretação (desambiguação) tem como resultado, na medida em que se aprofunda, o surgimento de novas interrogações, novas questões que não têm resposta imediata, o que faz surgir novas ambiguidades.

Um certo número de vantagens e inconvenientes respectivos das duas concepções são evidentes. A primeira se funda sobre a alternativa ambíguo/não ambíguo que é o modo pelo qual os sujeitos reagem frente a um enunciado e transportam para a competência esse modo de reação atestado no desempenho. A segunda é de apreensão mais difícil e substitui as oposições em branco e preto da primeira (ambíguo / não ambíguo, língua / fala), trata-se de um contínuo que, embora seja difícil de colocar os marcadores e de precisar de modo operatório, evita as objeções e as oposições.

Assim, o problema colocado por Le Goffic acerca da ambiguidade é evidente: de um lado, se tem o critério da partição (enunciados ambíguos / enunciados não ambíguos) e, de outro, o problema interpretativo colocado por todo enunciado.

4.2 A ambiguidade como uma marca universal da linguagem

Entre os estudiosos da TOPE, é Le Goffic (1981) que propaga e defende a universalidade da ambiguidade da linguagem como uma característica específica.

Nesse sentido, a aparente falta de relação entre uma ambiguidade e outra (problemas de léxico, de estruturação ou de interpretação) se revela mais ligada do que possa parecer à primeira vista.

Por outro lado, admite-se que quando é das propriedades fundamentais da linguagem que se está falando faz-se necessário buscar as origens da ambiguidade, independentemente da variedade de formas sobre as quais ela se manifesta.

As casualidades de uma língua ou de um texto não mais fazem que proteger e manifestar a necessidade que tais problemas impõem. Por exemplo, a simples justaposição provoca inúmeros problemas que mostram que a junção de palavras não se faz sobre um suporte neutro, mas sobre um suporte significativo que implica colocar em relação, levar em consideração as operações e suscitar uma interpretação.

Ainda sobre a universalidade da ambiguidade, Le Goffic considera que é em vão tentar imaginar uma língua em que todas as relações seriam marcadas ou univocamente reconstruíveis, assim como é ilusório tentar pensar numa língua natural que seria significativa sem ter um jogo. Desse modo, não cabe mais que a conclusão de que a ambiguidade é, necessariamente, um fato de todas as línguas naturais.

4.3 Ambiguidade e sentido

Se, por um lado, estudar a significação é dividir-se entre o enunciado e o sujeito, por outro, a problemática da significação e da interpretação tem analogias profundas com a problemática filosófica do objeto e do conhecimento, pois é comum se considerar a significação do enunciado como o objeto e a interpretação como o conhecimento que se adquire como a percepção do objeto. (LE GOFFIC, 1981, p. 576). Disso, resultam duas concepções que se confrontam tanto pela linguística quanto pela filosofia:

Uma primeira mais empírica que diz que a apreensão da significação do enunciado a restitui imediatamente tal como ela é.

Uma segunda concepção denominada crítica que diz que não existe significação do enunciado independentemente da interpretação (o objeto não existe independentemente da percepção).

Das diferenças que separam as duas problemáticas descritas acima, a da significação é a mais complexa, na medida em que não há como saber se é o enunciado ou se é a interpretação que constitui o objeto e na medida em que a significação do enunciado é produzida por um sujeito, esse que não é o caso do objeto. O objeto da problemática linguística que (seja o enunciado ou a significação) é enquadrado entre duas instâncias subjetivas.

Le Goffic (1981, p. 577) atesta que a reaproximação entre as duas problemáticas pode se dar de forma que suas diferenças sejam mantidas. Para ele, o problema da ambiguidade da significação é uma manifestação, um puro e simples acidente do problema da ambiguidade do objeto, pois: como o “dizer” pode ser percebido de forma idêntica por dois sujeitos diferentes, não sendo ele inesgotável

em suas propriedades, não admitindo várias leituras, como a consciência (e a consciência dessa consciência) se constitui em relação a ele?

4.5 A intenção de significação

Se toda significação é uma intenção de significação, todo enunciador constrói sua mensagem em função de certa intenção de significação dirigida a um interlocutor¹⁵ e esse, por sua vez, a decodifica em referência à intenção de significação do enunciador. Assim, quando se fala, sempre há intenção de significação? Quando se compreende, há sempre referência a uma intenção de significação?

Le Goffic (1981, p. 580) diz que a primeira pergunta pode ser respondida positivamente com base em reflexões focadas na função da comunicação da linguagem e que a verbalização do pensamento no próprio diálogo não passa de um caso particular da comunicação.

Por outro lado, é importante marcar que o reconhecimento de uma intenção de significação concomitante a toda enunciação não é exclusivo da existência de um semantismo preso ao enunciado resultante.

Quanto à resposta da segunda pergunta, ela pode igualmente ser respondida positivamente, pois todo enunciado é interpretado como uma sequência destinada a fazer sentido para o seu enunciador. Nas situações concretas de existência, busca-se apreender, através da fala do interlocutor, o que ele quer dizer, e essa apreensão condiciona, mesmo que em parte, a interpretação.

Le Goffic faz duas colocações interessantes: (i) o enunciado desvia-se inelutavelmente de sua enunciação, de modo que ele não pode ser totalmente equivalente à visão que o subentende e (ii) todo enunciado é necessariamente produzido de uma certa forma, por um encadeamento de determinadas operações, sobre unidades determinadas. (1981, p. 581)

Na verdade, o que ele enfatiza é que um enunciado pode ser produzido em diferentes níveis de especificação sem que a sequência resultante contenha

¹⁵ Mesmo que Le Goffic se valha dos termos emissor (émetteur) e receptor (récepteur), assumiremos o posicionamento de Culioli que prioriza os termos enunciador e interlocutor, respectivamente.

qualquer traço e que esse mesmo enunciado não abandone os sistemas de oposição cujo jogo subentende sua enunciação.

No que concerne ao tempo, o linguista enfatiza o problema do pré-construído, pois, um mesmo enunciado constituído a partir de pré-construtos diferentes poderá responder a questões diferentes. Um enunciado não carrega traços de cadeias de determinações de onde ele tira sua significação, daí uma importância pertinente para o contexto.

O problema, na verdade, incide sobre o interlocutor: ele sabe que é dotado de um “querer dizer”, mas esse “saber” só pode se manifestar numa interpretação, (numa reconstrução) que escapa à sua enunciação que a reconstrução visa explicitar, ou seja, sempre se faz necessário um enunciado para se explicitar, visto que a própria explicitação evoca uma explicitação e assim por diante.

Para Le Goffic (1981, p. 585), as associações ou oposições em que se originam nossas escolhas linguagísticas são amplamente dependentes do inconsciente, o qual pode os deixar aflorar (ao menos em parte) à consciência ou recusar comunicá-los, o que não deixa de ser uma forma de desambiguação.

Assim, essas duas abordagens do inconsciente podem se juntar num “inconsciente linguístico” e que o mais interessante é reconhecer a característica inconsciente das manifestações linguísticas como fonte da ambiguidade do enunciado, de forma que: “[...] só um modelo pode produzir um enunciado, sem ambiguidade, engendrar uma frase unívoca, em (e nos limites de) seu princípio de funcionamento [...]”. (LE GOFFIC, 1981, p. 586)¹⁶

O enunciado desvia-se de sua enunciação porque todo texto cria sentido por ele mesmo. Duas palavras juntas fazem mais que se adaptar e se unir.

Mesmo que o contexto atue em dois caminhos confrontantes (a redução e a proliferação de polissemia), é ele que filtra as acepções e os valores. Todo texto esconde seus prolongamentos e seu intertexto. Em outras palavras, no tocante à pluralidade das acepções, o contexto filtra e reduz; no tocante ao valor fundamental, ele especifica e acrescenta efeitos de sentido.

Outro problema é o que se refere à capacidade do enunciador criar os efeitos de sentido, na qual ele é seu próprio interpretante privilegiado, mesmo que tais

¹⁶ Seul un modèle peut produire un énoncé, sans ambiguïté, engendrer une phrase univoque, par rapport à (et dans les limites de) son principe de fonctionnement.

efeitos não correspondam a um ponto de vista preexistente. Problema esse que responderia minimamente perguntas como: em qual medida pode o enunciador introduzir autonomamente os efeitos de sentido numa sequência de elementos? Se o objetivo for interpretar o enunciado pela intenção de significação do enunciador, até que ponto deve-se considerar que seu ponto de vista reflete nos efeitos de sentido de sua fala?

Por outro lado, o enunciador é condicionado por seu próprio enunciado à medida que esse enunciado for a pura manifestação de um querer dizer preexistente de sua parte. É como se o enunciado fosse dotado de uma emancipação, de uma autonomia de significação em relação aos motivos de sua produção.

Assim, há um duplo hiato entre o enunciado e a enunciação: um negativo que se refere à falta irremediável de operações de produção e um positivo que é a abundância inerente ao texto.

Portanto, o enunciado aparece como a concretização de um momento num processo e o enunciador é um sujeito em duplo desequilíbrio com sua própria produção, pois não diz tudo o que é de seu ponto de vista, mas arrisca dizer outra coisa, haja vista que um enunciado pode corresponder a vários pontos de vista, da mesma forma que qualquer ponto de vista pode corresponder a vários enunciados.

É a partir do que seria essa dualidade (ou unidade) fundamental da paráfrase ou da ambiguidade que Le Goffic (1981) vê que todo enunciado admite paráfrases não apenas interparafrásticas entre si.

4.6 A significação do enunciado: autonomia, dependência e paradoxos

Estudar a significação no próprio enunciado é considerar que se ela não está naquilo que o enunciador quer dizer, mas no que o enunciado quer dizer. Assim, se um enunciado é compatível com várias interpretações, ele deve ser capaz de produzir um sentido estável, mesmo que parcialmente.

Para Le Goffic (1981, p. 591), é possível estabelecer a autonomia significativa do enunciado sobre seu sentido literal (seu significado, sua significação linguística) em oposição a todas suas significações derivadas, simbólicas e pragmáticas.

Um conflito surge em relação ao termo “sentido literal”, pois:

- Não se sabe se ele deve incluir valores referenciais: se sim, recuperam-se os elementos da situação de enunciação da qual se quereria abstrair; se não, realiza-se uma ação incerta, tanto que se pode tirar da significação do enunciado os elementos em valor referencial.

- Quais fatos do contexto entram ou não entram no sentido literal? Se se recusa o contexto, define-se o sentido literal como o produto do valor fundamental (puramente teórico) dos elementos constituintes. Se se aceita os sentidos contextuais, não se sabe onde parar.

A significação do enunciado não se deixa localizar nem na intencionalidade que o deu origem, nem na sua literalidade: tal é o paradoxo, ou a contradição da significação. A interpretação deve se construir a partir da relação entre enunciado e enunciador. Ela repousa sobre um vai e vem entre dois construtos: (i) a significação literal do enunciado e (ii) a reconstituição da intenção de significação do enunciador.

Para Le Goffic (1981, p. 594), dizer que o sentido literal do enunciado é um construto é o mesmo que dizer que ele é um momento do processo de interpretação. O enunciado se refere à língua num movimento em que o interpretante revitaliza a significação do enunciado. Para o estudioso não existe uma significação literal, mas níveis de literalidade relativa num contínuo até a significação mais dinâmica dos efeitos contextuais, onde a significação literal pudesse se situar tanto ao nível de uma interpretação possível, quanto ao nível de uma metainterpretação. Com isso, ele não descarta a referência da língua e nem anula as variações subjetivas interindividuais: dois interpretantes podem diferenciar em relação ao sentido literal de um enunciado.

Em relação à reconstituição da intenção de significação do enunciador, a hipótese é a de que o interlocutor confronta a interpretação do enunciado àquela que ele chegou, à intenção de significação do enunciador (a que ele pensa ser) sob forma de um juízo de equivalência que, por sua vez, é parte constituinte do processo de compreensão.

De acordo com essa hipótese, o interlocutor não adentra a intenção de significação do enunciador, mas faz conjecturas na sua relação com a significação do enunciado produzido. Trata-se de uma apreciação relativa, comparativa (por conta do interlocutor) entre dois elementos dos quais não se tem certeza de que algum deles (nem mesmo a significação do enunciado) possa ser descrito absolutamente por si só. A ideia é que qualquer que seja o ponto no qual o

interlocutor tenha chegado com a interpretação do enunciado, seja essa interpretação referida pelo interlocutor à intenção de significação do enunciador, seja reconhecida ou não, equivalente. Nesse sentido, o que o enunciador quer dizer (sua intenção de significação) não é de outra natureza, nem mais complexa, nem mais rica, nem mais inapreensível que o querer dizer (a significação) do enunciado.

Sobre a significação do enunciado, destacamos que:

1. É percebida como não ambígua pelo interlocutor e identificada por ele com a intenção de significação do enunciador: é o caso da comunicação unívoca e bem sucedida, ao menos aos olhos do interlocutor. Nessa possibilidade, o interlocutor não distingue o “querer dizer” do enunciado e o “querer dizer” do enunciador e não há distância entre os dois e a linguagem é entendida como o canal de um código unívoco e transparente no qual todas as intenções e os “querer dizer” se assimilam no enunciado.

2. É percebida como ambígua pelo interlocutor sem que qualquer interpretação seja identificada por ele com a intenção de significação do enunciador: essa possibilidade é oposta à primeira justamente por ser um caso de desvio de comunicação, um equívoco.

3. É percebida como ambígua pelo interlocutor, mas uma das interpretações é identificada por ele com a intenção de significação do enunciador: essa possibilidade se dá quando a desambiguação do enunciado pelo interlocutor não é totalmente inconsciente. Ele reconhece o problema e a solução.

4. É percebida como não ambígua pelo interlocutor, mas não é identificada por ele com a intenção de significação do enunciador: o interlocutor se recusa a identificar o que o enunciado quer dizer com aquilo que o enunciador queria dizer. Trata-se de um equívoco sem ambiguidade.

5. É percebida como não ambígua pelo interlocutor, mas não é identificada por ele com a intenção de significação do enunciador, mas o interlocutor pode reconstruir uma intenção de significação do enunciador: essa possibilidade é a univocidade derivada e o interlocutor pode ou não distinguir a discordância entre o enunciado e a intenção de significação desejada pelo enunciador ou não. Se a discordância não fosse desejada, o enunciador ter-se-ia expressado mal, deixando de estabelecer um acordo que dá à sua enunciação um sentido diferente daquele que ele queria dar.

Após os cinco pontos registrados, podemos constatar que um mesmo elemento de significação pode ser tirado tanto do enunciado quanto da antecipação de intenção de significação do enunciador e que a interpretação pertence ao interlocutor. Ele é, por si, seu próprio interlocutor e desempenha os dois papéis. O enunciador exerce em sua fala um autocontrole comparando a significação de seu enunciado com seu próprio querer dizer e antecipa a interpretação do interlocutor, uma retificação eventual de seu enunciado.

O paradoxo principal da significação está em não conseguirmos saber se a ambiguidade está no enunciado (como uma de suas propriedades específicas) ou na interpretação e é um ponto de partida para uma reflexão apurada sobre a fascinação do “tudo ambíguo” no sentido de que se pode apenas ensaiar representar que todo enunciado pode ser ambíguo e não ambíguo. É esse o paradoxo da ambiguidade.

A tese de que todo enunciado é ambíguo se dá a partir dos seguintes argumentos:

- A significação é vista como uma relação entre dois interlocutores e a coincidência exata entre o enunciador e seu interlocutor é impossível. A mediação do enunciado introduz uma distância inelutável entre o que o enunciador queria dizer e o que o seu interlocutor reconstrói. Logo, a correspondência entre o querer dizer do enunciador, o querer dizer do enunciado e a interpretação do seu interlocutor não pode ser mais que aproximada. A interpretação é esse movimento de balaiagem do campo da produção da significação.

- A significação é considerada a partir de uma relação com o enunciado. A significação de um enunciado não é inesgotável e não é mensurável. Não é inesgotável porque o texto prolifera sobre ele mesmo. Não é mensurável porque não existe nada fixo a que se pudesse reportar. A partir disso, vê-se que a significação de um enunciado não pode ser:

- nem o extralinguístico (com o qual a linguagem estabelece linhas mais complexas e que apresenta vários problemas);

- nem um outro enunciado (uma paráfrase), posto que toda paráfrase carrega algo que se relaciona com o enunciado de origem e do qual um enunciado admite uma pluralidade de paráfrases sem que sejam absolutamente idênticas a ele. Além disso, se se admitir a identidade de sentidos entre os dois, estar-se-á se engajando num processo sem fim, onde qualquer paráfrase não teria sua própria significação sem recorrer à outra.

- nem a língua, por ser inacessível e submissa à mesma circularidade.

Assim, à significação fica reservada uma contemplação não mais que inefável, visto que o querer dizer do enunciador e a interpretação do interlocutor não são, como já foi dito antes, inesgotáveis nem mensuráveis:

O que vale para a significação vale em efeito para a interpretação (que prolifera, integrando novas dimensões: o simbólico, a pragmática, e sem poder se formular a não ser num enunciado que recomeça uma cadeia). E a própria intenção de significação do enunciador, ou bem fica inacessível ou bem não pode se objetivar a se enunciar. (LE GOFFIC, 1981, p. 609)¹⁷

A verdade é que a significação não se fixa entre dois momentos que não estejam estabilizados.

A respeito da ambiguidade universal, inconsciente, Le Goffic (1981, p. 610) adiciona que nada se pode fazer, pois ela instaura um tipo de campo infinito em cujo interior fatos de significação são apreensíveis. Ela representa um substrato de indeterminação sobre o qual se destacam valores interpretáveis. Esse é o ponto cego, o reconhecimento dos limites da linguagem.

A ideia de uma ambiguidade universal pressupõe que a ideia de perfeição da comunicação é irrealizável. Não há compreensão perfeita, o que há é produção e troca de significação entre sujeitos que são necessariamente diferentes. Tal concepção faz que se retorne à ideia de que todo enunciado é ambíguo, de que a significação é relativa, além de reconsiderar que os arranjos (o jogo) na linguagem são realmente uma condição de existência da produção de significação. Assim, como a verdade, a significação é relativa, mas ambas existentes.

Para o linguista, a sensação de ambiguidade ou de ausência de ambiguidade depende de como o enunciado é abordado. Se a abordagem é precoce (se ela conserva todas ou parte das virtualidades da significação do enunciado), ou se ela é

¹⁷ Ce qui vaut pour la signification vaut en effet pour l'interprétation (qui prolifère, en intégrant de nouvelles dimensions: le symbolique, le pragmatique, et sans pouvoir se formuler autrement que dans un énoncé qui recommence une chaîne). Et l'intention de signification de l'émetteur elle-même, ou bien reste inaccessible ou bien ne peut s'objectiver qu'en s'énonçant.

tardia (se se retarda sobre os efeitos do discurso), será percebida uma ambiguidade. Já se a abordagem se der no momento preciso no qual a língua produz a fala, a sensação de univocidade se faz possível.

Recupera-se, com isso, a ideia do efeito duplo do contexto, redutor e criador de ambiguidade.

Enquanto Katz e Fodor, 1963 (apud LE GOFFIC 1981) remetem o problema da ambiguidade à língua, pois para eles uma frase isolada tem todas as interpretações possíveis, entre as quais o contexto efetua uma seleção; Kooij, 1971 (apud LE GOFFIC 1981) reporta-a à fala por crer que as leituras de um enunciado, isoladamente, são apenas um subgrupo de leituras que ele pode ter na língua em uso.

O contexto é tanto fator de desambiguação quanto fonte de novas interrogações e possibilita uma pressuposição mútua entre língua e fala interessante: não há nada na fala que não esteja inscrito, de alguma forma, na língua e a língua não é nada mais que a possibilidade de efeitos da fala. Tal concepção colabora com a visão de que todo enunciado é ao mesmo tempo único e múltiplo, ambíguo e não ambíguo.

O pensamento de Le Goffic (1981) se direciona à constatação de que a percepção unívoca se dá sobre a base de uma filtragem, de uma desambiguação (sem a qual não há interpretação). É qualquer coisa de absoluto e relativo: absoluto no que para o sujeito, *hic et nunc* é unívoco. O sujeito, por sua conta, atribui ao enunciado a propriedade de univocidade dentro de um quadro de uma escolha binária: unívoco/ambíguo. Mas a univocidade é relativa no que o enunciado é menos unívoco que seu funcionamento, *hic et nunc*, como unívoco. A univocidade é sempre univocidade para alguém e não passa de um sentimento de univocidade. Quanto à univocidade absoluta ela não passa de uma quimera.

A univocidade, assim entendida, não impede os hiatos entre enunciador e interlocutor, ambos com suas modulações e suas ponderações. Nesse sentido, a univocidade é relativa e hiatos invisíveis podem surgir e tornar possíveis os equívocos, os quais são constantes e sem possibilidade de serem prevenidos ou eliminados.

Quanto à ambiguidade do enunciado, ela se inscreve nas próprias condições de sua enunciação e a problemática da ambiguidade tende a unificá-la do nível do léxico ao nível do texto.

5 - A AMBIGUIDADE: CONCEITUAÇÕES CLÁSSICAS

5.1 Definindo o território

Diversos trabalhos versados sobre a ambiguidade apontam a necessidade de evitá-la. Com isso, defende-se uma escrita preocupada com a clareza, a qual é o resultado de um bom escritor. Parece assim, que a fala de Lyons (1987) vem contribuir com essa premissa, pois para o linguista ambíguo é um sinal que codifica mais de uma mensagem e tal ambiguidade pode provir de uma imperfeição do falante ou de uma deficiência do sistema da língua.

À luz desse consenso, emerge, ao mesmo tempo, a concepção de um caráter positivo para a ambiguidade, desde que ela seja intencionalmente implantada pelo sujeito enunciador com vistas a um sentido específico. É o que comumente vemos em textos de mídia (jornalísticos, publicitários, etc.).

Outro consenso que parece existir é o que se refere à crença de que a ambiguidade mais é uma incapacidade, um desvio de interpretação do outro (interlocutor) do que uma intenção do enunciador, haja vista que esse é munido do saber daquilo que busca dizer. Assim, acredita-se que os sujeitos ao produzirem seus textos, sempre têm a noção daquilo que querem comunicar e, com isso, estabelece-se o caráter dialógico da ambiguidade.

Ceia, no e-dicionário de termos literários, expõe dois pensamentos interessantes sobre a ambiguidade. São eles o de Black (1937) e Hempel (1939).

Black (1937) distingue assiduamente as noções de indefinição e ambiguidade. A primeira refere-se a enunciados cuja aplicação não está definida, a segunda tem sempre um quadro referência determinável.

Hempel (1939) diz que nenhum termo da linguagem natural está totalmente isento de indefinição, da mesma forma que um termo vago não implica na ausência de significação, circunstância que pode explicar outros pontos de vista que tendem a ver a indefinição como um caso particular de ambiguidade.

A ambiguidade na linguagem está associada aos fenômenos da conotação e da polissemia, embora na linguística moderna essa correspondência não seja aceita.

Quando um termo polissêmico possui diferentes etimologias nas suas aplicações possíveis, os filólogos costumam tratá-lo como constituindo na realidade duas palavras diferentes; os filósofos tendem a compreender esse termo como um só; e os escritores exploram livremente todas as possibilidades de aplicação. A ambiguidade lexical ocorre em certo tipo de palavras que encerram múltiplos significados (diferente/dessemelhante, por exemplo).

Alguns estudiosos insistem na distinção entre anfibolia, anfibologia e ambiguidade. A anfibolia é um termo da lógica que se refere a qualquer locução ou proposição de duplo sentido, sendo, neste caso, sinônima de anfibologia. Por sua vez, a anfibologia é uma forma de ambiguidade do sentido numa construção sintática.

Nesse viés, o termo ambiguidade ficaria a cargo de se referir às palavras ou aos termos, anfibolia às frases ou as proposições e equívoco ao sentido geral. A validade desta proposta está fundamentada na distinção que o próprio Aristóteles faz em *Refutações Sofísticas* entre anfibolia e homonímia. Pesando a relação entre anfibolia e homonímia, Aristóteles assume primeiro que ambas são formas de refutação. A homonímia será, portanto, a ambiguidade de palavras e a anfibolia, a ambiguidade de construções.

Apesar da ambiguidade também poder estar no âmbito do léxico (ambiguidade lexical), grandes discussões têm sido feitas acerca da ambiguidade dita gramatical (ou estrutural), a qual é estabelecida a partir do posicionamento dos constituintes dentro do enunciado.

Retomando os dois tipos de ambiguidade, a do nível lexical (também chamada de polissêmica) e a do nível estrutural (também chamada de gramatical), ao primeiro tipo atribui-se o problema da plurivocidade de significados que uma mesma unidade lexical pode ter. Como solução, é apontada ou a substituição de tal unidade por outra de sentido semelhante, ou a ampliação do contexto da enunciação. Já ao segundo tipo atribui-se uma solução não tão simples em virtude dos inúmeros arranjos lexicais que podem culminar numa estrutura enunciativa tida como ambígua.

Parece haver certo consenso entre os linguistas brasileiros em aproximarem suas lucubrações dos conceitos de ambiguidade, polissemia e homonímia, as quais dão-nos indícios de uma primazia pelos estudos da ambiguidade no âmbito lexical. Observemos o que dizem alguns desses estudiosos.

Rocha Lima apresenta suas considerações acerca da ambiguidade colocando a polissemia e a homonímia no bojo de suas discussões. Ele a define como a multiplicidade de sentidos imanente em toda palavra que possui estrita dependência do contexto e que tem como resultado a sinonímia. (2005, p. 485-487).

Já a homonímia é descrita por ele como “fator de perturbação da boa escolha das palavras”, o autor afirma que deveriam ser consideradas homônimas as palavras “que, tendo origem diversa, apresentam a mesma forma, em virtude de uma *coincidência* na sua evolução fonética”. (ROCHA LIMA, 2005, p.487)

Bechara (2004) apresenta a polissemia e a homonímia como alterações semânticas da estrutura das unidades. Interessante observar que ele ressalta a dificuldade de se distinguir polissemia e homonímia.

Contudo, para Bechara (2004, p. 402) a polissemia ocorre quando uma só forma (significante) tem mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes, de modo que cada um desses significados é preciso e determinado; e ao invés de dar um conceito claro de homonímia, o linguista destaca a necessidade de distinguirmos polissemia e homonímia, de um lado, e variação semântica (o que ele chama de sentido diverso das palavras num contexto específico), de outro.

No que concerne à difícil distinção entre homonímia e polissemia, Bechara (2004, p.403) apresenta alguns critérios (por ele descritos como falíveis) para tal tarefa. São eles: o critério histórico-etimológico, a consciência linguística do falante, o critério das relações associativas e critério dos campos léxicos.

Encerramos esta introdução apenas reafirmando que os contornos dados ao que é da ambiguidade explícita e identificável na língua, sobretudo no léxico, são traços confusos marcados sobre a própria assunção de gramáticos como Bechara (2004) acerca da dificuldade de delimitação de conceitos que separam e distinguem o que é um termo homonímico do que é um termo polissêmico.

No próximo item, aprofundaremos, um pouco mais, essa discussão sobre o problema em se determinar uma tipologia da ambiguidade dita lexical.

5.2 Um problema clássico em semântica: homonímia x polissemia

Embora a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas não defina rótulos terminológicos para o léxico, Culioli (1995) faz menção à ciência (lexicologia) e à técnica (lexicografia) destinadas ao estudo do léxico a fim de deixar clara sua insatisfação com ambas por elas ainda rejeitarem, de certa forma, toda a heterogeneidade que constitui as palavras. E é exatamente esse desajuste intrínseco existente nas línguas naturais que, a nosso ver, melhor justifica a imensa dificuldade que os semanticistas têm em lidar com as propriedades dos termos durante o processo de catalogação lexical.

Nesse contexto bem se encaixa o problema entre a homonímia e a polissemia, pois apesar de não ficar clara, a grande preocupação tem se restringido em saber se um termo terá uma ou mais entradas em dicionário, haja vista que já está mais que admitido que a distinção entre ambas é complexa, mesmo que se recorra a critérios etimológicos.

Atrelado, prioritariamente, à semântica dita lexical e declaradamente ao significado apreendido na língua (e não na fala), Ullmann (1977) diz que o próprio termo significado é dos mais ambíguos da teoria da linguagem e considera que morfemas e palavras são dotados de algum tipo de significado que é relevante no significado total da expressão.

O linguista reconhece que o mundo fenomenológico (o não linguístico) é determinante na constituição dos significados e adiciona que alterações de percepções dos objetos são passíveis e que a relação entre nome e sentido é recíproca e reversível. Daí sua concepção de significado da palavra: a relação recíproca e reversível entre o som e o sentido. (ULLMANN, 1977, p. 119)

Assim, sentido lexical seria a informação que o nome comunica ao ouvinte, de modo que por nome ele compreende a configuração fonética da palavra ; por referente, o acontecimento não linguístico sobre o qual se fala e por significado, a relação de reciprocidade e reversibilidade entre palavra e referente (ou coisa).

Um ponto interessante a ser notado é que Ullmann vê a língua como um depositário do mundo exterior que é guardado de modo diferente em cada língua que o analisa, fragmenta e classifica à sua maneira. Tal pensamento o condiciona a reconhecer que o significado depende da relação entre referente e nome.

Algo que nos parece importante salientar é que o linguista, apesar de reduzir o conceito de palavra ao de signo, amplia o conceito de linguagem por considerar

que as palavras estão associadas umas às outras por terem propriedades em comum, seja pelo som, seja pelo sentido, seja por ambos concomitantemente.

Ullmann (1977) simpatiza, em alguns pontos, com os pensamentos de Wittgenstein - o qual aposta radicalmente na ideia de que o significado de uma palavra é atribuído graças a seu uso na língua e o define em termos contextuais - e acrescenta que seu postulado bem serve como um complemento válido da teoria referencial.

Ainda em guiso de defesa, tais constatações são úteis à semântica na medida em que direcionam o olhar do linguista ao fato de que o significado de uma palavra é reconhecível por meio do estudo de seu uso. Seguem algumas de suas palavras que muito coincidem com que a TOPE propaga:

O investigador deve começar por reunir um número adequado de contextos e abordá-los com espírito aberto, permitindo que o significado ou significados brotem dos próprios contextos. Uma vez concluída esta fase, pode passar com segurança para a fase “referencial” e procurar formular o significado ou significados assim identificados. (ULLMANN, 1977, p. 140)

Assim, a maior contribuição de Ullmann (1977) é a de estabelecer uma relação recíproca e reversível entre nome e sentido, ter admitido a existência de significados múltiplos e de relações associativas entre as palavras.

Traremos mais explanações sobre a preocupação de Ullmann (1977) sobre o estudo do significado em outras partes desse trabalho.

5.2.1 A polissemia

Ullmann (1977, p. 331-364) após afirmar que a polissemia é um traço fundamental da fala humana, apresenta cinco fontes de sua incidência. São elas:

- (i) A mudança de aplicação (de emprego) - Ela se relaciona às diferenças aspectuais que são dependentes do contexto de uso. Como destaque,

há o caso dos adjetivos que variam o significado de acordo com o substantivo que qualificam. É o caso do adjetivo /infantil/, em português, que tem sentidos diferentes associados ao termo /vacinação/ e ao termo /homem/. No primeiro caso é tipificador, no segundo é qualitativo. Outro exemplo é o adjetivo /ordinário/, que tanto tem uma acepção asséptica (ordinário = aquilo que está na ordem habitual das coisas) quanto pejorativa (ordinário = grosseiro, vulgar).

- (ii) Especialização num meio social - esse tipo retoma a ideia de que “a mesma palavra pode assumir certo número de sentidos especializados, dos quais um só será aplicável em um determinado meio”. (p. 334). Para exemplificar, cabe a retomada do termo /forma/, já um pouco trabalhado noutro momento dessa pesquisa¹⁸. Para um linguista, forma está ligada à língua, para um fisiologista, ao corpo, para um artista, aos contornos de sua obra e assim por diante.
- (iii) Linguagem figurada – Esse tipo ocorre quando uma palavra assume outros sentidos (metafóricos) sem perder o seu sentido original. No português, o termo /diabo/ demonstra isso, pois pode se referir ao anjo que desafiou Deus (O Diabo tem várias facetas), a alguém bravo (Acordou com o Diabo, hoje), a alguém feio, a alguma situação de espanto (Que diabo é isso?), além de ser o nome de uma máquina usada para desfiar lã (O Diabo necessita reparos)
- (iv) Homônimos reinterpretados – Ocorre quando duas palavras têm som idêntico com significados não muito diferentes, o que os condicionam a serem entendidos como uma mesma palavra com dois sentidos. No português, esse fenômeno é comum no que se refere aos estrangeirismos. A palavra *impeachment*, que no inglês, significa “impedimento”, ao ser introduzida no português (por meio do uso popular) manteve a mesma materialidade fonológica e um sentido semelhante: “cassação”.
 - (v) Influência estrangeira – Se dá quando uma língua impulsiona a mudança de sentido de uma palavra noutra ao ponto do sentido novo e importado anular, por completo, o anterior.

¹⁸ Parte 7, seção 7.4.

5.2.2 A homonímia

Sem nos atermos muito na diferenciação entre homonímia e polissemia por esse assunto não estar nenhum um pouco próximo das nossas ambições, apenas nos restringiremos a fazer alguns apontamentos sobre o que a semântica lexical entende por uma relação homonímica. Para essa tarefa também recorreremos aos estudos de Ullmann (1977).

Para o linguista, apesar de menos complexa do que a polissemia, ela se cerca de 3 causas fundamentais:

- (i) A coincidência fonética (homofonia) de duas ou mais formas linguísticas. O português está repleto de casos assim: /sexto/ (número ordinal) x /cesto/ (objeto depositário); /são/ (abreviação de santo) x /são/ (sinônimo de sadio), (verbo ser em terceira pessoa do plural no presente do indicativo).
- (ii) A divergência semântica decorrente de um distanciamento radical de dois ou mais significados de uma mesma palavra. O termo /pupila/, em português, é um bom exemplo, pois tanto pode ser, apesar do raro uso, sinônimo de noviça, quanto a abertura do olho que permite a passagem da luz até o cristalino.
- (iii) A influência de termos estrangeiros que ao adentrarem uma língua, formam homônimos, por vezes conflituosos. No português podemos dar como exemplo os homônimos /manga/ (fruta) x /manga/ (parte da roupa que envolve o braço). No primeiro caso, a origem está na língua indiana malaiala *manga* e, no segundo caso, no latim *manica*.

Lyons (1977, p. 550) já admitiu que quando se trata de diferenciar polissemia de homonímia, a distinção se complica ao adentrarmos os critérios operacionais de cada um desses fenômenos. E desses critérios, é o etimológico que mais ganha destaque à medida que é um dos que mais cria problemas.

Como já dissemos noutro momento dessa tese, critérios etimológicos dão conta até certo nível da análise semântica de uma unidade linguística, mesmo porque muitos termos não podem ter sua derivação histórica recuperada. Do mesmo modo, a semântica que vimos fazendo hoje (lê-se aqui a arraigada em bases

enunciativas e funcionalistas) está pautada em análises sincrônicas, haja vista que o que buscamos é o valor referencial das unidades, o que deixa à margem a pertinência de toda informação histórica.

Já Ullmann (1977, p. 374), quando amaldiçoou a homonímia ao dizer que a língua seria um meio mais eficiente sem ela e quando abençoou a polissemia ao dizer que é impossível imaginar a língua sem ela, estava indiretamente reafirmando a relatividade do sentido e a essencialidade do contexto. O seu pecado foi defender que a coincidência de formas cria perturbação como se a polissignificação também não o fizesse. Aliás, é justamente dessa perturbação que ele insiste em desconsiderar que depende, como ele mesmo chama, “a ambiguidade como um artifício de estilo”.

Da nossa parte, cremos que insistir na distinção entre homonímia e polissemia por meio de critérios como associabilidade x dissociabilidade de significado é arriscar numa definição que subestima a intuição natural dos falantes nativos da língua. Esse exercício distintivo leva a resultados oriundos de uma desarticulação entre léxico e gramática. Tanto que à homonímia e à polissemia fica condicionado o problema da ambiguidade lexical, quando na verdade é da relação do léxico com a gramática que se precisa para fixar um sentido (desambiguar), esteja ele encerrado numa sequência fônica de sentido fragmentado (portanto, num termo polissêmico), esteja ele encerrado numa sequência fônica coincindível em forma e /ou som (portanto, num termo homonímico).

5.3 Um ponto de vista discursivo da ambiguidade

O prefácio da obra “Fazer dizer, querer dizer” de Claudine Haroche (1992) traz um texto de Jean-Claude Milner em que se questiona acerca do porquê de se querer separar, na gramática, o dito do não dito, o explícito do implícito, o completo do incompleto.

Nesse sentido, ele aponta que a exigência de desambiguação (determinação) é uma evidência inquestionável. Em suas palavras:

Ela (a exigência) corresponde a uma empresa “prática”, de envergadura, como se pode ver pela pesquisa incessante da linearidade e da transparência, da desambiguação interna da frase. [...] a exigência de determinação representa, também, na gramática, o irreduzível ponto de liberdade e do querer-dizer do sujeito: uma vontade de resistência que subtrai o sujeito à transparência e à linearidade do enunciado, que rompe o laço sintático – propósito lacunar, inacabado, ou, ao inverso, adjunção, digressão... (HAROCHE, 1992, p. 13-14)

A nosso ver, o que há aqui é uma crítica ao modelo linguístico que visa ao produto. Aquele modelo em que a linearidade significativa deva prevalecer e se sobrepor ao sujeito e a tudo o que ele leva dele à língua: intenções, percepções, injunções, apreciações, etc. Diante de tal embate, abre-se um espaço para o papel do contexto, da alteridade (sobretudo no que se refere à interpretação) e, talvez o mais importante: da reflexão.

Embora não dê para negar que Haroche (1992) se envieja por uma linha discursiva de cunho mais histórico-político, há muita preocupação de base cognitiva e de constituição do sujeito em seu texto. O excerto a seguir traz uma bela reflexão de ordem antropológica e fulcral sobre a autonomização do sujeito. São algumas palavras fundamentais para todo e qualquer tratado que se faça em ciências humanas, sobretudo se há alguma preocupação pedagógica subjacente:

A autonomização do sujeito seria só aparente. No entanto, ela traduz incontestavelmente a aparição de uma relação nova entre o texto e o sujeito: entre “determinação” do sujeito pelo texto e o fantasma de um sujeito mestre das palavras e do saber, desenha-se um espaço reflexivo e se instaura uma prática, a da leitura... (HAROCHE, 1992, p. 14)

A reflexão é bonita e coloca a semântica numa bifurcação. De um lado, o estudo dos significados apreendidos pela linguagem e, de outro, o estudo dos significados apreendidos pela herança de mundo. É o subjetivo e o objetivo, o dado e o conquistado, o intra e o extra em relações não dicotômicas.

Haroche (1992) ao interpelar a significação pelo viés da ambiguidade da linguagem segue um caminho que comunga com muitas de nossas crenças que estão sendo defendidas ao longo deste trabalho, sobretudo naquilo que toca a premissa de que a significação é vista como dependente da articulação entre o linguístico e extralinguístico, entre as relações estabelecidas e entre lógica e subjetividade.

Significação e sentido, nessa perspectiva, põem à prova a autonomia do sistema (língua enquanto totalidade) e obrigam a se rever (i) a separação entre diacronia e sincronia, (ii) a noção de valor e (iii) as tentativas de integração entre referência e formalismo do sistema.

Nas palavras da linguista:

[...] colocar o problema da significação, como o do sentido, é querer saber mais sobre o sistema, a língua e os arranjos entre signos; e minimizar, às vezes, a importância do arbitrário do signo pela consideração de fatores exteriores ao sistema – fatores históricos, sociais, ideológicos – para tentar elucidar (parcialmente, sem dúvida, indiretamente às vezes) as origens e os fundamentos do sistema. (HAROCHE, 1992, p. 34)

As ciências humanas se esforçam, em grande parte, para resolver o problema da significação partindo do pressuposto que a univocidade é uma busca constante. Na realidade, sobram teorias que tentam compreender como o dado extralinguístico (as noções que antecedem o signo e que apesar de não sê-lo, é nele que se materializam) ajuda a determinar a estrutura da língua (a gramática) e o sentido sem considerarem que é pouco provável que se chegue a uma noção verdadeira do sentido sem uma articulação entre gramática e enunciação.

Rezende (2000, p.11) distingue dois modos de se abordar os fenômenos linguísticos: um estático em que a linguagem é determinada e léxico e gramática são domínios separados e outro dinâmico que aposta na indeterminação da linguagem (a qual é responsável por um verdadeiro conceito de hipersintaxe) e que articula (necessariamente) léxico e gramática.

E essa distinção fica ainda mais marcada dentre as escolas que visam a chegar a uma noção de significado, de modo que:

- de um lado, há uma tendência que se restringe piamente a fatores linguísticos, que refuta todo e qualquer material extralinguístico (sujeitos, tempo, espaço, contexto, situação) e que comunga com a ideia de que a ambiguidade seria um fenômeno que atingiria certos enunciados. Estaríamos falando, então, de uma ambiguidade puramente sintática que incide sobre enunciados completos, os quais seriam explicáveis por pelo menos duas estruturas distintas.
- de outro, aquela que dá voz aos atos da enunciação e da fala, os quais, inevitavelmente, se aportam em fatores extralinguísticos e se constituem a partir de uma falta de especificação e de complementação maiores. Estaríamos falando, então, de uma ambiguidade referencial ou semântica que incide sobre enunciados incompletos, os quais são explicáveis por uma possível necessidade de precisão maior.

Embora estejamos falando de tendências bem marcas, entre uma abordagem que enxerga a ambiguidade como um fator unicamente linguístico e uma abordagem que vê a ambiguidade como um fator pragmático (o extralinguístico), faz-se presente um grupo de estudos que se coloca numa zona fronteira que é o que a herança de Culioli (1990, 1999a, 1999b) tem demonstrado: a ambiguidade como uma articulação entre o intra e o extralinguístico.

O excerto a seguir comprova isso:

A atividade de produção e de reconhecimento de enunciados se faz sempre entre os sujeitos colocados nas situações às vezes empíricas e ao mesmo tempo ligadas às representações imaginárias do estatuto de alguns sujeitos para remeter ao outro, para remeter a uma sociedade, para remeter ao texto, para remeter aquilo que se poderia chamar de “um discurso intertextual”, esta espécie de discurso ambiente com os valores que estão ligados às palavras. (CULIOLI, 2002, p.92, tradução nossa)¹⁹

¹⁹ L' activité de production e de reconnaissance d'énoncés se fait toujours entre des sujets pris dans des situations à la fois empiriques et en même temps liées à des représentations imaginaires du

Haroche (1992) distingue indeterminação de ambiguidade por considerar que a segunda não é sistematizável e classifica a primeira em dois grupos.

- (i) Um primeiro que seria o da ambiguidade sintática caracterizadora de enunciados completos que teria, ao menos, explicação possível por meio de duas estruturas diferentes.
- (ii) Um segundo que seria o da ambiguidade referencial caracterizadora de enunciados incompletos, o que ocorre com o caso da elipse, por exemplo.

O que nos é de interesse peculiar é que a autora faz remissão a um terceiro tipo de ambiguidade, que a nosso ver, recobre todos os demais: a ambiguidade inerente à linguagem. Para ela, trata-se de uma ambiguidade potencial do discurso e quase sempre não sistematizada e não determinável ligada ao caráter elíptico de todo enunciado.

Na verdade, crer nesse tipo de ambiguidade é admitir que todo enunciado é incompleto e que o que determina essa ambiguidade é uma questão semântica e não sintática; principalmente se considerarmos que sempre há algo que se pode dizer daquilo que ainda não foi dito. Demonstração disso é dada na oitava parte do nosso trabalho, a qual dedicamos algumas análises de enunciados que comprovam que os complementos de esquerda são infinitos e remetem a enunciação e a significação a uma plasticidade inevitável. Em outros termos, trata-se de admitir que há uma falta de especificação constante em todo ato enunciativo, mesmo que haja teóricos que separem o que seria uma ambiguidade inerente de uma ambiguidade não inerente.

Dito de outra forma, ao admitirmos que há uma incompletude inevitável nos enunciados, admitimos, também, que a ambiguidade seria inerente à própria linguagem e, por extensão, à língua de forma que se há imprecisão na linguagem, também o há nas formas, no signo, nas ideias, etc.

Formalmente Haroche (1992, p. 43) define o terceiro tipo de ambiguidade como inerente às situações da linguagem, de modo que ela estaria mais ligada a um problema de comunicação, a um desvio entre enunciador e interlocutor. Seria, portanto, uma carência dos sujeitos.

status de chacun des sujets par rapport à l' autre, par rapport à une société, par rapport à du texte, par rapport à ce qu'on pourrait appeler «un discours inter-textuel», cette espèce de discours ambiant des valeurs qui sont liées à des mots.

Para nós, nada de novo se estabelece aqui, pois se linguagem é indeterminada, o sujeito também o é e se imbrica num constante movimento duplo. Um em que ele se direciona a si mesmo e estabelece sua identidade e outro em que ele se direciona ao outro (o diferente dele) e estabelece uma relação de alteridade, porém ambos com a função de estabelecer uma relação de equilíbrio (a qual também não se daria sem a linguagem, que mais é uma força biológica que o homem tem para se equilibrar do que para se comunicar).

Independentemente da ambiguidade ser de ordem cognitiva, pragmática ou intencional (e disso falam muito bem os teóricos da literatura que enxergam a ambiguidade como uma riqueza inesgotável para o humor e a poesia), o que nos consterna e nos coloca em posição antagônica é que a tradição linguística a refuta e defende a necessidade de eliminá-la. Haroche é bem ciente desse posicionamento oligárquico:

Todos os autores concordam que a ambiguidade, acidental ou intencional, seja sempre tida como um fato negativo, que é necessário descartar a qualquer preço (ao menos ao nível das declarações de intenção) através de regras, processos de desambiguação, mesmo que seja para responder aos imperativos mínimos de uma gramática [...] (1992, p.43).

E mais:

Como podemos constatar, o essencial das discussões gira em torno dos problemas criados pela ambiguidade e conseqüentemente em torno dos meios mais seguros de detectá-la, delimitá-la, para melhor resolvê-la e assim repeli-la. Tais discussões concernem menos ao que se designa de fato, verdadeiramente, por “ambiguidade”, e mais às questões que esta levanta e as razões reais de evitá-la. (1992, p. 43)

A premissa é a de que a ambiguidade encapsula uma carência inerente aos sistemas que constituem as línguas naturais e tem como resultado um desvio na

comunicação. O problema é que essa premissa coloca a significação numa posição de subordinação à forma e o valor como determinado e estático.

A questão é mais dialógica por cremos que o domínio da significação é uma relação complexa dependente da língua em funcionamento, a qual, por sua vez, é um sistema aberto em que os enunciados tomam valores referenciais a partir dos sistemas de operação, o que torna esse domínio um processo de construção e reconstrução.

Haroche (1992, p. 47) insere que o encontro da gramática com a psicologia é crucial, pois mostra que a ambiguidade é uma marca da complexidade do ser humano e que é a partir dos processos de desambiguação que se é possível pensar na determinação. Para a linguista, “*a análise diacrônica das modalidades de constituição da determinação como a análise sincrônica de seu funcionamento na gramática nos permite entrever a natureza da subjetividade que nela atua.*” (Ibidem, p. 48).

Outrossim, a discussão pode ser aprofundada a um nível filosófico. As noções de determinação (estabilidade) e indeterminação (instabilidade) são recobertas pela ideia do que se tem de finito e infinito, respectivamente. Nesse sentido, a língua seria finita à medida que o léxico é finito, mas seria infinita à medida que a gramática é infinita. Tal constatação nos obriga a reafirmar a necessidade da articulação entre esses dois domínios (o do léxico e o da gramática), pois é essa junção que dá a visibilidade das relações subjetivas. Tanto isso é verdade que a gramática, por si só, remete o sujeito ao alto grau da indeterminação e o sujeito, por sua vez, remete a gramática a uma determinação (mesmo que provisória) na enunciação.

6 - OS SETE TIPOS DE AMBIGUIDADE DE EMPSON: A VISÃO LITERÁRIA

Empson (1955) na obra intitulada “*Seven types of ambiguity*” traz 8 capítulos (sendo o oitavo destinado a uma discussão geral do tema) a partir de cada qual ele traça um panorama do que significaria algo bem pronunciado e que exerce um papel espirituoso ou traiçoeiro: a ambiguidade. Um fenômeno que é tomado pelo autor em amplo sentido, a ponto de ele considerá-lo como foco de análise de qualquer nuance verbal que dê espaço para diferentes reações a um mesmo extrato de língua.

Vejamos como ele define seu trabalho: “*meus sete tipos por não serem meramente um projeto conveniente, são tomados como estágios de avançada desordem lógica.*” (EMPSON, 1955, p. 57).

Embora Empson (1955) se valha da análise de clássicos textos literários, textos esses que vão desde peças de Shakespeare a poemas de T. S. Eliot, para nós, ele assume um peculiar interesse por crer que qualquer enunciado poderia ser chamado de ambíguo.

A primeira análise que o autor faz é com o enunciado: “*The brown cat sat on the red mat*”²⁰. O que nos chama a atenção é a fragmentação que ele propõe do enunciado a partir de uma seriação de deduções lógicas: “Esse é um enunciado sobre um gato”. “O gato do enunciado é marrom”.

Apesar de deixar claro que se trata de um contínuo de deduções, Empson (1955) demonstra que cada enunciado simples pode ser traduzido num enunciado mais complexo por meio do emprego de outros termos; o que nos induz a lidar com a tarefa de explicar o que é um /gato/ e a explicar tal complexidade a partir da seriação, de forma que, quaisquer que sejam as propriedades que constituirão o termo /gato/, elas estarão numa relação espacial com o termo /capacho/.

Algo que vai muito ao encontro de nossas crenças teóricas é a referência que o estudioso faz à noção, que apesar de não ser explicada teoricamente em seus escritos, converge com o que a TOPE entende por esse termo, o que na verdade também não se distancia da acepção mais intuitiva que se possa ter do termo.

²⁰ Em português, já desambiguizado, teríamos ou “O gato marrom sentou-se no capacho vermelho” ou “O gato marrom sentado no capacho vermelho”

Demonstração disso é quando ele afirma que a noção do verbo /sat/ (o qual é um desencadeador de ambiguidade no enunciado em questão) envolve questões de anatomia e a noção de /on/ uma teoria da gravidade.

Empson (1955, p. 04) difere fato declarado de declaração e diz que geralmente não se reconhece um sem reconhecer o outro e que a apreensão de uma frase envolve ambos, sem distingui-los.

Ademais, ele considera que o isolamento de dois significados constitui uma ambiguidade que vale a pena ser observada. Assim ao se analisar a declaração feita por uma frase, estar-se-á lidando com um tipo de ambiguidade que se deve a metáforas, as quais ele entende como o modo normal do desenvolvimento de uma língua. Em seus termos: “[...] *metáfora é a síntese de várias unidades de observação numa imagem dominante; é a expressão de uma ideia complexa, não por análise, nem por declaração direta, mas por uma repentina percepção de uma relação objetiva*” (EMPSON, 1955, p. 04)²¹

Para o autor, uma coisa é dita para ser como a outra e elas têm várias propriedades diferentes em virtude de como elas são parecidas. A situação fundamental, independentemente de ser ambígua ou não, é aquela em que a palavra ou a estrutura gramatical é útil de várias formas ao mesmo tempo. É nesse campo que reside o primeiro tipo de ambiguidade.

Assim, o primeiro tipo de ambiguidade é o que se refere ao ritmo. Aqui Empson (1955) teve o intuito de mostrar como os efeitos do ritmo atuam na delimitação da significação das palavras.

Empson (1955, p. 57) diz haver três possíveis dimensões (as quais não são plenamente independentes umas das outras) em que a ambiguidade pode incidir: (i) o nível da desordem lógica ou gramatical, (ii) o nível no qual a apreensão da ambiguidade deve ser consciente e (iii) o nível da complexidade psicológica concernida.

Como exemplo do segundo tipo de ambiguidade, tanto no campo do léxico como no da sintaxe, tem-se a ocorrência de dois ou mais significados reduzidos em um.

²¹ “[...] metaphor is the synthesis of several units of observation into on commanding image; it is the expression of a complex idea, not by analysis, nor by direct statement, but by a sudden perception of an objective relation”.

Diferentemente do primeiro tipo de ambiguidade (o qual estava mais ligado à questão da ênfase e da entonação), esse está mais relacionado ao aprofundamento da leitura como uma alternativa para se extrair um resultado diante do rol de possibilidades de interpretação.

O caso do verbo *change* (mudar) mostra a diferença entre o que viria a ser um grau lógico e um grau psicológico da ambiguidade, pois, enquanto o pensamento é duvidoso, o sentimento é direto. Nesse viés, mudar implica tanto em “trocar de espaço” (mover-se para outro lugar), quanto em “alterar algo que se tenha”.

A complexidade do significado lógico deve ter por base a complexidade do pensamento, mesmo onde, como uma propriedade do segundo tipo de ambiguidade, há somente um significado principal como resultado.

Assim, enquanto para o primeiro tipo de ambiguidade, uma metáfora é válida de diversas maneiras, no segundo, várias e diferentes metáforas podem ser usadas simultaneamente.

Para o terceiro tipo de ambiguidade, Empson (1955) reserva a matéria verbal. Esse tipo ocorre quando duas ideias - conectadas por sua relevância no contexto – podem ser dadas numa palavra, simultaneamente. E o ponto central é a perspicácia de distinção entre os dois significados que o leitor é forçado a ficar cômico. Trata-se de dois blocos de informação, duas partes da narrativa que só são ambíguas graças ao acidente causado pela ingenuidade, pois do contrário, far-se-iam necessárias duas palavras distintas.

Empson (1955, p. 117) destaca que o significado nesse tipo de ambiguidade produz um efeito adicional, sem o qual o terceiro tipo não teria função, nem interesse. Assim, esse tipo de ambiguidade ocorre quando se tem consciência do fenômeno ocorrente, mas não de suas consequências.

Ter dois significados numa única palavra acarreta a possibilidade de um significado adicional desde que o leitor faça tal dedução. Nesse sentido, realizar a distinção dos dois significados é trazer a ambiguidade ao foco da consciência, fato que a torna óbvia aos olhos do leitor e que corrobora a perda da expressão da sensibilidade.

Ao falar da possibilidade de justificar um jogo de palavras, Empson (1955, p. 119) aponta a derivação como a mais óbvia para a realização de tal tarefa, apesar de ressaltar que uma justificativa plena do fenômeno por meio dessa derivação faz com que deixe de se ter uma ambiguidade do terceiro tipo. Logo, quando um leitor

consegue observar a falta de similaridade entre as noções em questão, o jogo de palavras soa mais comum e procede de uma apreensão menos compromissada do significado da palavra.

O quarto tipo de ambiguidade ocorre quando dois ou mais significados de uma frase não estabelecem um acordo entre si, mas se combinam para elucidar um estado mental mais complexo do autor. Aqui, tem-se consciência do aspecto mais importante de uma coisa e não o mais complicado. O que diferencia o terceiro e o quarto tipo de ambiguidade é que enquanto o do tipo 3 abarca casos em que há intenção de tornar consciente uma sutileza verbal, no tipo 4 a sutileza, o jogo de palavras e a mistura de modos de julgamento não estão no principal foco de consciência porque a tensão da situação os absorve.

O quinto tipo de ambiguidade acontece quando o autor vai descobrindo sua ideia no ato da escrita ou quando ainda não a tem, em mente, por completo.

O sexto tipo se dá quando uma frase diz nada, por tautologia, por contradição ou por frases irrelevantes a ponto do leitor ser forçado a inventar frases sujeitas a entrar em conflito umas com as outras. Empson (1955, p. 199) remete a piada a uma espécie de contradição que se encaixa bem nesse tipo de ambiguidade, pois o leitor quer ter consciência deles como tal. Apesar do leitor dever estar consciente de uma contradição, em casos complexos, ele não tem muita consciência da contradição tanto do modo como ela falha, tanto como assume significado.

O sétimo e último tipo de ambiguidade ocorre quando os dois significados da palavra (os dois valores da ambiguidade) são os dois significados opostos definidos pelo contexto, de forma que o efeito total é mostrar uma divisão fundamental na mente do escritor.

Para Empson (1955, p. 218) uma contradição desse tipo mesmo que não seja significativa, jamais é vazia. Ela expressa, ao menos, o sujeito em questão e atribui um tipo de intensidade a ele.

Seguindo essa linha de reflexão, o autor ainda enfatiza a importância que os elementos contrários têm na análise freudiana dos sonhos e diz que é evidente que a terminologia de Freud, sobretudo o termo 'condensação' pode ser empregada para se compreender poesia. Uma oposição freudiana marca, pelo menos, insatisfação. A noção daquilo que se deseja envolve a ideia daquilo que não se tem e isso envolve a oposição definida pelo contexto que é o que se tem e não se pode evitar e em casos mais sérios – causando uma maior reverberação emocional como são

comumente refletidas na linguagem, na poesia ou nos sonhos - essa noção marca o centro do conflito, pois a noção daquilo que se quer envolve a noção daquilo que não se pode ter e, novamente, envolve a oposição definida pelo contexto.

Na verdade, ficam nas entrelinhas dos pensamentos de Empson (1955) que as oposições são recursos que auxiliam no trato da resolução do conflito. E se não resolvem, ao menos o amenizam. Em suas palavras:

Parece, na verdade, que termos unindo dois opostos são raramente ou nunca formados numa língua para expressar o conflito entre eles; tais termos surgem por uma razão mais sensível e podem, então, ser usados para expressar conflito. (EMPSON, 1955, p. 221)²²

Empson (1955, p. 264- 289) reflete de uma forma mais abrangente sobre as condições em que a ambiguidade é oportuna, sobre o grau em que a compreensão dessa ambiguidade é de relevância urgente e sobre o modo em que ela é apreendida.

Em linhas gerais, ele considera haver um conflito lógico entre o sentido denotativo e o sentido conotativo das palavras. Sua assunção é a de que toda a linguagem poética é corrompida em associações de qualquer nível. Nesse sentido, todos os significados subsidiários são relevantes, pois qualquer manifestação linguística tem o intento de ser considerada como uma unidade.

A unidade, por sua vez, não é estável e só se dá pelo conhecimento de um esquema em que todas as coisas ocorrem, pois se pensa em várias coisas ou uma coisa que é mostrada por várias coisas ou uma coisa de várias maneiras.

Se uma ambiguidade estiver para ser unitária é porque há forças mantendo seus elementos unidos, forças essas que foram definidas por Empson (1955) em seus 7 tipos de ambiguidade.

O que ele ainda destaca é que essas forças, as quais unem uma variedade de ideias, tendem a ser julgadas automaticamente pelas pessoas.

²² "It seems likely, indeed, that words uniting two opposites are seldom or never actually formed in a language to express the conflict between them; such words come to exist for more sensible reasons, and may then be used to express conflict."

Para terminar, separamos quatro pontos apontados por Empson (1955) que mais justificam sua inserção nessa tese, além, é claro, de seu objetivo de demonstrar a natureza da ambiguidade por meio de sua beleza no texto poético:

- (i) Se há contradição, ela deve implicar tensão e quanto mais notória a contradição, maior a tensão.
- (ii) Uma ambiguidade não se satisfaz e não é considerada como um instrumento de si mesma. Ela deve, em cada situação, surgir do contexto e ser justificada por ele.
- (iii) Pensamos por frases e não por palavras. A gramática existe em vários tipos e as palavras podem se conectar de várias formas.
- (iv) Parece mais razoável, ao lidar com alternativas obscuras de sintaxe, desprover-se da pretensão de que se está explicando algo comunicado. Isto é, que se está explicando algo que se passou na mente do autor ou o que se passava na mente.

Nosso interesse peculiar em Empson (1955) se deu por ele, ainda numa época em que o conceito de ambiguidade não assumia propriedades tão positivas, ter apostado nesse conceito como uma qualidade que toda boa poesia deve ter. Assim, como também fazemos nesse trabalho, ele considerava que a significação é plástica e que a recepção da língua (seja na poesia, ou não) é um constante trabalho de construção e reconstrução, sobretudo por defender que as línguas são feitas de metáforas mortas ou adormecidas, mesmo que ele não tenha chegado a uma definição consistente do que venha a ser a significação.

7 – REVENDO AS TAXONOMIAS DA AMBIGUIDADE

7.1 Introdução

Tem sido divulgado e defendido nesse trabalho que a ambiguidade está intrinsecamente ligada à linguagem que é indeterminada e abstrata. Também se tem tentado deixar claro que o processo de desambiguação mais é uma operação de acesso a essa linguagem que um instrumento que vise estabelecer uma comunicação retilínea e segura.

Das inúmeras críticas que podem ser feitas acerca de qualquer tentativa de tipificar um fenômeno que é ingênito à atividade simbólica (seja ela a de representar, referenciar e regular) da linguagem, destaca-se aquela que já vem sendo feita pelos movimentos de ordem neoestruturalista que refutam a separação entre língua e fala e que as colocam numa relação de continuidade e articulação.

Dito de outra forma, cremos que a relação entre língua e fala é interdependente e circular, pois o significado está tanto na língua quanto na fala, haja vista que a língua é tanto uma forma resultante da elaboração de conteúdos quanto um sistema de representação cuja materialização é a própria fala.

Toda e qualquer lista classificatória pressupõe um trabalho de fissura profunda entre parte e todo que se perde justamente por deixar de considerar que ao término do processo o todo tem que ser recuperado. Na verdade, ele é inevitavelmente recuperado e é isso que tentaremos demonstrar nessa subseção.

Uma leitura simplista da listagem de Silva (2006) aponta a fragilidade com que essa classificação é firmada, sobretudo pelo fato de haver significativa dificuldade em estabelecer os contornos de cada tipo de ambiguidade. Isso sem contar que as características que compõem alguns tipos se repetem em outros de modo mais ou menos idêntico.

Uma leitura um pouco mais metódica aponta para uma partição clássica entre sintaxe e semântica, entre léxico e gramática. Algo que esbarra em nosso posicionamento, o qual defende que esses domínios, juntos, constituem uma

articulação fulcral para o estudo da linguagem e das línguas naturais cujo cerne sempre está imbricado ao estudo da atividade da linguagem.

Após essa introdução, diremos que essa seção se dedicará a dois trabalhos complementares:

- (i) Primeiramente resumiremos os quadros que se apresentam acerca das taxonomias da ambiguidade utilizando os mesmos exemplos (quando há) e pressupostos de análise apresentados por cada autor.
- (ii) Segundamente analisaremos cada uma dessas taxonomias por meio das nossas crenças teórico-metodológicas que vimos expondo ao longo dessa pesquisa.

7.2 Lista classificatória dos tipos de ambiguidade: uma releitura da tradição

Silva²³ (2006, p. 69-83) propõe uma lista taxonômica das ambiguidades da língua portuguesa a partir de uma revisão bibliográfica de autores que se dedicaram ao assunto e com base na premissa clássica de que a condição para que exista ambiguidade é a de que haja pelo menos duas interpretações. Sejam elas semânticas ou sintáticas.

Para o autor, o glossário a seguir tanto define as classificações e subclassificações, quanto representa o quadro histórico e avalia o atual estágio terminológico da linguística em relação às ambiguidades da língua portuguesa. Assim, a ambiguidade seria dos seguintes tipos:

Âmbito: quando a ambiguidade está relacionada a um campo de ação, esfera ou contexto relacionado com uma área de conhecimento.

Sintática: relacionada à posição de um sintagma, no contexto expresso por uma frase.

²³ Silva (2006) na dissertação “Ambigüidades da língua portuguesa: recorte classificatório para a elaboração de um modelo ontológico” elenca os pontos de vista de vários estudiosos que se debruçaram sobre a questão das taxonomias da ambiguidade, entre eles, destacam-se: Branquinho & Murcho (2001), Chomsky (1980), Zavaglia (2003a), Didactica (2004), Ferreira (1999, 2000), Bräscher (1999), Specia & Nunes (2004) e Rino (2001).

Sistemática: relacionada com os critérios estruturais ou funcionais.

Lexical: ocorre quando é possível aplicar mais de uma interpretação para uma unidade lexical.

Interlingual: está relacionada com a comunicação entre línguas.

Linguística: gerada apenas por questões linguísticas e é detectada quando determinados enunciados, em condições já previstas, apresentam problemas de escolha linguística ao receptor.

Morfológica: ocorre em decorrência do efeito do evento da policategorização e são de dois tipos:

a) **Categorial:** quando há falta de correspondência entre os conjuntos de significado.

b) **Gramatical:** quando se tem uma palavra que pode pertencer a várias categorias gramaticais.

Poética: essa ambiguidade é vista como um elemento que constitui a poesia e que, não pode ser resolvida, a fim de preservar seu objetivo de permitir a geração de múltiplos sentidos.

Pragmática: resultado do conflito entre a significação expressa na sentença e a intenção do enunciador no momento da enunciação.

Predicativa: quando há problemas relacionados à interpretação das relações temáticas que articulam o predicado.

Semântica: ocorre quando uma palavra possui multiplicidade de conceitos relacionados com sua aplicabilidade.

Referencial: está relacionada com enunciados potencialmente ou efetivamente incompletos, possui a característica de ser uma ambiguidade elíptica.

Transfrástica: é aquela configuração linguística cuja significação se constrói pela separação de dois termos mutuamente excludentes.

Virtual: ela tem seus moldes baseados na disjunção relativa, na qual não é obrigatória a escolha de apenas uma interpretação possível.

7.3. Explorando as ambiguidades

Silva (2006), após um primeiro pinçamento da tipologia da ambiguidade, expande e exemplifica (em alguns casos) cada uma dessas taxonomias.

Logo abaixo de cada ambiguidade, faremos uma análise apoiada pelos pressupostos da TOPE.

7.3.1 Ambiguidade de Âmbito

A ambiguidade de âmbito resulta da coocorrência de mais de um determinante quantificacional na mesma frase e ocorre quando há mais de uma maneira de interpretar o âmbito das suas conectividades.

Nesse sentido, a frase “Todas as pessoas são amadas” traria uma ambiguidade de âmbito por causa da indeterminação daquele que ama, pois tanto poderia haver várias pessoas que amam (uma ou várias pessoas) quanto uma única pessoa que amasse todas as demais (a ideia de um amante universal).

Aqui, o problema está mais ligado à referencialidade do que à conectividade dos termos do enunciado com elementos extralinguísticos. Em adição, se falta referencialidade é porque o enunciado que exemplifica a questão não está em relação enunciativa com outros enunciados (mesmo que virtuais).

Se preferíssemos defender a partição estabelecida por Silva (2006) (o que não é o caso) diríamos que a ambiguidade de âmbito coincidiria com a ambiguidade dita referencial, por exemplo, já que há uma incompletude marcada no sujeito (ou sujeitos) da ação, o que é comum na voz passiva em português.

Se quiséssemos nos ater meramente à língua (o que também não é o caso) diríamos que, mesmo que a intenção do enunciador era dizer que não há pessoa que não seja amada, não se trata de um enunciado ambíguo (não pelo menos nos moldes aqui dados), pois independentemente de quem ama todas as pessoas, a ideia de que todas são amadas não fica em dúvida e nem susceptível a mais de uma interpretação. A elipse do agente da passiva corrobora essa intenção do sujeito enunciador.

Vejamos alguns contextos que comprovam isso:

- (i) Todas as pessoas são amadas, sempre há alguém que se importa com alguém.
- (ii) Todas as pessoas são amadas, não importa quem ou quantos, o que vale é o sentimento.
- (iii) A: Você acredita no desamor?
B: Não. Todas as pessoas são amadas.

Note-se que o termo /amadas/ sempre incide sobre o termo /todas/, que é uma marca aspectual responsável por uma operação de varredura no enunciado que encobre todas as ocorrências de /pessoas/ e remete o sujeito a uma indeterminação semelhante àquela causada pela elipse do agente. Dessa forma, qualquer que seja o contexto e mesmo que se pense numa oposição entre amor em pares e amor universal, tal partição é mero resultado de uma abstração radical da linguagem.

7.3.2 Ambiguidade Sintática

A ambiguidade sintática (ou estrutural) relaciona-se à posição de um sintagma e ocorre quando for possível associar um determinado enunciado a mais de uma estrutura.

Silva (2006) recorre a Coscarelli (2002), que diz que a ambiguidade sintática ocorre quando há duas ou mais maneiras de estabelecer a relação sintática entre os elementos da sentença.

A frase “O rapaz viu a moça na moto” é ambígua por causa da posição em que o sintagma /na moto/ ocorre. Dessa forma, podem-se fazer duas leituras dela: uma em que era o rapaz que estava sentado na moto quando viu a moça e outra em que era a moça que estava sentada na moto quando o rapaz a viu.

A ambiguidade sintática, a nosso ver, é a que menos apresenta característica definitórias que a diferenciem das demais. Defini-la em função de um enunciado passível a mais de uma estrutura geradora de significados que não são confluentes não diz muita coisa, pois há uma potencialidade de plurisignificação presente em todo enunciado que é oriunda da atividade da linguagem.

O arranjo léxico-gramatical, em qualquer enunciado, permite uma constante comutação entre termos, a qual é inevitável em virtude da plasticidade da linguagem.

O enunciado apresentado como exemplo “O rapaz viu a moça na moto” pode bem demonstrar isso:

- (i) Na moto, o rapaz viu a moça.
- (ii) O rapaz, na moto, viu a moça.
- (iii) A moça, na moto, foi vista pelo rapaz.
- (iv) Na moto, a moça foi vista pelo rapaz.
- (v) A moça foi vista pelo rapaz na moto.

Ressaltamos que nenhuma dessas paráfrases estabiliza e garante a incidência do termo /moto/ ou a /moça/ ou a /rapaz/. Em qualquer uma delas, a ambiguidade se mantém por o enunciado não estar relacionado a nenhum outro enunciado, a nenhum contexto de esquerda ou de direita. Ante isso, faz-se recuperável a ideia de que todo enunciado é incompleto por sempre poder ficar algo por dizer, fato que o remete às características atribuídas ao que seria uma ambiguidade referencial.

Não podemos negar que tanto a busca da referencialidade intralinguística quanto da extralinguística pressupõem um exercício com a linguagem, assim como também não podemos deixar de considerar que esse enunciado reverbera dois movimentos que se confrontam: de um lado um impulsionado pelas propriedades extralinguísticas que tendem a aproximar /rapaz/ e /moto/ por serem extraídas do senso comum, que associam esse veículo mais ao universo masculino que ao feminino. De outro, um impulsionado pela força da linearidade linguística que tende a aproximar quantificador e quantificado, no caso /moça/ e /moto/.

Tal impasse nos é mais benéfico que problemático, pois comprova que só o arranjo léxico-gramatical é capaz de estabilizar (sempre provisoriamente) um enunciado.

Façamos duas leituras que ora estabilizem o enunciado a partir da relação entre /rapaz/ e /moto/ (1), ora a partir da relação /moça/ e /moto/ (2):

(1) O rapaz viu a moça na moto, mesmo guiando, ele conseguiu enxergá-la quando ela saía do carro.

Aqui, o complemento de esquerda deixa claro que é o rapaz que está sobre a moto e não a moça, pois há uma ligação linguística bem marcada entre /rapaz/ e /moto/ e outra entre /moça/ e /carro/.

(2) O rapaz viu a moça na moto, ela usava o veículo para ir ao trabalho todos os dias.

Nesse caso, a operação quantitativa de flechagem²⁴ atribuí ao enunciado uma estabilidade referencial, pois o termo /veículo/, empregado no contexto de direita, recupera propriedades do termo /moto/ e estabelece a relação entre esse termo e /rapaz/.

7.3.3 Ambiguidade Sistemática

A ambiguidade sistemática é tida como um tipo de ambiguidade estrutural e ocorre quando é possível relativizar o sentido da sentença. Como exemplo, o autor traz duas ocorrências do termo /manuais/ que, apesar de ter apenas um sentido, é passível de uma acepção abstrata (ocorrência 1) e de uma acepção concreta (ocorrência 2).

1. João escreveu vários manuais.
2. Os manuais pesam 3 quilos.

Para ele, o uso do termo /manuais/ gera ambiguidade se forem analisadas as duas frases ao mesmo tempo, partindo do princípio de que se pode empregar tanto o sentido abstrato como o concreto. Nesses casos, tem-se o fenômeno da ambiguidade sistemática, que se relaciona a critérios estruturais ou funcionais de uma língua.

Apesar de Silva (2006) considerar que a ambiguidade sistemática perpassa por critérios estruturais ou funcionais da língua, ele traz um exemplo que propaga uma questão ultrapassada no estudo da língua: a oposição entre concreto e abstrato no estudo dos nomes. A nosso ver, tal impasse mais é de ordem semântica do que

²⁴ Maiores detalhamentos das operações de quantificação estão no item 2.4.

sistemática, pois, mesmo que separadamente consigamos, com algum esforço, perceber certa nuance das propriedades do termo /manuais/, na enunciação essa diferença entre a ideia do objeto e do objeto em si vai por terra quando buscamos os feixes de propriedades da noção < ser manual>. Separemos algumas propriedades de tal termo: compilado de papel, guia de instalação, portátil, feito à mão, etc.

Assim, os dois exemplos se colocados em relação de complementaridade (João escreveu vários manuais e os manuais pesam 3 quilos) não deixariam qualquer margem para uma acepção abstrata do termo em questão.

O que é demonstrável é que o sistema linguístico também é responsável por atribuição de sentido ao léxico. Tanto que sua função depende das relações estruturais e semânticas estabelecidas pelos sujeitos da enunciação.

Se a estrutura ou a função gera uma ambiguidade no sistema (daí falar-se de uma ambiguidade sistemática) é porque a relação léxico-gramatical assim o permite. Vejamos:

- (i) João escreveu vários manuais. Não foram usados máquina de datilografia ou computador.
- (ii) João escreveu vários manuais, mas não os viu impressos ainda. A gráfica só informou que eles pesam três quilos.

Aqui sim temos uma variação de sentido interessante para uma discussão semântica (e educacional) que perpassa pelas possibilidades que o sistema linguístico (mas não só) nos fornece.

Enquanto em (i) o termo /manuais/ abarca, ao menos, duas propriedades distintas e capazes de remetê-lo a duas acepções: algo que é feito à mão e um guia de orientação para determinado fim, em (ii) /manuais/ cinge apenas propriedades que se relacionam ao universo do que é feito com vistas à orientação.

Nesse viés, cremos que esse tipo de modulação entre uma propriedade e outra fomenta o verdadeiro exercício de variação de sentido que é o que faz variar o sistema e não o contrário.

7.3.4 Ambiguidade lexical

Essa ambiguidade ocorre quando é possível aplicar mais de uma interpretação para uma unidade lexical e é provocada pelos fenômenos da homografia e da polissemia. Destaca-se que a resolução desse tipo de ambiguidade pressupõe a escolha de um sentido para que o outro seja negado.

Na frase “O diretor comentou sobre os papéis da peça”, o termo /papéis/ é susceptível de mais de uma interpretação. Entre elas: (i) uma série de funções desempenhadas, (ii) conjunto de documentos relacionados ao roteiro da peça.

A ambiguidade lexical é das mais estudadas em função da clássica oposição que se faz, desde os primórdios, entre homonímia e polissemia. Difícilmente encontraremos algum compêndio semântico que não aborde tal conflito. Sua definição a aproxima do que tanto poderia ser, de acordo com o estudo de Silva (2006), uma ambiguidade estrutural ou até mesmo sistemática (se nos ativermos aos dois exemplos com o termo /manuais/).

O fenômeno da homografia e da homofonia é inevitável e suscita explicações etimológicas diversas em qualquer língua. Já o fenômeno da polissemia é dos mais previsíveis e inevitáveis por ser um dos maiores elos entre a língua e ação do homem na língua influenciada pela ação do homem no mundo.

Os dicionários são os depositários por excelência da polivalência do léxico de uma língua. Prova disso é a necessidade cada vez mais urgente que os lexicógrafos têm de atribuir novas acepções a esse léxico; e essa proliferação de sentidos não pode ser resultado que não das atividades dialógicas e da iminência da atribuição de novos valores para se atribuir sentido àquilo que se quer dizer (e que tenha significado, portanto).

Esse tipo de reflexão não tem fim, pois sempre recai no problema da separação entre sentido e referência, entre língua e fala, entre valor absoluto e valor relativo, etc. Assim, cabe-nos apenas dizer que a forma como a ambiguidade lexical foi, acima, definida por Silva (2006), faz uma remontagem de características que se direcionam à tese de que todo enunciado é incompleto se não estiver numa relação dialógica com outros enunciados da língua.

O exemplo “O diretor comentou sobre os papéis da peça”, assim como os demais apresentados na seção 7.3, são cerceios que garantem que cada tipo de ambiguidade se sustente por conta da descontextualização extrema de cada caso analisado. O que é justificável, pois o ato “por em relação” tornaria toda essa discussão inócua e igualmente descontextualizada.

O termo /papéis/ só é ambíguo porque a ausência de um arranjo mais bem definido entre ele e a estrutura do enunciado é eminente. O que queremos dizer é que falta determinação (complementação) enunciativa que direcione tal termo ou às propriedades do material ou às propriedades da função / posição.

O exercício a seguir demonstra isso:

- (i) “O diretor comentou sobre os papéis da peça. Cada ator já está devidamente definido”.
- (ii) “O diretor comentou sobre os papéis da peça. Só falta entregarem o documento dos direitos autorais.”

A enunciação é o que, de fato, estabelece as relações, define as propriedades e estabiliza os sentidos. O arranjo entre léxico e gramática é tão gerador de sentidos que o reconhecimento do sentido de cada acepção do termo /papéis/ é dependente de toda a estrutura.

Em (1), a relação entre /papéis/ e /ator/, resultante da absorção da experiência de mundo, remete o termo às propriedades funcionais e não materiais. Assim, o domínio nocional do que pode <ser papel>, nesse caso, ativa propriedades como <ser personagem>, <ser ator>, <ser humano> e estabiliza o seu sentido.

Em (2), a relação entre /papéis/ e /documentos/, também resultante da vivência, direciona o termo às propriedades materiais e não funcionais que são passíveis de serem atribuídas a ele. Também assim, o domínio nocional que evoca o que pode <ser papel> ativa propriedades como <ser folha>, <ser retangular>, <ser dobrável> e estabiliza o seu sentido.

Tudo isso para demonstrar que atribuir um caráter indefinido apenas ao eixo paradigmático da língua é propor uma fissura radical entre língua e atos de linguagem (a enunciação, portanto).

7.3.5 Ambiguidade Interlingual

Este tipo de ambiguidade relaciona-se à comunicação entre línguas e à transitividade de informação entre países. Quanto à sua resolução, ela fica,

frequentemente, a cargo dos sistemas de tradução automática que são ainda ineficientes por não conseguirem recuperar as experiências da língua e de mundo.

Há um princípio clássico da linguística que diz que toda tradução deve reproduzir o mais fidedignamente possível a ideia do texto original e transferir para outra(s) língua(s) o mesmo sentido que se obteve na língua que foi traduzida.

Porém, na prática, não dá para negar que o que se faz, realmente, é interpretar noutra(s) língua(s) o que foi produzido na primeira. Tal percepção nos condiciona a recuperar que não há coincidência exata entre produção e recepção, pois todo resgate daquilo que foi produzido (seja na relação interlínguas ou intralínguas) passa a ser a visão daquilo do que foi produzido.

Há uma interferência inevitável do tradutor que abarca toda sua experiência de mundo, sua constituição subjetiva, suas percepções, pensamentos, etc. Nesse sentido, a tradução já é outro texto, é uma paráfrase resultante de um trabalho linguístico de quem o traduziu com vistas a atribuições de sentidos. Esse trabalho, inevitavelmente, estabelece uma dissimetria entre o construído e o reconstruído, que é, como queremos crer, o que Silva (2006) nos faz entender por ambiguidade interlingual.

Se o texto traduzido é resultado de um trabalho interpretativo, os sentidos criados nesse texto também são resultado da percepção do sujeito tradutor e não de transferência de um para outro, como se pode fazer, embora sem sentido garantido, de léxico para léxico.

Cada língua articula léxico e gramática de forma não identificável com outra e toda tentativa de transferência dessa articulação (que é o que se faz quando se tenta traduzir termo a termo, estrutura a estrutura) deixa espaços vazios que não conseguem ser preenchidos na enunciação.

A ideia de que se traduz língua, mas não cultura reafirma a dissimetria acima mencionada de modo que quem reproduz não parte do texto original, mas de seu próprio texto criado a partir de sua filtragem subjetiva do original.

Assim, as perdas de sentido são fatais e abrem espaço para se discutir a indeterminação da linguagem no âmbito da tradução e se os recursos artificiais como a computação não conseguem reproduzir de modo satisfatório essa transferência de língua a língua é porque as propriedades físico-culturais que constituem cada língua só são apreensível e identificáveis por meio da atividade simbólica do homem: a linguagem.

Apesar de Silva (2006) não ter apresentado nenhum exemplo do que seria a ambiguidade interlingual, cremos que um enunciado comum como “Estou explodindo de dor de cabeça, já tomei 2 analgésicos e nada” elucide um pouco o que estivemos discutindo até aqui.

O termo /explodir/ cinge propriedades estabelecidas pelo acordo sociopsicológico de falantes da língua portuguesa que não são tipificadas, mas que recuperam características do que está no alto grau da noção de <ser explosível>.

Numa tradução automática para a língua inglesa, por exemplo, o termo correspondente seria /burst/, o qual não corresponde com o sentido dado em português, pois, no inglês, esse termo está preso a propriedades do que se rompe abruptamente, do que se expande violentamente por meio de acúmulo excessivo de matéria e/ou energia.

O sentido preterido seria atribuído numa construção como “*I’ve got a bloody headache and 2 painkillers have not been effective*”, a qual recupera propriedades que não são as mesmas no português. Ao contrário, qualquer aproximação de sentidos é impossível entre as duas línguas.

Do outro lado, o sintagma /bloody headache/, cuja tradução termo a termo seria “dor de cabeça sangrenta” geraria uma ambiguidade interessante e que mostraria que a atividade da linguagem é realmente intransponível de sistema a sistema.

Vejamos como seria o revés:

- (i) Eu estou com uma dor de cabeça sangrenta, dói tanto que sangra até a alma!
- (ii) Eu estou com uma dor de cabeça sangrenta, o médico disse que quando a sinto, é porque há uma hemorragia interna.

Em (i), /sangrenta/ foge à noção prototípica e física <sangrar – ser perder sangue> e se aproxima de uma noção ligada às propriedades sensoriais.

Em (2), /sangrenta/ recorre à noção <sangrar – ser perder sangue> e extrai dela o seu centro atrator (o alto grau dessa noção).

Assim, as experiências não se repetem, os arranjos não se transpõem, as percepções são outras e os sistemas linguísticos só dão conta de representar a atividade da linguagem porque estão imbricados nela.

7.3.6 Ambiguidade Linguística

Essa ambiguidade é gerada apenas por questões linguísticas e é detectada quando determinados enunciados, em condições já previstas, apresentam problemas de escolha linguística ao receptor, gerando uma flutuação entre duas ou mais condições aceitáveis. Aqui, o problema é meramente de ordem linguística e não se relaciona com os sujeitos da enunciação. É restrito ao nível do sistema de modo que mesmo que haja situações adequadas à comunicação, problemas de interpretação são possíveis dentro de um mesmo contexto.

Assim, enquanto no exemplo “Eu a encontrei em um café”, o termo /café/ é distinguível entre uma bebida e um local; no exemplo “Sirva-me um café”, o contexto permite a distinção entre lugar ou bebida.

Essa definição de ambiguidade além de separar radicalmente língua e linguagem, pinça características de vários outros tipos de ambiguidade apontados por Silva (2006). Se considerarmos as definições, as aproximaremos da ambiguidade sintática e da referencial por ser de ordem estrutural e por faltar referência que estabilize o sentido. Se considerarmos o exemplo, a aproximaremos da semântica e da lexical por ela falar da polivalência do termo /café/. Já se considerarmos tanto teoria quanto prática, somos remetidos à ambiguidade da linguagem, que é a que estamos teorizando.

O que é interessante notar (e isso é o que valida nosso trabalho aqui), é que não há escapatória a não ser costurarmos as fissuras entre sintagma e paradigma, dito de outra forma: entre sintaxe e léxico.

Língua encapsula experiência de mundo, é um produto social e, desse modo, não se separa dos sujeitos que a produzem. Tanto isso é verdade que o discurso é um espaço híbrido inegável em que o universo fenomenológico, por um lado, injeta, a todo instante, aquilo que se necessita representar na língua e, por outro, valida a atividade da linguagem humana.

O exemplo dado “Eu a encontrei em um café” é tão dependente de uma relação com outro enunciado que sem contexto, o termo /a/ não teria quem ou o que recuperar. Não haveria, portanto, uma dêixis.

Apesar de simplista, recorrer à explicação didática – comum e útil em níveis de formação básica e média - de que ninguém abre uma porta do nada e diz “Eu a encontrei em um café” a não ser que já haja uma situação anterior que comporte esse enunciado. O que é imprescindível é a existência de referentes espaciais, temporais, modais, aspectuais que garantam a inteligibilidade.

A linguagem é tão intrínseca ao ser humano que, mesmo que alguém profira um enunciado como esses sem relações enunciativas, quem o recebe, automaticamente, vasculha seu campo de experiências em busca de perguntas virtuais que sustentem o dito e que estabeleçam o equilíbrio.

Todo ato de escolha (entre um sentido e outro, entre um sentido e outros) pressupõe que haja mais de uma possibilidade.

O termo /café/, tanto em português como em várias línguas (francês, inglês, por exemplo) tem duas noções distintas. Uma referente à bebida, outra a um local onde se serve essa bebida: (i) <café ser – bebida> e (ii) <café ser – cafeteria>. Exemplificando:

- (i) A: Eu quase engoli uma mosca, acredita?
B: Como assim? Eu a encontrei em um café.
B: E o que você fez?
A: Chamei o gerente e fiz a reclamação.

- (ii) A: Você nem imagina quem eu encontrei hoje!
B: Quem?
A: Rose!
B: Jura? Onde?
A: Eu a encontrei em um café.

Com esses dois exemplos, cremos que pouco necessita ser acrescentado. Salvo os fatos de que ambiguidade perpassa, sim, por questões de ordem extralinguística e que a interpretação sempre fica por conta do receptor, haja vista a mínima intenção que todo enunciador tem para com aquilo que ele enuncia.

Ademais, os exemplos mostram que os contextos também não são os mesmos, pois cada ocorrência incide sobre uma determinada situação, mesmo que

haja uma relação de proximidade entre as noções <café ser – bebida> e <café ser – cafeteria>. Não podemos deixar de considerar que as referências do mundo exterior (líquido oriundo de um fruto, de um lado, e ambiente onde se serve esse líquido, de outro). Referências essas que só são recuperáveis no ato enunciativo.

7.3.7 Ambiguidade Morfológica

A ambiguidade morfológica (também conhecida como ambiguidade gramatical ou categorial) está relacionada, principalmente, a dois fenômenos linguísticos: (i) à policategorização que é, em linhas gerais, a possibilidade de um termo ser classificado em mais de uma categoria gramatical, (ii) à neutralização da oposição entre primeira e terceira pessoa do singular de alguns modos e tempos verbais.

O exemplo “Eu corrigi o resultado e estava errado” é ambíguo porque o termo /errado/ tanto pode incidir sobre /eu/ quanto sobre /resultado/.

A nosso ver, há certa confusão na definição desse tipo de ambiguidade, pois o autor não deixa claro se tal ambiguidade advém ou da materialidade do léxico ou da materialidade da estrutura (embora acreditemos que seja dos dois).

O que julgamos ser contraditório é que as características que determinam a ambiguidade morfológica tanto recaem sobre a definição do que seria a ambiguidade sintática (sobretudo pelo exemplo apresentado), quanto sobre do que seria a ambiguidade lexical.

Dizer que uma ambiguidade é categorial quando há falta de correspondência entre os conjuntos de significado é assumir que ambiguidade emerge quando não há situação enunciativa que traga referencialidade à estrutura.

De modo simplista, esse tipo de ambiguidade recai sobre o problema da forma, ou melhor, da coincidência fisiológica (seja casual ou não, seja apenas sonora, seja apenas gráfica, ou tanto gráfica quanto sonora) entre termos.

Se quisermos estipular uma diferença entre o que causaria uma ambiguidade lexical do que causaria uma ambiguidade morfológica, aí sim a definição de Silva (2006) tomaria espaço, pois nem toda semelhança entre formas confunde categorias. Daí a diferença:

Se se muda o sentido, como, por exemplo, no par oposto verão (nome)/verão (verbo), é pertinente falar numa indeterminação relacionada à forma tanto gráfica, quanto fônica.

Se não se muda o sentido, como por exemplo, no par pode (verbo poder no presente)/pode (verbo poder no passado), o interessante seríamos falar de uma indeterminação relacionada à forma meramente fônica.

O que é de mais interessante não foi dito e é o que resolve o problema: a articulação léxico-gramática movimenta categorias, determina sentidos provisórios e coloca a policategorização como uma operação resultante da indeterminação da linguagem.

A língua inglesa nos fornece um riquíssimo material para esse tipo de discussão e é das línguas que melhor mostram como as relações dialógicas se estabelecem pelas noções, isto é, pelas propriedades físico-culturais resultantes das percepções e operações do homem. Por exemplo, o termo /house/ encapsula propriedades do tipo <house ser – alojável>, tanto que tal termo oscila entre as categorias nominal e verbal sem qualquer alteração de forma, sem ser a de conjugação verbal.

Assim, construções como “*I house here*” (Eu moro aqui), como “*This is my house*” (Esta é minha casa) são típicas dessa língua e não criam ambiguidade, ao contrário, expressam o dinamismo da linguagem e o seu poder de estabelecer relações enunciativas com aporte das sensações espaciais sem prejuízo de significados para aquilo que se quer dizer.

Por o foco de Silva (2006) ser a língua portuguesa, um trabalho interessante seria o de mostrar como morfologia e sintaxe se imbricam de forma interdependente. Por exemplo, o termo /forma/, apesar de ser considerado um problema nos estudos sobre a homonímia, tem, seja qual for categoria em que esteja provisoriamente classificado, propriedades enraizadas. A noção <forma ser – algum tipo de estrutura distintiva > mantém todas as ocorrências a seguir:

A forma do bolo era de alumínio.

Forma, em linguística, tem diferentes definições.

A forma como você fala com os pais deve ser respeitosa.

Ele se forma nesse ano em medicina.

A junção de dois retângulos forma um quadrado.

Mas que bela forma, hein? Tem malhado?

Seja em função nominal, seja em função verbal, seja em função adverbial, o termo em questão refere-se a qualquer coisa que é contornável a fim de que se constitua em oposição àquilo que ele não é. Quanto à categoria, quando (e se) for necessário que a definamos, essa ficará a cargo da desambiguação; não de uma desambiguação meramente focada na estrutura do léxico, mas articulada à enunciação, a qual dirá, por si só, qual função o termo está exercendo no enunciado.

Como de praxe, analisemos o exemplo apresentado por Silva (2006).

O enunciado “Eu corriji o resultado e estava errado” nada tem a ver com uma plurivocidade relacionada à forma lexical, mas com a concatenação (coordenação) pura e simples dos termos que o compõem.

Dizer que /errado/ tanto pode qualificar /eu/ quanto /resultado/ não lhe dá atributos que o faz oscilar entre categorias gramaticais. A única oscilação possível é a do referente, pois só sua recuperação (por meio da enunciação) estabilizará o sentido:

- (i) Eu corriji o resultado e estava errado. Foi a segunda vez no dia que eu errei.
- (ii) Eu corriji o resultado e estava errado. É o primeiro resultado que não estava certo da lista.

O enunciado (i) garante a aproximação entre /eu/ e /errado/ estruturalmente e semanticamente. Estruturalmente, porque se recupera o sujeito por meio da reocorrência do termo /eu/ diante de /erro/. Semanticamente, porque o termo /errei/ faz parte do mesmo domínio nocional de /errado/.

O enunciado (ii) tem o termo /resultado/ recuperado por meio da operação de flechagem que o estabiliza como errado por meio da ligação sintática à noção de erro (< erro ser - não estar certo>).

7.3.8 Ambiguidade Poética

Aqui, a ambiguidade poética não é identificada como um elemento negativo, ao contrário, é um artifício que possibilita múltiplas interpretações, além de ser um

recurso estilístico de grande força para o humor, para a poesia, e para textos literários (os quais são tidos como textos com vistas a se trabalhar a imaginação do leitor).

Ainda é destacado que na linguagem padrão tenta-se reduzir a ambiguidade ao máximo, pois o objetivo é o de comunicar, informar e esclarecer.

Apesar de dedicarmos uma parte²⁵ desse trabalho alicerçada nos pensamentos de Empson, faremos mais algumas considerações sobre o assunto.

Já reconheceu Ullmann que a ambiguidade é um artifício de estilo e quando ele disse isso, referia-se ao estilo literário:

[...] é perfeitamente claro que os jogos de palavras trazem um elemento de garbo e de maleabilidade ao manejo da língua e que, usados com moderação, podem proporcionar um valioso meio de humor e ironia, ênfase e contraste, alusão e sutileza, e certa variedade de outros efeitos estilísticos. (1977, p. 399)

O que não foge muito às tendências é a persistência no léxico e cujas discussões provenientes estão pautadas numa separação do que seria uma coincidência da forma (sonora, gráfica, ou ambas), do que seria uma coincidência da forma atrelada ao sentido, ou seja, na separação entre homonímia e polissemia.

Há até uma razão plausível para tal: quanto mais o sentido estiver dependente da língua em uso, mais se podem fazer trocadilhos, criarem-se situações repletas de pressupostos, subentendidos, indeterminações, elipses, mal-entendidos, etc. Daí, o foco seria no que se chama de polissemia.

Do outro lado, a coincidência entre forma (sobretudo a sonora), permite o preenchimento de sentidos, sobretudo nos atos declamatórios ao bel prazer daquele que profere.

O exemplo que Ullmann (1977, p. 393) traz bem demonstra isso. Trata-se de excerto de Hamlet de Shakespeare (Ato II, cena 2) em que Hamlet dialoga com Polonius:

Polonius: O que está lendo, meu senhor?

Hamlet: palavras, palavras, palavras.

²⁵ Parte 6.

Polonius: Qual o *assunto*, meu senhor?

Hamlet: Entre quem?

Polonius: Me refiro ao *assunto* que você lê, meu senhor²⁶.

Apesar do foco, como já fora dito antes, ser no léxico, esse exemplo demonstra como a relação léxico-gramatical atribui sentido. O termo /assunto/ só teve sua referencialidade definida /assunto do livro/ a partir do desenvolvimento do ato enunciativo.

O que é belo aqui é que Shakespeare bem sabia se valer da indeterminação da linguagem para estabelecer a ironia.

7.3.9 Ambiguidade Pragmática

A ambiguidade pragmática está relacionada a valores que se quer enunciar em um dado momento. Está ligada à situação do falante no momento da enunciação. Assim, ela seria um ponto de conflito entre o que a sentença diz e aquilo que o enunciador queria dizer.

Na frase “Os pássaros voam” o sentido é dado a partir da relação com o tempo, pois /voam/ tanto pode se referir a uma ação que ocorre no momento da enunciação quanto a uma que ocorre sempre.

Assim, nesse tipo de ambiguidade, pode-se encontrar uma referência geral ou específica. Os valores se relacionam com o momento da enunciação e a referência ultrapassa o contexto linguístico.

Para nós, a dissimetria entre /eu/ e /outro/ é tão latente que só o diálogo é capaz de estabelecer o equilíbrio dessa tensão. Dizer que há uma diferença entre o que se quer dizer e o que a sentença diz nos condiciona à questão da interpretação.

Do lado de quem produz, o texto diz aquilo que se queria dizer. Do lado de quem recebe o texto diz aquilo que se compreende dele.

O ponto de conflito não está exatamente no enunciado, mas o que esse enunciado representa e referencia. Afinal, o que o extralinguístico fornece como

²⁶ Tradução nossa, grifos de Ullmann.

força impulsionadora para o sentido? E daquilo que ele fornece, o que é de comum vivência para quem produz e para quem recebe?

As lentes não são as mesmas e mesmo que o fossem, os sujeitos não o são.

Mesmo antes de pesquisas totalmente direcionadas à relação homem, língua e mundo, já se vinha reconhecendo o caráter determinante do meio. Tanto isso é verdade que diversas correntes (incluindo a TOPE, que nos dá base) veem a tríade *ego*, *hunc* e *nunc* como indissociáveis para os estudos linguísticos.

Alguns pragmáticos (entre eles Russel) se debruçaram sobre o problema da referência ambígua ou da ausência de referência, apesar da grande maioria ter seguido direção no campo dos estudos voltados para as relações entre as línguas naturais e a experiência (experiência de mundo, experiência cultural).

O exemplo dado por Silva (2006) corrobora uma das máximas de qualquer linha da linguística pragmática, a qual é conhecida como a ciência do contexto, pois a compreensão dele passa por algumas premissas contextuais óbvias à interpretação de todo enunciado: circunstância, situação, interação, cognição.

Quando alguém diz “Os pássaros voam”, noções são recuperadas, o ambiente físico assume preponderância (o dado semântico), os ambientes físicos e culturais são recuperados (o dado discursivo) e a enunciação se dá. A alternância temporal entre o contínuo (Eu estou falando agora e os pássaros estão voando também agora) e o descontínuo (Os pássaros voam quando precisam procurar por comida) nada influencia na noção <ser - pássaro>.

No português, a ocorrência do contínuo por meio do indicativo é rara e quando ocorre, geralmente, é garantida pela enunciação, como em:

(i) Os pássaros voam. Veja só como eles batem as asas!

Aqui, a simultaneidade entre fala e acontecimento é confirmada pela modalização atribuída ao verbo /ver/: “Os pássaros estão voando, veja-os voando”, “Os pássaros estão voando, olhe agora que eles estão voando”.

Já o chamado presente do indicativo, em português, tanto pode ser uma marca temporal como a ausência de, pois remete a hábito que incide sobre presente, passado e futuro, ou seja, se <ser - pássaro> é <ser - uma ave que voa>, então tais propriedades físicas independem da temporalidade.

7.3.10. Ambiguidade Predicativa

A ambiguidade predicativa ocorre quando há problemas relacionados com a interpretação das relações temáticas que articulam o predicado.

A frase “O menino correu do animal assustado” comporta duas leituras. Uma em que o menino assustado correu e outro em que o menino correu do animal que estava assustado.

Novamente nos deparamos com uma redundância de definições. A ambiguidade conhecida como predicativa engloba características do que já foi denominado de ambiguidade sintática e o problema trazido pelo exemplo novamente recupera a questão da referencialidade qualitativa.

Alguns gramáticos diriam que o enunciado “O menino correu do animal assustado” apresenta um clássico de ambiguidade estrutural ocasionada pela má colocação de palavras (CARNEIRO, 2001).

Afinal, o que seria uma má colocação de palavras? Aliás, há condições de fazermos tal análise sem recuperarmos o termo de origem que seja responsável pela ordenação de todos os demais? Como garantir que o foco é /animal/, daí /animal assustado/? Como garantir que não é /animal/, daí /menino assustado/?

Os processos de localização, identificação e qualificação dependem de um termo de origem que sustente toda a ordenação predicativa, isto é, faz-se necessário um primeiro referente que garanta que a enunciação se estabeleça a partir da ordenação do léxico numa relação predicativa. Vejamos como isso ocorre na prática e estabiliza sentidos:

Partamos do princípio de que o termo /menino/ é o de origem.

- (i) Escutei vários mugidos bravos no curral quando, de repente, vi o menino correndo em disparada com os olhos arregalados e a tez pálida. É isso mesmo: o menino correu do animal assustado.

Há, num primeiro momento, uma operação de extração que localiza /menino/ dentre todas as possibilidades existentes no universo fenomenológico e o coloca como o ponto de partida da cena enunciativa. A partir dela, processos de qualificação vão corroborando a definição do tópico selecionado: /olhos arregalados/, /tez pálida/.

Num segundo momento, a operação de flechagem retoma o termo /menino/ e recupera todas as propriedades atribuídas a ele no primeiro momento da situação, o que faz com que o termo /assustado/ identifique /menino/ e não /animal/.

Na verdade, as operações supracitadas são tão sutis que elas mesmas, por meio da inserção de outros identificadores, podem fazer com que o termo /assustado/ passe a recuperar /animal/, e não mais /menino/. Vejamos:

- (ii) Escutei vários mugidos bravos no curral quando, de repente, vi o menino correndo em disparada com os olhos arregalados e a tez pálida. É isso mesmo: o menino correu do animal assustado. O problema maior nem foi a travessura daquele branquelo que de tão entusiasmado com a peraltice, quase saltou os olhos para fora. A querela mesmo foi colocar o animal assustado no curral novamente.

Interessante notar que esse trabalho de montagem e desmontagem que fazemos com a língua a fim de mostrarmos como sentido, referência, valor se estabilizam (sempre provisoriamente) é o que deveria ser colocado como uma questão fulcral em semântica e, por extensão, no ensino de línguas.

A situação enunciativa é tão determinável por essas operações de quantificação e qualificação que ao término do processo de parafraseagem toda a plasticidade da linguagem já fica plenamente latente.

Das várias particularidades notáveis com o advento da situação (ii), apenas ressaltaremos que um novo domínio nocional foi estabelecido. /tez pálida/ deixou de ser uma propriedade atributiva de <ser - assustado> e passou a incidir sobre <ser - caucasiano>.

Destarte, estamos, novamente, elencando justificativas de que a ambiguidade não pode ser contornada dentro dos moldes do que seria somente a predicação, mesmo porque ela antecede o terceiro nível, que é aquele em que as situações (i) e (ii) dão visibilidade e permitem deslocamentos e associações de propriedades (as noções): o da enunciação.

7.3.11 Ambiguidade Semântica

A ambiguidade semântica seria aquela que possibilita que uma palavra possua múltiplos conceitos relacionados com a sua aplicabilidade no enunciado. Na

verdade, esse tipo de ambiguidade encapsula as mesmas propriedades do fenômeno da polissemia.

O autor apresenta a frase “Ele compra pães de farinha e polvilho” como exemplo de ambiguidade semântica e justifica que nela há duas interpretações possíveis. Uma em que farinha e polvilho compõem todos os pães e outra em que cada ingrediente pode compor um tipo de pão, de forma que haveria pães feitos só de farinha e pães feitos só de polvilho.

A incoerência entre definição e exemplificação se dá por duas razões complementares. A primeira é que não há (de acordo com a abordagem tradicionalista) termo potencialmente polissêmico no exemplo “Ele compra pães de farinha e polvilho”. A segunda é que o problema da ambiguidade é conhecível na ordenação dos termos do enunciado em questão. Portanto, o que se quer elucidar é se os termos /farinha/ e /polvilho/ compõem o mesmo tipo de pão ou não.

Uma ambiguidade tipicamente semântica, a nosso ver, seria aquela concatenada na possibilidade de surgirem várias paráfrases a partir de um enunciado que traga um termo culturalmente estabilizável em mais de um contexto. No português, o termo /banco/ é o exemplo clássico e está presente em vários manuais de semântica em enunciados como: “Encontraram o corpo próximo ao banco”.

A atividade parafrástica é incentivada pela pergunta virtual: “De que tipo de banco se está falando?”.

Tal pergunta nos direciona às propriedades do termo e nos leva a distinguir duas noções diferentes: <banco ser – instituição financeira>, <banco ser- assento>.

Assim, a plurisignificação do enunciado dado como demonstração de ambiguidade semântica nada tem a ver com a aplicabilidade de determinado sentido de um termo polissêmico (como ocorre com o termo /banco/) e sim de articulação entre léxico e gramática. Vejamos:

- (i) Ele compra pães de farinha e polvilho, de modo que há pães só de farinha e pães só de polvilho.
- (ii) Ele compra pães de farinha e polvilho, de modo que esses dois ingredientes compõem o mesmo pão.

- (iii) Ele compra pães de farinha e polvilho, de modo que polvilho não compõe pão.

Não podemos negar que algumas marcas linguísticas poderiam resolver o problema e estabilizar o enunciado com o mesmo sentido de (i). Além de demonstrar que se movimentarmos o léxico, damos sentido à gramática:

Ele compra pães de farinha e de polvilho.

Ou senão com o sentido de (ii):

Ele compra pães de farinha com polvilho.

E, por fim, com o sentido de (iii):

Ele compra pães de farinha e compra polvilho.

As possibilidades, acréscimos, substituições são inúmeros, tamanha a força que a linguagem exerce na língua.

7.3.12 Ambiguidade Referencial

A ambiguidade referencial (ou elíptica) concerne a enunciados potencialmente ou efetivamente incompletos, possui a característica de ser uma ambiguidade elíptica.

Aqui, recupera-se o pressuposto²⁷ de que um enunciado não contém todas as informações necessárias para o seu completo entendimento, o que abre a possibilidade de se acrescentar algo de novo (complemento de sentido) que tanto pode desambiguar, quanto ambiguar ainda mais.

Para o autor, a ambiguidade referencial está relacionada com as situações da linguagem e, por isso, possui um caráter semântico ao invés de sintático, além de ser vista como um problema mais voltado às necessidades dos indivíduos do que as da língua propriamente dita.

²⁷ Nesse trabalho, exploramos um pouco esse assunto por meio do ponto de vista de Haroche (1992) na seção 5.3.

No exemplo “Encontrei João, está com pressa”. O verbo /estar/ tanto pode incidir sobre /João/ quanto sobre outro sujeito que não /João/.

Já em nossa análise, a ideia de que todo enunciado é ao mesmo tempo ambíguo e não ambíguo expande o que diz Silva (2006) acerca dos enunciados potencialmente ou efetivamente incompletos.

Aqui se recupera boa parte das crenças do que vem a ser uma ambiguidade pragmática, o que põe, novamente, em relevo, a dissimetria entre os sujeitos da enunciação. Afinal, o que me basta para dizer o que quero não é da mesma proporção do que basta para o outro interpretar acerca daquilo que quero (quis) dizer.

Também não dá para dizer que a língua não tem nada a ver com isso. Se ela é um produto humano resultado da atividade da linguagem que é o que elabora e modifica esse produto, sua força sobre o homem também é determinante.

A referencialidade, já um tanto discutida nesse item do nosso trabalho, é o que melhor marca a dissimetria entre o eu e outro. Se ela é um componente de mundo que estabiliza e equilibra os atos de fala, o que se recupera do mundo é de ordem estritamente subjetiva e isso se relaciona à questão da elipse, que é o que mostra o que o enunciador julga não precisar ser marcado como referência de mundo em seu texto.

Expliquemos isso por meio do exemplo em questão:

O enunciado “Encontrei João, está com pressa” apesar de não ser frequente no português, nos dá material para mostrarmos o que dissemos acima.

O termo /está/ flexionado para se referir a alguém que não o enunciador e o coenunciador, recupera o termo /João/, por meio de uma operação de flechagem. A importância do reconhecimento do referente é fulcral porque esse referente coincide com o que podemos chamar de tópico do enunciado.

A coordenação poderia deixar isso mais visível:

(i) “Encontrei João e ele está com pressa”.

Algo que também causa estranhamento é o tempo verbal no presente, de modo que o mais comum seria o passado por se estar narrando uma experiência já vivida e a ambiguidade também está aí, pois as construções (ii) e (iii) trariam outro tipo de ambiguidade, pois, abrem possibilidades para dois referentes explícitos. De um lado quem fala (eu) e de outro, de quem se fala (João):

- (ii) “Encontrei João, estava com pressa”.
- (iii) “Encontrei João e estava com pressa”

Há uma nuance entre (ii) e (iii) que só é bem visível numa situação enunciativa mais ampla. Vejamos:

- (iv) Encontrei João, estava com pressa e mal pode falar comigo”.
- (v) Encontrei João e estava com pressa. Eu tinha uma reunião e estava atrasado.

O que também há de se considerar é que as paráfrase (iii) e (v) fornecem um rico material linguístico para se discutir as marcas aditivas e adversativas da língua portuguesa, pois, o termo /e/ apesar de ser comumente marca de adição, no enunciado em análise pode, também, marcar adversidade.

Se pensarmos em /e/ como marca adversativa, a relação entre /João/ e /estava/ fica mais latente: “Encontrei João, mas ele estava com pressa”.

Já se pensarmos em /e/ como marca aditiva, é a relação entre o sujeito da enunciação e /estava/ que fica mais latente: “Eu encontrei João e eu estava...”. É como se o sujeito estivesse elencando os fatos numa linha não sucessiva, mas concomitante.

Voltando à matriz de análise, ainda cabe salientar que a referencialidade é só recuperável pelo movimento do léxico na gramática mediante a uma inserção numa situação realmente enunciativa. Daí concordarmos com a ligação da ambiguidade com as situações da linguagem, que é o que esperamos ter demonstrado aqui.

7.3.13 Ambiguidade Transfrástica

Trata-se de uma ambiguidade marcada por uma disjunção em que a significação se estabelece a partir da separação de dois termos mutuamente excludentes. Aqui, para que se dê o sentido, uma interpretação tem que ser escolhida para que a outra seja automaticamente descartada.

O exemplo “Os professores do colegiado atenderam os alunos, eles ficaram felizes” traz o problema clássico da dêixis em que o termo /eles/ tanto pode recuperar /professores/ quanto /alunos/.

Mesmo que haja um consenso na afirmação de que cada escolha pressupõe uma renúncia, para os estudos da linguagem, sobretudo naqueles focados na produção linguística, o mais interessante não se limita à escolha em si, mas o que levou a essa escolha.

Para uma teoria verdadeiramente enunciativa, o caminho (e aqui incluímos operações de linguagem, montagem, desmontagem, apagamento, inserção) que leva os sujeitos a dizerem o que querem dizer é tão pertinente quanto aquilo que realmente foi dito.

Focar no paradigma e garantir o sentido por meio da separação de termos comutáveis não resolve o problema da significação e se o resolver é porque já é outro sentido que está sendo atribuído a partir da escolha entre um e outro.

Dito de outra forma, entre A e B, a escolha de A não constrói o mesmo sentido que B construiriam e vice-versa, pois, como já repetimos inúmeras vezes aqui, não se trata do léxico, não se trata da gramática, se trata da articulação entre eles para que se chegue a sentidos possíveis.

O exemplo “Os professores do colegiado atenderam os alunos, eles ficaram felizes” possibilita três sentidos claros e distinguíveis em qualquer análise um pouco mais sensível.

Dessa forma, /eles/ pode recuperar /professores/: “professores ficaram felizes”, /alunos/: “alunos ficaram felizes” e /professores/ e /alunos/: “professores e alunos ficaram felizes”.

Retomando o que dissemos acima, vejamos como essas três leituras seriam estabilizadas pelo contexto e pela articulação léxico-gramatical.

- (i) “Os professores do colegiado atenderam os alunos, eles ficaram felizes e correram para a casa dar a notícia aos pais.”
- (ii) “Os professores do colegiado atenderam os alunos, eles ficaram felizes e logo enviaram um relatório ao diretor.”
- (iii) “Os professores do colegiado atenderam os alunos, eles ficaram felizes e celebraram juntos a felicidade de todos.”

As três paráfrases são estáveis porque representam uma resposta bem marcada a uma situação anterior, mesmo que virtual. Léxico e gramática atuam de forma direta na ordenação da noção <ser - feliz> e atribuem, por meio das relações de complementaridade, sentidos provisórios.

Em (i), o termo /pais/ faz com que /eles/ seja uma anáfora de /alunos/, o que sustenta /alunos/ como o complemento de esquerda da noção <ser - feliz>.

Em (ii) /diretor/ e /professores/ estão em relação semântica por serem propriedade de uma noção como <ser educador> em que seriam os complementos de direita: <educador ser – professor> e <educador ser - diretor>

Em (iii), temos uma operação de varredura por meio do termo /todos/ que faz com que a noção <ser - feliz> não se atenha apenas a /professor/ ou a /alunos/, mas englobe ambas as ocorrências.

O que fica como maior ponto a ser observado é que a escolha entre um termo e outro (para que o sentido seja dado) não é necessária. O que é realmente necessária é uma estrutura linguística que sustente cada um.

7.3. 14 Ambiguidade Virtual

A ambiguidade virtual se caracteriza por uma disjunção relativa e se diferencia da ambiguidade tranfrástica por não se fazer necessária a escolha de apenas uma interpretação. Tal constatação viabiliza a múltipla escolha de sentidos, desde que controlada e previsível.

No exemplo “Certos alimentos me deixam doente” entendem-se, no mínimo, três coisas diferentes: (i) alguns alimentos (não todos) deixam o enunciador doente, (ii) certo tipo de alimento (frutos do mar, por exemplo) deixam o enunciador doente e (iii) indeterminados alimentos (tanto quantitativa, quanto qualitativamente) deixam o enunciador doente.

A nosso ver, as considerações feitas do que seria uma ambiguidade virtual sustentam o que discorremos sobre a ambiguidade transfrástica.

Na verdade, não há nada de novo na constatação de que a múltipla escolha de sentidos é possível desde que seja controlada, pois a gramática controla e ordena o sentido. Façamos as paráfrases para demonstrar um pouco mais isso:

- (i) “Certos alimentos me deixam doente, mas não consigo me lembrar de todos agora.”
- (ii) “Certos alimentos me deixam doente, como os frutos do mar, por exemplo.”
- (iii) “Certos alimentos me deixam doente. São eles os frutos do mar e os peixes de água doce.”

As operações de quantificação são determinantes para que o termo /certos/ tenha alguma (ou nenhuma, que é o caso de (i)) referência de mundo nas paráfrases.

Embora o termo /certos/ marque uma operação de varredura por possibilitar que o sujeito não se fixe em qualquer ocorrência de /alimentos/, ele tem um papel partitivo no enunciado em questão, pois de todas as classes e ocorrências de alimentos, só alguns são nocivos a esse sujeito.

Em (i) a relação entre /certos/ e /todos/ mantém a ausência de referência e coloca ênfase no fato de que alimentos deixam pessoas doentes.

Em (ii), /frutos do mar/ preenche parcialmente as propriedades dos alimentos que deixam o enunciador doente e /por exemplo/ corrobora essa parcialidade por permitir outras ocorrências, como é o que ocorre em (iii).

Em (iii) há uma relação de identidade entre /certos/, /frutos do mar/ e /peixes de água doce/. Diferentemente de (ii), a relação não é partitiva, mas dêitica e determinativa.

Seja o referente indeterminado, parcialmente determinado ou completamente determinado, o que realmente dá o sentido são todas essas operações de linguagem que fazemos (quase sempre interna e silenciosamente) para chegarmos à interpretação do que o outro coloca como verdade, verdade essa que é sempre relativa e contextual.

7.3.15 Ambiguidades não exploradas e uma conclusão

Silva (2006) considera que ainda há outras classificações de ambiguidade (entre elas a ilocucionária, a situacional e a operatória) que não foram exploradas em virtude da falta de explanação sobre elas nos compêndios de teoria linguística.

Com exceção da ambiguidade operatória - a qual ocorre quando se articulam as noções de subjetividade, heterogeneidade e coenunciação com a noção de efeitos de sentidos, em relação às estratégias enunciativas - nenhuma das supracitadas foi sequer exemplificada por falta de exploração mais aprofundada sobre elas.

A assunção de que há ambiguidades não exploradas é de extrema pertinência para com aquilo que acreditamos e defendemos, como hipótese central, ao longo dessa pesquisa: há uma indeterminação da linguagem que joga toda a discussão acerca de referência, sentido, valor, identidade, alteridade, etc., para o infinito.

A enunciação é o uno e o múltiplo. Uno porque há uma articulação entre léxico e gramática que a sustenta como tal e torna cada enunciado um fenômeno único. Múltiplo porque essa mesma articulação léxico-gramatical garante que a língua seja um sistema aberto em constante operação por meio dos atos de linguagem do homem.

A grande realidade é que essa constatação nos serve como uma prévia conclusão do que expomos nessa parte da pesquisa, pois o que quisemos mostrar foi algo relativamente simples: anteriormente aos contornos que se dão (no produto) há uma força maior que não se estanca por ser exatamente aquilo que entendemos por produção, isto é, a linguagem.

Admitimos que muito do que fizemos aqui foram tautologias de como a linguagem funciona e faz da língua um sistema funcional. Também admitimos que tal análise não é exclusiva daqueles (que é o nosso caso) que se debruçam com maior entusiasmo sobre o postulado de Antoine Culioli, mesmo porque, a busca do referente linguístico está no âmago da ciência linguística, seja essa busca apenas no âmbito da língua (daí um posicionamento mecanicista como o de Bloomfield (1935)), seja no da linguagem (daí um posicionamento de Culioli (2002)).

De tudo o que apresentamos e discutimos nas seções anteriores, algumas constatações foram se destacando e nos remetendo ao núcleo da TOPE para dele tentarmos extrair aquilo que é entendido por sentido. E é esse é foco da seção seguinte.

8 ENFIM, DE QUAL AMBIGUIDADE TRATA A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS?

8.1 Introdução

Esta seção vem para mostrar que a reflexão de Culioli (1990, 1999a, 1999b) segue um caminho bem definido: parte dos observáveis para chegar a uma formalização de um problema em linguística. Assim, realizam-se observações comparáveis e constrói-se uma representação formal dessas observações em termos de um sistema de representação metalinguística.

Mas afinal, o que justifica seu método de análise? Vamos explicar:

A partir da crença de que os enunciados são formas derivadas de formas mais complexas, a atividade de re (construção) é o trabalho que traz à tona os processos subjacentes à produção e o reconhecimento dessas formas.

A premissa é a de que cada nova nuance observada é representante dos processos que originaram a nuance anterior. Em termos mais técnicos: cada enunciado produzido pela atividade metalinguística (que como já dissemos noutra passagem desse trabalho, é uma atividade consciente e manipulada) são representativos diretos do enunciado anterior. O resultado deve conter qualquer coisa que estabeleça uma relação entre uma representação e outra representação linguística. E mesmo que todas essas operações aparentem certo distanciamento do enunciado matriz, os processos que o constituem são recuperáveis por meio das marcas que vamos fazendo a partir de sua primeira derivação.

Em verdade, há uma sutileza teórica de base: se se acredita que a linguagem não é acessível diretamente, será a partir da remodelagem sucessiva (concatenação de operações) de um enunciado de origem (matriz) que criaremos vias de acesso a toda a atividade de linguagem que o construiu. Demonstração de que a linguagem só é acessível mediante a materialidade linguística que deixa rastros (as invariâncias) de operações mais profundas. Resumindo: as marcas trabalhadas no nível sucessor recuperam o processo que originou o nível anterior. Daí falar-se em

“família parafrástica”, pois é como se cada enunciado possuísse “genes” em comum com os demais que compõem essa família.

As palavras de Culioli resumem o exposto:

[...] não podemos nos dar por satisfeitos em trabalhar com relações já constituídas e organizadas, mas sim devemos representar o estágio de cada constituição dessas relações e dessas categorias gramaticais em termos de operações concatenadas. (1990, p. 179)²⁸

Posto que nossa missão, nessa tese, é trazer algo de significativo ao estudo da atividade (pluri)significante dos homens, esta seção se dedica a compreender o que, de fato, é aquela ambiguidade inevitável e fundamental da linguagem de que Culioli (1999a) fala em seus escritos. Das assunções que serão feitas no decorrer do texto, destaca-se a de que a linguagem nada tem de reprodutiva no que se refere ao referente: ela não o representa, ela constrói valores referenciais que só são (momentaneamente) estáveis em virtude do que a enunciação pode construir.

Apesar da indeterminação da linguagem estar no bojo do pensamento de Culioli (1990, 1999a, 1999b), conceituar e delimitar ambiguidade dentro dos contornos da TOPE está longe de ser uma tarefa simples e finita. Aliás, ainda se trata de um desafio para aqueles estudiosos que fazem parte desse círculo de estudo, pois, nesse tocante há um paradoxo de base: o conceito de ambiguidade é e não é o mesmo de que tratam os linguistas, sobretudo semanticistas como Lyons (1977) e Ullmann (1977). Não é o mesmo porque a TOPE aponta suas discussões que recaem sobre a questão da referencialidade enunciativa. É a mesmo porque também traz à tona a historicidade das línguas, sobretudo por colocar sob análise as cristalizações oriundas da articulação léxico-gramatical.

As unidades da língua são dotadas de uma heterogeneidade indiscutível e tanto isso é verdade que lacunas vão sendo constante e inevitavelmente deixadas ao longo do processo de formalização de análise do que a semântica formal convencionada determinar como tipologia da ambiguidade.

A abordagem típica da ambiguidade nos gera inquietação por tender a se dar em territórios fragmentados (ou semântico, ou sintático, ou lexical, etc.) por duas

²⁸ [...] we cannot be content with working on relationships which are already constituted and organized, but that we must represent the stages of the very constitution of these relationships and grammatical categories by means of concatenated operations.

razões que assombram a ciência linguística: a variação interlínguas e a arbitrariedade metodológica responsáveis, em grande parte, pela fragmentação do conceito de ambiguidade e nos colocam em situação de risco quando defendemos uma ambiguidade que contraria exatamente essa partição herdada das observações do nível mais raso das línguas naturais. Em verdade, trata-se da nossa assunção do risco das generalizações ao propormos a diluição do que tradicionalmente conheceu-se como a tipologia da ambiguidade.

A terminologia vigente também nos incomoda. Falar em polissemia, contradição, polifuncionalidade, etc. é estar mais próximo do estudo de língua do que de linguagem, mesmo sabendo que não fazemos linguística sem a articulação desses dois domínios humanos. Assim, estudar a significação é perpassar pela verificação da existência (ou não) de identidades semânticas que garantem uso e valor. E essa verificação se dá por meio da materialidade verbal (a atividade linguística), a qual, por sua vez, também confere sentido e valor. Vejamos o que diz Merleau-Ponty:

Se o signo só quer dizer algo na medida em que se destaca dos outros signos, seu sentido está totalmente envolvido na linguagem, a palavra intervém sempre sobre um fundo de palavra, nunca é senão uma dobra no imenso tecido da fala. Para compreendê-la, não temos de consultar algum léxico interior que nos proporcionasse, com relação às palavras ou às formas, puros pensamentos que estas recobriram: basta que nos deixemos envolver por sua vida, por seu movimento de diferenciação e de articulação, por sua gesticulação eloquente. Logo, há uma opacidade da linguagem: ela não cessa em parte alguma para dar lugar ao sentido puro, nunca é limitada senão pela própria linguagem, e o sentido só aparece nela engastado nas palavras. Como a charada, só é compreendida mediante a interação dos signos, que, considerados à parte, são equívocos ou banais, e apenas reunidos adquirem sentido. (1991, p. 42-43)

Por outro lado, o nosso posicionamento - declaradamente construtivista na medida em que cremos que a significação é construída por meio dos textos e das formas - também incomoda, pois os respingos deixados pelas perspectivas mais clássicas ainda tendem a fazer acreditar na existência de qualquer espécie de

sentido independente da linguagem, sobretudo da atividade discursiva. G. Kleiber reverbera essa insatisfação:

Um tal construtivismo [encontra-se], de fato, na moda (testemunhado de forma eloquente pela presença do sintagma 'na construção do sentido' na maior parte dos títulos dos artigos e obras recentes tratando do sentido). Não se pode construir com nada e, portanto, a existência de fragmentos semânticos estáveis ou sentido convencional é necessária ao funcionamento interpretativo. Não é porque o sentido de um enunciado é algo construído discursivamente que tudo o que conduz a esta interpretação é igualmente construído durante a troca discursiva. Não apenas a construção dinâmica do sentido de um enunciado não é incompatível com o fato de que ela se efetua com elementos de sentidos estáveis ou convencionais, mas, mais ainda, ela exige isso: sem sentido convencional ou estável, poucas são as construções semânticas possíveis. (KLEIBER, 1997 apud FRANCKEL, 2011, p. 51).

Para a TOPE, cada enunciado, como já dissemos noutros momentos, é um processo único e sujeito a normas na medida em que tem o enunciado (essa espécie de agenciamento de formas e fenômenos prosódicos) como orientador, pois é graças aos agenciamentos dos enunciados que nos são permitidas as (re)construções dos atos enunciativos. Em realidade, trata-se de uma via de mão dupla, pois a enunciação também exerce influência direta na constituição dos enunciados.

Nesse caminho, um enunciado é somente interpretável mediante um contexto ou situação que escapa dos contornos dados pelas teorias pragmáticas para se imbricar no ponto de vista construtivista culioliano, o qual confirma que o sentido se determina pela matéria verbal, pois é ela que o constrói e o dá estatuto. No ponto de vista em questão, contexto e situação não são externos ao enunciado, mas gerado pelo próprio enunciado. O extralinguístico e o mundo fenomenológico não atribuem sentidos, eles fornecem valores referencias afins para a determinação do sentido dentro dos contornos materiais de cada enunciado.

Com isso, significação e contextualização continuam interligados e o enunciado, enquanto uma sequência, se interpreta mediante a estabilização de um

contexto possível e gerador por esse encadeamento. E a maravilha da plasticidade da linguagem reside justamente nessa trama, pois à medida que um enunciado se torna passível de interpretação, ativa-se um dos contextos potenciais, o que significa que há mais de um contexto que pode ser efetivado.

Assim, sendo a orientação da TOPE a de que a linguagem é dotada de uma plasticidade e de uma opacidade ingêntas, as páginas seguintes dessa seção tentarão desvendar um pouco do enigma do conceito de ambiguidade nos territórios do postulado culioliano e de seus colaboradores.

8.2 A ambiguidade culioliana

A TOPE entende que só há sentido desde que ele seja construído pela atividade da linguagem. No mesmo viés, o sentido das palavras e dos textos não é externo à língua e é apreensível por meio da atividade parafrástica. Essa atividade metalinguística que apreende o sentido na medida em que o faz se movimentar. O sentido emerge de uma dinâmica, de uma fluidez, de uma labilidade.

Franckel bem resume de qual ambiguidade Culioli trata e que está em localização privilegiada em seus estudos:

A problemática de Culioli inscreve-se em uma corrente que rompe com a concepção de uma transparência original da língua em relação às ideias que permite exprimir. Um aspecto importante dessa teoria transparece no aforismo segundo o qual “a compreensão é um caso particular do mal-entendido”. Isso significa que a estabilidade necessária para que um processo de compreensão-interpretação seja possível nada mais é do que uma estabilidade conquistada e provisória, da qual uma teoria da deformabilidade deve dar conta. (2011, p. 43-44)

Para Paillard (2011) reduzir o conteúdo ao que é efetivamente dito é um engano que deve ser evitado por não haver garantia de que o dito recubra o querer dizer: “nada garante que o que é dito esgota o querer dizer que se revela apenas ao

fio do discurso, entre hesitações, confusões, retomadas, reformulações e explicitações” (p. 165).

Ainda para esse linguista, cada dizer remete à percepção/representação de um estado de coisas e é apenas um dizer entre outros dizeres. Expressar, linguisticamente, o que é dizível é dar forma ao universo, é colocar o mundo em palavras, mas não de modo absoluto, pois o que se representa do mundo por meio de um enunciado só pode ser parcial e fragmentado. Parcial porque essa representação é de ordem subjetiva (é sempre um ou alguns sujeitos falando). Fragmentado porque nada garante que um enunciado esgote o “por dizer”.

A assunção de que um dizer é apenas um dizer entre outros reafirma a articulação entre léxico-gramática como a ponta da esteira em que se trilha o sentido. Dizer de outras formas é possível porque não há garantia de que cada arranjo seja o adequado. Não há soberania nos atos enunciativos, as palavras não dizem por completo o que se quer dizer e nada garante a simetria (mínima que seja) entre enunciador e interlocutor. Resumidamente:

Nessa perspectiva, um dizer é uma maneira parcial e fragmentada de exprimir por um enunciado um estado de coisas do mundo. A cena enunciativa a que dá acesso o agenciamento de formas convoca três “querer dizer”, o do sujeito, o do mundo e o das palavras, cada um apresentando a sua lógica própria, com modos de presença variável. (PAILLARD, 2011, p. 165)

Se por um lado o sentido é deslocável na medida em que os sujeitos enunciadore tentam contorná-lo por meio da atividade de (re)explicação (o dizer em outras palavras), por outro lado, cada forma linguística só quer dizer o que efetivamente diz, mesmo que valha como explicação de outra forma.

Para Franckel:

Só o que é dito diz o que é dito, e qualquer outro acesso a esse dito, qualquer tentativa de atingir por meio desse dito um querer dizer, uma significação, resulta em desvio irreduzível, ainda que mínimo, ainda que se estabeleça um ajustamento e uma aproximação à qual podemos, frequentemente, nos acomodarmos. O que produz esse desvio não é a alteração de um “sentido puro”, que existiria

independentemente dessa alteração. É essa própria alteração que é, de algum modo, constitutiva do sentido, e que lhe dá corpo. (2011, p. 40-41)

O que Franckel propaga é que o sentido de determinado conteúdo só é apreensível por meio do sentido de outro conteúdo. O que algo quer dizer depende do que outra coisa quer dizer: há identidade à medida que há diferença. E essa lógica recupera duas afirmações clássicas de Saussure: (i) na língua não há mais do que diferença e (ii) a língua é forma e não substância.

Demonstração disso é que conceitos muito comuns no estruturalismo europeu tocam as ideologias da linguística culioliana, a qual não deixa de ser uma abordagem neoestrutural, pois a TOPE bem aborda a questão da relatividade ao se preocupar com a função de cada marca linguística no contexto enunciativo; bem considera a funcionalidade de cada unidade da língua ao examiná-la no enunciado como um todo; recupera a noção de unidade por entender que cada enunciado é um construto organizado e dotado de sentido por estar relacionado a outros enunciados; o que remete à noção de totalidade; e admite, por fim, a transformatividade da língua ao encarar cada enunciado como um fenômeno dinâmico e destinado a um movimento constante de reformulação (atividade parafrástica).

Ao admitirmos que não há homogeneidade na língua, na linguagem e sobretudo no pensamento, justificamos a existência do conceito de articulação dentro da TOPE, sobretudo por conta da heterogeneidade intrínseca à linguagem, a qual, por ser capaz de expressar todas as atividades do mundo e do homem deixa lacunas na construção de valores referenciais. Não existe precisão na construção dos valores referenciais e tanto isso é verdade que não criamos qualquer tipo de prejuízo ao funcionamento da linguagem quando não dizemos o que não sabemos dizer. Aliás, nem temos a capacidade de perceber nossa inabilidade em proferir inúmeras coisas. Nossa limitação não nos gera qualquer tipo de incômodo aparente.

A corriqueira e já cristalizada relação entre ambiguidade e falta de contexto perde espaço para uma correlação mais estreita entre significação e situação oriunda da própria noção de valores referenciais. Em momento algum se nega que é o contexto que elucida a significação de um enunciado, o que surge de novo é que o próprio enunciado subsidia suas condições de interpretação, de modo que *“a análise da significação de um enunciado é indissociável da análise das condições que*

permitem a construção dessas significações". (FRANCKEL, 2011, p. 46). E entre essas condições, estão os próprios valores referenciais (construídos a partir das operações de referenciação) que se caracterizam como o cenário onde atuam tanto a significação quanto a situação (o contexto).

Uma diferenciação simplista entre referente e valores referenciais estipula que enquanto o referente é estável, os valores referenciais não o são e estão sujeitos aos ajustamentos que permitem uma estabilidade interpretativa provisória e restrita. Enquanto o referente é estável, existe independentemente da enunciação e é tudo aquilo que o mundo oferece para subsidiar a relação de correspondência entre a matéria linguística e o objeto, os valores referenciais são movediços, provisórios e dependentes do enunciado, pois se constroem a partir deles e para eles por meio de operações enunciativas (ou de referenciação) que são atividades de regulação realizadas pelos sujeitos com vistas a moldar um sentido preterido.

Em suma, aqui o sentido é indissociável do contexto, mas o contexto que se constrói no próprio enunciado, fato que contribui para que as ideias de Culioli não sejam grosseiramente associadas à Pragmática tal qual ela é comumente definida como a ciência do uso linguístico que analisa o uso concreto da linguagem com enfoque nos sujeitos falantes e que estreita a relação entre falante e signo²⁹. Das inúmeras razões pelas quais desvincularíamos TOPE e Pragmática, a que merece destaque é de que para a Pragmática o contexto é buscado fora do enunciado, portanto, no universo extralinguístico.

Se se fala de um sentido dependente da articulação entre léxico e gramática é porque se crê que uma unidade lexical só se dota de sentido se posta numa relação em que ele passe a exercer uma função integrativa e que o texto é dependente da unidade lexical. Portanto, a articulação léxico-gramatical pressupõe que haja um sentido interativo e não isolado.

No português brasileiro, essa dependência é facilmente demonstrável por diversas ocorrências. A título de exemplificação, destaquemos, rapidamente, o caso do termo /grande/.

Expressões como "Que grande homem!" e "Que grande coisa!" atribuem valores distintos a /grande/: intensidade apreciativa e intensidade depreciativa, respectivamente. Por outro lado, se não fossem os termos /homem/ e /coisa/ o termo

²⁹ Para uma leitura mais aprofundada sobre os preceitos da Pragmática, ver Haberland & Mey (1977)

/grande/ não assumiria o mesmo valor. Quer dizer, o sentido oriundo dessa articulação não se mantém mediante a comutação lexical, mesmo que seja de um mesmo campo semântico: “Que grande adulto masculino!” “Que grande objeto!”.

Basicamente, esse simples exercício mostra que a identidade semântica de cada termo da língua depende das ocorrências e dos valores que cada ocorrência fornece e nisso repousa a síntese do pensamento culioliano sobre a ambiguidade da linguagem. Um pensamento que não se inscreve na defesa do caráter polissêmico das unidades lexicais justamente por defender o contrário: que não há uma unidade lexical dotada de um sentido primeiro que comporta valores situacionais, mas que só há unidades sem qualquer valor semântico próprio e estável:

[...] Nunca observamos nos enunciados o valor próprio ou primeiro de uma unidade, visto só existirem unidades cujo sentido se constrói no e pelo enunciado. O instável é, aqui, primeiro, e a estabilização só se estabelece por meio das interações da palavra com o meio textual que a cerca, essas interações, revelando, segundo hipótese que sustenta a teoria, princípios regulares. (FRANCHEL, 2011, p. 51)

Porém, é preciso distanciar qualquer interpretação equivocada de que para a o TOPE as palavras nada têm de valor, mesmo porque, se esse fosse o seu posicionamento, todo o conceito de noção cairia por terra. A posição é a de que cada termo possui propriedades que tanto se modulam (o pré-construto) e se extraem (o construto) de sua relação para com os outros termos no enunciado.

O próprio conceito de valor pressupõe um movimento subjetivo, pois só é valorativo aquilo que já passou por um processo de identificação de propriedades pertinentes e de interesse para com quem o estabelece. Trata-se da própria relação entre sujeito e objeto. Na enunciação, essa relação fica bem clara porque o valor de cada unidade depende da orientação semântica (a intenção significativa) que se almeja dar no enunciado como um todo.

Vejamos outro exemplo do português:

A expressão “Eu faço é gosto!” pode bem ser interpretada como “Eu aprovo veementemente”, “Eu aprecio muito” e é graças à ordenação léxico-gramatical que propriedades do verbo /fazer/ se integrem na noção <fazer enquanto ter>. Em estado dicionarizado observa-se que esse termo apresenta acepções

demonstrativas de uma instabilidade latente, pois suas propriedades se mesclam a propriedades de ao menos 40 outros verbos da língua portuguesa. Assim, apesar dos termos serem susceptíveis de uma variação radical de sentido, não deixam de ser controlados pelo próprio sistema linguístico de cada língua. E é a partir desse controle que se convencionou estabelecer sentidos primeiros para cada elemento, ou sentidos mais corriqueiros mediados por interações igualmente mais corriqueiras.

Salvo erro interpretativo de nossa parte, a TOPE não reduz o sentido às propriedades do objeto e não prepondera uma referencialidade virtual consagrada por sentidos obtidos de antemão, mas o remete à dependência da ação do homem na língua, o que reafirma um posicionamento altamente construtivista que não vê justificativa para o estabelecimento de sentidos estáveis sem que se processem suas propriedades no campo enunciativo. Trata-se da assunção já feita noutros momentos desse trabalho de que o sentido deriva de valores referenciais construídos no enunciado (o linguístico) e na enunciação (o extralinguístico).

8.3 Desambiguação e paráfrase: o processo de interpretação

Em continuação à construção de uma teoria do sentido, o qual, como já dissemos, é dado e localizado dentro das manifestações linguísticas (léxico, enunciado, texto) e controlado por aquilo que o sistema permite (a gramática), cabe registrar um pouco do trabalho necessário para que se tenha acesso a esse sentido, isto é: a atividade de parafraseagem.

A ideia de que parafrasear é “dizer o mesmo em outros termos”, na TOPE, segue uma reflexão por um pouco mais elaborada, pois, em verdade, não se trata de dizer o mesmo, mas de dizer de outra forma, o que nos faz crer que não se trata do mesmo, mas de uma explicação que passou por um novo processo cognitivo, que suscitou novas operações e que, principalmente, culminou num novo enunciado.

Se recuperarmos a premissa culioliana de que cada enunciado é um fenômeno único, nos inserimos num percurso que mostra que a explicação não é a atribuição do sentido em si, mas de uma atividade que se aproxima um pouco mais, contanto, sem a capacidade de tocá-lo, haja vista que a parafraseagem é tipicamente uma atividade de reprodução.

A atividade de reformulação se insere num dilema subjetivo inevitável: ela se manifesta a partir da atividade epilinguística que é variável de um indivíduo a outro. É um trabalho interno feito a fim de que se exteriorize um sentido aproximado, ou como diz Franckel (2011, p. 106-107):

Trata-se, na verdade, de esfregar, em um diálogo incessante, as palavras umas contra as outras como panos entrelaçados, até desgastá-las, até ver surgir a sua trama, de confrontar as instituições até uma transparência quase imaterial. A transparência do sentido só é finalmente obtida por sua dissolução.

Para que a reformulação de um sentido seja possível, a condição lógica é a de que haja, primeiramente, qualquer sequência (sintagma, expressão, enunciado, texto) dotada de um significado. A essa reformulação de uma sequência, a TOPE convencionou chamar de glosa.

O conceito de glosa reforça a teoria de uma ambiguidade universal do léxico, pois ela (a glosa) não dá conta de explicar um termo isolado de seu contexto (o restante da cadeia enunciativa) justamente por ele, por si só, trazer uma gama polissêmica inevitável da qual só se pode extrair um valor numa situação real de enunciação, que a que lhe transfere sentido.

Na verdade, até aqui não estamos falando nada de muito novo. Benveniste (2005, p. 132) já bem disseminou essa ideia em *Problemas de Linguística Geral* ao considerar que a palavra tem um papel constituinte na frase em forma (materialidade) e em sentido, mas que não necessariamente transfere-se em significação, para a frase, tal qual ela se encontra em posição autônoma.

A nosso ver, o conceito de glosa se imbrica numa polêmica pouco discutida dentro da TOPE. Se de um lado consideramos todas as percepções e atuações dos sujeitos para com o mundo como o núcleo do próprio conceito de noção, que é central nessa teoria, de outro, o conceito de glosa refuta um pouco a preponderância do contexto dito pragmático da enunciação.

Em miúdos, a atividade de parafraseagem pressupõe que toda explicação seja encontrável dentro do próprio enunciado e não no seu exterior (o nível pragmático de reconstrução). Parte-se do pressuposto de que o próprio enunciado nos dá condições de (re)construir sentido.

A crítica é que estamos falando de uma oposição entre contexto e cotexto que, aparentemente, não tem muito sentido dentro de uma abordagem construtivista da linguística como é a de Culioli. O que os trabalhos do linguista pregam é que há uma perfeita sincronia entre a inesgotabilidade de sentidos que o contexto pode aflorar e a estabilização que uma glosa pode fornecer.

Rezende (2008), por exemplo, unge todo o poder da atividade significativa do contexto (localizada na enunciação) com a capacidade estabilizante do cotexto (focalizada na predicação) ao expor as invariâncias do sentido dentro de uma análise sobre a nominalização no português brasileiro. A partir de um pré-construto (aquilo permanece estável dentro do enunciado), a linguista mostra os valores que vão sendo atribuídos pela modalização e pelas marcas aspectuais (o variável) que são os investimentos do sujeito à confirmação do que é pré-construído (o invariável).

Isso para mostrar que o valor de uma nominalização depende de um contexto que é estabilizante justamente por ora lhe atribuir um valor nominal, ora um valor verbal e depende de um cotexto porque a língua tem forma e conteúdo próprios sustentados pela própria predicação. Em suas palavras:

O que temos em um enunciado, visto de um ponto de vista dinâmico, são dois espaços contraditórios, para cada um dos quais temos sujeitos, forma e conteúdo. A construção da representação em um enunciado resulta de um diálogo entre esses dois espaços em conflito: um mais instável (enunciativo) e outro mais estabilizado (predicativo). (REZENDE, 2008, p.136)

A contextualização é o *sine qua non* de uma teoria acerca da ambiguidade, pois é um meio de explicitação da diferença de sentido oriunda do momento da produção, uma diferença que seria pouco perceptível sem esse movimento enunciativo. Por vezes, só o contexto faz transparecer diferenças pouco perceptíveis numa análise mais superficial (como uma análise focada apenas na intuição, por exemplo) que deixa de privilegiar testes típicos da atividade de contextualização que é sempre multifacetada e tem a capacidade de desenvolver vários contextos diferentes e originar enunciados diferentes.

A força do contexto é tamanha para a interpretação que, por vezes, o que se costuma tomar por um sentido isolado de algum termo da sequência perde toda sua

relevância. Isso ocorre muito com algumas expressões que vão se cristalizando na língua a ponto de naufragar qualquer análise fora dos contextos que as consagraram, em qualquer tentativa de se estabelecer um sentido absoluto. Aliás, tudo o que se vem discutindo aqui só faz contribuir para confirmar a relatividade do sentido.

No português brasileiro há algumas expressões em que a ocorrência do verbo /ir/ em terceira pessoa do singular e no pretérito perfeito do indicativo bem demonstra o exposto acima.

“Eu corri foi médico”

“As crianças fizeram foi bagunça”

Nos dois enunciados, o termo /foi/ em nada assume qualquer propriedade do verbo /ir/, nem ao menos de movimento, que é a mais tipificada desse verbo.

Uma simples análise mostra que o termo em destaque quantifica ao invés de determinar movimento, que é a propriedade mais tipificada da noção <ir>. Algo semelhante ocorre com o verbo /ser/ em algumas ocorrências como: “Eu sou é professor!” “Estou é cansado!”. Nesses casos, as propriedades do termo não são estativo-atributivas, que é o mais comum por geralmente ser um verbo que articula uma qualidade a um sujeito. Essas propriedades já estão marcadas nos verbos ser (no primeiro exemplo) e estar (no segundo exemplo), deixando ao termo /é/ uma função meramente intensificadora.

Esses exemplos mostram que quando há uma função contextual bem marcada para um termo que, a priori, criaria um estranhamento num enunciado, é porque já há uma estabilização (desambiguação) e o enunciado já se tornou interpretável tal qual. É essa dinâmica entre o externo (o contexto) e o interno da língua (a articulação entre os termos) que gera um primeiro sentido.

Assim vemos que o processo de contextualização é desambiguidor e mostra duas coisas essenciais para um estudo da ambiguidade da linguagem: que os termos de uma língua são, em número, finitos e dotados de certa precisão consagrada por contextos e usos anteriores e que esses mesmos termos são, em ocorrência, infinitos e dotados de certa imprecisão incentivada e garantida pelo sempre possível contexto novo.

A atividade parafrástica também caminha em dois sentidos: (i) um primeiro que se direciona a eliminar ou amenizar uma opacidade que é inerente à própria

linguagem que só cede lugar a um significado temporariamente estável quando se mostra a função integrante dos termos (a articulação léxico-gramática); (ii) um segundo que mostra que qualquer reformulação subentende uma modificação de sentido. Embora a paráfrase não seja uma variação radical justamente por conservar algo do enunciado de origem, aquilo que se perde entre o enunciado matriz e a paráfrase sustenta a autonomia e a complexidade das línguas naturais.

Daí confirmarmos que a TOPE subentende uma capacidade de abstração fundamental que sustenta os processos de formalização de problemas reais em linguística, entre eles, o da ambiguidade da linguagem. Nesse tipo de pensamento, o conceito de glosa perdura nessa zona fronteira entre o formal e o empírico. Formal porque respeita a organização da língua e se vale dela para explicá-la. Empírico porque ela (a glosa) intermedeia o sentido e a interpretação do sentido. Trata-se, na verdade, da recorrência ao âmago do sentido lato de uma atividade metalinguística a fim de se explicar toda a atividade epilinguística que é, em sua origem, indeterminada tal qual a própria linguagem.

Se o que basicamente diferencia a predicação da enunciação é o fato da segunda ser a primeira mais operações como a modalização e a aspectualidade, então a predicação por ainda não estar situada num sistema de referências, se imbrica numa instabilidade ainda mais latente que só poderá ser parcialmente resolvida diante de uma asserção (e aí já estamos no nível enunciativo) capaz de eliminar os demais valores possíveis.

O trabalho de Culioli (1999a) consiste justamente em explicar, a partir de um sistema metalinguístico bem formulado, como os valores se manifestam (e se escondem) na enunciação. Nesse prisma, até poderíamos correr o risco de dizer que é uma teoria que se foca na desambiguação por mostrar como as modulações geram sentidos e como as formas da língua se constituem.

Criar um sistema metalinguístico é fazer simulações dos processos de representação, referenciação e regulação da linguagem que originam as formas das línguas, daí, o porquê de Culioli (1990, 1999a, 1999b) tanto repetir que sua inquietação é o estudo do fenômeno da linguagem subsidiado pela diversidade das línguas naturais.

8.4 Duas propriedades fundamentais da linguagem: a estabilidade e a deformidade

Há uma infindável distância entre apresentação e representação linguística que só fazem comprovar que não há operações de referenciação que se remetem à designação de forma ostensiva.

Se o contrário fosse verdade, não haveria qualquer hiato entre o que representa (a língua) e o que é representado (o objeto). Haveria uma adequação inquestionável que atribuiria à comunicação o papel essencial da linguagem.

São a partir dessas verdades que Culioli (1990, p. 127) começa a mostrar a essencialidade da deformidade em linguística e de sua importância para a existência de algumas operações de linguagem, como a modalização, por exemplo. Assim, caso a relação entre representante e representado fosse simetricamente perfeita, não haveria espaço para a asserção a qual necessita do dúbio, da necessidade da escolha e dos possíveis para existir.

A deformidade abre espaço para as relações intersubjetivas que pressupõem, sempre, certa imprecisão que é bem marcada em operações de modalização e de temporalidade. De forma análoga, só essas imprecisões nos permitem observar assiduamente a atividade de linguagem, pois qualquer tentativa de explicá-las já é uma reconstrução de observação de ocorrências de língua.

Do outro lado, a TOPE nunca deixou de expressar sua insatisfação com a falsa estabilidade sustentada pelas etiquetagens, pelas identificações estabilizadas por hierarquias rígidas e pela divisão disciplinar do chamado núcleo duro da linguística (fonética, sintaxe, semântica, morfologia), a qual seria uma acovardada e especulativa maneira de se evitar a verdadeira complexidade dos fenômenos linguísticos que passa pela diversidade, pela heterogeneidade e que, inevitavelmente, remetem o conceito de comunicação a um nível de discussão mais sofisticado e menos preso ao conforto que a ideia “de transmissão linear de uma informação de modo homogêneo” pode oferecer.

O nível do qual falamos chega à representação e à regulação. Um nível em que os ajustes subjetivos potencializam a dinamicidade necessária entre o estável e o instável. Dito de outro modo, o conceito de comunicação passa a ser analisado

dentro de um espaço determinado em que também se analisam as atividades significantes dos sujeitos enunciadorees.

Nesse plano, a comunicação passa a ser uma conquista que só a capacidade de regulação da linguagem pode subsidiar. Nesse sentido, discutir o conceito de estabilidade se torna irrelevante, pois de algumas máximas que se assumem em linguística, uma delas é que a comunicação se estabelece justamente nesse momento confortável e estável. Isso sem falar em alguns conceitos clássicos da linguística textual como coesão e coerência que também são contornos de estabilidade.

Em verdade, a estabilidade à qual a TOPE se opõe é aquela que se confunde com o conceito de imutabilidade justamente por não condizer com a dinamicidade, a diversidade e a variação em linguística que essa teoria tão necessita para se confirmar.

Para ela, deformidade é a espécie de gangorra entre o plástico e o estável, a qual, a nosso ver, caracteriza a ambiguidade inerente à linguagem. E essa variação entre o móvel e o imóvel da linguagem mostra que a deformação é uma transformação que modifica uma configuração, variando certas propriedades e outras não. (CULIOLI, 1990, p.129).

Culioli (1999a) bem escapa do risco de propor uma teoria do caos (ou do tudo ambíguo) por várias razões salutares. Uma delas é que ele se foca em problemas formais de linguística, mesmo que recupere, constantemente, a preponderância da força das relações intersubjetivas. O conceito de deformidade com o qual o linguista lida, requer um trabalho com as formas, mesmo que por vezes abstratas e (re)construídas a partir de uma inserção no empírico.

Há um princípio teórico que garante todo o caráter formal e torna o estudo da deformidade uma discussão tipicamente linguística e não uma mera tautologia como se possa supor acerca daquilo que a TOPE faz. Esse princípio já foi exposto noutros momentos dessa tese e merece repetição.

Considerando que existam três níveis de representação: (i) o nocional, (ii) o predicativo, (iii) o enunciativo, a proposta é basicamente a seguinte:

No primeiro nível as noções - propriedades anteriores ao signo linguístico tal qual é concebidas e ainda desprovidas de toda operação linguística possível - assumem formas empíricas, que se materializam e se tornam unidades já no

segundo nível, para, no terceiro nível, serem reconstruídas por meio de operações e da inserção de valores e marcas (modalização, aspectualidade, temporalidade, etc.).

Assim, se há um domínio central (que é o das noções), fica ao sistema metalinguístico a incumbência de forçar a modificação de valores e de demonstrar a invariância daquilo que pertence à linguagem, isto é, esse jogo incessante entre o estável e o instável que é o que caracteriza a linguagem.

Com o que foi exposto aqui, não se pode negar que a linguagem é dotada de uma regularidade que nos salva de uma indeterminação geral, de um lado, e é dotada de uma deformidade que nos garante a construção de valores hipotéticos, genéricos e bifurcados, de outro.

Essa espécie de ambiguidade de que a TOPE fala, em verdade, recobre a da polissemia, da homonímia, da vagueza e configura a plasticidade da linguagem por meio do trabalho enunciativo (portanto, formal). Nesse viés, trata-se de uma teoria da ambiguidade que teoriza justamente a relações e valores atribuídos por operações de interrogação, de hipótese, de negação, etc.

Na prática, essa plasticidade fica bem visível quando se opõem várias ocorrências a outras ocorrências de um domínio a fim que se identifiquem:

- I. Um valor inicial e valores outros.
- II. O que está no interior (o verdadeiramente), o que está no exterior (o verdadeiramente outro) e o que está na fronteira (o não verdadeiramente outro).
- III. A estabilização de um dado valor por meio de sua identificação dentro do sistema linguístico.

O esforço é o de estudar os fenômenos linguísticos dentro de uma realidade que se poderia chamar de uma metalíngua com o intuito de estender a complexidade da linguagem, sua heterogeneidade e sua imprevisibilidade relativa. O objetivo é o de articular os fenômenos por meio de um sistema homogêneo de representação, isto é, o de fazer uma atividade metalinguística a fim de simular as operações que determinam o sentido.

Nesse contexto, não há como escapar da análise de uma ambiguidade constitutiva. O linguista obrigatoriamente simula as representações de um sujeito que reconstrói uma intenção de se significar a partir de marcas agenciadas e a

simulação não passa de uma mera interpretação de modo que a remontagem das duas produções (a do linguista e a do sujeito) não passaria de uma quimera.

Ademais, o que nos garante chegar a um sentido momentaneamente estável são as operações (determinação, aspecto, modalidade, etc.), que atribuem ao enunciado um valor referencial dependente. Em outros termos, o valor referencial valida a ocorrência justamente por ser o resultado de um trabalho que media a transposição de uma noção à ocorrência de uma noção.

Para finalizar, recortamos a conclusão de um texto de Culioli (*De la complexité en linguistique*) que visava exatamente exercitar a variação (as instabilidades da língua) mostrando que é graças à plasticidade do domínio nocional, que é sempre controlada e regulada pela própria enunciação, que cada manifestação linguística se torna um fenômeno específico, portanto heterogêneo e complexo.

Diz-se que a salvação é uma teoria estática; introduzir uma abordagem construtivista, operações, alteridade, deformações, traduções, estabilidade e invariância, introduzir brevemente a dinâmica é se condenar a não controlar sua atividade metalinguística. Defendo, ao contrário, que o respeito escrupuloso dos fenômenos necessários e a observação detalhada são o único modo de exploração dos fatos da língua se quisermos os abordar em sua diversidade e complexidade. Não podemos opor simplicidade e complexidade, estático e dinâmico. Qualquer teoria visa à simplicidade e é bem verdade que o tratamento dos processos dinâmicos exige uma vigilância considerável. Mas será nossa culpa se, entre as representações de ordem transcendente e a representação estática dos fenômenos, se inserir a atividade significativa, múltipla e adaptável dos sujeitos? (CULIOLI, 1999b, p. 163)³⁰

³⁰ D' autres diront: le salut est dans une théorie statique; introduire une démarche constructiviste, donc des opérations, l'altérité, les déformations, les translations, la stabilité e l' invariance, bref introduire la dynamique, c'est se condamner à ne pas contrôler sa métalinguistique. Je soutiens, au contraire, que le respect scrupuleux de phénomènes ténus et l' observation détaillée sont l' unique voie d' exploration des faits de langue, si on veut les traiter dans leur complexité e leur diversité. On ne peut pas opposer simplicité et complexité, statique et dynamique. Toute théorie vise à la simplicité, et il est bien vrai que le traitement des processus dynamiques exige une vigilance accrue. Mais est-ce de notre faute si, entre les représentations d' ordre transcendant et la représentation statique des phénomènes, vient s' insérer l' activité signifiante, donc multiple et adaptable, des sujets?

8.5 Conclusão

Dos três volumes de *“Pour une linguistique de l’ énonciation”* (1990, 1999a, 1999b), há algumas questões que são constantemente recuperadas e isso pode se justificar por duas razões. Uma ocasional, que é a justificada por se tratarem de livros que encapsulam artigos, conferências e textos escritos com fins específicos. Outra intencional, que se justificaria pela postura de um homem que é professor antes de ser linguista. Se é que podemos separar essas duas faces de Culioli.

Culioli (1995) já bem disse que o seu objetivo não é o de observar como se ensina a amarrar os sapatos sem ter que dizer nada. Seu foco está em mostrar que entre “Eu falo inglês” (a simples menção) e “Eu falo um pouco de inglês” (uma menção qualificada) há uma diferença de sentido motivada e justificada por aquilo que as situações enunciativas em que cada uma dessas expressões realizáveis suscita. Dito de outro modo, o enfoque é dado às propriedades (as noções) e às significações oriundas das relações entre essas propriedades.

A partir daí o infinito se abre: operações vão sendo gradualmente feitas, valores referenciais vão sendo conquistados e a enunciação se estabelece de modo ímpar que qualquer que seja a inserção de uma nova marca já é algo novo que está sendo dito. Se a linguagem é flexível, Culioli (1990, 1999a, 1999b) explora essa maleabilidade dentro de um sistema metalinguístico forçoso. Forçoso no sentido de que se força o acesso à linguagem (que como sempre recapitulamos nesse trabalho, é indeterminada) por meio do trabalho incessante com marcas subjetivas, marcas essas que se tornam infinitas porque a linguagem assim também o é.

9 – DOIS MODELOS DE ANÁLISE DA AMBIGUIDADE LINGUÍSTICA: UM FORMAL E OUTRO EMPÍRICO

9.1. Introdução

Por esta seção ser destinada à prática de análise, elegemos um corpus constituído de enunciados que foram colhidos ora de fontes como manuais de ensino, sites sobre questões de língua, propagandas, jornais e revistas; ora de ocorrências que nos chamaram a atenção durante a pesquisa.

Na verdade, o processo de pinçamento de ocorrências de língua que compõem o corpus foi concomitante ao seu desenvolvimento, pois estudos focados na produção linguística, como os amparados pelo pensamento culioliano, se direcionam a situações empíricas para, a partir delas, construírem-se representações imaginárias (o próprio sistema metalinguístico) a fim de que se represente o que o homem visa significar a partir dos valores ligados às palavras.

Durante o estudo, dois vieses, naturalmente, se abriram: um marcado por uma análise formal que buscou a construção de um sistema metalinguístico que demonstrasse a mobilidade significativa dentro dos moldes do que se costuma fazer em pesquisas pautadas na égide de Culioli (1999a) e que, de uma forma ou de outra, visa reproduzir seu princípio metodológico³¹, já mencionado na primeira parte dessa tese. Outro, empírico que relê alguns amálgamas que preencheram espaços privilegiados na indeterminação referencial na língua portuguesa.

A meta do nosso primeiro percurso analítico (subseções 9.2 e 9.3) era (i) demonstrar que a linguagem é dotada de uma ambiguidade fundamental que ora a estabiliza, ora a desestabiliza e (ii) demonstrar que é o processo de ambiguição/desambiguição realizado por meio das operações enunciativas, na língua, (em verdade operações oriundas da articulação léxico-gramatical) que tanto

³¹ Ao considerar que as representações linguísticas são os traços (vestígios) materiais das operações de passagem das noções para as representações linguísticas, Culioli estipulou, como princípio metodológico, a formalização (a criação de um sistema metalinguístico) que permita construir uma simulação das relações entre as noções e as representações linguísticas.

fixam, quanto desvinculam valores referenciais. Daí a eleição de dois caminhos que se cruzam: um em que há instabilidade (aparentemente) explícita e outro em que há uma estabilidade (aparentemente) explícita.

Para atingir nossos objetivos, as análises se estruturam nos seguintes moldes:

- I. Cada enunciado, devidamente identificado por um número receberá, inicialmente, uma leitura e uma contraleitura, com a finalidade de recuperarmos valores e sentidos oriundos da contextualização.
- II. A partir dessas leituras, isolaremos as noções³².
- III. Faremos paráfrases dos dois enunciados resultantes da atividade I que serão subsidiadas, não exaustivamente, por operações como a modalização, a localização de fronteira, interior e exterior, a quantificação (extração, flechagem e varredura) e aspectualidade.
- IV. Termos e locuções serão isolados por // e noções por < >

A meta do segundo itinerário (subseção 9.4) era buscar nas cristalizações da língua aquilo que gera problemas de referenciação e mostrar que a partir da descrição de algumas estruturas da língua (o variável) podemos chegar à descrição da estrutura geral da linguagem (o invariável).

A nossa busca resultou em alguns pontos que nos servem como aprumo de método de análise. Dedicamos especial atenção à leitura empírica de alguns problemas linguísticos do português brasileiro, os quais servem como demonstrativos da existência de espaços na estrutura do português que opacam a visão dos valores referenciais que estabilizam os enunciados em que esses espaços estão abertos.

Assim, trazemos sete dos casos mais comuns e que muito recheiam manuais da língua quando o assunto é ambiguidade, sobretudo quando convencionam marcá-la como estrutural.

³² O isolamento das noções é geralmente marcado por um esquema em que se recupera a lexis (doravante λ) < **a** **R** **b** >, em que **R** é o relator, **a** é o argumento de origem e **b** é o argumento de objetivo de **R**.

Para finalizar, na seção 9.5, comentamos, ainda, três ocorrências que chamam a atenção quando é da construção de valores referenciais que se está falando.

9.2. Do instável ao estável

9.2.1 Enunciado 1

Aqui kit para internet grátis

Dois contextos possíveis:

- A. Aqui kit para internet grátis, em que só a internet é grátis.
- B. Aqui kit para internet grátis, em que só o kit é grátis.

A estrutura da língua portuguesa permite construções em que os qualificadores são passíveis de derivar atributos tanto a um nome quanto ao seu complemento. No caso em análise, o termo /grátis/ é um bom exemplo desses qualificadores. Ademais, por ser invariável em gênero faz com que sua associação ao termo de gênero masculino /kit/ ou ao termo de gênero feminino /internet/ seja possível. De forma que /grátis/ pode qualificar um ou os dois termos que o antecedem.

Aqui, o que nos interessa, como já fora dito em outros momentos desse trabalho, é demonstrar que a ambiguidade se instaura por a noção não ser um dado, mas um construto que se faz no elo entre o intra e o extralinguístico. E se a linguagem é indeterminada e somente acessível por meio das ocorrências emergentes do trabalho de metalinguagem, é esse trabalho que traz à tona (para o nível linguístico) todo o caráter indeterminado da linguagem, inclusive o ambíguo.

Aprofundando a análise, diríamos que a noção <ser - grátis> poder ser relacionada a dois argumentos de ponto de partida nesse enunciado, o que permite

duas lexis, isto é, duas relações primitivas que deixam a relação predicativa ambígua:

$\lambda 1 < /internet/ /ser/ /grátis/>$

a R b

$\lambda 2 < kit/ /ser/ /grátis/>$

a R b

Assim, teríamos:

- a para o termo /internet/ e a para o termo /kit/.

- R para o relator que só se estabelece à medida que colocamos as relações primitivas (lexis) em relevo.

- b para o termo /grátis/.

Se quisermos explicitar o relator do enunciado original, far-se-á necessária certa abstração que leve, por exemplo, a expressões verbais como “fazer funcionar”, “fazer conectar”:

Aqui kit para fazer funcionar internet grátis

Aqui kit para fazer conectar internet grátis

Para mostrar como o processo de desambiguação traz à tona a plasticidade constitutiva da linguagem, elaboraremos algumas paráfrases de cada uma das lexis que são o ponto alto desse processo:

$\lambda 1 < /internet/ /ser/ /grátis/>$

- (1) Aqui kit para internet grátis em promoção.
- (2) Aqui kit para internet grátis em 3 vezes no cartão de crédito.
- (3) Aqui kit para internet grátis com a menor taxa de juros do mercado.
- (4) Aqui kit para internet grátis com a entrada para 60 dias.
- (5) Aqui kit para internet grátis com instalação e suporte técnico gratuitos.

As paráfrases da $\lambda 1$ se construíram com complementos que reforçam o contexto em que há um kit que é vendido para se acessar internet gratuita. Assim, as noções de /promoção/, /cartão de crédito/, /juros/, /entrada/, remetem à aquisição de bens por meio de transação monetária, ou seja, tem-se aquilo que se compra.

$\lambda 2 < kit/ /ser/ /grátis/>$

- (6) Aqui kit para internet grátis, pegue já o seu.

- (7) Aqui kit para internet grátis, basta preencher o formulário.
- (8) Aqui kit para internet grátis nas compras acima de 800 reais.
- (9) Aqui kit para internet grátis para pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo.
- (10) Aqui kit para internet grátis, leia o regulamento da promoção.

Do outro lado, as paráfrases de **λ2** incidem sobre contextos em que se fornecem gratuitamente kits para acessar a internet. A noção do verbo /pegar/ e as condições de preencher o formulário, de ter um gasto mínimo e de ter renda inferior a 1 salário mínimo formam os complementos que subscrevem o termo /kit/ no campo da gratuidade.

Interessante salientarmos que as paráfrases (5) e (10) não rompem a ambiguidade, pois como partimos da dedução de que internet só é grátis se kit não é grátis e vice-versa, os complementos “com instalação e suporte técnico gratuitos” e “leia o regulamento da promoção” podem reforçar a ambiguidade ao invés de saná-la.

No caso de (5) fica evidente que os serviços são grátis, sem descartar a possibilidade da internet e/ou o kit também o serem. O termo /instalação/ incide tanto sobre /kit/ quanto sobre /internet/: kit grátis com instalação e suporte grátis e internet grátis com instalação e suporte grátis.

Com (10) processo similar ocorre, só que num grau maior. O complemento “leia o regulamento da promoção” joga o enunciado numa indeterminação mais profunda, pois o termo /promoção/ pode incidir tanto sobre /kit/, quanto sobre /internet/.

A construção das paráfrases a partir dos 2 esquemas de lexis nos condicionou a querer esquematizar formalmente as relações possíveis entre as noções. Para tal, partimos de um esquema que, a nosso ver, sustenta todas as paráfrases à medida que nos permite apostar na abstração linguística com menor risco de perdermos a relação léxico-gramatical que sustenta esse enunciado. Dito de outra forma, quaisquer que sejam as operações que suscitamos, há de perdurar uma relação mínima. É a seguinte: </kit/ /ser/ / (para) / /internet/>

Frisamos que os complementos que ora inserimos a fim de remeter o enunciado a uma situação enunciativa (contexto) que o desambigua não são exaustivos, mesmo porque na articulação entre léxico e gramática as relações

possíveis são inúmeras. Por isso, com base em conceitos chaves da TOPE, seguem algumas manipulações focadas nessa articulação que serão atribuídas às duas lexis que subsidiam a análise do enunciado em questão. O trabalho de parafraseagem segue de acordo com o item III da metodologia de análise.

i. Modalidade:

Modalidade assertiva para A: Aqui vendemos kit para internet grátis.

Modalidade assertiva para B: Aqui temos kit grátis para internet.

Em A, o emprego do verbo /vender/ acessa o alto grau da noção </kit/ /não ser/ /grátis/>.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, o verbo /ter/, por ter um domínio nocional amplo, deixa a validação da noção <kit/ /ser/ /grátis/> ao cargo da posposição do termo /grátis/ ao termo /kit/.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

Modalidade assertiva - negativa para A: Aqui não tem kit para internet grátis, nem para a paga.

Modalidade assertiva - negativa para B: Aqui não tem kit grátis para a internet. Só o pago.

Em A, a desambiguação se dá, sobretudo, pelo gênero bem marcado por meio do artigo /a/, o que deixa claro que se está falando de /internet/ e não de /kit/.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, processo idêntico ocorre ao de A. Assim, o artigo /o/ articula o termo /grátis/ ao termo /kit/. Já a marca de aspecto /só/ corrobora a existência da noção <kit - ser grátis> mas faz com que ele deixe de ser uma possibilidade em virtude da modalização negativa, ou seja, é a articulação “não ter X → só Y” que garante que não há kit grátis, só há kit pago.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

Modalidade interrogativa para A: Aqui tem kit para internet grátis? Não vou ter que pagar mensalidade dela?

Modalidade interrogativa para B: Aqui tem kit para internet grátis? Você sabe me dizer se ele vem completo?

A interrogação em A possibilita um trabalho de parafraseagem em que a articulação entre os termos /pagar/ e /ela/ estabilize o enunciado. /Ela/ é um termo que se refere ao gênero feminino e que, nesse enunciado, só pode retomar o termo /internet/.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, o termo /ele/, masculino, concorda com o termo/completo/ que por sua vez, atribui uma propriedade ao termo /kit/ que é igualmente do gênero masculino. Na verdade a interrogação surge, aqui, como um recurso explicativo em que o gênero surge como o estabilizador da enunciação.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

Modalidade hipotética para A: É possível que aqui tenha kit para internet grátis, se tiver vamos comprar logo dois.

Modalidade hipotética para B: É possível que aqui tenha kit para internet grátis, se tiver, vamos pegar para a família toda.

Em A, o verbo /comprar/ ao se referir ao termo /kit/ valida a noção </internet/ /ser/ /grátis/>. Nesse sentido, fica eliminada a hipótese do termo /grátis/ poder incidir sobre o termo /kit/.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, o verbo /pegar/ traz, entre suas propriedades possíveis, a noção de /gratuidade/, o que estabiliza a noção </kit/ /ser/ /grátis/>. E mesmo que não fique eliminada a hipótese do termo /grátis/ poder incidir sobre o termo /internet/, fica pouco provável a articulação dos termos /pegar/ e /internet/.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

ii. Fronteira, interior e exterior:

Fronteira de A: Aqui kit para internet econômica.

Fronteira de B: Aqui kit pela metade do preço para internet.

Em A, a própria construção do enunciado já corrobora a ideia de que o que está em questão é a relação entre os termos /internet/ e /econômica/. Assim, o termo /econômica/ (que está na fronteira entre o que é e o que não é grátis) por causa do gênero, não poderia se remeter a outro termo que não /internet/.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, a construção /metade do preço/, que também é uma fronteira entre o que é e o que não é pago, incide sobre o termo /kit/ por causa da relação de posposição a ele.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

Interior de A: Aqui kit grátis de internet.

Interior de B: Aqui kit de internet gratuita.

Em A, a posposição do termo /grátis/ ao termo /kit/ dá ao primeiro o estatuto de predicativo do segundo, o que elimina a ambiguidade por excelência.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, o termo de gênero feminino /gratuita/ remete o enunciado ao alto grau da noção </internet/ /ser/ /grátis/>, haja vista que ele só pode incidir sobre o termo /internet/.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

Exterior de A: Aqui kit de internet paga.

Exterior de B: Aqui kit de última geração para internet.

Em A, o termo /paga/ apesar de remeter o enunciado ao mais alto grau da noção <não ser- grátis>, resolve a ambiguidade, tanto pela justaposição ao termo /internet/, quanto pelo gênero.

- A noção < ser-grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, a construção /última geração/ remete o termo /kit/ a noções como <potente>, <sofisticado>, <caro>. E sua posposição a /kit/ garante que está lhe atribuindo propriedades, o que sana a ambiguidade do enunciado.

A noção <ser-grátis> refere-se ao kit e não à internet.

iii. Operações de Extração, Flechagem e Varredura:

Para A:

- Aqui kit da internet grátis. (extração)
- Aqui kit para internet grátis: a internet que não custa nada (flechagem)
- Aqui kit para todo tipo de internet. (varredura)

Para B:

- Aqui você ganha um kit para internet. (extração)
- Aqui kit para internet grátis: você não paga nada por ele. (flechagem).
- Aqui todo tipo de kit para internet. (varredura)

Em A, a extração individualiza o termo /internet/ dando-lhe um atributo concreto. Isso ocorre, sobretudo, pela determinação proporcionada pela marca /da/ que lhe atribui propriedades situacionais que desambigüizam o enunciado. Já a flechagem impulsiona para o segundo período o processo de desambigüização, sobretudo com o advento da marca /a/ que determina o termo /internet/. E, por fim, a operação de varredura toca, ao mesmo tempo, as noções de <ser - grátis> e <não ser - grátis> sem se fixar numa delas, o que não ambigüiza, nem desambigüiza. Apenas percorre os valores do domínio de / internet/.

- A noção <ser - grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, processo similar ocorre ao de A. Extrai-se o termo /kit/ de um domínio em que ele é gratuito e caracterizado pelo verbo /ganhar/. Daí o firmamento da noção < /kit/ /ser/ /grátis/ >. No caso da flechagem, o termo

/ele/ recupera o termo /kit/ e desambigua o enunciado e reafirma a noção </kit/ / ser/ /grátis/>. A varredura leva o termo /kit/ para todas as propriedades que lhe são pertinentes <ser - grátis>, <não ser - grátis>, <ser - quase grátis>, etc., mas não distingue nenhuma.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

iv. Aspectualidade:

Para A: Aqui kit somente para internet grátis.

Para B: Aqui kit totalmente grátis para internet.

O aspecto, em A, é marcado pelo termo /somente/ e incide diretamente sobre o termo /internet/ atribuindo-lhe a uma propriedade restritiva, exclusiva. Dessa forma, /kit/ pertence a /internet/ do tipo que tenha a propriedade de ser gratuita. Essa operação desambigua a relação entre os termos /kit/, /internet/ e /grátis/ colocando-os numa relação de complementaridade: /internet/ é um complemento de /kit/ e /grátis/ é um qualificador de /internet/.

- A noção <grátis> refere-se à internet e não ao kit.

Em B, a aspectualidade é marcada pelo termo /totalmente/ que expande em grau máximo a noção de <gratuidade> do termo /kit/. A posposição da marca aspectual ao termo /kit/ evidencia sua relação por ser uma construção prototípica em língua portuguesa. Assim, o termo /grátis/ está em posição de complementaridade em relação ao termo /kit/ e ambos beneficiam o termo /internet/.

- A noção <grátis> refere-se ao kit e não à internet.

9.2.2 Enunciado 2

Quem corre menos, dirige mais.

Pressupostos lógicos:

Há quem dirige.

Há quem dirige rápido, portanto, menos.

Há quem dirige devagar, portanto, mais.

Dois contextos iniciais:

A. Quem corre menos, dirige mais porque o tempo de viagem será maior.

B. Quem corre menos, dirige mais porque o tempo de vida será maior.

É inegável que por se tratar de um enunciado proferido com vistas à prevenção de acidentes de trânsito, o contexto B é aquele que representa a intenção enunciativa em questão.

Mostraremos, a seguir, que o sentido atribuído pelo jogo entre os termos /menos/ e /mais/ nos dá meios tanto para estabilizar o enunciado no contexto A (instabilidade no contexto B), quanto para estabilizar o enunciado no contexto B (instabilidade no contexto A).

Enquanto o contexto A se valida pela simples relação lógico-física entre tempo e espaço em que quanto maior a velocidade, menor o tempo de percurso; o contexto B é válido desde que se considere que dirigir em baixa velocidade é uma atitude prudente que mantém a segurança, a capacidade motora e a vida dos motoristas.

Seguem paráfrase que explicitam melhor cada um dos contextos:

Para A:

1. Quem corre menos, dirige mais e a viagem se torna cansativa e interminável.

2. Quem corre menos, dirige mais. Assim, é fundamental sair com bastante antecedência.

3. Quem corre menos, dirige mais; pois consegue apreciar a viagem e as paisagens.

Para B:

4. Quem corre menos, dirige mais, pois fica vivo!
5. Quem corre menos, dirige mais. Nenhuma tragédia ocorre, a habilitação não é apreendida e tudo termina bem.
6. Quem corre menos, dirige mais. Porém, a vida para.

As paráfrases 1 e 2 confirmam a existência do contexto A, vejamos por que:

Partindo da ideia de que os termos /correr/ e /dirigir/ remetem à ligação entre 2 pontos (um de origem e o outro de destino), marcaremos esse momento (de transição, de trajeto) como tudo o que se referir à noção <ser viagem>. Nesse sentido, em 1, os termos /cansativa/ e /interminável/ recuperam noções como <ser longo>, < ser demorado>,<ser lenta> e reforçam a relação meramente físico-temporal estabelecida entre /correr menos/ e /dirigir mais/.

Em 2, algo semelhante ocorre por conta do termo /antecedência/ que aproxima as mesmas propriedades presentes em 1 do contexto em questão.

A paráfrase 3 nos é de interesse peculiar por mostrar que o sentido mais é uma conquista que uma função dos atos de linguagem, pois o período que se coordena ao enunciado em questão não elimina a possibilidade de um eminente risco de acidente e até de morte. Recorrendo às nossas percepções de mundo, imediatamente recuperamos a ideia de que distração (a qual, no caso, seria proporcionado pela admiração da paisagem) pode ocasionar acidentes e fazer com que se dirija menos. O que remontaria os dois contextos (A e B) como fica demonstrado na paráfrase seguinte:

3.a. Quem corre menos, dirige mais, porém, dirigir muito devagar pode ocasionar uma colisão traseira e interromper a viagem.

Em 4, o termo /vivo/ reforça propriedades de tudo aquilo que remete à noção < ser - longínquo >. Aqui, /dirigir mais/ recai não apenas sobre o trajeto em questão, mas sobre todos os trajetos possíveis que só o são desde que se esteja vivo.

O enunciado 5 segue na mesma direção. O termo /tragédia/ se imbrica na noção <longevidade> como seu complementar, pois a nossa experiência de mundo nos habilita a associar esse termo à noção <ser mortal>. A construção /a habilitação não é apreendida/, por sua vez, cria uma nova ambiguidade. Afinal, se considerarmos que a tragédia pode incidir sobre outrem (qualquer pessoa que não a que está dirigindo), o contexto B fica invalidado e emerge um terceiro:

C. Quem corre menos, dirige mais porque o tempo de habilitação para dirigir será maior.

Em 6, uma abstração radical nos conduziria à fronteira da noção <ser - vivo>. De um lado há a propriedade que remete às propriedades biológicas do ser. De outro, há a propriedade que remete às propriedades psicológicas do ser. Nesse sentido, /a vida para/ pode nos remeter tanto ao que cabe no interior da noção <ser vivo>: ter órgãos e membros em funcionamento, quanto ao que fica de fora do que é prototípico da noção <ser - vivo>: ter atitudes insanas e sem escrúpulos.

Numa ruptura com o senso e com os valores culturais mais prototípicos, caberia dizer que todas as propriedades elencadas se inserem no interior da noção <viver>, pois é a própria ambiguidade da linguagem que permite que o termo /para/ possa ser tomado tanto literalmente, quando metaforicamente.

Em verdade, a desambiguação passa, obrigatoriamente, por processos de quantificação (um trabalho exaustivo de levantamento de propriedades, ou seja, aquilo que é p, p', não-p, quase p, etc.) que culmina num processo de qualificação (um trabalho de refinamento das propriedades quantificadas a fim de que se chegue à noção, ao que já não é mais divisível). Assim teríamos:

“Quem corre mais, dirige menos”; “Quem corre menos, dirige menos” e “Quem corre mais, dirige mais”, “Quem corre, dirige”, “Quem corre, não dirige”, etc.

Vemos surgirem, a todo instante, novas ambiguidades, pois:

“Quem corre mais, dirige menos” se encaixa no contexto B e se contrapõe ao enunciado “Quem corre menos, dirige mais” e cria uma família parafrástica também complementar em relação àquela composta pelos enunciados 4,5 e 6, no contexto B:

7. Quem corre mais, dirige menos, pois morre logo.
8. Quem corre mais, dirige menos, pois chega cedo.
9. Quem corre mais, dirige menos, pois o guarda logo guincha o carro.

Já “Quem corre menos, dirige menos” possibilita, pelo menos, duas outras leituras:

- D. Quem corre menos, dirige menos porque tem menos prática.
- E. Quem corre menos, dirige menos porque o carro de trás passa por cima.

O valor inicial (o qual é, como já dissemos antes, dado pelo contexto B) do enunciado em análise é resultante de tudo o que está no interior do domínio nocional.

A representação (validação) da noção (e de outras) só se deu a partir de uma relação que estabelecemos entre o que está no interior e o que está na fronteira e no exterior (outros valores).

A estabilização se deu graças ao resultado de um retorno ao valor inicial. Esse retorno só foi possível graças a um levantamento de identificações (as famílias parafrásticas do contexto B) e diferenciações (as famílias parafrásticas do contexto A) possíveis.

A distinção entre os valores validados de outros valores não validados, portanto, descartados, resultou num valor homogêneo e estável, mesmo que provisoriamente.

Ainda que considerássemos o contexto A como o gerador do sentido inicial, veríamos que o processo não nos levaria a resultados diferentes, pois as propriedades seriam as mesmas, os atos de individualização seriam os mesmos, mesmo porque, o que nos é de base é um esquema abstrato de análise da linguagem que nada mais faz do que mostrar a descontinuidade do que convencionamos chamar de “valor”.

9.2.3 Enunciado 3

Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo.

Pressupostos lógicos:

Há alguém que seja um menino.

Há alguém que seja um mendigo.

Há alguém na varanda, que pode ser ou o menino, ou o mendigo, ou os dois.

Há alguém sentado que pode ser tanto o menino, quanto o mendigo.

2 leituras iniciais:

- A. O menino estava sentado na varanda e avistou um mendigo.
- B. O menino avistou um mendigo que estava sentado na varanda.

A experiência de mundo nos condicionar a tomar a leitura A como sendo aquela na qual o enunciado em questão encontra um sentido mais imediato e corriqueiro. A própria noção <ser - mendigo> nos remete a alguém ou que não tem casa ou a alguém que habita locais precários e desprovidos de varandas.

O enunciado estará desambiguizado desde que a relação entre as noções <ser - menino> e <ser - mendigo> sejam complementares: /menino/ possuir propriedades de tudo aquilo que /mendigo/ não possui e vice-versa. Embora a estabilização seja possível desde que <ser - menino> implique em <não ser - mendigo> e <ser - mendigo> implique em <não ser - menino>, sempre haverá propriedades pertinentes (propriedades não definitórias) às duas noções que fazem com que nem sempre consigamos estabelecer um valor inicial para o enunciado.

Nada impede que criemos um cenário onde haja 2 meninos, um mendigo e outro não; ou um cenário onde esteja um mendigo na varanda e um menino (não mendigo) na rua; ou, ainda, que ambos sejam mendigos e que só as propriedades de um deles (no caso, daquele que não menino) fossem relevantes na enunciação.

São exatamente essas quantificações de propriedades que nos permitem um afinamento que qualifique (defina) valores (valor inicial, valor final).

Vale frisar que independentemente da qualificação dos sujeitos da situação descrita, o arranjo léxico-gramatical do enunciado nos dá meios tanto para ambigüizar quanto para desambigüizar.

A tendência natural que temos de aproximar qualificador e qualificado faria com que /sentado/ qualificasse /menino/. Prova disso é dada a partir de uma paráfrase que mude a diátese (voz) sem que se altere a relação entre /menino/ e /mendigo/:

Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo.

Sentado na varanda, um mendigo foi avistado pelo menino.

O que parece claro é que a voz passiva resolve mais facilmente (mesmo que momentaneamente) a ambigüidade sem que tenhamos que estender a situação

enunciativa. Já a voz ativa, apesar de estruturalmente apontar para uma relação entre /menino/ e /sentado/, não fornece um contorno que estabiliza essa relação.

Um recurso de ordem retórica e profícuo para desambiguação é o da anáfora que, em verdade, viabiliza uma operação de quantificação de flechagem. Vejamos:

“Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. O pedinte estava sentado bem ali!”

A recuperação das propriedades de <ser - mendigo> por meio do termo /pedinte/, o qual está visivelmente em relação predicativa com o termo /sentado/ e que estabiliza o enunciado e o aproxima da leitura A.

Do lado contrário, um enunciado como “Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. O garoto estava sentado num banco”, o mesmo processo se aplica. O termo /garoto/ faz parte do mesmo domínio nocional de /menino/ e é predicado pelo termo /sentado/ por meio do verbo /ser/. O que estabiliza o enunciado e o aproxima da leitura B.

Seguindo nossa linha de análise, demonstraremos como o enunciado ora se aproxima da leitura A, ora da leitura B:

Algumas paráfrases para a leitura A:

1. Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. A cadeira era alta e o menino conseguia enxergar bem quem passava na rua.
2. Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. De susto, o garoto logo se levantou e correu chamar alguém.
3. Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. O homem estava caminhando em direção a uma casa abandonada.

Algumas paráfrases para a leitura B:

4. Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. O sujeito estava esperando por um prato de comida.
5. Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. A chuva estava forte e não havia muito onde se proteger.
6. Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo. Aquele lugar era a própria casa dele.

A paráfrase 1 estabelece uma relação entre /menino/ e /sentado/ à medida que introduzimos uma nova propriedade à noção < ser - menino>. Assim, além de /menino sentado/, temos agora /menino sentado que enxerga rua/.

A paráfrase 2 nos faz verificar a relação qualitativa entre /menino/ e /sentado/ e se /menino/ é argumento de /levantar/, só o pode ser também de /sentado/.

A paráfrase 3 resolve a ambiguidade pela atribuição do termo /caminhando/ a /mendigo/ que lhe impossibilita a atribuição da marca qualitativa /sentado/.

A paráfrase 4 resolve, até certo ponto, a ambiguidade a partir do termo /sujeito/ que tem uma função dêitica. Em português brasileiro, termos como /sujeito/ tendem a recuperar a noção <ser - homem>, apesar de nada impedir que tal termo recupere /menino/.

A paráfrase 5 não resolve a ambiguidade, pois tanto /menino/ quanto /mendigo/ estão susceptíveis à chuva e nenhum arranjo léxico-gramatical garante a relação entre /menino/ e /sentado/ ou entre /mendigo/ e /sentado/. O que, talvez, possibilita dizer quem estava sentado era o mendigo e não menino é a recorrência à experiência de mundo.

A paráfrase 6 cria uma nova ambiguidade graças ao dêitico /dele/ que pode recuperar tanto /menino/ quanto /mendigo/. Porém, a aproximação desse enunciado com a leitura que fizemos em B é permitida desde que entendamos que <ser - mendigo> implica em não ter uma casa com todas as propriedades prototípicas.

Note-se que se, por um lado, um predicado representado pelo termo /sentado/ pode incidir tanto sobre um argumento de origem (daí, teríamos um predicativo do sujeito) quanto sobre um argumento de objetivo (daí, teríamos um predicativo do objeto), de outro, há operações de linguagem bem mais profundas que trazem à tona essa (des)estabilização de valores.

Nesse viés, não falaríamos somente de gramática, haja vista que está explícito que a concordância nominal, por exemplo, não dá conta de desambiguar. Tão pouco falaríamos somente de léxico, haja vista que as propriedades valorativas dos termos /menino/ e /mendigo/ só são aproximáveis (momento do ambíguo) e distanciáveis (momento do não ambíguo) na e pela situação enunciativa.

9.3 Do estável ao instável

Nessa seção faremos um caminho contrário ao trilhado na seção 9.2, ou seja, a partir de enunciados que, aparentemente sejam estáveis e com valores e referentes bem definidos, mostraremos como a indeterminação emerge.

9.3.1 Enunciado 4

Dilma vai ao Congresso e sinaliza fórmula para reajuste do salário mínimo.

O enunciado em questão, apesar de aparentemente estável e com um valor inicial bem definido, será analisado com vistas a mostrarmos que assim como o momento da enunciação é estabilizador, ele também é descentralizador por abrir novos valores. Faremos duas leituras iniciais em que uma é prototípica (leitura A) e outra complementar (leitura B) para comprovarmos isso:

- A. Dilma vai ao Congresso e sinaliza fórmula para reajuste do salário mínimo. Parece que vamos ter aumento mesmo.
- B. Dilma vai ao Congresso e sinaliza fórmula para reajuste do salário mínimo. O sinal foi feito em cor vermelha.

A partir da lexis <sinalizar ser ()>, destacamos duas propriedades como base de análise:

p para <sinalizar ser (fazer premunição)>

p' para <sinalizar ser (fazer sinal)>

Note-se que na leitura B, todas as propriedades do que vem a ser /fórmula/ já estão estabelecidas, enquanto na leitura A essas mesmas propriedades ainda não são definitórias de /fórmula/, haja vista que p pressupõe um processo e p', um produto.

Apesar de p' ser a propriedade que melhor recupera um conjunto como (sinal, sinalizar, sinalização) e ser o complementar de p (não-p) por p ser a propriedade

prototípica do verbo /sinalizar/ nesse enunciado, não é ela que melhor se articula com o extralinguístico (a experiência de mundo).

Se ainda quisermos uma terceira leitura (leitura C), ela surge se mudarmos a entonação do enunciado:

C. Dilma vai ao Congresso e sinaliza: “fórmula para reajuste do salário mínimo!”

Aqui, /fórmula para reajuste do salário mínimo/ deixa de ser apenas um complemento de /sinaliza/ e passa a ser a síntese do que o enunciador em questão enuncia. O recurso da exclamação, por sua vez, reforça uma modalidade apreciativa que estreita a relação entre enunciador e predicação (conteúdo proposicional).

Com essa manipulação, o verbo /sinalizar/ distancia-se do sentido estabelecido na leitura B, pois, aqui, seu sentido estaria próximo de algo como /anunciar/, /dizer/, declarar/.

Em português brasileiro, a construção X sinalizar Y tem um potencial de ambiguidade considerável por deixar mais latentes propriedades menos visíveis do verbo. Isso talvez justifique a grande ocorrência de construções como X dar sinal(is) de... X dá sinal(is) que... Como nos exemplos: “X deu sinal de vida!” “X deu sinal que vai sair a qualquer momento”, etc.

Prova disso é que a construção com o uso do verbo em locução desambigua o enunciado e valida a leitura A, que é a que traz o valor inicial do verbo /sinalizar/: “Dilma vai ao Congresso e dá sinais de fórmula para reajuste do salário mínimo.”

Esse tipo de construção modaliza o enunciado e lhe atribui um valor mais hipotético e menos assertivo como, por exemplo, o dado no enunciado “Dilma vai ao Congresso e declara fórmula para reajuste do salário mínimo”.

Já a aproximação de sentido do verbo /sinalizar/ com verbos como /declarar/ e /premunir/ é possível graças à movimentação (constante e necessária) de propriedades fronteiriças <não verdadeiramente sinalizar> e <não verdadeiramente declarar>. Essa posição de intersecção é que põe esses verbos em relação semanticamente confortável (isso para nos remetermos ao senso, ao tipo) e que possibilita a comutação entre um e outro sem grandes alterações de sentido.

Tudo isso para mostrar que é graças às sutilezas das línguas e a indeterminação da linguagem que podemos apreender esses valores situacionais e criar ora estabilidade, ora instabilidade.

9.3.2 Enunciado 5

Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável.

Considerando-se que a linguagem é plástica e carrega em si uma ambiguidade inerente, nosso intento, com esse enunciado aparentemente estável, é mostrar a todo o momento que ela é dotada de uma capacidade de estabilização (sempre momentânea e por assim dizer relativa) e de uma desestabilização (também sempre momentânea e não menos relativa).

De início, isolamos a lexis do enunciado $\langle x R \text{ (para) } y \rangle$, onde x é o termo /você/, R é o verbo/ ir/ e y é o termo /quarto/ e atribuiremos duas propriedades à noção de R : p <“ir (para) enquanto se fixar> e p' <ir (para) enquanto se movimentar>.

Além de tais propriedades permitirem a ambiguição do enunciado, serão elas que nos servirão como ponto de partida para a desambiguição do mesmo enunciado. Tomemos dois contextos, um para cada propriedade:

Contexto 1, para p : Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável. Daí, você fecha a porta, desfaz a mala e a sensação de isolamento aumenta ainda mais.

Contexto 2, para p' : Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável. Daí, você continua subindo mais andares e a sensação de isolamento aumenta ainda mais.

Nos dois contextos é a marca /para/ que subsidia essa plasticidade de significação, pois tanto se vai a um lugar Y para se estagnar, dormir, se hospedar, quanto se vai a um lugar Y para conhecer, passar por, transpor, etc. Em outras

palavras, o termo /para/ permitiria atribuir características à ida, mas, sendo esse processo um processo não definitivo e momentâneo, pois conseguimos, num primeiro, identificar essa ida como uma ida qualquer para só depois entendermos que é uma ida para um quarto de hotel.

O que queremos mostrar é que o jogo enunciativo deste enunciado traz ambiguidades inevitáveis no processo de constituição do enunciado. Assim, só uma situação enunciativa nos daria indícios de qual é o ponto final desse movimento do verbo ir.

Dessa forma, a marca para pode indicar, no mínimo, dois movimentos: um enquanto meio (p) e outro enquanto meta (p')

Vejamos a demonstração disso:

Para p: Foi para São Paulo, pegou um avião e foi para Paris.

Para p': Foi para São Paulo.

Valendo-nos de alguns conceitos da TOPE, sobretudo os referentes aos mecanismos de quantificação, faremos algumas paráfrases para melhor compreendermos o fenômeno que visamos registrar aqui. Trata-se dos recursos de extração, flechagem e varredura, os quais já foram explicados na seção 2.4.

Extração: Quando se viaja sozinho e vai para o quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável.

Flechagem: Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento que ele dá é inevitável.

Varredura: Quando se viaja sozinho e você vai para os quartos, a sensação de isolamento é inevitável.

O recurso de extração fecha as possibilidades de se ir para outros quartos (o que é corroborado pelo advento da determinação causada pelo artigo definido), assim prevalece a propriedade p'.

A flechagem, que é determinada pela retomada da noção < ser – quarto > a partir da marca /ele/, também aponta para a propriedade p' e indica que o termo /quarto/ corresponde ao destino, ao ponto de parada do sujeito enunciador.

A varredura não fixa nenhum ponto, nem como ponto de passagem nem como de destino. Pode se estar falando de qualquer quarto, o que remete a enunciação à alta noção do termo /quarto/.

São essas operações que nos permitem ver, de maneira clara o caráter ambíguo da linguagem.

Ao trabalharmos com o termo /quarto/, tentamos mostrar a importância de Y para a atribuição de características não definitivas a X (neste caso, a ida), ou seja, somente o contexto (com os seus elementos e a situação enunciativa) é que permite uma visão dessa ida que não é uma ida qualquer. É uma ida enquanto meta, ou é uma ida enquanto meio, ou até mesmo, uma ida sem uma atribuição que a especifique claramente.

Nesse sentido há um esforço operatório (a atividade de parafraseagem, sobretudo) que marca todo esse movimento.

Assim, se viajar sozinho e ir para um quarto no 16º andar dá uma sensação de solidão, ir, por exemplo, para um quarto noutra andar (15º, 17º, etc.) pode tanto aumentar, diminuir, substituir ou complementar essa sensação. Vejamos:

“Quando se viaja sozinho e vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável, mas o curioso é que se você subir mais um pouco, essa sensação diminui, pois você sente mais próximo de Deus.”

“Quando se viaja sozinho e vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável e se você subir mais um pouco, essa sensação se torna desesperadora, pois o silêncio toma conta do ambiente.”

“Quando se viaja sozinho e vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável, mas o curioso é que se você descer um andar, essa sensação diminui, pois você sente mais próximo do chão, que é onde a maioria das pessoas vive.”

“Quando se viaja sozinho e vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável, mas o curioso é que se você descer até o décimo quinto, essa sensação aumenta, pois você consegue ouvir as pessoas nas ruas, mas não consegue interagir com elas.”

Todo esse esforço operatório apresentado anteriormente leva-nos a verificar que a linguagem é ambígua por natureza por serem todos os seus elementos dotados de uma invariância de funcionamento que jamais lhes define, mas os estabilizam em cada enunciado que se realizam.

O que é outro fato (e isso vem por conta da nossa reflexão teórico-metodológica) é que estamos falando de um arranjo léxico-gramatical que cria um sentido provisional onde tanto o ponto de estagnação pode ser provisório, quanto a sensação ocasionada por esse momento de estagnação. Eis ai a demonstração da existência de um domínio nocional em que diversos enunciados são possíveis de ser gerados a partir do rearranjo e culminar noutros sentidos igualmente provisórios.

9.4. Alguns espaços que privilegiam a indeterminação referencial no português brasileiro

9.4.1 O problema em se distinguir agente e paciente.

Construções nominais do tipo x de y onde x, geralmente, é uma nominalização e y, um nome qualquer, geram um tipo de indeterminação bem comum no português.

Ocorrências como “a reprovação do professor”, “a perda da mãe”, “a matança dos animais”, inevitavelmente, ativam perguntas virtuais como: professor reprovou ou foi reprovado? A mãe perdeu ou foi perdida? Os animais mataram ou foram mortos?

Em contraste, ao levantarmos ocorrências em que o argumento y não seja animado, essa indeterminação não prevalece: “a queda da bolsa”, “a construção do muro”. Nesse caso, vemos que não ficam dúvidas de que /bolsa/ e /muro/ são afetados por ação de outrem, a não ser que criemos cenários em que uma abstração radical dê vida a esses termos.

Analisemos o seguinte enunciado:

1. “A matança dos animais gerou revolta entre a população”

Daqui podemos extrair 3 valores referenciais para /animais/ (i) <verdadeiramente mortos>, (ii) <verdadeiramente vivos>, (iii) <verdadeiramente não mortos>.

(i) com <verdadeiramente mortos> assume-se que /animais/ esteja no interior do domínio nocional de /matança/. Assim, /animais/ exerceria papel de beneficiário (paciente, afetado, etc.) no enunciado e o colocaria na mesma família parafrástica que “O abatimento dos animais gerou revolta entre a população”.

No português, entre /matança/ e /abatimento/ há uma diferença semântica que impede que se construa um enunciado como “Os animais abateram a população”, pois a noção <abatimento> subentende uma ação humana sobre um outrem (abater o gado, abater a conta, etc.).

Desse modo, somente o adendo de operações enunciativas estabilizaria o valor referencial de (i):

“A matança de todos os animais gerou revolta entre a população” (inserção de uma marca aspectual)

“A matança dos pobres animais gerou revolta na população” (inserção de modalidade).

(ii) com <verdadeiramente vivos> assume-se que /animais/ esteja no exterior do domínio nocional de /matança/. Desse modo, /animais/ assumiria papel agente e qualquer coisa que não /animais/ (outros animais, pessoas, etc.) seria o beneficiário (paciente, afetado, etc.)

Aqui, matança tem qualquer propriedade de <dizimação>, <extermínio>, o que não configura uma associação com /população/ por uma questão meramente socioperceptiva, posto que é difícil pensarmos em animais que possam extinguir uma população de humanos, mesmo porque se faz necessário que o termo /revolta/ subentenda existência humana.

A ambiguidade também se confirma porque /animais/ recobre tanto espécies com e sem potencial de agir sobre /população/. Uma operação de flechagem estabilizaria facilmente o enunciado:

“A matança dos animais gerou revolta entre a população. Não sobrou um canário” (população no papel de agente).

“A matança dos animais gerou revolta na população. Famílias inteiras morreram.” (população no papel de paciente).

(iii) com <verdadeiramente não mortos>, assume-se que /animais/ e /população/ estejam na fronteira do domínio nocional de matança, pois se aproximarmos /matança/ de /confronto/, sobram margens para constatarmos que tanto /população/, quanto /animais/ podem ser tanto agentes, quanto pacientes:

“A matança da maioria dos animais gerou revolta na população sobrevivente” (inserção da marca aspectual /maioria/ e do qualificador /sobrevivente/ que confirmam o papel agente-paciente de /animais/ e /população/.

9.4.2 O problema da coordenação aditiva.

O problema da coordenação aditiva, em português, não ocorre de modo isolado, pois geralmente a indeterminação da ação verbal está relacionada à impossibilidade de se fixar sobre qual (is) sujeito (s) recai a ação. Os dois exemplos a seguir comprovam que esse tipo de situação é muito comum com os chamados verbos reflexivos:

1. Antônio e Helena casaram-se.
2. Carlos e Bruno feriram-se gravemente.

Os enunciados 1 e 2, isolados e tais quais, não são capazes de nos informar se os são argumentos em questão fazem parte de uma mesma enunciação ou não. Afinal, como determinar se Antônio e Maria apenas se casaram (com outras pessoas) ou se se casaram um com o outro? Como confirmar se Carlos e Bruno se feriram por conta própria (cada um a si), por ação de outrem ou um ao outro?

Analisemos o primeiro caso:

Na relação primitiva temos /Antônio e Helena/ como termo-origem, /casaram-se/ é o relator e uma dupla possibilidade de termo-objetivo /Antônio e Helena/ ou / ϕ /, de modo que esse último representa um termo não especificado. Assim:

Antônio casar-se (com) Helena. → Helena casar-se (com) Antônio.

Antônio casar-se (com). → Antônio casar-se com qualquer pessoa que não Helena.

Helena casar-se (com). → Helena casar-se (com) qualquer pessoa que não Antônio.

Há alguns tipos de construções que desambigüizam a questão.

Primeiramente chamemos a atenção para os casos em que /Antônio/ e /Helena/ não são o termo-objetivo um do outro:

- “Antônio casou-se e Helena casou-se”. (separação dos sujeitos)”.
- “Antônio e Helena casaram-se. Antônio primeiro que Helena” (separação temporal).
- “Antônio e Helena casaram-se. Antônio no Rio e Helena em São Paulo. (separação espacial).

Agora vejamos os casos em que /Antônio/ é o termo-objetivo de /Helena/ e vice-versa:

- “Antônio casou-se com Helena.” (acrésimo da marca com, que estabelece uma conexão).
- “Antônio e Helena casaram-se hoje, às 7 da noite, na igreja matriz” (concatenação de categorias aspectuais de tempo e espaço).
- “Antônio e Helena casaram-se um com o outro” (acrésimo de uma locução explicativa).

9.4.3 O problema do predicativo.

O predicativo, em português, é de ordem tipicamente atributiva no sentido de que confere qualificação ao termo-origem (sujeito) ou ao termo-objetivo (objeto).

Como também sabemos, a ordem (linearidade linguística, concatenação entre sujeito, verbo e complementos) não é suficientemente hábil a fixar os valores referenciais e a forma das unidades linguísticas oferece contribuição parcial (porém, significativa) para isso. Há certa mobilidade lexical garantida pelo sistema linguístico de cada língua que permite aproximar e distanciar qualificador e qualificado sem que se perca o potencial articulatório entre ambos.

Vejamos dois casos:

1. O palhaço saiu do circo triste.
2. A mãe deixou a filha chorando.

Destarte, o enunciado 1 pode sofrer a seguinte reestruturação:

1. “Triste, o palhaço saiu do circo”.
2. “O palhaço triste saiu do circo”.
3. “O palhaço, triste, saiu do circo”.
4. “O triste palhaço saiu do circo”.

A questão é que apesar de tanto o enunciado de origem quanto suas 4 paráfrases, manterem e garantirem a articulação entre os termos /palhaço/ e /triste/, o problema é que o enunciado de origem não comporta apenas essa ligação: as marcas flexionais (ou ausência delas) de gênero e número abrem a possibilidade de articulação entre os termos /triste/ e /circo/. É disso que vamos falar um pouco, isto é: a possibilidade de um predicativo do sujeito também o ser o do objeto.

Obviamente um contexto maior resolveria facilmente o problema, vejamos:

/triste/ enquanto predicativo de /palhaço/:

- O palhaço saiu do circo bem triste (inserção de marca aspectual)
- O palhaço não saiu do circo triste, saiu alegre. (negação + complementar)
- Será que o palhaço saiu do circo triste? A cara dele não estava das melhores! (modalização hipotética)

/triste/ enquanto predicativo de /circo/:

- O palhaço saiu do circo que é triste (inserção de uma subordinação).
- O palhaço saiu do triste circo (reordenação entre objeto e predicativo)
- Será que o palhaço saiu do circo triste? Aquele ambiente é deprimente! (modalização hipotética)

Já o enunciado 2 levanta duas questões interessantes que são responsáveis diretas pela ambiguidade do enunciado: a plasticidade do verbo /deixar/ e a falta de fixidez referencial das formas no gerúndio. Com isso, determinar quem estava chorando depende da análise dessas duas questões.

Dentre as várias propriedades cabíveis no domínio nocional de <deixar>, há duas relacionadas ao caso: (i) <deixar enquanto partir> e (ii) <deixar enquanto

fazer>, de modo que a primeira propriedade articulária /mãe/ e /chorando/ e a segunda, /filha/ e /chorando/. Vejamos as paráfrases que elucidam:

Para (i):

A mãe partiu chorando e a filha ficou.

A mãe, chorando, deixou a filha.

Para (ii):

A mãe fez a filha chorar.

A mãe causou choro na filha.

No caso do gerúndio, a dificuldade de estabilização é maior, pois sua forma, por não trazer marcas de gênero e número como o particípio, por exemplo, se articula facilmente e gera várias possibilidades, que é o que vemos no enunciado em questão. Vejamos as paráfrases que resolvem esse problema:

Para (i):

A mãe chorava quando deixou a filha.

A mãe, chorosa, deixou a filha.

Para (ii):

A mãe deixou a filha que chorava.

A mãe deixou a filha chorona.

9.4.4 O problema em se distinguir pronome relativo de conjunção integrante.

Conseguir estabelecer uma distinção entre pronome relativo e conjunção integrante é uma solução paliativa, pois enunciados que contêm a marca /que/ devem ser analisados num plano mais profundo. Afinal, trata-se de querer saber se essa marca articula duas unidades ou duas orações.

Segue um exemplo:

1. Foram presos todos os bandidos que eram assassinos.

Duas leituras iniciais:

- A. Foram presos todos os bandidos e todos os bandidos são assassinos.
- B. Foram presos todos os bandidos e aqueles bandidos são assassinos.

A função de /que/, enquanto pronome relativo, é essencialmente dêitica por sempre recuperar e rearticular algum elemento já previamente assertado. No enunciado em questão, ele entra como um forte elemento coesivo por evitar uma construção geradora de desconforto na norma padrão da língua como. “Foram presos os bandidos e os bandidos eram assassinos.” Nesse sentido, de acordo com a gramática normativa, ela subordinaria o termo /assassinos/ ao termo /bandidos/ tornando o segundo um predicativo do primeiro, o que resultaria numa oração subordinada adjetiva.

Esse enunciado traz, ainda, duas questões dialógicas bem interessantes: o centro atrator da noção < ser bandido> e a possibilidade do marcador /que/ operar tanto uma flechagem, quanto uma varredura.

A ambiguidade, aqui, se dá por o enunciado permitir duas propriedades de /bandidos/ (i) <bandidos serem verdadeiramente assassinos> e (ii) <bandidos não serem verdadeiramente assassinos>. Nesse sentido, todos os bandidos do mundo seriam assassinos ou apenas alguns bandidos seriam assassinos? Se só os bandidos assassinos forem presos, então nem todos são assassinos?

Se todos os bandidos forem assassinos, a relação primitiva seria determinada pela orientação <bandido – ser - verdadeiramente assassino>. Já se apenas alguns bandidos forem assassinos, a orientação se dá a partir do esquema <bandido – não ser- verdadeiramente assassino>.

Se adotarmos o primeiro esquema, a marca /que/ realiza uma operação de varredura por permitir que /assassinos/ incida sobre todas as ocorrências possíveis de /bandidos/ sem se ater a nenhuma delas em específico. Já se considerarmos a segunda relação, a mesma marca passa a realizar uma operação de flechagem, de modo que ela recupera (aponta) algumas ocorrências de /bandidos/, não todas.

Vemos, assim, que a dificuldade reside justamente em fixar a referencialidade de /assassinos/ e aqui recaímos na dicotomia todo versus parte. Se todos bandidos forem assassinos, a noção de todo corrobora o que se costuma chamar de oração subordinada adjetiva restritiva (daí teríamos um pronome relativo) e se apenas alguns bandidos forem assassinos a noção de parte corrobora o que seria uma

oração subordinada substantiva predicativa. (daí, teríamos uma conjunção integrante).

9.4.5 O problema da referencialidade de complementos verbais.

Começemos apresentando um exemplo:

1. O diretor da escola propôs o teste, mas os professores estão relutantes em aceitar.

Para se localizar o complemento de um verbo, costuma-se recorrer à sintaxe para que se façam testes (geralmente perguntas virtuais) que envolvam a regência desse verbo. Assim, a ocorrência de um verbo como /propor/ solicita perguntas como: Quem propôs? (para se achar o sujeito) O que propôs? (para se achar o objeto direto) Para quem propôs? (para se achar o objeto indireto).

O sujeito é /diretor/, o objeto direto é /teste/ e objeto indireto é a incógnita da questão, pois: a quem se destina o teste? A um referente externo atribuído pelo contexto (alunos, por exemplo) ou a um referente interno, atribuído pelo contexto (professores)? Assim duas leituras iniciais podem ser feitas:

- A. O diretor da escola propôs o teste para os alunos, mas os professores estão relutantes em aceitar.
- B. O diretor da escola propôs o teste para os professores, mas eles estão relutantes em aceitar.

Embora o acordo social permita aproximarmos tanto /teste/ de /professor/, quanto /teste/ de /alunos/, a marca aspectual /mas/, a qual nega uma proposição inicial (a realização do teste), tende a colocar /professores/ como o complemento sem o garantir, posto que falta uma amarra mais forte entre o léxico e a gramática a ponto de não se exigir a recorrência à extensão do contexto.

Assim, só um contexto maior e a inserção de marcas e valores conseguem fixar sentidos a esse enunciado.

Começemos por fixar /professores/ como o complemento:

O diretor da escola propôs o teste, mas os professores estão relutantes em aceitar fazê-lo. (inserção de um verbo)

O diretor da escola propôs o teste, mas os professores estão relutantes em aceitar, afinal, que professor que gosta de ser avaliado? (modalização)

Agora, fixemos o complemento /alunos/, que pode ser facilmente fornecido pelo contexto desse enunciado:

O diretor da escola propôs o teste, mas os professores estão relutantes em aceitar aplicar (inserção de um verbo).

O diretor da escola propôs o teste, mas os professores estão relutantes em aceitar, afinal, eles não querem dar mais uma prova. (modalização)

9.4.6 O problema da referencialidade das formas nominais.

Um exemplo:

1. O pai pegou o filho saindo de casa.

Esse problema muito tem a ver com o anterior por recuperar a discussão acerca do gerúndio, ao qual são possibilitados vários arranjos, como demonstra o enunciado acima: quem estava saindo de casa, o pai ou o filho?

Também não dá para negar que esse enunciado traz outros fatores que contribuem para a ambiguidade e um deles é o próprio verbo /pegar/, que por si só já carrega propriedades bem complexas: pegar o táxi (tomar), pegar gripe (adquirir), pegar pesado (exagerar), pegar no colo (segurar), etc.

Nesse enunciado, /pegar/ tem propriedades semelhantes a verbos como ver e encontrar, o que contribui para a indeterminação referencial de /saindo/. Vejamos algumas leituras:

- A. O pai pegou o filho saindo de casa, o pai estava saindo e o filho chegando.
- B. O pai pegou o filho saindo de casa, o filho estava saindo e o pai chegando.
- C. O pai pegou o filho saindo de casa, os dois estavam saindo.

- D. O pai pegou o filho saindo de casa, mas só o filho estava saindo.
- E. O pai pegou o filho saindo de casa, mas só o pai estava saindo.

Nas leituras A, B, C e D temos /pegar/ enquanto /encontrar/ e na leitura E temos /pegar/ enquanto /segurar/, /agarrar/.

Para desambiguar o enunciado, faz-se necessário ampliar o contexto, haja vista que modalizar, por exemplo, não resolve a questão por si só:

O pai não pegou o filho saindo de casa. (negação)

É verdade que o pai pegou o filho saindo de casa? (interrogação)

É possível que o pai tenha pegado o filho saindo de casa. (hipótese)

Ampliando a leitura D por meio da modalização:

O pai pegou o filho saindo de casa, o menino já havia aberto a porta.

O pai pegou o filho saindo de casa, será que o menino apanhou por tentar fugir?

O pai pegou o filho saindo de casa, aquele homem tinha marcação cerrada com o menino.

Ampliando a leitura E:

O pai pegou o filho saindo de casa, ele queria se despedir do garoto antes de partir.

O pai pegou o filho saindo de casa, o menino estava escondido atrás da porta.

O pai pegou o filho saindo de casa, a criança logo perguntou aonde ele ia.

9.4.7. O problema dos possessivos.

O homem está destruindo a natureza sem pensar no seu próprio futuro.

Para o último caso em que a ambiguidade se prolifera com maior visibilidade, destinamos o problema dos possessivos em português, que, a nosso ver, são insolúveis sem a recorrência a um contexto.

O caso clássico e que está estampado no exemplo acima, é a substituição, sobretudo na língua falada, dos possessivos de segunda pessoa (teu, tua) por possessivos de terceira pessoa (seu, sua) para designar posses relacionadas ao interlocutor, haja vista que os possessivos, em terceira pessoa, são comumente usados tanto para se referir a um receptor do discurso (tu, você), quanto para se referir ao assunto ou a alguém que está fora do ato comunicativo (ele).

No enunciado em questão, uma primeira pergunta que caberia é a seguinte: “De quem é o futuro sobre o qual o homem não está pensando? Do próprio homem? Da natureza?”.

É notório que o beneficiário da enunciação pode ser tanto o homem quanto a natureza, pois parafraseando o enunciado, teríamos:

- A. “O homem está destruindo a Natureza, sem pensar no futuro do próprio homem.”
- B. “O homem está destruindo a Natureza, sem pensar no futuro dela.”

Daí, como solucionar o problema?

Creemos que a solução, como já dissemos no início, está na contextualização, pois o uso de /seu/, por exemplo, em detrimento de /dele/ e vice-versa está consagrado pela gramática do português e em nada lhe é estranho. Trata-se do léxico se articulando à estrutura da língua pela forma mais natural possível: o uso, que é determinante.

9.5 Três casos que chamam a atenção

9.5.1 O caso da marca já

Aqui falaremos um pouco da diferença semântica entre as ocorrências de /já/ e /já já/ no português brasileiro como marcas temporais.

Vejamos alguns exemplos com a ocorrência de /já/:

“Já fica pronto!”

“Já estou saindo, calma”.

De /já já/:

“Já já fica pronto.”

“Já já estou saindo, calma!”

Embora seja uma sutileza apenas perceptível aos falantes nativos da língua, ela merece menção por proporcionar uma discussão interessante sobre o valor referencial que essas duas marcas atribuem ao tempo da enunciação.

Pelos exemplos e outras ocorrências virtuais, percebemos que enquanto /já/ marca um futuro mais próximo do presente, /já já/ remete a um futuro um pouco mais distante. Assim, o /já/ está mais para o presente do que o /já já/.

Retomando o exemplo “Já fica pronto”, podemos parafrazeá-lo como se segue:

“Está quase pronto”

“Mais um minutinho e acaba”

E retomando o exemplo “Já já fica pronto”, caberiam as seguintes paráfrases:

“Daqui um tempo fica pronto”

“Mais um pouco e acaba”

Assim, a noção <já> estaria mais para a noção <agora> e <já já> para a noção <depois>.

9.5.2 O caso do adjetivo vazio

O caso do adjetivo vazio bem serve para ilustrar as noções de outros qualificadores, pois a partir das duas ocorrências:

“O copo está vazio”

“O auditório está vazio hoje, faltou mais da metade dos inscritos.”

Retiramos duas ocorrências distintas de /vazio/: <verdadeiramente vazio> e <não verdadeiramente vazio>. E algo que é interessante é que enquanto o complementar de <verdadeiramente vazio> seria <verdadeiramente não vazio>, o de <não verdadeiramente vazio> fica na fronteira entre <ser vazio> e <ser não vazio>.

Notemos que esse tipo de análise derruba o conceito de antonímia, pois, no primeiro exemplo, o complementar de vazio poderia ser <cheio>, mas no segundo, não. Ele também teria que ser qualquer coisa ficasse entre o todo e o nada. É como se o complementar fosse exatamente a parte que falta para que o complementar de <ser vazio> fosse <ser cheio>.

9.5.3 O caso de bem e bom

O que se costuma, geralmente, fazer é tomar o termo /bem/ como o contrário de /mal/ e o termo /bom/ como contrário de /mau/. Porém, nem sempre as noções <bem> e <bom> são facilmente distinguíveis. Vejamos as situações possíveis no português:

A: “Tudo bem?”

B: “Tudo bem!”

A: “Tudo bem?”

B: ”Tudo bom!”

A: ”Tudo bom?”

B: “Tudo bom!”

A: “Tudo bom?”

B: “Tudo bem!”

Os primeiro e terceiro pares em nada criam surpresa e representam respostas quase que mecânicas do processo de cumprimento. O que nos chama a atenção é a

alternância livre que se faz entre o bem e o bom que, historicamente, são separados em classes gramaticais distintas: bem é um advérbio de modo e bom é um adjetivo.

Assim, não dá para opô-los, pois tanto /tudo bom/, quanto /tudo bem/ seria qualquer coisa como: “A vida está boa”. “Comigo não há nada de errado”, “Meus estados físico e psíquico estão bons/bem.”

Já quando não se trata de cumprimentar, a oposição entre bem e bom prevalece. Segue um caso em que o que se espera é uma concordância com alguma proposição:

A: “Eu vou sair mais cedo hoje, tudo bem?”

“Sim, tudo bem.”

9.6 Conclusão

Repetida e insistentemente estamos tentando comprovar a indeterminação da linguagem e variação que essa indeterminação provoca na língua a ponto de trincar algumas cristalizações que a gramática tende a criar ao mesmo tempo em que ela deixa de considerar que os arranjos movimentam essas categorias e se tornam responsáveis pelas propriedades (noções) atribuídas a cada unidade da língua.

Nosso posicionamento, no momento em que avaliamos as taxonomias, foi sempre o de defender que o que deve ser levado em conta é a atividade de linguagem com todos seus ajustes e operações que leva cada sujeito a constituir o sentido.

Para assumirmos essa postura, nos reportamos à ideia de que é a partir de uma prática que as ações humanas produzem certos efeitos não obrigatoriamente ligados à cultura, mas que são, necessariamente, parte da organização de espaço e de movimento que fazem das unidades lexicais representantes diretos das propriedades físico-culturais dos termos de uma língua.

Por outro lado, não tivemos a intenção de eximir a língua da responsabilidade pela indeterminação. Ao contrário. O que fizemos foi elucidar que língua e linguagem estão num contínuo e não numa relação de oposição quando é do sentido que se está falando. A ostentação do sentido se dá numa camada mais profunda e as

crostas das línguas naturais não são hábeis a dar acesso ao que o constitui, mesmo porque os amálgamas subentendem um abandono dos movimentos.

Na seção seguinte, nos aprofundaremos em ver como essa trincadura de cristalizações conduz a ambiguidade da linguagem a um terreno fértil para se arar o ensino. Sobretudo porque esse tipo de fissura pressupõe o movimento e o desenvolvimento humano, que é o que está no âmago das páginas seguintes.

10 – AMBIGUIDADE E EDUCAÇÃO

10.1 Introdução: um pouco de história

Explicar em que consistem as práticas pedagógicas (leem-se aqui as ações educativas) é uma tarefa tão fundamental quanto difícil. Afinal, boa parte dos reducionismos que recobrem o vasto território da educação é sustentada pela ausência de contornos minimamente definidos do que é e para que serve a ação docente.

O que não se pode negar é que há um abismo quase que secular entre o que se discute nas aulas das licenciaturas e o que de fato ocorre nas salas de aula dos infantes. Tanto isso é verdade que há décadas vimos combatendo, em teoria, uma abordagem tradicionalista de ensino que parece imbatível quando é da prática que se fala.

Nesse sentido, ficam até que bonitas as rotulações que gostamos de nos dar só para não termos que assumir que muito do que ainda fazemos é tradicional e disseminador de ideias encontradas em defensores de uma abordagem tradicionalista de ensino; como Snyders (1974) e Saviani (1980) que divulgavam a necessidade de se compreender o que justifica esse tipo de abordagem.

“Construtivistas”, “Humanistas”, “Interacionistas” lutam contra suas próprias origens e as negam para se confirmarem dentro de seus rótulos escolhidos. O célebre poema de Paulo Leminski, “O assassino era o escriba”³³, nunca foi tão usado em epígrafes de teses e dissertações sobre ensino de língua e nem tão aproveitado nas partes dedicadas às “contribuições ao ensino” (geralmente no final do texto) que todo artigo gosta de trazer.

Há uma bandeira levantada em prol de novas tecnologias de ensino que visam dissolver a heteronomia clássica entre instituição, professor e aluno que nada mais fazem do que depositar conhecimento sob um prisma individualista de modo que cada camada dessa pirâmide despeja um determinado conteúdo sobre o que vem abaixo e dele cobra respaldo (a avaliação).

³³ O referido poema encontra-se em: LEMINSKI, Paulo. *Caprichos & relaxos*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

O Ministério da Educação vem se esforçado para dar um pouco de autonomia ao professor e estipula que esse já pode escolher o material didático que melhor lhe aprouver, desde que se respeitem normas camufladas num acordo que ainda não deixou de ser unilateral (da instituição em direção ao educador). Os Parâmetros e Propostas Curriculares vigentes³⁴ (tanto nacionais quanto estaduais) também inovam ao mesmo tempo em que se estagnam em algumas crenças passadistas que até têm justificativas, pois a própria herança tradicionalista nos dá alguns subsídios que não devem ser negados, entre eles a necessidade de levar cada indivíduo a compreender e dominar o mundo que o cerca.

Uma falha (dentre outras) é que ao aluno só é oferecido o resultado do processo, haja vista que o objetivo é o armazenamento dedutivo de conhecimento. Assim, esse método não objetiva ser criativo, mas fornecer meios para que a originalidade se desenvolva em cada sujeito.

Não dá para negar que essa concepção de educação como um produto a ser reproduzido não beneficia o mestre no que se refere ao desprendimento de seus esforços. As aulas de ciências exatas bem se valem do sucesso das fórmulas e teoremas. As aulas de língua poupam o educador quando ao aluno é solicitado preenchimento e/ou transformação categorial do léxico em estruturas monolíticas da língua. Propõe-se a análise sintática de enunciados (igualmente descontextualizada) para que se reforce a ordem mecanicista do método, às aulas de interpretação de texto é dado o benefício de exigir respostas de questionários originários de excertos do próprio texto e aí por diante.

Sabemos que essas afirmações geram descontentamento, mas a verdade é que bem funcionam para se manter uma abordagem tradicionalista ociosa e garantida pela velha máxima de que à escola cabe o ambiente de raciocínio consolidado por um distanciamento intencional entre professor e aluno, pois o professor opera como mediador entre o aluno e os modelos, daí seu papel meramente instrutivo que é alimentado por uma visão mínima do conceito de escola: o lugar onde se ensina, se transmite, verticalmente e da esquerda para a direita, informações que são consideradas um patrimônio cultural. Daí, talvez, a justificativa da adoção de um modelo austero e expositivo de aula.

³⁴ Refermino-nos, sobretudo, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e à Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008) de língua portuguesa.

Se o trabalho intelectual do aluno só pode ocorrer após a exposição do professor, o ambiente educativo se torna artificial e repetitivo, e é isso que garante o sucesso do método reprodutivo e o espaço para inserir um modelo de avaliação bem marcado pela fórmula aritmética que se segue: o aluno será tão mais positivamente avaliado quanto mais ele conseguir reproduzir com exatidão informações que lhe foram passadas. Daí as notas serem os cálculos claros das medidas de experiência do professor e do aluno, de modo que cada ponto conquistado é um degrau mais elevado de assimilação do patrimônio cultural de uma sociedade e é provavelmente nesse cenário que o exame seletivo ganha mais força.

A princípio parece estarmos falando de um conjunto de crenças bem isoladas e bem marcadas (espaço e temporalmente), mas, em verdade, são concepções que vêm nos respigando por várias gerações e que inevitavelmente atingem aos métodos que vimos propagando hoje. E a maior ironia reside justamente nesse contexto: somos educadores formados pela abordagem tradicionalista de ensino e que escrevem e lançam novos métodos e novas realidades para a educação.

Negar as origens e os nossos processos formativos não é tão simples, mesmo porque a tradição também errou quando acreditou que a afetividade não era pertinente em suas bases. Tanto o é que o próprio Carlos Franchi (2006), construtivista, no livro “Mas o que é mesmo Gramática”, admite sua influência docente de um dos seus mestres de infância, um catedrático rígido e de base tradicionalista. Logo, temos sim o hábito de imitar nossos mestres e isso prova porque certos hábitos educacionais são imortais.

Outra grande verdade é que ainda temos medo de tirar o foco do professor por conta de um medo maior de não conseguirmos (sem isso) garantir a transmissão do que vem a ser o patrimônio cultural. Aluno ativo sempre foi sinônimo de mudança de conduta. O diálogo pode ser previsível, mas também pode ser inesperado e fadado a resultados que nada mais garantam do que a discussão e o questionamento. Nesse sentido, a assimilação passa a ser opcional e não mais impositiva e certa.

10.2 A contramão da história: uma abordagem focada no sujeito

A negação do foco no professor e a tentativa de superação do conceito de educação enquanto uma transmissão de uma bagagem cultural fez emergir diversas abordagens que assumiram seus primeiros espaços em cenários que visavam distanciar a educação das velhas influências tradicionalistas.

Dentre essas abordagens, a corrente humanista de ensino, fortemente influenciada por nomes como Rogers e Neill, assume destaque justamente por colocar o sujeito no centro do processo, principalmente por atribuir-lhe papel fulcral na elaboração do conhecimento. Desse modo, é a essa visão que se deve a concepção de ensino centrada no aluno e não no professor.

O que é de mais interessante, nesse prisma, é a ênfase dada às relações interpessoais e ao desenvolvimento que essas relações proporcionam. O objetivo é o de desenvolver a personalidade dos alunos com embasamento na construção e na organização da realidade de cada um. A vida interna e o autoconhecimento têm prioridade no desenvolvimento para que os alunos saibam lidar com as realidades individual e grupal.

O professor deixa de ser o detentor do saber para assumir papel de orientador de ensino, pois o conteúdo passa a surgir da interação com o meio e desse modo, ao mestre é dada a função de criar os caminhos para que os infantes aprendam.

Nessa visão de ensino, o provisório ganha força e é determinante, pois, de acordo com ela, estaríamos num movimento constante de descobertas de nós mesmos, do outro e do mundo. E se a (re)descoberta é constante, os modelos educacionais não podem ser prontos, eles são sempre o limiar de um vir a ser.

Mizukami expõe o que está no miolo desse pensamento do seguinte modo:

O homem não nasce com um fim determinado, mas goza de liberdade plena e se apresenta como um projeto permanente e inacabado. Não é um resultado, cria-se a si próprio. É, portanto, possuidor de uma existência não condicionada a priori. (1986, p. 38)

O posicionamento de Franchi (2006) dialoga com o que Mizukami expôs: *“Para um homem sempre imaturo e inacabado, histórico e atravessado pela história,*

já não se pode pensar a educação como a transmissão de uma herança cultural, nem como a transferência de informações e conteúdos” (p.45).

Vemos, com isso, que o universo subjetivo é determinante, do mesmo modo que as relações oriundas da interação também o são. As emoções e as percepções são essenciais no desenvolvimento de cada sujeito que não pode ser entendido como uma instância já pronta sobre a qual recaiam todas as expectativas de que ele seja um sujeito ideal. Ao contrário, há, no homem, uma provisoriedade fundamental e constitutiva.

Contudo, as estruturas sociais das quais somos partes integrantes e determinantes, dificilmente nos conduzem a desenvolver a liberdade de que precisamos para nos mantermos sujeitos antropológicos no sentido lato do termo. Se, de um lado, não se questiona que à autonomia intelectual é atribuído o poder de tomada de decisões e de solução de problemas, de outro, não se nega que as relações interpessoais (a dependência do outro) também são condicionantes no processo de desenvolvimento de cada indivíduo.

A nosso ver, a discussão pode ser levada para um nível mais profundo na medida em que cremos que só a equilíbrio oriunda da atividade da linguagem dá aos humanos condições de relações interpessoais de maior qualidade. E quando falamos em equilíbrio nos referimos ao alto grau de centralização do qual cada ser humano é capaz e essa regulação nos permite traçar melhores teias de relacionamentos. Trata-se do autoconhecimento conduzindo um humano a enxergar a humanidade dentro de si. É a autenticidade gerando alteridade.

Retornando à visão humanística do ensino, essa crê que o conhecimento sempre é inacabado, dinâmico e está vinculado ao experimento, haja vista que o homem seria dotado de uma curiosidade inata que o levaria a aprender. Conhece-se aquilo que se experimenta e, nesse caminho, a percepção só pode ser de ordem subjetiva, pois a experiência é primordialmente pessoal, o que faz com que a realidade também o seja.

A educação centrada no sujeito dá-lhe a responsabilidade de aprender e gera uma polêmica ideológica dentro do ensino, pois o professor passa ser coadjuvante defronte a uma velha guarda que o tomava como protagonista no processo de ensino-aprendizagem. E essa polêmica recorrente de uma má interpretação também de ordem ideológica. Quando há uma aposta no sujeito, estabelece-se que cada

relação interpessoal é única. O ensino bem sucedido depende da inter-relação entre o caráter individual do aluno e o caráter individual do professor.

A nosso ver, o que essa filosofia educacional deixa como um bonito projeto pedagógico é a premissa de que só a mudança gera conhecimento, isto é, quando o sujeito vai para o centro, o conceito de unicidade toma espaço privilegiado e valoriza a busca continuada da autonomia em oposição à heteronomia herdada do pensamento tradicional. Assim, a sala de aula seria um espaço que forneceria um encontro premeditado e consciente de sujeitos que visam ao crescimento por meio de mudanças proporcionadas pelos experimentos escolhidos pelos próprios alunos cujo resultado maior seria a autodescoberta e a autodeterminação.

Tal pensamento, se levado às últimas consequências, extinguiria todo risco de manipulação dentro de um sistema educacional. Seja do estado para com o professor seja do professor para com o aluno, seja do aluno para com ele mesmo. Disso resultaria um aprendizado que tornaria a dúvida, a incerteza, a perplexidade em ferramentas valiosas. Logo se abdicaria da medida de experiências em função da aproximação de experiências, de modo que ao professor não caberia mais a obrigação de ter métodos e estratégias bem consolidadas de ensino, haja vista que cada aula, cada interação com um aluno seria considerado um fenômeno único e irreproduzível.

A ideia de que cada sujeito tem o dom da autoconstrução e de uma capacidade incessante de se autorregular e de se autoavaliar, num nível superficial de análise, é piamente aceita na comunidade acadêmica, porém, quando a discussão se aprofunda e se começa questionar a valia dos recursos de aula (visuais, auditivos e o próprio livro), a polêmica se instaura por colocar em dúvida a real valia e serventia do ensino formalizado.

10.3 O construtivismo piagetiano

A teoria do construtivismo se confirma a partir da insatisfação para com as teorias inatistas, sobretudo por refutar a separação entre aprendizagem e desenvolvimento e por não compreender que o desenvolvimento (surgimento de novas estruturas) se dê a partir de um amadurecimento genético do homem. Tal

recusa se dá em função da crença de que a inteligência evolui mediante a interação entre o sujeito e o meio (físico e social e ambos com importância fundamental), de modo que cada sujeito dotado de uma capacidade de transformação e de adaptação a fim de dar conta das particularidades do meio, através de um trabalho agente e reflexivo, cria ferramentas cada vez mais complexas para interagir com o mundo.

A herança de Piaget, principal condutor das pesquisas em psicologia cognitiva construtivista, à educação, é grande e isso se dá por alguns motivos principais.

Primeiramente, por ele colocar no centro de seus estudos o que está no âmago da atividade humana: a capacidade de organização e de processamento de informações. Em segundo lugar, por ele entender que o processo de aprendizagem transborda a relação aluno-escola e remeter a discussão a um patamar mais profundo que é embasado pela relação homem-mundo (daí o teor interacionista de seu legado). Em terceiro lugar, por ele analisar o homem de um ponto vista que articula a ontogenia³⁵ e a filogenia³⁶, isto é a microgenética e a macrogenética da espécie humana. Em quarto lugar, por ele não separar inteligência de afetividade: cada ser se desenvolve amparado tanto pela objetividade quanto pela subjetividade de suas ações.

Nesse meandro, o conceito de inteligência nos é bem interessante porque coincide com o conceito de autorregulação, que é a própria capacidade que temos de interagir com o meio e, com isso, nos equilibrarmos e nos preparamos para lidar com o que é externo (o novo, o próprio ambiente, o outro).

No núcleo duro do pensamento piagetiano, o homem é visto como um ser inacabado e susceptível a constantes reestruturações que visam a um estágio supremo inalcançável e a beleza desse pensamento é que, para ele, o homem vive em constante processo de superação que o conduz a um nível mais sofisticado de pensamento e de desenvolvimento. Nesse sentido, partiríamos de estágios menos autônomos em direção a um aprimoramento do pensamento hipotético-dedutivo, o qual seria o responsável pela própria subsistência do homem.

A evolução está diretamente relacionada à labilidade intelectual e afetiva e enquanto o desenvolvimento mental coletivo implica numa liberdade constitutiva das regras e das diretrizes do grupo em que cada indivíduo se insere. O desenvolvimento mental individual constrói uma personalidade autônoma adaptável

³⁵ A ontogenia é a sucessão evolutiva de um determinado indivíduo de uma determinada espécie.

³⁶ A filogenia é a sucessão evolutiva de uma determinada espécie.

à alteridade, o que evitaria a instauração da anomia e da heteronomia. Teríamos, assim, um sujeito se constituindo para se voltar a si e ao outro ao mesmo tempo.

O conhecimento, nesse prisma, é sempre parcial e de construção continuada, o que leva o homem a se inserir num movimento constante de reequilibração. Nas palavras de Mizukami: *“Toda intervenção, no entanto, gera desequilíbrio e, naturalmente, a superação do mesmo em direção a uma reequilibração.”* (1986, p. 63)

As pesquisas nascidas do pensamento piagetiano deixam de priorizar apenas o homem para enfatizarem, também, o percurso de seu desenvolvimento e, nesse sentido, assume-se a ideia de um sujeito epistêmico que recobre tanto o conceito de sujeito individual, quanto o de coletivo por sumarizar o que há de comum em todos os homens, independentemente das singularidades de cada um.

Piaget (1970a, p. 30) reflete da seguinte forma acerca do conhecimento:

Conhecer um objeto é agir sobre e transformá-lo, apreendendo os mecanismos dessa transformação vinculados com as ações transformadoras. Conhecer é, pois, assimilar o real às estruturas de transformações, e são as estruturas elaboradas pela inteligência enquanto prolongamento direto da ação.

Piaget (1970a) estipula duas etapas do aprendizado. Uma primeira, exógena, menos consciente, mais concreta em que a constatação e a repetição tomam espaço. Uma segunda, endógena, mais consciente, mais abstrata em que a compreensão das associações acontece.

E se para o biólogo o processo é mais importante do que o começo e o fim é porque ambos não são absolutos e é no percurso que se adquire algo de novo. Daí a criatividade como uma constante do homem que lhe é essencial por permitir associar, construir, mobilizar e estabilizar.

De forma análoga, para que a criatividade do aluno possa ser praticada, fazem-se necessários ambientes e situações que os perturbem, os desestabilizem e assim se desenvolva seu potencial de construção de noções e de realização de operações que o levem a pensar de forma autônoma e capaz de estabelecer um equilíbrio com o outro (daí uma educação também voltada para o processo de socialização, a qual, em linhas gerais, seria tanto um equilíbrio intersubjetivo quanto

uma preparação da criança para enfrentar o autoritarismo e, assim, desenvolver autonomia), mesmo porque só o desenvolvimento da personalidade faz com que a educação faça real sentido. Algo que, em verdade, nega a premissa que a vertente clássica do ensino outrora priorizou, ou seja, a educação enquanto uma transmissão de determinados conteúdos considerados como verdades transponíveis oligarquicamente.

Educar, nesse contexto, é:

(i) fazer a criança se desenvolver naturalmente. E aqui por desenvolvimento entende-se a aquisição de estruturas mentais por meio do confronto com o exterior. O resultado é a autonomia intelectual e moral.

(ii) fomentar a busca de novas soluções por meio da criação de situações que requeiram um comportamento mediado pela necessidade da busca da compreensão da realidade sob um prisma que ainda não é convencional.

Para os construtivistas, a primeira etapa da educação deve se restringir a ensinar a criança a observar. Uma atitude que lhe proporcionaria uma autonomia positivamente precoce que a conduz a ter liberdade em suas escolhas, mas sempre a fazendo operar entre o equilíbrio e o desequilíbrio, de modo que cada reequilíbrio é uma superação por pressupor a assimilação de algum conceito não assimilado numa etapa anterior, e essa superação pode ser induzida pela lida com fatos como a contradição, o erro, o provisório.

Ademais, na linha educacional piagetiana, os processos pelos quais os alunos aprendem são de suma importância. Daí uma pedagogia do processo e não do produto de aprendizagem, isto é, aprende-se desde que o aluno opere a inteligência e desenvolva sua capacidade de operação sobre conceitos e fatos, o que construiria alunos hábeis a realizar ações de reversibilidade, associabilidade, a estabelecer articulações e relações (novas ou não).

Se fazer a criança pensar é o que a faz pensar melhor por desenvolver mecanismos mais sofisticados de pensamento, então a provocação de inquietações e desestabilizações ativam o pensamento e conduzem os infantes a buscar meios de superação do problema que lhes é posto. Nesse cenário o professor assume o papel de criador das situações e dos problemas que motivem o raciocínio por meio do desequilíbrio que o fará experimentar, analisar, comparar, decidir, agir, argumentar, etc.

Apesar do pensamento piagetiano intencionalmente não se propor a ser um aparato metodológico de ensino, o miolo dessa reflexão dá forte material teórico por defender que a inteligência é desenvolvida a partir da interação com o meio (que sempre deve ser desafiador e desestruturador) através das ações (investigação e operação, sobretudo) dos sujeitos, de modo que o outro (o diferente de nós) atua diretamente como regulador do pensamento individual.

Vejamos o que diz Mizukami (1986, p. 79-80):

O ambiente no qual o aluno está inserido precisa ser desafiador, promovendo sempre desequilíbrios. A motivação é caracterizada por desequilíbrio, necessidade, carência, contradição, desorganização, etc. Um ambiente de tal tipo será favorável à motivação intrínseca do aluno.

Por fim, a abordagem piagetiana cria que a aprendizagem se dá quando as estruturas inatas (a nosso ver, a linguagem) nos seres humanos conseguem assimilar um determinado conteúdo, conteúdo esse que culminará numa necessidade natural de reestruturação, haja vista ter criado um desequilíbrio intencional e inevitável.

Nesse viés, assume-se o lado contrário das abordagens tradicionalista e comportamentalista por pensar que o conhecimento é adquirido mediante à formação dessas estruturas e é verificado (e não avaliado) em diferentes situações que envolvam necessidade de aplicação. Daí uma avaliação de ordem qualitativa na medida que verifica a aquisição de noções em situações livres e empíricas, pensamento que refuta a avaliação com vistas à quantificação de conhecimento típica e oriunda da vertente tradicionalista de ensino.

De acordo com La Taille (1997, p. 26), na perspectiva piagetiana, o conhecimento é sinônimo de interpretação. Conhecer é assimilar o objeto à organização de que a inteligência é adotada e a realidade é filtrada pela consciência que deixa como resíduo somente o que é assimilável (interpretável). Daí a ideia de que conhecer é atribuir um sentido oriundo de um trabalho ativo de assimilação.

De forma análoga, os conceitos “observável” e “coordenação” se adéquam a esse contexto porque a ideia dos observáveis serem os fatos perceptíveis e a coordenação ser a ação interpretativa dos sujeitos sobre o objeto observado,

remete-nos a outro núcleo duro da concepção piagetiana de ensino: a busca do desenvolvimento da linguagem e da inteligência por meio do estabelecimento da autonomia dos sujeitos, com o adendo de que o nível de sofisticação da interpretação é diretamente dependente do grau de estruturação da inteligência.

A nosso ver, a contribuição mais bonita de Piaget (1976) ao ensino, principalmente ao ensino da língua, que é um dos focos dessa tese, é a de que cada confronto entre o eu e o novo só é possível graças a estruturas prévias que cada sujeito já desenvolveu e que só um verdadeiro conflito (a falta de uma capacidade instantânea de assimilar o novo) o faz desenvolver estruturas capazes para a realização dessa assimilação que resultará numa nova e momentânea estabilização (acomodação). É o desequilíbrio gerando o equilíbrio, a perturbação gerando a regulação e remetendo cada sujeito a um patamar mais refinado de pensamento.

O próprio Piaget afirma isso:

[...] numa perspectiva de equilibração, uma das fontes de progressos no desenvolvimento deve ser procurada nos desequilíbrios como tais, que obrigam um sujeito a superar seu estado atual e a procurar o que quer que seja em direções novas. (PIAGET, 1976, p. 17)

Ainda que para o construtivismo o desenvolvimento da inteligência perpassa (desde que numa proporção profícua entre nível de desvio e estágio de maturação) pela perturbação, pelo erro, pelo fracasso, tal passagem não se dá aleatória e livremente. Deve haver, sim, uma determinada manipulação a fim de que o desvio seja observado e aferido qualitativamente na medida em que experimentos e testes de hipóteses vão sendo realizados para que se percebam todas as nuances existentes entre o que é de comum acordo (acerto) e o que é apenas do sujeito (o erro, no caso). Daí a necessidade de um caráter reflexivo para se trabalhar em ambientes perturbadores, pois o que é consensual e tipificado ainda continua a ser buscado nos processos de educação.

Nesse sentido, o que é destoante é um meio e não um fim.

10.4 Em defesa da abordagem construtivista para o ensino de língua: assumindo Piaget

Duas coisas não negamos ao longo desse trabalho: uma é a de que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, por articular léxico e gramática, é uma abordagem com genes construtivistas. Outra, que parte dessa tese é destinada à contribuição que a ambiguidade da linguagem tem condições de dar ao ensino de língua.

Se retomarmos o posicionamento tradicionalista dos gramáticos do “bem falar” e a classificarmos a ambiguidade como o desvio expressivo-comunicativo, nos adjungiremos à teoria do erro piagetiana por partimos da ideia de que a exposição das sutilezas e peculiaridades semânticas (entre elas e, sobretudo, o caráter relativo do sentido) que cada situação enunciativa possui faz o aluno acessar o complexo universo da linguagem.

De início retomaremos 3 diretrizes que bem servem para a lida com questões de língua a partir da crença de que a linguagem só pode gerar o uno se gerar, ao mesmo tempo, o múltiplo por os valores referenciais jamais serem estagnáveis. Exponhamos as tais diretrizes:

1. A provocação por meio da maiêutica: o subentendido e a obscuridade do problema atingem o aluno por meio do despertar do instinto de superação (superação porque essa técnica desencadeia a dúvida do próprio conhecimento de cada um) e do egocentrismo que são inerentes ao ser humano. Assim, sugerir-se-ia uma questão de língua cujo foco seria, por exemplo, a referencialidade sem que se expusesse o problema de forma clara, mas que se induzisse o aluno a tomar consciência de que há algo a ser analisado. Algo que estimularia e valorizaria a autorreflexão e a capacidade de tomada de decisões, por exemplo.
2. A exposição clara e justificada do problema: a explicação sempre exerceu um papel determinante na formação dos sujeitos. Tanto que a relação professor (orador) e aluno (ouvinte) sempre teve espaço por permitir a concatenação do conhecimento, mesmo porque não há habilidade desenvolvida o suficiente (por falta de tempo e de estrutura mental) que leve o aluno a aprender tudo sozinho, seja pela indução, seja pela dedução, seja pelas duas.

3. A exposição parcial do problema: a argumentação do professor que leve o aluno a tomar ciência dos problemas e das limitações de seu raciocínio é resultado de uma postura que traz o foco para a conscientização da indeterminação do sujeito e da necessidade das relações intersubjetivas para a aprendizagem.

As inconstâncias do sentido são um arcabouço de grande motivação para a atividade linguística do aluno. A variação pressupõe caminhos e a cada caminho novo a necessidade de uma reprogramação (readaptação) de intenções se faz necessária, tanto uma readaptação com o meio, quanto uma readaptação consigo próprio.

Nesse sentido, o que chamamos de motivação é entendido como o desafio gerado pelo desequilíbrio forçado pelo professor que escolhe, dentre inúmeras possibilidades de realização da língua a ser ensinada, aquilo que venha a ser o estopim da problemática. Seja uma ambiguidade causada por um problema de coordenação em língua (João e Maria são casados), seja pela referencialidade (São 11 horas!).

Antes de terminar essa subseção, vale expormos um excerto que La Taille bem recortou de uma obra de Piaget:

O indivíduo somente age se ele sentir a necessidade de fazê-lo, isto é, se o equilíbrio for momentaneamente rompido entre o meio e o organismo, e a ação tende a restabelecer o equilíbrio, a readaptar o organismo (LA TAILLE, 1997, p. 42, apud PIAGET, 1967, p. 10)

Assim, Piaget estipulou que o desenvolvimento se imbrica num movimento dialético entre estabilização e desestabilização. Dialético porque quando um sujeito em equilíbrio se depara com algo novo ele se desequilibra e passa a necessitar de novo equilíbrio que é proporcionado quando esse conhecimento é assimilado (por meio da interação entre ele e o novo), isto é, incorporado pelas estruturas já existentes nesse sujeito. Com isso, estabelece-se a organização interna, que é o momento da acomodação, até que haja nova perturbação e todo o processo se reinicie.

10.5 O papel da linguagem

Se por um lado sempre ficou a impressão de que se restringe à psicologia a preocupação com a estruturação da linguagem na mente, sobretudo no que tange a sua função na constituição da consciência e na capacitação para a comunicação, por outro, se sabe que foi a psicologia quem primeiro se preocupou em analisar como o homem percebe e reflete o mundo que o circunda e como, sobretudo, se transpõem essas percepções para além da pura observação em direção a atividades mais profundas que resgatem a essência das coisas.

A linguagem, dentre outras funções fulcrais para o homem, é a que detém o papel de lhe fornecer a habilidade de extrair características isoladas das coisas e de perceber as relações possíveis entre uma coisa e outra. Trata-se daquela capacidade ingênita que o homem tem de ultrapassar os limites da experiência sensível imediata e se imbricar num raciocínio mediado pela experiência abstrata racional. E aqui nos deparamos com o cerne de boa parte das pesquisas em psicologia no século XX e ainda na primeira década do século atual³⁷.

Nesse sentido, todo e qualquer enfoque que priorize a passagem do sensorial para o racional estabelece uma ponte para com o desenvolvimento dos sujeitos e a passagem de um polo a outro fornece um aparato valioso para o ensino por colocar em evidência a característica que melhor constitui o homem tal qual ele é: o poder do pensamento abstrato. Tanto que há um consenso entre linguistas e psicólogos de que, durante o processo evolutivo dos seres vivos, foi a posse da linguagem e a capacidade de desenvolver-se e de equilibrar-se por meio dela que melhor contribuiu para distinguir o homem dos outros seres.

A linguagem como um mecanismo humano sofisticado de desenvolvimento fica evidente quando reolhamos a passagem da comunicação inarticulada (prioritariamente gestual e destinada a uma determinada prática imediata) à comunicação complexa, amparada por estruturas morfológicas e sintáticas munidas de intenção e sentido hábil a formular toda e qualquer ideia. Essa ideia deu ao homem estatuto e consciência (de si e o do outro), além de ser a responsável pela constituição do próprio pensamento abstrato.

³⁷ Incluem-se aqui, estudos de Luria e Buytendijk.

Em verdade, esse enigma fantástico que é a linguagem é o céu e o inferno para nós, professores de língua materna.

É o céu porque nos dá o que fazer. Afinal, parece que o nosso papel está condicionado a tentarmos ensinar (i) como as noções³⁸ são construídas através da atividade da linguagem, (ii) como essas noções são transpostas para o nível discursivo (a representação linguística), (iii) como a atividade discursiva confirma e movimenta as noções herdadas socialmente e, finalmente, (iv) como se cria um verdadeiro sistema formal e metalinguístico que explique (i), (ii) e (iii) a fim de que o que fazemos seja, de fato, ensinar língua.

É o inferno porque se a linguagem é inacessível diretamente, as especulações que fazemos por meio da premissa óbvia de que a palavra é o código de acesso não conseguem nos fazer responder como a palavra adquiriu tal estatuto.

Pode parecer pouco e banal, mas não temos respostas para duas indagações atemporais: o que faz uma determinada palavra representar uma determinada experiência e o que faz com que uma palavra encapsule uma experiência x e não y, haja vista que a etimologia consegue explicar só até certo momento as cristalizações das crostas das unidades lexicais?

Apesar de crermos que a linguagem é uma energia ingênita do homem, também nos embrenhamos na crença de que o homem não nasceu falando. A palavra surge, embora não consigamos recuperar o momento exato, diante da necessidade do trabalho com o outro. Assim, como o labor, a fala também era uma prática concreta sobre o mundo que assumia sentido provisório mediado pela situação, pela entonação e pela interação (gestos, por exemplo).

Salvo grave erro de nossa parte, o que vemos quando nos debruçamos sobre o significado das línguas naturais é um processo muito semelhante de atribuição de sentidos. Em verdade, se não houvesse a língua escrita, pouco teríamos nos distanciado da realidade da nossa versão pré-histórica de sujeitos dotados de linguagem. Fica a pergunta: mesmo com o surgimento da escrita, hoje, temos condições de afirmar que o significado se estabelece sem se considerar (ou pelo menos sem simular) contexto ou situação?

Luria bem dá uma resposta:

³⁸ Uma discussão aprofundada sobre o conceito de noção encontra-se em Cumpri (2008).

Quando não se pode ver a situação, nem os gestos, porque é somente do conhecimento do contexto e da entonação que a palavra toma determinado significado... O sujeito que lê uma carta não está em comunicação direta com quem a escreve, não conhece a situação em que foi escrita, não vê os gestos, não escuta a entonação. No entanto, compreende o sentido da carta a partir deste sistema sinsemântico de signos que está contido na carta graças à estrutura léxico gramatical da linguagem (1986, p. 29).

O excerto acima, além de responder a contento a pergunta que propusemos acima, deixa claro que o sentido está fadado à articulação entre língua e a atividade da linguagem. Para Luria (1986), as primeiras articulações das crianças são o prenúncio, são parte de uma prática que atribui sentidos provisionais justamente por elas ainda não terem as noções formadas e, nesse caminho, a real atividade da linguagem só será desenvolvida mediante a interação do infante com outros seres em estágios mais maduros de desenvolvimento.

Ao assumirmos que a linguagem é inata, também estaremos assumindo que a relação entre designação e referente é um prolongamento daquela primeira manifestação fonético-associativa da criança que servia como um relato do seu relacionamento direto com um objeto passível de sua manipulação sem qualquer conjectura hipotética (simulatória) de experiências adquiridas por meio da observação (a relação outro-objeto), ou por meio da ação consciente (a relação eu-objeto). O que queremos dizer é que a linguagem, tal qual, já é a capacidade de operação mental sobre o mundo fenomenológico sem a necessidade da presença real do referente, algo que é inabilitado nos outros seres vivos que dependem do objeto, pois suas operações são exclusivamente dependentes de percepções sensoriais³⁹

10.6 A assunção da plurissignificação

³⁹ Entre os linguistas, Benveniste foi um dos que melhor explorou a diferenciação entre as operações mentais do homem e dos outros animais. Uma discussão aprofundada sobre a questão encontra-se no texto "Comunicação animal e linguagem humana" (1952), rerepresentado em Problemas de Linguística Geral I (2005).

Parece que a psicologia desenvolvimentista não tem problemas em assumir a plurissignificação da linguagem como uma virtude, tanto que Luria, o maior expoente dessa vertente, baseia-se em Vinogradov, um linguista russo discípulo direto de Charles Bally que defendia que ela está mais para uma regra do que para uma exceção da linguagem.

Ademais, o fenômeno da homonímia é amplamente aceito por se concordar que uma mesma unidade lexical é dotada de vários significados e pode ser designadora de diferentes objetos ou ações, como o caso do verbo /levantar/ em russo que, assim como em português, pode se adjungir ao termo /cadeira/ (levantar uma cadeira), quanto ao termo /problema/ (levantar um problema) e assumir sentidos diferentes, mesmo que mantenha propriedades tipificadas da noção <levantar>.

Luria (1986, p. 34) defende que o fenômeno da plurissignificação é amplo e que a referenciação ou o significado (doravante, significado parecido) é a escolha do significado necessário entre várias possibilidades. E mais, a precisão de um significado é, para ele, atribuída por (i) marcadores semânticos, que diferenciam o significado de uma palavra de outros possíveis significados, (ii) pelo contexto, (iii) pela situação e (iv) pelo tom.

O estudioso ainda aposta no que ele chama de “significado associativo”, que nada mais é do que a exemplificação do conceito de campo semântico tanto difundido pela semântica formal. Tomando o termo /livro/, por exemplo, nos ocorreriam, naturalmente, termos associados a ela por terem propriedades em comum: ler, leitura, página, ilustração, capa, gênero, etc.

Essa ideia é sustentada pelo próprio conceito de noção que foi explicado e explorado noutros momentos desse trabalho. Em verdade, retoma-se, acima, que cada unidade possui um elo com outras e esse nó é o que constitui a gramática que defendemos. Uma gramática que não polariza os eixos sintagmático e paradigmático, mas que os une como método indispensável para o estudo das línguas naturais articuladas à linguagem.

Essa visão é de valia ímpar para o ensino de línguas porque traz à luz a verificação de que a referência se encontra na própria articulação entre as palavras e a escolha entre os multissentidos é subsidiada pela situação enunciativa num todo. Retomemos, mais uma vez, o clássico exemplo do termo /banco/, em português. Isoladamente, ao nos deparamos com o termo, não temos como fixar um sentido

momentâneo a ele, mesmo porque o seu campo semântico depende da produção linguística para se atualizar.

Se eu digo “banco da praça”, ainda resta uma dubiedade, mesmo que certa tendência de referenciação à unidade banco enquanto acento já se faça presente. Ao realizar uma operação de qualificação como “banco de madeira da praça”, eu já passo a ter um sentido específico que se diferencia da noção <banco> enquanto instituição financeira (a outra aceção do termo em questão e que geralmente cria ambiguidade).

Pelo viés etimológico, o léxico de uma língua tem o poder de encapsular uma espécie de carga genética cujos genes são frutos da ação do homem no e com o mundo, isto é, às palavras ficam destinadas experiências sociais, psicológicas, culturais. No português, por exemplo, os próprios nomes de grande parte das ciências, os quais, geralmente, provêm de línguas clássicas como latim e grego, têm o poder de condensar de forma analítica essas ações: /geografia/, que é um termo oriundo do grego e é formado pela aglutinação dos termos *geo* (terra) e *grafia* (descrição); /biologia/, também do grego e formado pelos termos *bios* (vida) e *logos* (estudo) e assim por diante.

À parte da polêmica em torno da arbitrariedade do signo linguístico, assumimos o que Benveniste (2005) bem disse acerca desse assunto. Apesar de uma palavra como árvore não possuir nenhuma propriedade física de árvore na representação gráfica (o que poderia parecer ilógico e insano pensar), nenhum outro termo poderia designar a noção <árvore> em português que não, a sequência fonológica árvore.

Contanto, não podemos deixar de considerar que o pensamento saussuriano de que o signo é uma unidade significável sem a necessidade de recorrências ao mundo externo, isto é, de que o sentido emerge dentro do próprio sistema linguístico, corrobora e nega, ao mesmo tempo, a pertinência da etimologia. Corrobora porque a materialidade linguística daria conta de atribuir sentido, ainda mais por Saussure ter proposto que a imagem acústica se confunde com a impressão psíquica do som de uma unidade. Nega porque a etimologia perpassa pela historicidade das línguas naturais, o que obriga a inclusão do extralinguístico como força determinante de análise.

Numa primeira análise, a teoria do signo linguístico pode não ter muito a ver com boa parte das discussões acerca da questão da plurivocidade da linguagem,

porém, uma leitura mais aprofundada e atenta do Curso de Linguística Geral mostra que Saussure (1999) admitia que as palavras são dotadas de significados que dão suporte às representações da linguagem, a qual por sua vez, é plurissignificativa. Citemo-lo diretamente:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 1999, p. 17)

Do mesmo modo que alguns elementos da natureza são mais biodisponíveis que outros – como, por exemplo, a água se comparada ao óleo - nas línguas naturais, o fenômeno também se aplica. No campo lexical, há termos que são mais disponíveis que outros e são mais frequentemente usados nos atos da linguagem. Em português, destacam-se verbos como /tomar/ (tomar remédio, tomar chuva, tomar banho, tomar um táxi, etc.) e /levar/ (levar embora, levar uma bronca, levar a sério, etc.) que, devido às suas amplas gamas de possibilidades de combinações gramaticais e situacionais (ligações semânticas), são termos substanciais na demonstração da plurivocidade da linguagem por meio do fenômeno da polivalência linguística.

Do exposto acima, o que fica de mais rico é que a potencialidade articulatória do léxico é uma fonte inesgotável de exploração das relações semânticas em sala de aula. Além de comprovar que o sentido é sempre uma conquista (assim como a comunicação também o é), dá visibilidade a outras duas coisas fundamentais ao ensino de língua (embora não exclusivamente a ele): como as relações enunciativas se formam e como esse trabalho de passagem de uma noção a uma situação (a representação em si) se constitui como porta de entrada para a formação da consciência humana.

Uma das maravilhas do estudo do desenvolvimento da criança focado no desenvolvimento da linguagem é observar a atuação dos infantes na (in)determinação dos sentidos. À medida que a criança passa por novas experiências ela adquire novos sentidos, novas percepções e os conteúdos significativos das palavras também passam a ser outros; mais sofisticados e cada vez mais próximos do acordo social de sua comunidade: quanto mais socialmente ativo um sujeito se torna, mais inserido numa comunidade (estrutura) linguística ele está.

Uma criança entre 4 e 5 anos tem a tendência de fazer descrições bem próximas às propriedades mais primitivas dos objetos do que os adultos. Só para ilustrar, num estudo⁴⁰ que realizamos em 2008, analisamos a transcrição da fala de 3 crianças nessa faixa etária e observamos construções como “ligar a torneira” e “ligar a luz”, o que se trata de uma extensão da noção <ligar> aos verbos /abrir/ (abrir a torneira) e /acender/ (acender a luz). Desse modo, a noção <ligar> teria propriedades bem genéricas, propriedades que condensam no seguinte esquema: <ligar –ser - fazer funcionar>.

Embora a criança, nessa faixa etária, se prenda a um sentido⁴¹ muito individual das coisas por ter um mundo limitado ao convívio com poucos (nos primeiros anos, geralmente, com a família e, mais raramente, com professor e outras crianças em ambiente escolar), ela, dia após dia, se torna um sujeito mais social e mais capaz de estabelecer significados dotados de referências colhidas da interação (eu-eu e eu-outro), que são de base para a atividade da linguagem, mesmo porque, como a psicologia piagetiana acredita, o pensamento da criança com menos de 7 anos de idade está em estágio pré-operatório, o que significa que seus pensamentos são sustentados por sua experiência imediata.

Se por um lado, a ingenuidade é o que fomenta o sentido provisório que a criança atribui às coisas, o qual também é oriundo de suas percepções instantâneas e servem, prioritariamente, como o meio de comunicação para com aqueles que de seu universo fazem parte; de outro, é o amadurecimento inevitável que desenvolve a capacidade de estabelecer e reconhecer tanto os significados acordados e

⁴⁰ Cognição e Linguagem: a representação linguística em foco (texto não publicado)

⁴¹ A psicologia socioconstrutivista, bem conhecida pelos estudos de Vygotsky, costuma distinguir sentido de referência. Embora preferamos crer que tanto sentido quanto significado são construtos enunciativos dependentes do uso e de operações (articulações, modalizações, etc.), para o psicólogo russo, enquanto que sentido é o significado individual de uma palavra, o significado é o sistema estável de relações formado no processo histórico de uma palavra. (LURIA, 1986, p. 44-45)

cristalizados nos domínios de sua língua materna, quanto de manter a habilidade de dar e reconhecer sentidos em contextos mais restritos.

Temos, aí, algo de maravilhoso que uma formação que considere esses aspectos pode proporcionar ao aluno: o poder de passagem de um julgamento a outro, o que já é um sinal claro do domínio dos códigos lógico-verbais.

Somando-se a etapa da ingenuidade (a fase da atribuição de significados imediatos) com a da maturidade (a fase da atribuição de significados gerais) teríamos, em tese, um sujeito preparado para compreender que a plurivocidade da linguagem é fulcral no seu próprio desenvolvimento, porém, como já dissemos anteriormente, as tendências tradicionalistas do ensino ainda impedem o sujeito de se enxergar nos processos formativos, processos esses que lhe dariam visibilidade clara de como a linguagem funciona e o constitui.

10.7 A função reguladora da linguagem: eu x outro

Assumidamente nos posicionamos de modo a conceber a linguagem não como a força motriz da comunicação, mas como a força que regula o homem que só é capaz de se comunicar por ser um organismo equilibrável. Daí uma verdade para nós: a comunicação é uma conquista atribuída ao equilíbrio permitido pela linguagem.

Merleau-Ponty (1991, p. 89), ao comentar o pensamento do filósofo Husserl sobre a linguagem destaca:

Husserl propõe a idéia de uma eidética da linguagem e de uma gramática universal que fixariam as formas de significação indispensáveis a qualquer linguagem, se ela for realmente linguagem, e permitiriam pensar com toda clareza as línguas empíricas como realizações “embaralhadas” da linguagem essencial. Tal projeto supõe que a linguagem seja um dos objetos que a consciência constitui soberanamente, e as línguas atuais casos muito particulares de uma linguagem possível cujo segredo a consciência detém [...].

A seu modo, Merleau-Ponty (1991) reitera uma das maiores hipóteses da teoria culioliana: a invariância da linguagem como mantenedora da variação das línguas naturais. A invariância engloba os princípios básicos da enunciação e de toda situação enunciativa, sempre considerando a tripartite: sujeito, tempo e espaço. A variação tanto pode ser de uma língua para outra (uma variação radical, portanto), quanto dentro de uma própria língua (a heterogeneidade do material linguístico de uma comunidade).

As línguas compartilham com a linguagem o seu caráter social, apesar de serem instâncias quase que biológicas. E não que a linguagem não seja da mesma ordem, ao contrário, ela é uma atividade inata, generalizável e simbólica.

Falando desse jeito pode ficar a impressão errada de que língua e linguagem são instâncias autônomas quando, na verdade, é o contrário: são duas forças humanas articuladas e dependentes, pois, de um lado, há a linguagem que é o processo pelo qual se constitui a língua e, de outro, há a língua, o produto direto da atividade da linguagem.

Ainda nos deixando permear pelos pensamentos de Merleau-Ponty, a sua ideia de linguagem enquanto um equilíbrio em movimento confirma a necessária despolarização entre língua e linguagem e a iminente articulação delas em prol de uma investigação dos processos que levam à constituição dos significados ligados à enunciação e não só ao léxico, não só à gramática. Vejamos o que ele diz:

Tratar-se-á não de um sistema de formas de significação claramente articuladas umas com as outras, não de um edifício de idéias lingüísticas construído segundo um plano rigoroso, mas de um conjunto de gestos lingüísticos convergentes, definidos mais por um valor de emprego do que por uma significação. (1991, p. 93).

Ademais, parece-nos que o filósofo francês tinha plena consciência da universalidade da linguagem e demonstrou isso ao pensar que a universalidade não é alcançável por uma língua universal, mas por aquilo que fornece os fundamentos de qualquer língua natural, por aquilo que permite que se passe de uma língua a outra, que passe por todas as línguas existentes e que as compare apenas no final do processo, na totalidade, sem que se reconheçam nelas elementos comuns de uma estrutura categorial única. (Merleau-Ponty, 1991, p. 93).

A visão de Rezende (2000) reforça a visão fenomenológica de Merleau-Ponty (1991):

Na articulação língua e linguagem, os resultados apresentam-se invertidos: aquilo que em fim de análise é determinado como sendo o material comum a uma família de estruturas gramaticais é o que difere de uma língua para outra (material lingüístico filtrado de toda uma experiência físico-cultural de um povo). No entanto, os elementos por meio dos quais se efetua a passagem de uma estrutura para outra, ou ainda, os elementos que geram diferenças em uma família de enunciados para uma língua dada são os que supomos serem generalizáveis e pertencerem a uma teoria da linguagem. (p. 71.).

Da nossa parte, e em acordo com o construtivismo, defendemos que a linguagem é uma instância biológica. Acreditamos que ela sustenta o movimento das línguas naturais por ser uma espécie de cabine de comando de onde se realizam operações comuns a todas elas, operações que independem dos amálgamas que se formam em suas superfícies. Operações que: quantificam, qualificam, determinam a diátese, modalizam, etc. É como se a linguagem mediasse a relação entre sujeito e alocação antes mesmo que haja a palavra, pura e simples. Antes do momento do pensar a palavra, a linguagem nos faz poder pensar na palavra. Ela é tanto prova cabal quanto vestígio da atividade humana. Ela está tanto na mais vã tentativa de reter o ar no aparelho fonador, quanto naquilo que não conseguimos ensinar a nós mesmos.

Ainda citando Merleau-Ponty, mas dessa vez complementando Saussure, colocamos: *“temos a impressão de que nossa língua expressa totalmente. Mas não é por expressar totalmente que é nossa, é por ser nossa que acreditamos que expressa totalmente.”* (1991, p.95).

Os livros didáticos estão recheados de exercícios que bem abordam a variação linguística sustentada pela invariância da linguagem. A pena é que poucos têm a chance de resolvê-los conscientizando-se do que uma atividade como essa representa.

Um exemplo clássico e que é muito comum nas últimas séries do ensino fundamental é um exercício sobre a nominalização. O primeiro enunciado já sempre vem pronto e serve como fórmula para que se faça o mesmo com outros oito ou dez. Segue o exemplo:

“Eu não sei o que conspiração significa” → “Eu não sei o significado de conspiração”.

O que esse enunciado poderia mostrar acerca da invariância da linguagem? Na verdade, tudo.

Um trabalho bem amparado pela exploração empírica dos arranjos e rearranjos dos termos que formam o enunciado mostraria que embora as articulações mudem, os valores referenciais permanecem os mesmos. Isto é, que há uma orientação determinada entre um sujeito /Eu/ e /conspiração/ mediada por uma noção <significar – ser – ter significado> que pode se articular dentre as várias possibilidades que o sistema da língua portuguesa permite.

Bonito também seria abstrair um pouco mais a situação e realizar a mesma operação com o verbo /ser/: “Eu não sou um sabedor do significado de conspiração”, “Eu não sou um sabedor do que significa conspiração”, etc.

Desse modo, deve ser mostrado, nesse enunciado, que há uma relação imutável entre um sujeito (Eu), um verbo na forma negativa (não saber) e aquilo que não se sabe (conspiração) e que como essa relação se configurará na enunciação, dependerá das operações que o homem faz na língua por meio da atividade da linguagem.

Tudo isso para mostrar o que já dissemos aqui: que há uma invariância essencial (a linguagem) que sustenta a variação (a língua). É claro que para ensino, deve se estabelecer um refinamento conceitual. Cabe-nos explicar a questão nos limitando a dizer que há uma intenção prévia, pré-construída na mente do falante que pode aparecer (se atualizar) de diferentes modos dentro de uma língua ou de várias.

Sem muito nos atermos, nesse momento, às propostas de atividades escolares, retomaremos, agora, nosso posicionamento de que o sujeito ao nascer passa a caminhar em dois sentidos (um em direção a si próprio e um em direção a tudo que é diferente dele) a fim de emparelhá-lo com várias das eminências da fenomenologia da linguagem. É disso isso que falaremos um pouco a seguir.

Uma verdade que não se pode negar é que da relação entre cada sujeito para com o outro, muito se recupera de uma primeira relação que cada um estabelece consigo próprio (daí falarmos constantemente em troca de experiências). Nessa problemática, em que momento cada um supera o conflito que é ter que enfrentar aquilo que constitui o outro? Há um derradeiro momento em que os ranços que nos acompanham se plastificam a fim de que se adiram aos ranços que não os nossos?

Numa leitura mais superficial, pode parecer que isso de nada tem a ver com educação, tampouco como a proposta de puxarmos um fio da ambiguidade da linguagem para amarrar alguma questão pertinente ao ensino. Acontece que se os sujeitos fossem instâncias translúcidas e todo resultado de sua atividade da linguagem fosse inteiramente explícito e com significações bem compreendidas (por ele e pelo outro), não haveria pertinência educativa alguma. A educação seria terra de ninguém não porque não se saber quem é o seu dono, mas porque não haveria quem conseguisse habitar nela.

Tanto vimos falando de práticas de ensino que muito do que compõe (ou pelo menos deveria compor) os seus lobos centrais deixa de se guiar por uma questão chave: quando não da presença do objeto diante do sujeito, como se constrói a noção desse objeto de modo que ele exista tal qual em sua real manifestação fenomenológica a ponto de ser o mesmo para si e para o outro?

Se essa não é uma questão insofismável para justificar a tomada da ambiguidade no ensino de língua, então teríamos que deixar cair por terra toda a teoria acerca do caráter interacionista da linguagem, pois a práxis não teria espaço e aceitação ou a negação do outro deixaria de ser um módulo de equilíbrio. Do mesmo modo, se não houvesse controvérsia a partir do estabelecimento da autonomia do pensamento de cada um, a percepção do outro não teria pertinência, o que também derrubaria a teoria aristotélica acerca da verdade, pois não haveria a possibilidade de correspondência.

Husserl, ainda nas palavras de Merleau-Ponty dispara:

Uma vez que tenho a idéia do outro, é porque, de alguma maneira, a dificuldade mencionada foi, de fato, superada. Só pode sê-lo se aquele que, em mim, percebe o outro é capaz de ignorar a contradição radical que torna impossível a concepção teórica do outro, ou melhor (pois se ignorasse já não seria com o outro que teria

relações), capaz de viver essa contradição como a própria definição de presença do outro. Esse sujeito, que se sente constituído no momento em que funciona como constituinte, é o meu corpo. (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 100)

Nesse contexto, a ambiguidade trabalhada é justamente o momento em que distanciamos-nos de nós (daquilo que julgamos ser) e nos aproximamos do outro (aquilo que pode ser o mesmo, isto é, correspondência; ou aquilo que pode ser o diferente, isto é, desproporção). Esse exercício é decisivo para mostrar que a atividade linguística pode mais me oferecer daquilo que eu (sozinho) investi nela. Daí a emergência do outro em todo esse processo, pois ele atua como um transgressor em nossas certezas a ponto de nos obrigar a expandir nossos espaços de conhecimento para que o novo venha a caber nele e é justamente essa capacidade de dilatação que é medida pelas instituições de ensino, uma herança nos dada há muito.

Sobre o momento da desambiguação também é importante salientar que a estabilização emerge porque surge uma verdade compartilhada, algo que está dentro de um e do outro e que se extrapola num dado momento e num dado espaço e gera comunhão. Assim, desambiguar, dentro de uma situação intencional, mediada e controlada, é tarefa que envolve uma práxis interacionista cujo resultado subentende um momento de equilíbrio. Na verdade, de dois: um primeiro equilíbrio de ordem solipsista (eu num diálogo bem interno comigo mesmo) e outro compartilhado que exige o experimento da presença do outro.

Trata-se de um vaivém determinante para fazer com que os infantes aprendam a compreender, mesmo porque só uma modulação intersubjetiva é capaz de dar a liberdade de que cada um precisa para ser o que é.

10.8 As propostas curriculares de língua portuguesa: novas e velhas ideias

Se a própria concepção do que venha a ser gramática não foge a uma regra, também não a fugiria a imensa massa de compêndios voltados ao ensino de língua

que começam suas lucubrações por citações e excertos de definição do que venha a ser a gramática das línguas naturais.

Mesmo que vivamos numa época em que as polarizações (diacronia/sincronia, sintagma/paradigma, língua/fala, etc.) tenham perdido força, ainda resta uma dualidade bem marcada entre gramática normativa e gramática descritiva, considerando, é claro, algumas nuances e subcategorizações de cada uma delas que vez ou outra são remetidas à superfície da discussão.

Porém, sempre há uma discussão anterior à da polarização entre a gramática da prescrição e a gramática da análise. A discussão acerca do que é saber gramática, a qual sempre nos obriga a inferir qualquer coisa da herança conceptual dos clássicos que não nos deixa esquecer que saber gramática é falar bem, com adequação, beleza e correção e que não saber, é exatamente o contrário disso.

Restam alguns radicalistas (nem sempre catedráticos, mas sempre ligados à linguística do produto) mantenedores de um eixo comparativo covarde entre o que vimos escrevendo com o que escreveram alguns eméritos geralmente retirados da literatura e da oratória. Esses clássicos, por terem adquirido notoriedade e repercussão garantidos pelo registro escrito que sempre melhor manteve velhos hábitos da língua do que o falado, acabam sendo remetidos ao posto de falantes ideais e combatentes das variações coloquiais e vulgares.

O que não se esquece, mas que nem sempre se considera é que está fadado à fala o movimento gramatical (referimo-nos aqui à mudança de arranjos) de uma língua. Não que a escrita não forneça energia para esse movimento, aliás, fornece e muita, mas o fato é que ainda se lê escritores parnasianos e aí fica mantido o confronto.

Se aos professores e especialistas (gramáticos, linguistas e afins) é atribuído o papel de ensinar falar e escrever bem. Também tem que ficar a eles o árduo papel de advogado do diabo por terem que cobrar obediência e respaldo em relação às normas.

Contanto, entre conhecer as normas e saber aplicá-las há um caminho a ser percorrido e é nesse caminho que visamos inserir a ambiguidade da linguagem como uma ferramenta para adjungir teoria e prática da gramática.

Franchi bem resume o que expomos acima acerca de todo o senso que gira ao redor da gramática:

Gramática é o conjunto sistemático de normas para que bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores.

Dizer que alguém sabe gramática significa dizer que esse alguém conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente. (2006, p. 16)

O que queremos enfatizar é que, desde a primeira concepção de gramática que se tinha na época de Pānini até as grandes tendências de gramáticas funcionais e da produção voltadas à linguagem e não às cristalizações das línguas, genes da ideia de que o bem falar está ligado à norma e que o vernáculo padrão está mais próximo das classes econômicas mais bem favorecidas.

Ora, se isso não fosse verdade, não faríamos tantas apologias de melhoras e contribuições para o ensino de língua na rede pública e nunca teria se publicado tanto acerca de variação e preconceito linguísticos.

O que pode soar irônico é que queremos que nossas crianças falem e escrevam dentro do formato aceito e acordado pela comunidade. E como uma espécie de redenção da culpa de termos que ensinar por meio da polarização certo x errado, propomos métodos mais confortáveis para ensinar as noções gramaticais. Com isso, o aluno só ganha por passar a fazer parte do processo, pois se não o fizesse, seria falsa qualquer tentativa de estudar e ensinar a gramática como a busca da compreensão de como a linguagem funciona, concepção essa que está bem marcada na vertente funcionalista de Halliday, por exemplo.

Quando falamos da polarização entre o certo e o errado, remetemos, também, ao que é errado toda realização linguística em que transpareça a dubiedade inerente da linguagem. Não dá para negar um movimento milenar que refuta grandes das características da linguagem: o duplo, o múltiplo, a controvérsia, a contradição, o mal-entendido, o subliminar, etc.

Historicamente, essa recusa faz sentido e ganha apoio, pois os grandes oradores clássicos eram incumbidos de produzirem discursos assépticos e isentos de toda contradição possível. Aliás, cremos que é nesse contexto que Aristóteles, já citado noutra momento dessa tese, proferiu a seguinte afirmação: “não significar uma coisa única é significar nada do todo”.

A impressão que fica é que a ambiguidade era um risco (real, consciente e iminente) que não se podia correr. Mesmo que o próprio pensador admitisse (e admitia!) que o sujeito era uno e múltiplo, a visão política da época o condicionava a propalar que o conhecimento (leem-se, aqui, as verdades a serem passadas) se devia à univocidade da linguagem.

O cenário atual não foge muito a essa regra. No Brasil, por exemplo, toda dubiedade da linguagem ganha destaque, sobretudo, nos códigos penais e constitucionais, e, com isso, há avalanches de interpretações que são apropriadas por cada partição de acordo com suas conjecturas e interesses.

No ensino, com o fortalecimento da linguística textual e com o direcionamento dos parâmetros curriculares ao ensino de gramática focado no texto, interesses semelhantes àqueles que usufruem da polissemia dos códigos nacionais podem surgir. E é nesse contexto que a proposta dessa tese ganha relevância.

A seguir, apresentaremos o que se encontram nas linhas dessas propostas que podem contribuir com nosso posicionamento.

10.8.1 A proposta de 2008

Diante da amplidão territorial brasileira, daria um trabalho demasiadamente extenso se analisássemos e confrontássemos várias dessas propostas. Para a discussão ficar mais concentrada, pinçaremos o que julgamos bom da Proposta Curricular de Língua Portuguesa do Estado de São Paulo, com especial atenção para o ensino médio que é a etapa que reúne toda uma trajetória de no mínimo uma década na aprendizagem da língua materna em contexto formalizado que tem que, necessariamente, levar em conta toda a escolaridade anterior do aluno (seja ela, o ensino fundamental). Como base de análise, confrontaremos a versão vigente que data de 2008 e a versão antiga, de 1994.

Iniciemos pela proposta atual e por alguns excertos dela:

O desenvolvimento pessoal é um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar, atuar sobre o mundo e lidar com a influência do mundo sobre cada um, bem como atribuir significados e

ser percebido e significado pelos outros, apreender a diversidade e ser compreendido por ela, situar-se e pertencer. A educação precisa estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas. Elas pressupõem um quadro de referências, um repertório que só pode ser garantido se houver acesso a um amplo conhecimento, dado por uma educação geral, articuladora, que transite entre o local e o mundial. (SEE/SP, 2008, p. 11)

Conhecer é o ato cognitivo de compreender para transformar a si e ao mundo em que vivemos, construindo relações entre os diversos significados de uma mesma idéia ou fato. Conhecimento é uma rede de significados. Quem conhece, conhece algo ou alguém e conhecer algo, portanto, é participar no processo constante de transformar e atribuir significados e relações ao objeto do conhecimento, seja o verbo, seja o resumo ou o texto literário, por exemplo. (SEE/SP, 2008, p.41)

A proposta de estudar a língua considerada como uma atividade social, espaço de interação entre pessoas, num determinado contexto de comunicação, implica a compreensão da enunciação como eixo central de todo o sistema lingüístico e a importância do letramento, em função das relações que cada sujeito mantém em seu meio. (SEE/SP, 2008, p.43)

A presente proposta, em consonância com os Parâmetros e com os avanços feitos até o momento, parte do estudo do texto – apresentado sempre em uma dada situação de comunicação. [...] (SEE/SP, 2008, p. 44)

O estudo do texto terá ainda como premissa sua inserção em dada situação de comunicação – podendo, dessa forma, ser entendido como sinônimo de enunciado.[...] (SEE/SP, 2008, p.46)

À primeira vista, essa proposta traz tudo de bonito para o nosso estudo, sobretudo se só considerarmos os recortes que dela fizemos. Todavia, um olhar geral já nos obriga a implicar com algumas afirmações e com alguns termos que para quem é linguista-professor, incomodam e geram controvérsias. Só para nos limitarmos a um exemplo, varremos as ocorrências do termo /instrumento/ em toda a proposta, localizamos um total de treze e colocamos duas em evidência: “O conhecimento tomado como instrumento, mobilizado em competências, reforça o sentido cultural da aprendizagem.” (SEE/SP, 2008, p.13) e “[...] é na adolescência, como vimos, que a linguagem adquire essa qualidade de instrumento para compreender e agir sobre o mundo real.” (SEE/SP, 2008, p.16)

Conhecimento e linguagem como instrumentos contradizem todo o legado da psicologia cognitiva e das teorias linguísticas que colocam a linguagem como plataforma de sustentação de seus estudos. Inúmeras citações poderiam ser feitas para comprovar isso. Fazemos apenas uma, que é a que dá base para a linguística da enunciação benvenistiana e que atinge diretamente a contradição entre o que a quadragésima terceira página da proposta diz (A proposta de estudar a língua [...] implica a compreensão da enunciação como eixo central de todo o sistema linguístico) e o que as duas citações supracitadas expressam.

A citação é um pouco longa, mas vale pelo o que traz de elucidativo:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento [...] deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca homem separado da linguagem [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 2005, p. 285.)

Os cinco primeiros trechos que selecionamos são autoexplicativos e se misturam às nossas crenças por si só. Isoladamente e à parte da mensagem subliminar que sumariza toda a proposta - a de “educar para o trabalho” -, esses

recortes animam e fazem valer três das principais premissas da TOPE: (i) a tese da indeterminação do homem e da linguagem, (ii) o estudo do enunciado como a fonte de uma observação formal da articulação fundamental entre língua e linguagem e (iii) a noção de texto como o resultado de um trabalho sensível e abstrato que passa obrigatoriamente pela transformação das percepções psicológicas, sociológicas culturais e até científicas em representações linguísticas.

10.8.2 A proposta da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) de 1994

Essa proposta, que foi substituída pela de 2008, era mais clara e objetiva e evitava a onda de calor “educar para salvar o país”, sem querelas poéticas e ideológicas. Era um compilado de ideias de linguistas de sala de aula que tinham como cerne não essa educação em letras garrafais que se prega hoje, com vista a inserir os sujeitos num mundo tecnológico, dinâmico e globalizado. Ao contrário, se tratava mais de uma proposta dos bons tempos da “professorinha” cujo objetivo era ensinar a língua de modo eficiente e consciente.

Uma primeira impressão que fica é a preocupação com o ensino da norma culta, da correção, coerência e da coesão e tudo o que fugia do formato era remetido à variação. Os contornos bem definidos do que vinha a ser gramática assumiam importância maior do que o que se vem propondo desde 2008, tanto que algumas laudas do documento foram cuidadosamente dedicadas à síntese das três vertentes gramaticais mais comuns: a prescritiva, a internalizada e a descritiva.

Cabe observar que a separação entre ensino de língua e de literatura também ficava bem marcada, daí, talvez, ainda não se ter colocado o texto como o foco de análise, que é o que se faz hoje, como já registramos acima.

Sem muito mais a analisar, haja vista que esse não é o nosso objetivo nessa seção, separemos alguns excertos que mais nos chamam a atenção por serem bem pontuais.

Primeiramente, no que tange aos deveres dos alunos em relação à leitura, interpretação e análise de texto (CENP, 1994, p. 49-50):

“Ser capaz de ler o texto, verificando a sua função, apreendendo-o, bem como ser capaz de opinar criticamente sobre ele.”

“Estabelecer a distinção entre fatos e apreciações subjetivas do autor.”

“Desenvolver uma atitude crítica em relação às proposições que o texto utiliza (do ponto de vista científico, prático, ideológico, social, etc.), interpretando as relações que o texto mantém com a realidade sócio-cultural.”

Em relação à produção de textos (CENP, 1994, p.50-51):

Utilizar diferentes alternativas na composição das frases e expressões, variando sua ordenação, omitindo ou explicando afirmações facilmente supridas pelo contexto; condensando ou detalhando fatos que não são diretamente funcionais na progressão do texto.

Transformar as expressões da língua em outras de sentido equivalente.

Escolher adequadamente, diante de uma série de expressões sinônimas, em função do contexto e da impressão que quer transmitir.

Dominar os mecanismos que alteram a estrutura sintática das orações, levando a outras orações, que possam ser consideradas paráfrases das primeiras.

Não dá para deixar de observar que a equipe que amparou a confecção desse documento era fortemente defensora de uma perspectiva construtivista de ensino, pois os deveres são sempre para alunos agentes, que criam, que desenvolvem sua capacidade de superação e transformação de conteúdos, o que coloca o processo da aprendizagem em lugar privilegiado.

Outro ponto forte são as atividades bem definidas e divididas com vistas a fins específicos, porém articulados, como por exemplo, exercícios direcionados à atividade de linguagem, atividade de reflexão e operação sobre a linguagem e atividades de gramática tradicional.

Dois destaques merecem menção, sobretudo num paralelismo com a TOPE. Um primeiro e bem positivo é o incentivo à atividade de parafraseamento que, a nosso ver, é o meio mais profícuo de operação sobre a linguagem. Um segundo, porém, lamentável é a condenação da ambiguidade, como podemos notar por meio da seguinte diretriz: o aluno deverá “*utilizar de clareza e precisão no uso do léxico, evitando a ambiguidade e o supérfluo.*” (CENP, 1994, p.51).

Somos até que obrigados a compreender essa afirmação, pois ela está inserida num contexto muito específico que é o de uma educação de base e amparada pela força do Estado. Contudo, não dá para negar que ela contradiz boa parte das diretrizes anteriores, sobretudo aquela que diz que o aluno deve transformar construções em outras de sentido equivalente. Afinal, se o próprio fomento da atividade parafrástica já não é um constante incentivo à atividade de ambiguidade e desambiguidade, o que se entende por ambiguidade e paráfrase está bem distante da concepção construtivista declarada no próprio texto que aqui analisamos.

10. 9 Dois exercícios: um sobre o sujeito e outro sobre modalização

Começemos por propor um exercício sobre modalização:

A partir da primeira estrofe do poema “Amar” de Carlos Drummond de Andrade, proporemos um exercício que um pouco de visibilidade da ambiguidade inerente à linguagem e como essa assunção contribui para o ensino. O foco será dado no trabalho com o verbo poder e com suas duas acepções mais comuns: “poder enquanto autorização” e “poder enquanto habilidade”.

A estrofe é a seguinte:

Que pode uma criatura senão,
entre criaturas, amar?
amar e esquecer,
amar e malamar,
amar, desamar, amar?

sempre, e até de olhos vidrados, amar?

Assim, recortando “Que pode uma criatura senão, entre criaturas, amar?” e a confrontado com uma predicação sem a modalidade hipotética - “Que faz uma criatura senão, entre criaturas, amar?” – estaremos construindo o domínio nocional da relação entre <criatura> e <poder> e dando valores a essa predicação: /criatura pode amar/, /criatura pode esquecer/, /criatura pode malamar/, etc.

Ao transformarmos o excerto numa predicação moldada pela asserção – “Nada pode uma criatura senão entre criaturas amar”- estaremos demonstrando (sempre pelo trabalho de montagem e desmontagem e de rearranjo léxico-gramatical) que fica o enunciador condicionado, entre todas as outras possibilidades, apenas a amar.

Do outro lado, mantendo-nos na fronteira entre o poder-habilidade e o poder-possibilidade, estaremos abrindo a discussão para a atribuição de outros valores, pois o enunciado em questão tem, pelo menos, duas leituras: uma primeira que indica que /criatura/ só pode amar e nada mais que isso, uma outra que /criatura/ pode amar, assim como também pode fazer outras coisas (esquecer, malamar, etc.).

O que também é bonito mostrar é que tanto se construirmos um valor referencial que fixe a noção <poder – ser hábil> quanto um que fixe a noção <poder – ser – possível>, a relação entre /criatura/ e /amar/ não se estabiliza. Vejamos as seguintes paráfrases:

- I. “Do que é capaz uma criatura senão, entre criaturas, amar?”
- II. “O que é possível para uma criatura senão, entre criaturas, amar?”

Com esse trabalho mostramos ao aluno que a modalidade interrogativa tanto exige o enunciador da asserção quanto colabora para que a relação entre /criatura/ e /amar/ não seja estável. Isto é, mostramos a sutileza semântica do modalizador /poder/, algo que está na base da proposta desse exercício e que acaba por mostrar como as operações com a linguagem nos ensinam a utilizar a língua para fazermos escolhas de sentidos, mesmo que provisórios.

Num paralelo com os objetivos pedagógicos das duas propostas de ensino acima analisadas destacamos em que esse tipo de exercício colabora.

No que se refere à proposta da CENP de 1994, ele preenche várias ambições dos educadores, destaquemos 3 delas:

1. A interpretação que se sustenta no próprio texto. (p. 55)
2. As diferentes maneiras de construir outros textos com a mudança de ponto de vista ou de perspectiva. (p.55)
3. Os processos semânticos, os elementos e os papéis semânticos que estruturam e organizam as frases. (p.57)

Por fim, no que se refere à proposta da SEE de 2008, também destacaremos 3:

1. Comunicação: a linguagem, o eu e o outro (p.60).
2. Linguagem e o desenvolvimento do olhar crítico (p.60).
3. Valor expressivo de antíteses e ambiguidades (p.62).

Passemos ao exercício sobre a (in)determinação do sujeito, cuja questão chave aqui é trabalhar com a difícil localização do sujeito. Os enunciados em análise são traduções de Culioli (1999a, p.51):

1a (Eu digo) “Estou com calor”.

1b Eu digo que estou com calor.

2a (Eu digo) “Você está com calor”.

2b Eu digo que você está com calor.

3a (Você diz) “Eu estou com calor”.

3b Você diz que está com calor.

4a (Você diz): “Você está com calor”

4b Você diz que eu estou com calor.

Sem nos atermos às definições de sujeito da sintaxe tradicional, nos limitaremos a explicitar que há mais de um sujeito em cada enunciado, de modo que há um sujeito da enunciação (doravante *E*, que comumente é conhecido, no meio escolar, como narrador), um primeiro sujeito (*E*¹) designado pelo discurso (que pode

ser o narrador ou não) e um segundo sujeito (\mathcal{E}^2), também designado pelo discurso, que pode ser o sujeito da enunciação, o primeiro sujeito designado pelo discurso, ou nenhum deles.

No caso, mais importante do que fazer com o aluno determine em qual (is) enunciado(s) os sujeitos designados pelo discurso são também o sujeito da enunciação, é mostrar que cada situação enunciativa se constrói sobre valores referenciais próprios e bem definidos.

Assim ao verificarmos com os alunos que:

$$\text{Em 1a} \rightarrow \mathcal{E} = \mathcal{E}' = \mathcal{E}^2$$

$$\text{Em 1b} \rightarrow \mathcal{E} = \mathcal{E}' = \mathcal{E}^2$$

$$\text{Em 2a} \rightarrow \mathcal{E} = \mathcal{E}' ; \mathcal{E}^2 \neq \mathcal{E}' \text{ e } \mathcal{E}^2 \neq \mathcal{E}$$

$$\text{Em 2b} \rightarrow \mathcal{E} = \mathcal{E}' ; \mathcal{E}^2 \neq \mathcal{E}$$

$$\text{Em 3a} \rightarrow \mathcal{E}' \neq \mathcal{E} ; \mathcal{E}^2 = \mathcal{E}' \text{ e } \mathcal{E}^2 \neq \mathcal{E}$$

$$\text{Em 3b} \rightarrow (\mathcal{E}' = \mathcal{E}^2) \neq \mathcal{E}$$

$$\text{Em 4a} \rightarrow \mathcal{E} \neq \mathcal{E}' ; \mathcal{E}' \neq \mathcal{E}^2 \text{ e } \mathcal{E}^2 = \mathcal{E}$$

$$\text{Em 4b} \rightarrow \mathcal{E} \neq \mathcal{E}' ; \mathcal{E}^2 = \mathcal{E}$$

Estamos realizando um trabalho, quase lógico, que tem muito a nos ensinar a respeito do conceito de sujeito, sobretudo se ainda quisermos eliminar de vez a definição nociva de que “sujeito é aquele que realiza a ação”.

Afinal, quando falamos em sujeito, de qual sujeito estamos falando? O gramatical (reconhecido e confirmado pelas desinências que o articulam ao verbo e aos demais termos do enunciado)? O enunciativo, que numa determinada situação (ele + tempo+ espaço) busca significar algo?

No caso de 1a e 1b, mesmo que o sujeito da enunciação que discursa sobre suas próprias sensações (estar com calor), pode ser feito um exercício que mostre a sutileza semântica entre 1a e 1b. Mesmo que o sujeito seja o mesmo, em que a cena enunciativa contribui para o uso de uma construção em detrimento da outra?

De modo geral, esse exercício contribui para mostrar que:

- 1a é um caso de um enunciado exclamativo em que a asserção do sujeito é radical e que a sua ocorrência não depende, necessariamente, de uma ligação com algum enunciado anterior (mesmo que virtual). Assim, pode-se construir um cenário em que alguém subitamente levanta-se e abre uma janela e ao receber um olhar (crítico, assustado, curioso, etc.) de alguém que esteja no mesmo ambiente, diz: *“Estou com calor.”*
- 1b pode ser o caso de um enunciado cuja consecução é induzida por uma situação anterior. Assim, podemos reconstruir uma cena enunciativa em que o sujeito em questão, num diálogo com alguém que não aparece nesse enunciado decidiu (por indução, coação, comum acordo, etc.) dizê-lo:

A: O que você vai dizer se acordarem e virem a janela aberta?

B: Eu digo que estou com calor.

Em resumo, esse exercício bem pode se estender e ser feito com o simples intuito de recuperar a situação que exige 1a, 2a, 3a, 4a e não 1b, 2b, 3b, 4b e vice-versa. Algo que expande a questão da (in)determinação do sujeito à cena enunciativa e possibilita visibilizar e explorar a potencialidade referencial, a qual, por si só, já nos remete à indeterminação.

10.10 Sobre a necessidade de uma gramática operatória para o ensino

Uma distinção que se costuma fazer em linguística é entre gramática descritiva e gramática prescritiva e das duas, foi a prescritiva a que forneceu a maior herança conceptual do que vem a ser gramática e que justifica o tom pejorativo desse termo.

A principal ideia de uma gramática operatória consiste em estudar funcionamento da linguagem apreendido através da diversidade das línguas naturais. Daí a indispensável necessidade de se mostrar como se dá uma articulação entre gramática e texto e é o que tentaremos fazer nas páginas seguintes.

Primeiramente, devemos recordar que fazer gramática, numa visão que busca o processo (ou operação), é desvendar o funcionamento da linguagem e para tal, faz-se necessário refutar o juízo de que a língua tenha regras fixas de aplicação e de que falar e escrever bem requeira um conhecimento sistemático das entidades e definições gramaticais. Algo que também devemos considerar é que a língua é um tesouro cultural em constante e fundamental movimento e que a gramática se imbrica nesse movimento, naturalmente, por meio do falante que se vale dessa plasticidade para organizar sua linguagem.

Prova disso é que há um amadurecimento ingênito e gradual dos falantes que se fazem hábeis a produzir e compreender textos (e aqui não estamos falando de excelência e erudição) sem o estudo formal de regras. Somos dotados de uma capacidade inata de construir representações e referências que nos torna comunicáveis em qualquer situação de uso da língua de modo que essa competência é plenamente estendível à organização textual.

O que ocorre é que a gramática é adquirida à medida que se adquire a língua e isso culmina, inevitavelmente, numa interdependência fulcral: escolhas são feitas, situações são estabelecidas, operações com a linguagem se realizam e o processamento do texto (e do sentido) se dá.

Em verdade, há um jogo profícuo de restrições e escolhas que garante a articulação necessária entre a gramática e os atos comunicativos que equilibra o sistema e que sustenta a dinamicidade e adaptabilidade das línguas naturais.

A atividade linguística (seja ela a produção e a compreensão de textos) não é apenas um agenciamento da norma por meio da capacidade cognitiva, mas uma atividade que atua e opera com um sistema que é adquirido anteriormente aos atos formais de ensino. É essa atividade o grande arcabouço para se sistematizar, de forma inteligente, a gramática, pois, só o que é relevante na língua (por relevante entendemos o que gera significados) que se estabelece a real natureza da linguagem e o caráter sistemático das construções linguísticas.

A relação direta entre gramática e produção de textos reside na sistematização do saber linguístico com vistas à significação que implica tanto numa representação do mundo quanto numa ação pela linguagem.

Outrossim, gramática tem tudo a ver com a produção e compreensão do texto e ela (a gramática) está presente em todo ato verbal por ser o próprio princípio da

organização e transformação da língua que gera o sentido e que torna os textos interpretáveis.

Mais que um manual prescritivo, a gramática é o próprio saber linguístico que todo falante possui e o texto é o resultado incontestável desse saber que é histórico, social e psicológico. Nesse sentido, a gramática é uma prática social e é na sociedade que se constitui de modo que da sociedade se torna dependente por ser culturalmente vulnerável.

Na obra “Mas o que é mesmo gramática?” o professor Carlos Franchi (2006) considera que gramática não é restritiva e limitante e sim uma condição de criatividade nos processos comunicativos e complementa que ela tanto é um conjunto de processos e operações pelos quais o homem reflete e reproduz suas experiências no mundo com outros, podendo, inclusive adentrar ao mundo imaginário; quanto um sistema aberto a inúmeras escolhas que permitem modular o texto às intenções significativas do locutor.

Nesse viés, a aproximação entre gramática e texto assume uma importância pedagógica de base (e isso está nas diretrizes e parâmetros curriculares, como já vimos acima) por mostrar que o estudo da gramática por meio do texto anula práticas de segmentação, localização de categorias, classificações e nomenclaturas para apostar na intuição e na sensibilidade dos falantes, que é o que fizemos durante a realização da experiência descrita na seção 9.4.

A premissa de que a gramática da língua deve ser trabalhada como o estudo das condições linguísticas da significação corrobora e reafirma a aproximação entre gramática e texto, sobretudo se considerarmos uma definição dos que trabalham com a linguística da produção. Culioli (2002), por exemplo, afirma que se trata de uma sequência de representações resultante de operações realizadas por um sujeito, num dado tempo e num dado espaço, que juntas buscam constituir um sentido.

O que queremos dizer é que estamos esmiuçando uma concepção de língua que transcende a questão educacional e atinge a esfera sociopsicológica (que é o próprio diálogo entre o eu e outro). Assim, os contornos do que é da esfera educacional e o que é da esfera cultural são passíveis de intersecções e trocas de conteúdos. Aliás, é assim que estabelecemos uma relação genuinamente interdisciplinar.

Do lado contrário, um posicionamento austero seria aquele que compreendesse a produção textual como um processo mediado pelas regras gramaticais sem colocar o sujeito no cerne da discussão. Seria algo como desconsiderar o papel social do texto e regredir a produção textual a uma mera base de testes das estruturas das línguas, um espaço de experiências que não levariam a qualquer melhoria no funcionamento da linguagem dos alunos.

A chamada abordagem textual da gramática (oriunda do advento da linguística textual na década de 80 do século passado) fala de uma gramática do texto em que estudo das estruturas sintáticas da língua abandona o velho modelo de análise sintática em que enunciados isolados e amorfos são o material de estudo. Daí uma das grandes contribuições da linguística textual ao estudo da língua: a inserção do contexto na análise linguística.

Fato é que o texto é um composto tanto intra quanto extralinguístico e que as representações linguísticas têm como esteio todas as percepções de ordem física e psicológica do homem. Nesse meandro a gramática é o aporte que faz com que a experiência de mundo não culmine num texto demasiadamente mecanicista ou excessivamente caótico e incompreensível aos olhos do outro (ausência de referencialidade e de valor sociológico, por exemplo).

Luís Fernando Veríssimo bem fala de referencialidade na crônica *A palavra mágica* ao dizer que quem quer usar a palavra para transmitir um pensamento tem que fazer mágica sem truques e não transformar o lenço em pomba, mas usar o lenço para dar o recado. De forma análoga, é o que ocorre na relação entre gramática e texto, pois se texto é a matéria pela qual o pensamento é transmitido, a gramática é o que garante que o recado seja dado.

Não coincidentemente, esse excerto de Veríssimo nos remete ao núcleo do pensamento funcionalista da escola de Halliday que, resumida e repetidamente, é o de que a forma está subordinada à função. Apesar do termo “forma” ser susceptível à polêmica por não ter o mesmo sentido nas diversas correntes linguísticas, aqui, o entenderemos como a materialidade da língua (palavra, enunciado, texto) e o associaremos à noção de texto justamente para dizer que é a gramática que faz os contornos necessários ao redor de seus elementos constituintes (atribuindo-lhes, assim, uma função situacional e contextual) a fim de que se chegue ao sentido pretendido.

Já a guiso de conclusão, retomaremos alguns pontos que melhor recobrem o recorte que propusemos no início do exposto: o da articulação entre texto e gramática.

O enfoque, nesta seção, foi abordar esses dois fenômenos linguísticos no âmbito de uma perspectiva dinâmica em que a linguagem é indeterminada (daí a articulação necessária entre texto e gramática para compreendermos o seu funcionamento).

Assim, remetemos o conceito de gramática ao de forma (o qual recobre o de sintaxe) e o conceito de texto ao de matéria (o qual recobre o de língua). Tanto matéria quanto forma encapsula um conteúdo sociocultural que é posto numa teia significativa no ato da produção. Daí o porquê de falarmos que essa articulação reverbera uma linguística da produção por os signos e as categorias gramaticais não serem estáticos.

Em verdade, quando articulamos texto e gramática estamos admitindo que tanto um quanto o outro tem forma e conteúdo e ambos são resultantes de uma prática, seja ela uma interação verbal (foco no intralinguístico), seja ela uma interação com o mundo (foco no extralinguístico).

10.11 Porque se ensina a língua materna

Por que ensinamos língua para os falantes nativos dessa língua? Apesar de ser uma questão pouco feita, sua resposta está na base de toda a formação de ensino de língua. Afinal, se se aprende a falar uma língua desde as primeiras interações ainda no ceio familiar, em qual âmbito se forma a necessidade de um ensino formal, posto que é sabido que se aprende a língua com quem já a sabe?

Várias respostas são possíveis e dentre as possibilidades, muitas se agrupam dentro de determinados pontos de vista (normativista, funcionalista, gerativista, etc.).

Como somos assumidamente defensores de um estudo da linguagem sob a variação da língua materna, não poderíamos deixar de inferir que à escola, dentre outras coisas, cabe formalizar esse exercício que é o derradeiro responsável por todos os acessos que fazemos à linguagem.

O que é bonito de se observar é que a criança já traz para a escola uma competência linguística, pois ela passa a ser usuária da língua anos antes de se submeter pelos processos formais de desenvolvimento e chega à escola gerando enunciados gramaticalmente aceitáveis e “erros” gramaticalmente previsíveis, como é o caso do clássico “fazi”, por analogia com outros verbos comumente utilizados pelos infantes como “comi” e “bebi”. Afinal, sabemos que a criança bem cedo assimila o sistema gerador que lhe permite se apossar da gramática de sua língua. Outra prova disso é que seus desvios ao que é padrão têm regras e não são aleatórios.

Travaglia (2009) considera que o objetivo do ensino de língua materna é desenvolver a competência comunicativa da criança. A nosso ver, esse pensamento é reducionista, pois se a capacidade de comunicação não fosse desenvolvível fora da escola, os analfabetos seriam facilmente identificados pelo uso da língua oral.

O papel da escola é bem mais profundo e vai muito além de fazer com que os alunos aprendam identificar, sumarizar, criticar, transformar, criar, interpretar a vasta gama de tipos de discursos (que vão da piada ao sacro) numa dada língua. Seja ele: fazer os alunos desde a mais tenra idade escolar a diversificar sua fala e sua escrita, além de torná-los hábeis a operar sobre sua própria linguagem por meio da prática da língua.

Apesar de admitirmos haver uma força social, histórica e política por trás do ensino que coloca como prioridade dois objetivos que se complementam: ensinar a norma padrão da língua e ensinar a variedade escrita dessa língua, cremos que uma terceira ponta deve surgir nesse contexto, aliás, já até surgiu, mesmo que timidamente ainda: a exploração da atividade epilinguística dos alunos.

Vários manuais de ensino já inseriram o conceito de atividade epilinguística em suas bases e com a boa justificativa já dada por Franchi: “*Todas as primeiras séries da vida escolar deveriam estar voltadas, prioritariamente, para as atividades linguística e epilinguística.*” (2006, p. 95). E apesar da origem da expressão se dever a Culioli, Franchi dá uma boa definição sob um prisma pedagógico:

[...] Chamamos de atividade epilinguística a essa prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca

com a linguagem, investe as formas lingüísticas de novas significações. [...] (2006, p. 97).

Vemos, com essa citação, que trabalhar com o aluno sobre a indeterminação da linguagem é a própria definição de atividade epilingüística dada por Franchi (2006), que também acreditava no caráter ingênito da linguagem e a força determinante da escola em seu desenvolvimento, e quanto mais o sujeito amadurece, mais latente se torna o seu saber gramatical. Daí a remissão à ideia de que a gramática se desenvolve na prática e pela prática e vai se moldando (dentro do aceitável por cada comunidade) pela atuação.

Quando não aceitamos que a criança já chega à escola com uma gramática (em menor ou maior escala) desenvolvida e internalizada, estamos procrastinando a oportunidade de desenvolver sua linguagem a partir dessa valiosa ferramenta.

Vejamos um pequeno trecho de uma transcrição de uma historinha recontada por uma criança de 5 anos que mostra que embora não alfabetizada, ela já utiliza de recursos gramaticais complexos e importantes para a construção do texto:

[...] *“depois ela pulou de novo na cama da mãe dela e aí ela falou... ((nesse momento a criança canta)) “macaquinha sai daqui... macaquinha sai daqui... você tem sua cama para dormir macaquinha... então vai para lá”... aí né?” [...]*⁴²

Numa leitura empírica e distante das classificações gramaticais, vemos que a criança desde cedo já possui:

- A noção de tempo: concatenação lógica dos fatos que fica bem demonstrada pelo uso de marcadores temporais como /depois/, /daí/, /aí/, /lá/.
- A noção da função da dêixis e dos possessivos na língua por meio do uso do dêitico /ela/ e do possessivo /dela/.
- A capacidade de inserir, harmonicamente, outros textos em seu texto: “e aí ela falou...”

⁴² Corpus fornecido pelo grupo de pesquisa em Aquisição da Linguagem da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara

- Capacidade de alternar presente e passado dos verbos para ora narrar suas percepções (sempre no passado), ora para cantar a música (sempre no presente).

O ensino deve partir exatamente desse ponto. Isto é, aproveitar dessa capacidade criativa e operante da criança para propor uma formação educacional que coloque o sujeito no centro e não o conteúdo. A aula de gramática amparada por aquilo que a linguagem já se encarregou de atribuir ao sujeito (estatuto, autonomia, movimento, etc.) leva a discussão clássica entre norma culta e norma popular a um nível bem mais sofisticado, pois faz que se operem sobre esses (e outros) modos de se usar a língua.

Se quiséssemos defender uma concepção de ensino mais humanista e altruísta, diríamos que quando colocamos o sujeito no centro, estamos eliminando os diferentes modos de preconceito e discriminação, haja vista que a variação linguística é um dos meios mais seguros de mostrar as diferenças entre o eu e o outro.

Embora não tenhamos dado, ao longo desse trabalho, uma concepção de gramática dentro dos moldes da TOPE, separamos um pensamento de Franchi que bem poderia se imbricar no que pode ser entendido por gramática nessa teoria, principalmente se considerarmos a constante necessidade que Culioli (1999a) vê de formalizar problemas linguísticos por meio de um sistema metalinguístico que dê conta de explicar a variância das línguas sustentadas pela invariância da linguagem.

Assim, fazer gramática seria:

[...] construir um sistema de noções e uma metalinguagem que permitam falar da linguagem e descrever (ou explicar) os seus princípios de construção. Isto é, trata-se de um trabalho analítico e reflexivo sobre a linguagem e da construção teórica de um “modelo”, de uma representação da estrutura da linguagem e de seu funcionamento. Uma atividade metalinguística. (FRANCHI, 2006, p. 31)

A construção de um sistema nocional capaz de descrever a linguagem, apesar de ser um projeto que consegue unir teoria linguística e prática pedagógica,

esbarra nas tendências históricas de um ensino de língua alicerçado pela necessidade de estabelecer as condições de uso da linguagem (que é a própria prática de discernir normas e coloquialismos) e ali permanece, como um obstáculo sempre a ser transposto.

Mesmo que não venhamos repetindo assiduamente o que caracteriza essa etapa de nossa pesquisa como mediadora entre ambiguidade constitutiva da linguagem e ensino de língua, cremos que o que vimos discutindo acerca de ensino e gramática elucidam o cerne dessa etapa: aproximar a descrição gramatical da descrição semântica dos enunciados e, a partir disso, levar o aluno a compreender a função da linguagem por meio das variáveis linguísticas.

A meta não é fazer com que o aluno apenas perceba e analise a realidade, mas que também dê forma a essa realidade por meio das noções que estabelecem as relações dentro do sistema representacional da linguagem. Afinal, já não dissemos inúmeras vezes que a linguagem é aquela atividade natural do homem de construir representações, referências e regulações? Pois, é disso que o ensino deve tratar: amadurecer os infantes por meio dessa atividade.

Mais do que identificar, cercar e resolver o ambíguo (e, talvez, é isso que se espera como proposta), é fazer com operem com a linguagem e criem relações semânticas que façam que a vertente formal da língua (a articulação padronizada entre o léxico e as normas que regem essa articulação) seja a expressão real do mundo fenomenológico.

Afinal, o próprio Franchi já bem colocou um questionamento que lhe serviu de norte e que também deveria servir de base para toda e qualquer aula de língua, sobretudo a materna que é a mais formadora: “*A questão mais importante para a teoria gramatical é a seguinte: por que e como as expressões das línguas naturais significam aquilo que significam?*” (2006, p. 53).

Não dá para negar que não se trata de um dilema para a linguística, mas também não dá para negar que embora estejamos longe de uma resposta convincente a todos (aliás, a resposta certa é a de menor importância), temos condições de exercitar, e bem, a transposição do que é do campo das noções (as percepções físicas e culturais) ao que é do campo da língua (as representações, a materialidade linguística).

E aí está outro dos pecados da gramática tradicional: a vaidade. Ela tenta fazer essa mediação entre o pré-assertivo e a asserção sem levar em conta a

heterogeneidade que constitui tanto a linguística como um todo, quanto suas próprias normas que não verificadas por diferentes critérios antes de se constituírem como normas.

O que só nos faz lamentar, pois mais critério na feitura dos critérios levaria a discussão acerca das definições das classes de palavras para um patamar mais sensível e mais condizente com a real atividade da linguagem. Um exemplo disso está na definição clássica de adjetivo e que já questionamos noutra momento dessa tese. Retomemos rapidamente.

Num enunciado como “As minhas meias são amarelas”, não negamos que /amarelas/ atribui uma qualidade <ser amarela> ao termo /meias/.

Já num enunciado como “Comprei meias de várias coisas hoje, só não encontrei as amarelas que eu tanto queria”, /amarelas/ deixa de atribuir qualidade e passa a tipificar o termo /meias/.

E chamar a atenção para essa falha metodológica ao redor da definição de adjetivo no português, é levar a ambiguidade para a sala de aula por mostrarmos que os sentidos das palavras variam de acordo com que a própria estrutura do enunciado solicita. Em outras palavras, é isso que faz o aluno entender o papel da articulação léxico-gramatical em seus textos e nos dos outros.

Franchi, novamente, ao defender que o papel fulcral da gramática é estudar as condições linguísticas da significação, corrobora nossas ideias:

[...] somente se aprende a gramática, quando relacionada a uma vivência rica da língua materna, quando construída pelo aluno como resultado de seu próprio modo de operar com as expressões e sobre as expressões, quando os fatos da língua são fatos um trabalho efetivo e não exemplos descolados da vida. (2006, p. 75)

Em verdade, o processo deveria ser muito mais simples do que imaginamos. Basta lembrarmos que todo aluno já é um falante que traz consigo a gramática (vivente e atuante) com a qual precisa operar para atingir os fins pedagógicos que expusemos ao longo dessa seção. E é desse saber que depende tudo o que se possa fazer com e pela linguagem.

10.12 Conclusão

Qualquer abordagem metodológica, seja ela da ciência (no nosso caso, a linguística) ou da prática (a educação), cria raízes profundas e, por isso, difíceis de serem extraídas.

Para analisar a questão, faz-se necessário um pouco de uma ingenuidade que nos faça crer que as amarras tradicionalistas ainda se mantêm porque não se sabe o que fazer sem elas. A classificação de palavras, derivação, flexão, estudo de orações simples e depois de complexas, análise sintática (daquele tipo que Paulo Leminski alfineta no poema ao qual fizemos alusão no começo dessa seção).

Quando analisamos as Propostas Curriculares do Estado de São Paulo, nos filiamos à concepção de que o que vem se esperando do ensino de língua no país todo não é nada diferente do que vimos. Em verdade, as situações que cada estado enfrenta se repetem, em menor ou maior escala.

O fato é que os programas de ensino estão aí, estão sendo seguidos sem ao menos darem respaldo a seus seguidores sobre as dificuldades dos alunos. Afinal, não foram feitos sobre essas bases e todo padrão se estabelece sempre de cima para baixo, isto é: se pega o que é idealizado e se esforça para que aquilo que ainda não é, o seja.

A busca incessante por um melhor desempenho linguístico dos alunos tem uma tendência, também herdada, a aproximar ensino de língua e gramática prescritiva e, por consequência, distanciar ensino de língua e gramática operatória. Isso se dá por essa colocar em seu bojo o funcionamento da linguagem, haja vista que o próprio conceito de funcionamento obriga a se considerar a produção (esteja ela dentro daqueles padrões esperados ou não) e o produto (seja ele o resultado esperado ou não).

Quando expusemos o núcleo das principais abordagens de ensino (sejam elas: a tradicional, a humanista e a piagetiana) demos maior enfoque ao legado de Piaget por entendermos que ele foi que mais próximo chegou à definição de linguagem da TOPE, a qual é claramente assumida por nós. Porém, no miolo de cada uma delas e inclusive na tradicional há genes condicionados a se direcionarem ao desenvolvimento autônomo do indivíduo que só se desenvolve por meio de uma necessidade incessante de se (re)equilibrar em função do inevitável exercício de

confronto com o outro (tudo aquilo que ele não é). Daí a justificativa de tudo o que colocamos como um pano de fundo para defendermos que no ensino, conceitos como ambiguidade, contradição, perturbação, desequilíbrio são de base porque sustentam a indeterminação latente do homem.

No que se refere à gramática, ela é o que dá as bases interpretativas e o que faz dar sentido àquilo que queremos que tenha sentido. Se ela é um manual, é porque sofreu um processo de cristalização justamente por representar operações de linguagem bem observáveis.

O que queremos dizer é que não dá para negar que não há qualquer coisa de bem sucedida na gramática tal qual nos foi imposta desde os primeiros anos de letramento. Ela é um produto de um processo que inevitavelmente passou por caminhos de intensa instabilidade justamente por refletir e reproduzir as experiências de mundo de um sujeito igualmente instável: o homem.

E é isso que faz valer discutirmos a ambiguidade no ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda herança conceptual vem presa em invólucro cuja ruptura ou permeabilidade depende de fatores que muitas vezes excedem a capacidade do uso de mover conceitos e remover amálgamas.

Demonstração disso está no que Rezende (2000, p. 18) reflete sobre o conceito de comunicação e serve para iniciarmos nosso último percurso dentro dessa tese. Segue o cerceio:

O conceito de sistema de comunicação, ora atribuído à linguagem ora atribuído às línguas, ou a dissociação que se faz entre linguagem e pensamento quando se diz que a primeira é a expressão do segundo, contribuem para uma concepção idealizada das interações verbais, na qual os desencontros são vistos como acidentes, ruídos, desvios. O conceito de linguagem, enquanto trabalho, ao contrário, coloca o desencontro, a ambigüidade como fundamentos, e o encontro, a transparência, como conquistas.

Nesse sentido, retirar o fenômeno da ambigüidade de dentro da cápsula do erro, do desvio, da falha comunicativa, requer um esforço significativo e é disso que essa conclusão pretende falar à medida que surgirão os apontamentos que elucidam quais foram as contribuições dadas ao estudo da ambigüidade da linguagem. Afinal, é disso a tese tratou de dar conta.

Se para Culioli (2002, p.09) ao linguista fica resignada a tarefa de fazer observações e trabalhar avaliações como: “é a mesma coisa”, “é diferente” “é a mesma coisa diante de tal modulação”, “é aceitável”, “não é aceitável”, um estudo sobre a ambigüidade da linguagem com respaldo da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) já se justifica por si só, sobretudo por conduzir a variação referencial ao alto patamar das discussões que circunscrevem a significação linguística.

Dos vários riscos que assumimos, o primeiro e mais evidente, foi o de esfarelarmos o conceito de ambigüidade da língua para assumirmos um conceito de

ambiguidade da linguagem. O que ficou evidente quando enfrentamos o paradigma clássico da ambiguidade entre homonímia e polissemia.

Admitimos que, metodologicamente, nos sentimos muito confortáveis para fazer esse rompimento porque a própria TOPE não se insere num estudo da palavra, nem num estudo da frase. A TOPE é do estudo do enunciado e nos conduz a discutir linguística a partir de um trabalho com as categorias da linguagem. Do mesmo modo, o conforto também nos foi dado por Culioli rejeitar binarismos como “certo” e “errado” justamente por priorizar uma linguística que investigue fenômenos linguísticos e os explique.

Para nós, ter apostado a ideologia central da tese (a nossa) na tese da indeterminação da linguagem (a de Culioli), embora possa parecer contraditório e pouco, é o que nos salvou de uma propagação vulgarizada de uma teoria geral do caos. E aqui não nos referimos à profícua teoria lógica do caos que, além de admitir certa imprecisão na determinação de resultados, busca explicar, no funcionamento de sistemas complexos, que o processo de determinação perpassa pela aleatoriedade.

A teoria (ou falta de) que vimos condenando é a que tem se tornado mais uma das infundáveis tendências na linguística moderna. “A teoria do tudo pode” já que é do funcionamento da linguagem que se visa dar conta, afinal.

Aliás, antes tivéssemos uma verdadeira teoria do caos como pano de fundo para sustentar toda essa tendência desenfreada em se fazer gramática da produção sem se chegar ao ponto que interessa: como a indeterminação da linguagem determina as línguas naturais.

Rezende (2000, p.321), na conclusão de sua tese de livre docência, contribui com essa tomada de posição quando coloca que a aposta na indeterminação da linguagem e na instabilidade das unidades linguísticas dá visibilidade do processo de determinação em língua e de como se passa do instável ao estável (e vice-versa) de uma unidade linguística.

A atividade da linguagem é ao mesmo tempo construtiva por sempre trazer algo de novo e por cada situação enunciativa ser um momento único e é reconstrutiva por permitir ao linguista ilustrar como a significação é construída pelo sujeito que sempre é dotado de um conhecimento de mundo mínimo que o habilita a buscar significar.

A problemática que remete a ambiguidade à língua se inscreve exatamente nessa expectativa desleal de que buscar significar é sempre buscar significar para o outro (o diferente de mim). Daí, nós linguistas, nos valendo de uma tendência também herdada de justificar por meio da estrutura tudo aquilo que não conseguimos captar do outro, elencamos aqueles espaços citados e analisados na segunda parte da seção 9 geradores de desconforto quando é de um valor referencial fixo que estamos à procura.

Embora não tenhamos nos enveredado a investigar em qual momento da história a linguística deixou-se perder o gosto pela beleza que só a multiplicidade da linguagem é capaz de fornecer, beleza que a literatura soube muito bem se abonar, dá para compreendermos que aquilo que Aristóteles propagou era alimentado por uma visão política e reducionista que ultrapassava os interesses da comunidade linguística e caía na emergência em se refutar a refutação alheia.

Uma impressão que fica é que a necessidade de uma fixidez de sentido é mais uma proteção do outro do que uma tentativa de compreender o outro.

Algo que nos serve de consolo e nos ajuda a resgatar o fenômeno da ambiguidade do limbo, é que a linguística da produção (e nela está a TOPE) é de bases articulatórias e parte das relações possíveis, o que a destoa nitidamente se compararmos às dicotomias que marcam a linguística do produto.

Desse modo, uma real contribuição ao estudo da ambiguidade só pode se dar desde que se abordem os processos cognitivos e isso está na base da linguística enunciativa, haja vista que a premissa é a de que a investigação sobre a linguagem é uma investigação cognitiva por excelência, de modo que, como ressalta Campos (2001, p.326):

O trabalho do linguista consistirá então na descrição das operações cognitivas e linguísticas subjacentes à diversidade de relações que definem e identificam os diferentes objetos. Por outras palavras, o linguista busca a representação metalinguística das operações através das quais se constrói determinação, objectivo último da actividade da linguagem.

Essa tomada de posição reafirma que objeto linguístico, ou seja, a relação entre língua e linguagem, é sempre um objeto em relação.

Na nossa perspectiva – a TOPE – o enunciado assume a materialidade analítica do objeto linguístico por ser valorativo à medida que as suas relações se estabelecem com outros enunciados. É sempre um por em relação que fazemos e esse por em relação pressupõe dois vieses fundamentais: a significação oriunda da relação léxico-gramatical e a significação oriunda das relações cognitivas do homem (a natureza do conhecimento).

O modelo de análise formal realizado na seção 9 ficou encarregado de demonstrar esses dois vieses justamente porque partiu de dois extremos (de um lado a ambiguidade imediata e, de outro, a ambiguidade mediata) para, no centro da questão, colocar que a significação é dependente de como as noções (as atividades cognitivas, portanto) são organizadas no dado linguístico (na articulação entre léxico e gramática).

Algo que foi constantemente debatido ao longo do nosso trajeto foi a referenciação, mais especificamente, a atividade da linguagem da qual depende a fixação de determinado sentido, mesmo que provisório. Nosso intento foi o de defender que o processo de referenciação passa tanto pela representação de mundo, pela referência (o extralinguístico), quanto pela representação linguística, pelo valor referencial (o intralinguístico).

Discutir a referenciação, além de ser o *sine qua non* de todo estudo em semântica ou em linguística cognitiva, é o que nos possibilitou reafirmar a preponderância da criação de um sistema metalinguístico que Culioli (1999a) tanto vê como necessário para representar a passagem do nível nocional ao linguístico por meio das operações da linguagem.

Em verdade, é dentro de um sistema metalinguístico controlável e manipulável que conseguimos explicitar que um mesmo enunciado, em situações contextuais diferentes, pode apresentar tanto valores aproximados quanto diferentes e se os valores forem diferentes, é porque as operações de linguagem que constituem esses valores são diferentes e se os valores forem aproximados, é porque as operações são identificáveis.

Posto isso, os três enunciados analisados na subseção 9.2 e os dois enunciados analisados na subseção 9.3 vieram para confirmar a premissa de Culioli (1990) de que a atividade da linguagem se refere a uma atividade de produção e de reconhecimento de formas, de modo que essas formas não podem ser estudadas

independentemente dos textos, do mesmo modo que os textos não podem ser estudados independentemente das línguas.

À primeira vista pode parecer pouco, mas esse exercício se responsabilizou diretamente pela comprovação de que as categorias da linguagem só são analisáveis por meio da reconstrução textual, o que assegura que não há isolamento entre as formas linguísticas, mas localização de uma forma em relação a todas as outras constituintes do enunciado. E é só nesse cenário que se podem estudar os valores de cada forma.

Se existem valores possíveis é porque as línguas naturais são dotadas de uma diversidade que em nada se submete a uma desordem generalizada. Ao contrário, é essa heterogeneidade, essa especificidade local e constitutiva das línguas que permite uma genuína reflexão sobre a linguagem e a atividade linguagística à medida que se rompe a dualidade línguas/linguagem.

Quando Culioli declarou que o objetivo da linguística (ao menos da sua) é o estudo da linguagem apreendido por meio da diversidade das línguas naturais, cremos que não se tratava de uma escolha, mas de uma condição de acesso ao fenômeno da linguagem, pois é a diversidade das línguas naturais que define a problemática da linguagem: como todas as línguas são capazes de dizer a mesma coisa cada qual de modo tão diferente ou de modo tão semelhante?

A articulação entre a singularidade de cada língua e os mecanismos gerais da linguagem é de base para a TOPE porque é a especificidade de cada língua natural que propicia um agenciamento dos mecanismos gerais da linguagem. É a ideia de que cada parte só é parte porque faz parte de um todo. E se a diversidade das línguas é o que define a linguagem, então são as especificidades de cada língua que constituem os mecanismos gerais da linguagem que sustentam essas línguas, inclusive suas particularidades.

Essa breve recapitulação teórica faz-se necessária para afirmarmos o que ficou evidente ao término dessa pesquisa: tudo o que envolve a linguagem envolve uma atividade de construção.

Daí, a ambiguidade, como a nossa porta de acesso ao estudo da linguagem, nos conduziu a assumir que o sentido, tal qual a linguagem, é inacessível a não ser pelas formas específicas das línguas, no nosso caso, a língua portuguesa brasileira. Dito de outro modo, o sentido seria a própria interdependência entre a sintaxe a semântica.

A assunção de que na língua não há isolamentos, mas relações corrobora o modo que o sentido é construído numa teoria que vê a ambiguidade da linguagem como visceral, como é o caso da TOPE. Se cremos que não há uma única unidade linguística isolada, somos obrigados a também crer que toda unidade se localiza espaço-temporalmente por meio de outras unidades e essa relação é circunscrita por uma maior que engloba relações nocionais, sintáticas e enunciativas.

O que dissemos acima não está somente no âmago da nossa tese quando é a concepção do que vem a construir o sentido que está em discussão. O dito transborda o nosso trabalho e atinge toda a ciência linguística, mesmo aquela que insiste em desconsiderar essa ideia.

O comparativismo de Humboldt, ainda no século XIX, quando descobriu as relações gramaticais em comum entre o latim, o grego e o sânscrito já desenhava uma concepção dinâmica da estrutura da linguagem e assumia que as línguas naturais articulam representações semânticas. A nossa concepção de sentido comunga, profundamente, com a de Humboldt. Segue algo que disse o filósofo:

“A língua compartilha a natureza de tudo o que é orgânico na medida em que cada elemento não existe senão em relação ao outro e sua soma apenas subsiste graças à energia única que satura o conjunto. [...] a frase mais simples se engaja, por mais que ela implique a forma gramatical, na unidade de todo o sistema.” (apud PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 18)

Já entre os inúmeros linguistas formalistas, Gross, ao propor uma descrição empírica do funcionamento sintático do léxico (foco nos verbos) na língua francesa, admitiu a existência de uma noção “léxico-gramática” cujo objetivo era o de associar critérios sintáticos e semânticos a fim de articular sentido e comportamento sintático. E apesar do sentido ainda permanecer do lado de fora do campo de análise, o estudioso admitia que o tratamento do sentido é possível a partir de sistemas léxico-sintáticos em curso de construção. (apud PAVEAU & SARFATI, 2006, p.165.)

Os casos de ilustração não se esgotariam facilmente, sobretudo se correremos um pouco mais no tempo e chegarmos a abordar as teorias funcionalistas e pragmáticas da linguística. Aí sim o emparelhamento ideológico brotaria em abundância.

Por hora, o que nos interessa é conseguir mostrar que a nossa assunção nada tem de muito destoante do que o núcleo duro da linguística cria, mesmo que discretamente, nos últimos séculos. Apesar de a linguística já ter separado língua e linguagem, o homem sempre se manteve no bojo das discussões, pois a fala é condicionante, exerce força motriz na ciência da linguagem e fornece a estabilidade relativa da língua. Relativa porque é ela que também altera a forma de elaboração e reposiciona a língua numa instabilidade igualmente relativa. Daí outra maravilha que só a indeterminação latente da linguagem pode subsidiar: o sentido enquanto uma cadeia de relações.

Para Paillard et Robert (1992, p. 139):

Na medida em que o sentido se constrói por uma série de relações, toda variação, por menor que seja, é susceptível de criar diferenças que podem se revelar consideráveis. Estamos lidando, assim com um sistema aberto. Considerando seu estatuto primeiro, esses mecanismos não são acessíveis diretamente a partir das marcas; é a variação, tanto no nível de um só termo quanto no nível entre línguas, que é permitida a reconstrução desses mecanismos⁴³.

O recorte acima confirma o que a tese visou mostrar do começo ao fim: só podemos falar em sentido no nível enunciativo. Isso não quer dizer que em algum momento tenhamos intencionado negar que as unidades linguísticas não são dotadas de um semantismo anterior. Não é essa a questão. O ponto é que defendemos que as unidades lexicais se tornam definíveis a ponto de expressar esse conteúdo pré-existente diante de seu funcionamento contextual.

Ademais, esperamos ter deixado isso claro quando expressamos nossa discordância para com a polarização homonímia versus polissemia. Justamente porque o léxico só é parte de um todo construtivo que visa a um dado sentido e o sentido de um termo só pode ser apreendido por meio da variação de suas ocorrências. E aí coube o nosso papel (entre inúmeros outros): forçar,

⁴³ Dans la mesure où le sens se construit par une série de mises en relation, toute variation, aussi minime soit-elle, est susceptible d'entraîner des différences qui peuvent se révéler considérables. On a donc affaire à un système ouvert. Étant donné leur statut premier, ces mécanismes ne sont pas accessibles directement à partir des marqueurs; c'est la variation, tant au niveau d'un terme que de langue à langue, qui permet de reconstruire ces mécanismes.

metalinguisticamente, o brotamento dessa variação a fim de que o fenômeno fosse formalizado linguisticamente por meio das operações da linguagem.

Termos nos atido unicamente ao português brasileiro para discutirmos um fenômeno inerente à linguagem se justificou porque para se abordar a construção do sentido é preciso abordar o fenômeno da variação linguística de dentro de uma língua, a qual representa, por meio das operações universais de linguagem aplicáveis às línguas naturais, todas as demais.

A diversidade das línguas naturais, além da ferramenta primordial de investigação da linguagem de Culioli e seus seguidores, é a característica que prova irrefutavelmente que a linguagem é servida de um paradoxo duplamente constitutivo. De um lado, a variação fundamental ao seu funcionamento: as realizações individuais, variação de uso, variação de emprego, variação interlingual, etc. De outro, a estabilidade igualmente fundamental ao seu funcionamento: a regularidade dos mecanismos linguagísticos, a regularidade do sistema, as categorias universais da linguagem, a identidade nocional das unidades linguísticas, etc.

De modo geral e na medida do possível, viemos fechando as discussões abertas em cada seção ao longo do trabalho por duas razões práticas. A primeira para não fadar as considerações finais à tarefa de tecer as conjecturas juntadas ao longo da pesquisa. A segunda para não darmos a falsa impressão de que uma conclusão final seja capaz de dar conta de uma reflexão tão densa quanto uma sobre a linguagem.

Resumidamente, dentre todas as contribuições possíveis de um trabalho como o nosso, esperamos ter conseguido chegar à luz de que:

- O conceito de ambiguidade transborda a definição simplista das múltiplas interpretações possíveis ou a de que todo enunciado pode ser interpretado de diversos modos e se inscreve entre as propriedades fundamentais da linguagem.
- A ambiguidade instaura um paradoxo em linguística: se tomada objetivamente, exclui a variação subjetiva e se restringe às crostas da língua, que foi o que as seções 7 e 9 almejavam abordar. Se tomada subjetivamente, coloca as relações subjetivas no centro e instaura uma discussão cognitivo-educacional, que foi o que as seções 8 e 10 objetivaram constatar.

- A TOPE se torna viável para um projeto como esse por permitir uma solução articuladora do dilema supracitado, pois integra a variação linguística, por meio da descrição dos processos que constituem os enunciados, a uma teoria geral da significação linguística inscrita à enunciação e às operações que a constituem.
- A crença de que a semântica tem muito a ganhar se partir da ideia de que as diferenças semânticas explicam melhor as operações da linguagem do que uma regularidade de sentido confortável ao mesmo tempo em que artificial por querer resolver o problema (se é que o problema existe) na crosta das línguas.

A recusa de uma concepção unívoca do sentido, por si só, não garante que a ambiguidade é o que prevalece. A linguagem não é só indeterminação. Ela é também determinação, assim como é determinação. Caso contrário, teríamos que assumir a teoria do caos um pouco criticada no início dessa conclusão. E aí, a descrição linguística sobre o fenômeno da ambiguidade não conseguiria ganhar contornos mínimos e não chegaria a modelo teórico algum, que é o objetivo técnico de uma tese.

Fechemos, agora, um pouco melhor o que entendemos por a contribuição de um estudo da ambiguidade ao ensino, discutida, amplamente, na seção 10.

Quando da abertura do debate entre Piaget e Chomsky, organizado pelo Centro *Royaumont pour une science de l' homme*, no ano de 1975, Piaget confirmava que conhecimento não é a simples assimilação do observável. O conhecimento é isso se acompanhado de uma estruturação devida às atividades do indivíduo. O homem aprende quando organiza suas ações sobre os objetos do mundo. (PIATTELLI-PALMARINI, 1983, p. 39).

Nesse contexto, se reafirma o que vem a ser o construtivismo, nossa base aliada quando foi da educação e da abordagem teórica (seção 10 para a educação e seções 1, 2 e 4 para a teoria) que estávamos falando.

Além de todos os benefícios já apontados, complementamos que a aposta na imprevisibilidade, na produção, na busca, nas operações geradoras de sentido não é em nada inovadora, pois como o próprio Piaget já demonstrou, a criança reconstrói espontaneamente as operações e estruturas básicas, responsáveis pela aprendizagem de tudo o que possa vir a ser aprendido.

Com isso, a capacidade de reversibilidade, transitividade, recursividade, reciprocidade de relações, a organização de referências, já existentes na criança desde pouca idade, seriam desenvolvidas e trabalhadas diante do quadro educacional que defendemos aqui: uma abordagem construtivista do sentido como pano de fundo para o desenvolvimento dos processos de equilíbrio do homem. O ponto central de todo processo formativo.

Para terminar, a constatação de que o processo de desambiguação tanto coloca língua e fala num contínuo, quanto demonstra que não há solução de continuidade entre os problemas linguísticos concernentes aos mecanismos fundadores da língua e os problemas ligados à fala (LE GOFFIC, 1981), nos leva a defender que é o movimento da (des)ambiguação o responsável direto por mostrar toda a plasticidade da linguagem, além de possibilitar o surgimento de novas ambiguidades que comprovam sua ambiguidade fundamental e constitutiva.

Assim, ambiguar/ desambiguar requer a construção de formas abstratas sem que se façam necessárias regras formais de interpretação, pois somos dotados de uma capacidade incessante de construir significações por termos valores referencias (culturais, psicológicos, afetivos, etc.) que nos habilitam a construir tais valores. A ambiguidade é um fenômeno adjunto à atividade constitutiva da linguagem e que um trabalho dinâmico (de montagem, desmontagem, agregação de valores e marcas) estabelece associações entre enunciados (famílias parafrásticas) e reverbera todo esse processo. Em outros termos, só num trabalho incessante com o enunciado que é possível enxergar a linguagem e tudo em que ela implica para a língua e para o homem.

Na nossa visão, se todo enunciado é, ao mesmo tempo, ambíguo e não ambíguo (e isso está nas premissas da TOPE) é porque a plasticidade da linguagem nos fornece as ferramentas necessárias para que os contornos que dão estabilidade à enunciação sejam permeáveis, o que torna a significação movediça e provisória.

De um lado, há o contexto e todas as referências subsidiadas pelo universo fenomenológico (o psicológico, o sociológico, o antropológico, etc.) que garantem esse movimento entre o estável e o instável, de outro, há os mecanismos da própria língua (sobretudo as operações responsáveis pela constituição de cada enunciado) que também engendram a ambiguação (do que ainda não é ambíguo) e da desambiguação (do que ainda não é desambiguizado).

Tudo isso para mostrar que para se obter novos significados lexicais se mobiliza a gramática e para se obter novos significados gramaticais se mobiliza o léxico.

É graças às sutilezas das línguas e à indeterminação da linguagem que podemos apreender valores situacionais criando ora estabilidade, ora instabilidade e apreender valores formativos criando ora contextos contributivos à autorregulação, ora à descentralização.

Após todo o dito, esperamos poder afirmar que a nossa tese redescobre a consagrada relação estabelecida por Saussure entre significante e significado e propõe numa concepção mais adequada à descrição das línguas naturais por meio do que já seria a relação entre o significante e o significável, haja vista crermos que é do instável que se gera o estável.

Se não podemos negar que a teoria de Culioli é perturbadora, também não podemos deixar de citar sua resposta a uma afirmação de Claudine Normand, durante uma das várias entrevistas concedidas, na qual ela falava de uma poética culioliana. Segue o excerto, que é inspirador:

[...] já que você diz que se trata [a minha teoria] de uma poética, eu não procuro perturbar, se eu simplesmente perturbo, é preciso saber se sou eu que perturbo ou se são os outros que sentem a necessidade de serem perturbados. (2005, p.194)

É mais ou menos com base nesse dilema que a tese tentou contribuir, de algum modo.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª Ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BARROS, Manoel de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1935.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- . *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. IN: SILVA, Augusto Soares da. (Org.) *Linguagem e cognição*. A perspectiva linguística cognitiva. Braga: Associação Portuguesa de linguística / Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 325-340.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção*. São Paulo: Editora Moderna, 2001.
- CEIA, C. (coord.). *E-Dicionário de Termos Literários*, coord. de Carlos Ceia, <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>> (10/05/2011).
- COSCARELLI, Carla. Viana. Entendendo a leitura. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p.7–27, 2002.
- CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. - 1975-1976*. Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1976.
- . *Pour une linguistique de l'énonciation - Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, Tome 1, 1990.
- . *Cognition and representation in linguistic theory*. In: Current issues in linguistic theory, 112. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.
- . *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, Tome 2, 1999a.
- . *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, Tome 3, 1999b.

- . *Variations sur la linguistique*. Paris: Klincksieck, 2002.
- CULIOLI, A. et NORMAND, C. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.
- CUMPRI, M. L. *Da noção ao texto: um estudo enunciativo da produção textual*. Araraquara. 2008. 124f. Dissertação (mestrado em linguística e língua portuguesa). - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2008.
- DESCLÉS, J. P. Opérations métalinguistiques et traces linguistiques. In: DUCARD, D. e NORMAND, C. (Dir.). *Antoine Culioli: Un home dans le langage*. Paris: Ophrys, 2005. P.41-69.
- EMPSON, W. *Seven types of ambiguity*. New York: Meridian books (published by The Noonday Press), 1955.
- FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006
- KATZ, J. e FODOR, J. The structure of a semantic theory. *Language*, 39, p. 170-210, 1963.
- KEMPSON, R. M. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.
- KOOIJ, J. *Ambiguity in natural language*. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 1971.
- HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Lalande, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 6^a ed., 1951.
- LA TAILLE, Yves de. O erro na perspectiva piagetiana. In: AQUINO, Julio Groppa (Coord.) *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2^a ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 25-44.
- LE GOFFIC, P. *Ambigüité linguistique et activité de langage*. 1981. 654 pages. These (Doctorat d'Etat) – Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris VII, Paris, 1981.
- LEMINSKI, Paulo. *Caprichos & relaxos*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LÖBNER, S. *Understanding semantics*. London: Arnold, 2002.
- LURIA, Alexandr Romanovich. *Pensamento e Linguagem*. As últimas conferências de Luria. Trad. Diana Myriam Lichtenstein e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- LYONS, J. *Semantics*. London: Cambridge University Press, vol. 2, 1977.
- LYONS, J. *Língua(gem) e linguística - uma introdução*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1987.

- MERLEAU-PONTY, M. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.
- . (2006) *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- REZENDE, L. M. *Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais*. 2000. 330f. Tese (Livre-docência). - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2000.
- . Nominalização: operações predicativas e enunciativas. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, 37 (1), p. 131-140, jan. – abr., 2008.
- PAILLARD, Denis; ROBERT, Stéphane. Langues diverses, langues singulières. In.: Stéphane Robert éd. *Langage et Sciences humaines: Propos croisés*. Actes du colloque en hommage à Antoine Culioli (Ecole Normale Supérieure, Paris, 11-12-1992), Peter Lang, coll. Sciences pour la communication 46, Bern, 1992, p.117-143.
- PAVEAU, Marie-Anne.; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da linguística*. São Carlos: Clara Luz, 2006.
- PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- . *A equilibração das estruturas cognitivas*. Problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PIATELLI-PALMARINI, Massimo (Org.). *Teorias da Linguagem, teorias da Aprendizagem: o debate entre Jean Piaget & Noam Chomsky*. Trad. De Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983.
- POPPER, K. R. *Conjecturas e Refutações*, 1963.
- Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa /Coord. Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE, 2008.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática da Língua portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- SÃO PAULO (Estado). Secretária da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular para o ensino de Português: 2º grau*. 3. ed. São Paulo: SE/CENP, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25ªed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.

SILVA, L. B. da. *Ambiguidades da língua portuguesa: recorte classificatório para a elaboração de um modelo ontológico*. 2006. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – FACE, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SNYDERS, Georges, *Pedagogia progressista*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation à certains développements tirés de l'oeuvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.-J.; ROBERT, S. (Eds.), *Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli*. Paris: Presses Universitaires de France. 565–582, 1995.

VOGÜÉ, Sarah de. Invariance culiolienne. In: DUCARD, D. e NORMAND, C. (Dir.). *Antoine Culioli: Un home dans le langage*. Paris: Ophrys, 2005, p. 302 – 331

VOGÜÉ, Sarah de, FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

ULLMAN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.